

UNIVERSIDADE POSITIVO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ORGANIZAÇÕES E MUDANÇA

TESE DE DOUTORADO

POSSIBILIDADES DA AUTOGESTÃO EM COOPERATIVAS
DE CATADORES MOTIVADAS PELO PODER PÚBLICO: UM
ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO À LUZ DA
TEORIA SOCIAL DA APRENDIZAGEM

CARLOS JAELO ALBANESE CHAVES

CURITIBA

2018

CARLOS JAELSO ALBANESE CHAVES

POSSIBILIDADES DA AUTOGESTÃO EM COOPERATIVAS DE
CATADORES MOTIVADAS PELO PODER PÚBLICO: UM ESTUDO
SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO À LUZ DA TEORIA SOCIAL DA
APRENDIZAGEM

Tese apresentada ao Programa de Mestrado e
Doutorado em Administração da Universidade
Positivo.

Orientador: Prof. Dr. Eloy Eros da Silva Nogueira.

CURITIBA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Positivo - Curitiba – PR
Elaborado pelo Bibliotecário Douglas Lenon da Silva (CRB-9/1892)

C512 Chaves, Carlos Jaelso Albanese.

Possibilidades da autogestão em cooperativas de catadores motivados pelo poder público : um estudo sobre as práticas de gestão à luz da teoria social da aprendizagem. / Carlos Jaelso Albanese Chaves. — Curitiba : Universidade Positivo, 2018.

238 f. ; il.

Tese (Doutorado) – Universidade Positivo, Programa de Pós-graduação em Administração, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Eloy Eros da Silva Nogueira.

1. Administração. 2. Psicologia educacional. 3. Comunidades cooperativas. 4. Catadores de lixo. I. Nogueira, Eloy Eros da Silva.
II. Título.

CDU 37.015.4:334.73(043.2)

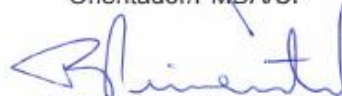
TERMO DE APROVAÇÃO

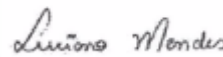
CARLOS JAELSO ALBANESE CHAVES


**“POSSIBILIDADES DA AUTOGESTÃO EM COOPERATIVAS DE CATADORES CRIADAS
PELO PODER PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO À LUZ DA
TEORIA SOCIAL DA APRENDIZAGEM”**


**TESE APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
DOUTOR NO PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO
DA UNIVERSIDADE POSITIVO, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:**

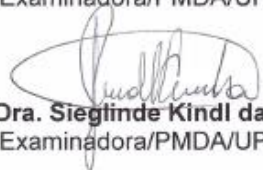

Prof. Dr. Eloy Eros da Silva Nogueira
Orientador/PMDA/UP


Prof. Dr. Ricardo Pimentel
Examinador/PPGS/ESAE


Prof. Dr. Luciano Mendes
Examinador/USP


Prof. Dr. Moisés Centenaro
Examinador/PPGRDS/UEMS


Profa. Dra. Yára Lucia Mazziotti Bulgacov
Examinadora/PMDA/UP


Profa. Dra. Sieglinde Kindl da Cunha
Examinadora/PMDA/UP

19 de abril de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir que eu conclua esta pesquisa e viva este momento de muita alegria e gratidão; por ter me sustentado nos momentos difíceis, por ter me proporcionado momentos de realizações, pela saúde, pela capacidade e humildade para concluir meus estudos. Obrigado, Senhor, por me carregar em seus braços.

Agradeço aos meus pais, Carlos Chaves Cavalcanti e Maria Benedita Albanese Chaves, por tudo que fizeram por mim, para que eu estudasse quando era jovem e por todo amor com que me criaram.

Agradeço aos meus filhos, Adrielle Cescon Chaves, Leonardo Cescon Chaves e Carlos Benjamin Barbosa Chaves, por serem minha fonte de motivação e alegria;

Agradeço a minha esposa Ana Barbosa de Souza, por compreender minha ausência em função dos estudos, pela paciência, por sua preocupação e dedicação para comigo e com nosso filho Benjamin.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Eloy Eros da Silva Nogueira, pela sua dedicação, atenção, humildade, gentileza, generosidade, pela orientação, pela ajuda e por me motivar a chegar a este momento, conduzindo-me pacientemente para que eu pudesse realizar o sonho de concluir o doutorado.

Agradeço aos meus professores, que com muita dedicação transmitiram seus conhecimentos contribuindo para minha formação acadêmica e profissional (Prof^a Dr^a. Yára Lúcia M. Bulgacov, Prof. Dr. Eloy Eros da Silva Nogueira, Prof. Dr. Edson Guarido Filho, Prof. Dr. Fábio Vizeu, Prof. Dr. Diego Coraiola, Prof. Dr. Pedro José Steiner, Prof. Dr. João Carlos da Cunha, Prof. Dr. Samir Adamoglu de Oliveira e Prof. Dr. Rodolfo Prates).

Agradeço aos meus colegas do doutorado, em especial ao Adilson Rocha, Eloisa Paula, Carolina Shlumberger, Luiz Gustavo, Meire Fava, Patrícia Romagnani, Rosaly Machado e Sérgio Vogt, pelo companheirismo e ajuda para com os trabalhos e atividades do doutorado.

Faço um agradecimento especial à Claudia Cristina de Lara, pela presteza com que sempre atendeu, pela sua dedicação, cordialidade, respeito e por me ouvir em momentos difíceis. Muito obrigado, também, por me ajudar com todos os documentos que solicitei para meus relatórios semestrais.

Quero agradecer à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, por permitir meu afastamento para capacitação, pois este apoio foi fundamental, sem ele não teria conseguido realizar este sonho.

Agradeço os professores de minha banca de defesa, professora Dr^a. Yára Lúcia Bulgacov, professor. Dr. Eloy Eros da Silva Nogueira; professor Dr. Luciano Mendes; professor Dr. Ricardo Pimentel; professor Dr. Moises Centenaro e a professora Dr^a Sieglinde Kindl da Cunha, por dedicarem seu tempo contribuindo para minha formação acadêmica, avaliando minha tese de doutorado.

Agradeço aos meus amigos e padrinhos, Pedro G. Espinha e Helen Priscila Espinha, pelo companheirismo, compreensão, pela ajuda e pelos ótimos momentos que passamos em Curitiba.

RESUMO

A presente pesquisa buscou conhecer a gestão de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Tais empreendimentos possuem características peculiares de trabalho conjunto, comprometidas com uma gestão participativa e que, recentemente, em função da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, receberam atenção especial do Governo Federal. Embasados na Lei da PNRS, alguns municípios motivaram a criação de cooperativas de catadores para atender à coleta seletiva e para tanto, os catadores que trabalhavam nas ruas foram inseridos pela prefeitura em um empreendimento solidário, a cooperativa. De tal modo, a presente pesquisa buscou apresentar as possibilidades da autogestão em cooperativas de catadores motivadas pelo poder público, desenvolvendo um estudo sobre as práticas de gestão à luz da teoria social da aprendizagem. Para tanto, foi apresentado o seguinte problema de pesquisa: como os catadores inseridos em uma cooperativa motivada pelo poder público aprendem as práticas de gestão do empreendimento solidário e atuam para minimizar a influência do agente público para que a autogestão seja possível? Em busca de respostas a essa questão, este estudo fundamentou-se na teoria do cooperativismo e na teoria social da aprendizagem situada, considerando principalmente, os estudos de Wenger (2001) e Lave e Wenger (1991). Três cooperativas motivadas pelo poder público fizeram parte deste estudo. Por meio da entrevista narrativa, o estudo contou com a participação de dezessete entrevistados (cooperados, um ex-associado, catadores e um técnico ambiental). A pesquisa utilizou também, a técnica da observação, da coleta de documentos e de fotografias. Pela análise da narrativa e a triangulação dos dados, os resultados encontrados apresentaram os motivos que levaram os catadores a procurarem por uma cooperativa ou permanecerem nelas quando inseridos pelo poder público, a aprendizagem das práticas de trabalho, a gestão e autogestão, e as emoções que emergiram neste estudo por permearem as práticas do trabalho do catador e dos cooperados. Foi revelado neste estudo que os cooperados estão em um constante processo de aprendizagem. Participam de sua comunidade de prática e, com o tempo, estão adquirindo domínio em determinadas práticas, enquanto em outras, continuam periféricos. A questão da autogestão permeia todo o estudo porque o conhecimento que os cooperados adquirem ao longo do tempo com suas participações nas práticas sociais possibilita o caminhar em direção ao domínio das práticas de autogestão. Esta pesquisa identificou a emoção como um importante componente que afeta o processo de aprendizagem nas cooperativas de catadores e, por isso, foi sugerido a emoção como um componente para o processo de aprendizagem, considerando para isso, a teoria de Lave e Wenger. Foi observado que pela participação mais ativa, os cooperados dominam certas práticas, vão aprendendo e se tornando competentes em suas tarefas, vão experienciando o mundo que os cerca, isto é, o ambiente da organização solidária, e vão se engajando ativamente nele, e, também, criam histórias pessoais e coletivas no contexto da experiência cotidiana, de forma que a participação social se dá em um processo de aprendizagem, de conhecer. Por fim esta pesquisa considerou que o agente público distancia-se e deixa de exercer seu poder sobre a cooperativa conforme os cooperados vão adquirindo o conhecimento das práticas sociais, o domínio do saber fazer na prática, o conhecimento que lhes proporciona o poder para negociar com o órgão público, o poder para decidirem juntos com a prefeitura as questões sobre a coleta seletiva. Tal poder está relacionado ao conhecimento que adquiriram ao longo do tempo, que foram aprendendo pelo engajamento nas práticas, negociando significados e se identificando com as atividades da cooperativa e assim, construindo juntos, as práticas de autogestão.

Palavras-chave: Teoria Social da aprendizagem. Cooperativa de catadores. Autogestão. Prática social. Emoções.

ABSTRACT

The present research sought to know the management of cooperatives of pickers of recyclable materials. These projects have particular characteristics of joint work, committed to a participative management and that, recently, as a result of the National Solid Waste Policy - PNRS, received special attention from the Federal Government. Based on the PNRS Law, some municipalities motivated the created of cooperatives of pickers to attend the selective collection and, consequently, the pickers working on the streets were inserted by the city hall in a solidarity enterprise, the cooperative. Thus, the present research sought to present the possibilities of self management in waste pickers cooperatives motivated by public power, developing a study on management practices in light of the social theory of learning. For this, the following research problem was presented: how the pickers inserted in a cooperative motivated by the public power learn the practices of management of the solidarity enterprise and act to minimize the influence of the public agent so that self-management is possible? In the search for answers to this question, this study was based on the theory of cooperativism and the social theory of situated learning, mainly considering the studies of Wenger (2001) and Lave and Wenger (1991). Three cooperatives motivated by the public power were part of this study. Through the narrative interview the study had the participation of seventeen interviewees (cooperated, a former associate, waste pickers, and an environmental technician). The research also used the technique of observation, the collection of documents and photographs. By analyzing the narrative and the triangulation of the data, the results found presented the reasons that led the pickers to search for a cooperative or to remain in them when inserted by the public power, learning of work practices, management and self-management, and emotions emerged in this study because they permeated the work practices of the pickers and the cooperated. It was revealed in this study that the scavengers are in a constant process of learning. They participate in their community of practice and, over time, are gaining mastery in certain practices and in others, remain peripheral. The question of self-management pervades the whole study because the knowledge that the cooperative acquires over time with their participation in social practices makes it possible to move towards the mastery of self-management practices. This research identified emotion as an important component that affects the learning process in the waste pickers cooperatives and, therefore, it was suggested the emotion as a component for the learning process, considering for this the theory of Lave and Wenger. It has been observed that by more active participation, cooperated dominate certain practices, learn and become competent in their tasks, experience the world around them, that is, the environment of solidarity organization, and actively engage in it, and also, create personal and collective stories in the context of everyday experience, in such a way that social participation takes place in a process of learning, of knowing. Finally, this research considered that the public agent distances himself and ceases to exercise his power over the cooperative as the cooperative acquires the knowledge of social practices, the domain of know-how in practice, the knowledge that gives them the power to negotiate with the public agency, the power to decide together with the city hall the questions about the selective collection. Such power is related to the knowledge they acquired over time, which was learned by engaging in practices, negotiating meanings and identifying with cooperative activities and thus, building together self-management practices.

Keywords: Learning. Social Theory of learning. Waste pickers cooperatives. Self management. Social practice. Emotions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A dualidade da participação e da coisificação (reificação).....	61
Figura 2: Componentes da teoria da aprendizagem social	227
Figura 3: Emoções como um componente para a teoria social da aprendizagem.....	227

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Paralelismos entre a prática e identidade	72
Quadro 2: Informações sociais e econômicas das três cooperativas	125
Quadro 3: Entrevistados da primeira cooperativa (C1)	127
Quadro 4: Entrevistados da segunda cooperativa (C2)	127
Quadro 5: Entrevistados da terceira cooperativa (C3)	127
Quadro 6: Catadores de rua entrevistados	128
Quadro 7: Atividades dos diversos atores	218

LISTAS DE FOTOS

Foto 1: O presidente da cooperativa executando atividades no pátio	148
Foto 2: O presidente da cooperativa executando atividades no pátio	149
Foto 3: Carro utilizado na coleta para alguns edifícios – primeira cooperativa	170
Foto 4: Caminhão da coleta seletiva - segunda cooperativa	171
Foto 5: Carretinha da coleta seletiva	171
Foto 6: Saindo para a coleta seletiva – terceira cooperativa	172
Foto 7: Equipe da coleta seletiva – terceira cooperativa	172
Foto 8: Caminhão da reciclagem deixando o material no pátio	173
Foto 9: Caminhão da reciclagem deixando o material no pátio	173
Foto 10: Carretinha da coleta seletiva deixando o material no pátio	173
Foto 11: Organizando o pátio – primeira cooperativa	174
Foto 12: Organizando o pátio – segunda cooperativa	174
Foto 13: Puxando o bag para perto das mesas de separação – terceira cooperativa ...	174
Foto 14: colocando o material do bag na mesa de separação	175
Foto 15: Mesa de seleção de materiais	176
Foto 16: Mesa de seleção de materiais	176
Foto 17: Mesa de seleção de materiais	177
Foto 18: Mesa de seleção de materiais	177
Foto 19: Mesa de seleção de materiais - segunda cooperativa	177
Foto 20: Mesas de seleção de materiais - terceira cooperativa	177
Foto 21: Seleção de materiais	177
Foto 22: Seleção de materiais	177
Foto 23: perfurando a lata	178
Foto 24: perfurando a garrafa pet	178
Foto 25: Gaiola de pet – terceira cooperativa	179
Foto 26: Gaiola de pet – terceira cooperativa	179
Foto 27: Máquina de picar papel	180
Foto 28: Prensa da segunda cooperativa	181
Foto 29: Colocando o material na prensa - segunda cooperativa	181
Foto 30: Prensando o material - segunda cooperativa	181
Foto 31: Preparando para amarrar o fardo - primeira cooperativa	181
Foto 32: Pesando o fardo – primeira cooperativa	182
Foto 33: Estoque - primeira cooperativa	182
Foto 34: Varrendo o pátio – segunda cooperativa	182
Foto 35: Varrendo o local de trabalho – segunda cooperativa	182
Foto 36: Assembleia geral – terceira cooperativa	185
Foto 37: Assembleia geral – terceira cooperativa	185
Foto 38: Assembleia geral – terceira cooperativa	186
Foto 39: Assembleia geral – terceira cooperativa	186

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA	17
1.4 TESE DA PESQUISA	23
1.5 ESTRUTURA DA TESE.....	27
2 QUADRO TEÓRICO	29
2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PNRS	29
2.1.1 A PNRS e inclusão social	30
2.2 COOPERATIVISMO	32
2.2.1 A cooperativa: conceitos, valores e princípios	34
2.3 EMPREENHIMENTO SOLIDÁRIO, GESTÃO E AUTOGESTÃO	42
2.3.1 Economia solidária e cooperativismo	43
2.3.2 Autogestão: Origens, possibilidades e conceitos	47
2.4 TEORIA DA APRENDIZAGEM E DAS PRÁTICAS SOCIAIS.....	55
2.4.1 Negociação de significados e aprendizagem	58
2.4.2 Prática, comunidade de prática e aprendizagem	63
2.4.3 Identidade e aprendizagem	69
2.5 A TEORIA DA APRENDIZAGEM E O COOPERATIVISMO POPULAR.....	77
2.6 SENTIDO E SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA O CATADOR.....	84
2.6.1 A exclusão social e seus reflexos	86
2.6.2 Um exemplo do trabalho do catador associado	91
2.7 AS EMOÇÕES PERMEIAM AS ATIVIDADES DOS CATADORES.....	93
3 METODOLOGIA	100
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	100
3.1.1 Perguntas de Pesquisa	101
3.2 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS	102
3.3 DELIMITAÇÃO E DESIGN DA PESQUISA.....	108
3.3.1 Delineamento e Etapas da Pesquisa	108
3.3.2 Estudo de casos múltiplos	109
3.3.3 Procedimentos de Coleta de Dados	110
3.3.4 Procedimentos de Tratamento e Análise dos Dados	113
3.4 ASPECTOS ÉTICOS ENVOLVIDOS NA CONDUÇÃO DA PESQUISA.....	116
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA, VALIDADE, CONFIABILIDADE E ÉTICA.....	119

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	120
4.1 DESCRIÇÃO DAS COOPERATIVAS E DOS ENTREVISTADOS.....	120
4.2 COLETA DOS DADOS - ENTREVISTAS NARRATIVAS, OBSERVAÇÕES E DOCUMENTOS.....	128
4.2.1 Motivos que levam os catadores se unirem à uma cooperativa	128
4.2.2 Motivos que levam os catadores a não permanecerem na cooperativa	135
4.2.3 A aprendizagem das práticas do trabalho	137
4.2.4 As práticas de gestão e autogestão	146
4.2.5 O princípio da livre adesão e sua observância.....	157
4.2.6 Identidade	159
4.2.7 O estigma do catador e as emoções nas práticas do trabalho	161
5 ATIVIDADES DOS COOPERADOS	169
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O CONJUNTO DAS TRÊS COOPERATIVAS	187
7 CONCLUSÃO	212
REFERÊNCIAS.....	232

1 INTRODUÇÃO

Ao se estudar as formas de gestão da atualidade, deparamo-nos com organizações baseadas em relações de propriedade capitalista, sob uma lógica essencialmente econômica. No que refere a forma de gestão empresarial, Srour (1994, p. 32) considera que as empresas capitalistas “encontram sua razão de ser e seus mecanismos de reprodução na apropriação privada de excedentes econômicos (por parte dos quotistas ou acionistas)”. O pesquisador ressalta que as formas de regular as atividades das empresas capitalistas tendem a ser autoritárias. No entanto, o capitalismo que vigorou até pouco tempo na maior parte do planeta deparou-se com uma nova tendência, a de um capitalismo social (SROUR, 1994). Segundo o autor, essa tendência aproxima-se de um capitalismo que altera radicalmente as relações de trabalho e que se preocupa com a função ética e social da propriedade. Srour (1998) comenta que o capitalismo social é um modo de produção que está em processo de construção e que possui compatibilidades com o modelo cooperativista.

No entanto, para Srour (1994, p. 37), “toda forma de gestão constitui uma articulação política de relações de poder (mando e obediência), assim como toda forma de produção constitui uma articulação econômica de relações de produção (propriedade e trabalho)”. Como exemplo, além do modelo capitalista de produção, o autor cita as formas autogestionárias que, em muitos casos, são formas de gestão que não são compatíveis com produção capitalista. Por sua vez, esse modelo exige um controle dos processos de trabalho diferente da produção capitalista, não possuindo o tipo heterônomo de gestão do capitalismo, implicando na autogestão ou cogestão (SROUR, 1994).

Como exemplo de cogestão e autogestão, o autor destaca o modelo *kibutzim-israelense* ou das cooperativas rurais brasileiras. Para esses modelos de produção, existem também afinidades eletivas entre formas de produção e formas de pensamento (ideologias), podendo ser ideologias libertárias do tipo socialista (democrática) e que não são compatíveis com organizações capitalistas (SROUR, 1994). No entanto, as cooperativas não são, necessariamente, modelos comunitários, mas são modelos que apresentam uma administração autogestionária e que possuem vários campos de atuação, como o agroindustrial, financeiro ou de crédito, de construção, habitacional, de serviços ou de trabalho.

Diante do exposto, compreendendo que as diferentes formas de gestão são importantes para os estudos organizacionais, a presente pesquisa busca conhecer a gestão de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Estas organizações são empreendimentos que possuem uma característica peculiar de trabalho conjunto, comprometida com questões sociais e ambientais, de gestão participativa, que se encontram inseridas no modelo capitalista de produção e que, recentemente, em função da **Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS**, recebeu atenção especial do Governo Federal.

Com o crescimento desordenado dos municípios brasileiros e o crescimento desenfreado da produção de resíduos sólidos que são considerados como grandes desafios da modernidade, o Governo Federal depara-se com a necessidade de desenvolver estratégias para uma melhor gestão dos resíduos sólidos, que proporcione o fim dos lixões (INSTITUTO ETHOS, 2012). A preocupação com o aumento dos resíduos e sua correta destinação culminou com a regulamentação da gestão de resíduos sólidos, consolidada pela PNRS, Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010a), regulamentada por meio do decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010b).

Contudo, ao buscar implementar uma solução ao problema ambiental, o Governo Federal deparou-se com um problema social. Esse último diz respeito aos catadores que trabalham em todos os lixões do Brasil, vivendo abaixo da linha da pobreza. Por esse motivo, o Governo buscou incentivar a geração de trabalho e renda para os catadores que trabalham nos lixões e nas ruas das cidades, incluindo na Lei da PNRS a necessidade de participação de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis constituídas de pessoas de baixa renda para assumirem compromissos com a coleta seletiva de seu município e, ao mesmo tempo, criar condições de trabalho que lhes assegurem uma renda mínima para o seu sustento e de sua família.

A esse respeito, no art. 18, § 1º e inciso II da Lei, consta que serão priorizados no acesso aos recursos da União, os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Para esse fim, pergunta-se, de que forma os municípios que não possuem cooperativas de catadores estão implantando a coleta seletiva ou a triagem dos

resíduos sólidos atendendo o art. 18, § 1º e inciso II da PNRS? Existindo a necessidade de contratar cooperativas ou associações para a coleta seletiva o órgão público tem incentivado sua criação? Se o órgão público incentiva a criação de cooperativas como se dá esse processo e esse relacionamento?

Deve-se considerar que as cooperativas são sociedades de pessoas que se unem por iniciativa própria para satisfazer suas necessidades econômicas e sociais, por meio de um empreendimento coletivo e democraticamente gerido pelos membros (CRÚZIO, 2000; FARIA, 2009; IRION, 1997; VEIGA; FONSECA, 2001). Esse modelo empresarial é o resultado da motivação pessoal de pessoas que passam por problemas semelhantes e se juntam no intuito de resolvê-los.

Além disso, a ação dos cooperados é orientada por valores e princípios que regem o cooperativismo e a gestão desse modelo organizacional, teoricamente, é exercida de forma democrática pelos seus membros (VEIGA; FONSECA, 2001; CRÚZIO, 2000). Ao meditar a respeito desse tema, vale perguntar como um empreendimento controlado de forma democrática e que busca a participação ativa de seus membros para a tomada de decisões pode ter sua criação motivada pelo poder público?

Essas questões são relevantes pelo fato de as cooperativas que compõem essa pesquisa, serem motivadas pelas prefeituras para atenderem às exigências da nova Lei, em função da coleta seletiva dos municípios. Destaca-se, que as cooperativas em estudo iniciaram suas atividades após a Lei 12.305/2010, condição importante para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Um fato importante é que um trabalho conjunto e de gestão participativa, como o trabalho em uma cooperativa, não fazia parte dos planos de muitos catadores, mas foram motivados a unirem-se em uma cooperativa, que a princípio, foi imaginada pela prefeitura. Nesse sentido, questiona-se quais motivos podem levar os catadores a se unirem em uma organização que não foram idealizadas por eles? Quais benefícios eles podem ter em relação ao trabalho que realizam nas ruas?

Motivados pelo poder público, os catadores assumem responsabilidades que antes não tinham, pois trabalhavam nas ruas de forma livre, tinham autonomia para decidirem sozinhos o que catar, quando e onde coletar os resíduos sólidos. No entanto, como cooperados essa autonomia pode mudar, uma vez que, de acordo

com a teoria do cooperativismo eles decidem juntos os rumos da organização solidária, participando coletivamente e assumindo compromissos com a gestão do empreendimento.

Ao apreciar a necessidade de participação, vale lembrar que os cooperados desse modelo empresarial não possuem conhecimentos de gestão, em sua maioria, não concluíram o ensino fundamental e ainda apresentam um alto nível de analfabetismo (IPEA, 2013). Analisando a informação do IPEA, surge outra questão, como os cooperados conseguem administrar seu empreendimento? Para essa questão, considera-se que a cooperativa é apresentada como uma organização autogerida e assim, os cooperados devem aprender, conhecer e participar das atividades do empreendimento solidário para contribuir com as práticas de gestão da mesma. Por outro lado, até que isso aconteça, será que o poder público exerce alguma participação no processo decisório em nome dos cooperados?

Espera-se que os novos cooperados participem ativamente das atividades da cooperativa, assumindo compromissos com a organização. No entanto, para que isso aconteça, o processo de aprendizagem é fundamental para que possam adquirir a competência necessária para assumir a sua gestão. Para isso, espera-se um esforço adicional a fim de que o cooperado envolva-se em um processo de aprendizagem coletiva, participando das práticas e criando vínculos entre eles. Tal aprendizagem vai além das práticas formais de ensino, passa pela compreensão das práticas do dia a dia dos catadores, dos seus fazeres e dizeres, da experiência com participação solidária com a ajuda mútua, que é compreendida pela interação dos cooperados, que envolve o domínio do conhecimento e de práticas coletivas do trabalho de catar e de gestão da cooperativa. Refletir sobre a prática coletiva do cooperado chama a atenção para as considerações de Wenger (2001) e Lave e Wenger (1991), como sendo uma prática social que ocorre por meio da participação constante dos membros da comunidade de prática e, nesse caso, a cooperativa. Essa participação sugere um entendimento experienciado, resultado de uma interação contínua.

Nesse sentido, o processo de aprendizagem é importante para o desempenho do cooperado, importante para o domínio do saber fazer da autogestão, para o domínio do conhecimento das práticas de gestão que possibilitam sua plena participação. Importante também para que ele tenha domínio sobre sua própria vida

e que participe das práticas sociais e das decisões coletivas da cooperativa, envolva-se em atividades e discussões conjuntas, ajudando uns aos outros e compartilhando informações e práticas sociais.

Após a presente contextualização que envolve a criação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sua forma de gestão e a importância do processo de aprendizagem para a gestão do empreendimento desenvolvida pela participação ativa dos próprios cooperados, apresenta-se a questão de pesquisa desta tese.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do exposto, o seguinte problema de pesquisa norteia o estudo: **Como os catadores inseridos em uma cooperativa motivada pelo poder público aprendem as práticas de gestão do empreendimento solidário e atuam para minimizar a influência do agente público para que a autogestão seja possível?**

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A seguir, estão expostos os objetivos geral e específicos da tese, com o propósito de buscar uma resposta à questão de pesquisa apresentada.

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender e descrever o processo de aprendizagem dos catadores sobre as práticas de gestão/autogestão de cooperativas motivadas pelo poder público e sua atuação para minimizar a influência do agente público na autogestão empreendimento.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar as organizações que compõem o estudo e descrever os procedimentos de criação das cooperativas;
- b) Identificar as atividades do trabalho da cooperativa;
- c) Compreender e descrever o processo de aprendizagem dos cooperados;
- d) Analisar e entender o processo de gestão e expor se a autogestão é possível nesse modelo solidário.

1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA

O Governo Federal criou e aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010 com o propósito de apresentar diretrizes, princípios e instrumentos para uma gestão eficiente e sustentável dos resíduos sólidos em âmbito nacional. Essa Lei incentiva as prefeituras a criarem cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com a finalidade de minimizar o impacto ambiental causado pelo “lixo” e, ao mesmo tempo, estimular a inclusão social dos catadores por meio do cooperativismo de trabalho.

Por consequência, alguns catadores que trabalhavam nas ruas foram convidados a se associarem e, ao aceitarem, foram inseridos pela prefeitura em um novo ambiente de trabalho, a cooperativa. Tornaram-se os donos do empreendimento solidário e passaram a assumir direitos e deveres para com o trabalho coletivo. Além disso, comprometeram-se com a gestão da cooperativa.

A cooperativa é conceituada como a união de pessoas cujas necessidades individuais (trabalho, comercialização ou prestação de serviços em grupo) fundem-se nos objetivos coletivos do empreendimento, envolvendo interesses sociais, políticos e econômicos dos cooperados (CRÚZIO, 1999). Para Cristofolini (2014), o cooperativismo surgiu em atendimento às necessidades das pessoas que se unem em busca de soluções para problemas comuns a eles. Pinho (2004) observou que as cooperativas de trabalho são organizações criadas voluntariamente por trabalhadores e não podem ser resultados da imposição do Estado ou de grupos econômicos (PINHO, 2004).

Diante dessas considerações extraídas da teoria do cooperativismo, inicia-se uma reflexão sobre o modelo organizacional criado por prefeituras. A princípio, e em conformidade com a teoria, são as pessoas que se unem de maneira voluntária para resolverem os seus problemas por meio da cooperação. Mas, a questão de pesquisa indica que, no modelo em estudo, os catadores foram inseridos no empreendimento, contrariando a forma voluntária e livre. Desse modo, a teoria nega a condição do órgão público criar a cooperativa, apresentando uma contradição entre o modelo em análise e a teoria que o fundamenta.

Assim sendo, esta pesquisa buscou contribuir para desvelar um assunto pouco explorado, a autogestão de cooperativas de catadores de materiais recicláveis motivadas/criadas por órgãos públicos. Para tanto, o estudo fundamenta-se na teoria do cooperativismo e na teoria social da aprendizagem, na tentativa de clarificar o processo de autogestão de cooperativas de catadores que foram criadas para atuarem na coleta seletiva.

Considerando a **relevância teórica**, este estudo almeja aprimorar o conhecimento sobre o cooperativismo, mais especificamente, o cooperativismo de trabalho. Esse ramo do cooperativismo apresenta um modelo organizacional que se fundamenta na participação coletiva e democrática, ajuda mútua e autogestão. Porém, para que seja possível conhecer as práticas de gestão da cooperativa de catadores e contribuir para desvelar o objeto de estudo, o pesquisador valeu-se da teoria social da aprendizagem como uma lente teórica para lhe possibilitar acessar as práticas sociais e o contexto social que envolvem o trabalho dos catadores e assim, entender a autogestão por meio da compreensão das ações práticas das pessoas.

Desse modo, para o pesquisador compreender, descrever e analisar o processo de aprendizagem dos catadores cooperados, utilizou a abordagem da aprendizagem situada em comunidades de prática, proporcionada por Lave e Wenger (1991) e Wenger (1998). Para isso, considera-se que o estudo aproxima-se da aprendizagem enquanto um aspecto intrínseco à prática social.

O conceito de aprendizagem como atividade situada é central para o processo que Lave e Wenger (1991) chamaram de participação periférica legitimada. Para esse processo, as pessoas aprendem através da participação; os novatos ou aprendizes situam-se, inicialmente, em uma posição periférica no contexto de

determinada prática. Mas, a trajetória da participação do aprendiz no cotidiano permite que ele se aproxime da centralidade, adquirindo não só maior domínio, mas maior condição de tornar-se um veterano, isto é, ter o domínio da prática. Observa-se que a participação periférica legitimada apresentada pelos autores não é uma forma educacional do tipo que conhecemos, ou uma técnica, mas diz respeito a uma aprendizagem imersa nas práticas sociais, inserida em um contexto e que conduz a uma plena participação.

Nicolini (2013) observa que a participação periférica legitimada vista como um processo da forma como foi apresentada por Lave e Wenger (1991) ajuda o pesquisador a elucidar por que as práticas têm uma dimensão normativa. Avaliando que os novatos não adquirem somente o conhecimento necessário para realizar a atividade, mas também absorvem um modo moral de ser, ou seja, um modelo específico de excelência daquela prática, considera-se que exista um conjunto de valores e um sentido de virtudes associados ao domínio da prática. Porém, o domínio do conhecimento requer um movimento em direção à plena participação nas práticas sociais, deixando de ser periférica a partir da aquisição de conhecimentos disseminados pelos mais antigos e caminhando para um maior envolvimento com o grupo.

Portanto, a teoria social da aprendizagem serviu de lente com a qual o pesquisador abordou o seu objeto de estudo, a autogestão de cooperativas de catadores. Nesse sentido, contribuiu para a construção do olhar do pesquisador, possibilitando-o conhecer e desvelar o objeto de seu interesse. Sob essa ótica, a teoria social da aprendizagem foi importante para orientar o pesquisador na coleta e na análise dos dados, colaborando para um olhar sensível e cognitivo, voltado para as práticas sociais e o contexto social em que se inserem as três cooperativas em estudo, permitindo conhecer o que parece estar oculto.

Lave e Wenger (1991) ressaltam a ideia de que a aprendizagem das pessoas acontece quando essas participam da prática social. Os indivíduos aprendem não só por intermédio da execução de certas atividades, mas também, pelos relacionamentos sociais com os sujeitos que pertencem a comunidade, aprendendo na prática. Nesse sentido, para que uma cooperativa de trabalho desenvolva suas atividades cotidianas, são imprescindíveis a participação e a interação dos

indivíduos, assumindo suas responsabilidades com competência e assim, exercendo seus direitos e deveres como cooperados.

No entanto, para que o cooperado atinja os objetivos pessoais e organizacionais, é necessário cooperar. Para tanto, ele tem que aprender, de modo que caminhe para sua plena participação nas atividades. Contudo, é por meio da aprendizagem que se possibilita a participação e o domínio do conhecimento e esse. Segundo Wenger (2001), é o que conecta e sustenta as atividades dos membros de um empreendimento comum.

Conforme Lave e Wenger (1991), as atividades e os entendimentos que as pessoas desenvolvem sobre o que elas fazem possuem significados que envolvem o aprender na prática e a construção de identidades, sendo um aprender que o torna um membro participante. É a aprendizagem que leva a essa participação e a prática realizada que o pesquisador tem por propósito acessar, observar, conhecer e analisar para compreender o saber fazer da autogestão, como desenvolvem o domínio do saber fazer da autogestão e ainda, como a autogestão torna-se uma prática continuada.

Dessa maneira, esta pesquisa objetivou colaborar para uma evolução teórica sobre a compreensão do conceito de autogestão em cooperativas de trabalho e, para um melhor entendimento, faz-se necessário destacar como a autogestão foi considerada e como permeou este estudo:

Autogestão é uma forma de gestão direta e democrática dos trabalhadores, nas funções de direção e execução da organização (CRÚZIO, 1999; LECHAT; BARCELOS, 2008; SINGER, 2002), deriva da autonomia da coletividade dos membros em decidir sobre os destinos da empresa (BARBIERI; RUFINO, 2007). Caracteriza-se por meio da transparência da gestão, da ajuda mútua e da participação ativa dos cooperados ao longo do tempo. A participação é necessária para que o cooperado conheça melhor as diretrizes da organização e, conseqüentemente, resolva os problemas e tome decisões mais acertadas, atuando no controle da execução (CRÚZIO, 1999; STAHL; SCHNEIDER, 2013; SINGER, 2002). A autogestão é caracterizada também como um processo de educação em constante construção na organização (CANÇADO, 2004). Assim, a autogestão realiza-se quando todos os sócios informarem-se do que ocorre na organização e conhecerem as alternativas disponíveis para a solução dos problemas, exigindo um

esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária, indo além do cumprimento de suas obrigações, o que pressupõe uma preocupação com os problemas gerais da cooperativa (SINGER, 2002).

Ao refletir sobre o conceito e características da autogestão, percebe-se que o conceito adotado para esse estudo está longe da gestão formal das organizações ou de um processo de aprendizagem formal. Notam-se elementos sociais que integram os processos de gestão. A ajuda mútua, por exemplo, só é possível de ser compreendida quando os sujeitos interagem em ações que são comuns, criando e negociando significados, oportunizando conhecer as práticas e o contexto, e ainda, estabelecendo vínculos entre os sujeitos da comunidade. Os elementos que compõem a autogestão no trabalho, na prática do trabalho, transcendem os aspectos formais da gestão.

Quando Lave e Wenger (1991) apresentam a participação periférica legitimada, entende-se que a aprendizagem ocorre em função dos processos que requerem a participação da pessoa nas práticas situadas, de forma que se possa compreender o contexto e a cultura da comunidade em que participa. Observa-se que situar constitui-se em localizar as ações das pessoas no tempo e no espaço.

Tais processos extrapolam a relação sala-de-aula ou aluno-professor. Para isso, os pesquisadores deram ênfase na aprendizagem ocorrida de forma muito mais efetiva na prática do trabalho e não necessariamente, dentro de uma sala-de-aula, ou nos processos formais de aprendizagem.

Se observarmos, por exemplo, a solidariedade, a ajuda mútua, o interesse comum, elementos que são inerentes às práticas de gestão de uma cooperativa, podemos considerar como práticas que extrapolam a ideia de gestão que exigem um processo formal de aprendizagem. Esses são processos aprendidos nas ações de práticas sociais e nunca dentro de uma sala de aula.

Outro aspecto interessante de se considerar nessa justificativa encontra-se no nível de escolaridade dos catadores. Eles possuem pouco conhecimento aprendido em uma sala de aula, o nível de escolaridade é baixo, a maior parte dos catadores teve pouco acesso à escola, ou seja, a grande maioria não concluiu a primeira fase do ensino fundamental (OLIVEIRA *et al.*; 2015). O conhecimento que os catadores têm é prático, é situado e é o resultado de suas interações. Aprendem com o

convívio com as pessoas, na prática, por tentativa e erro e por ajuda dos outros. Nesse sentido, percebe-se uma relação muito próxima da teoria da aprendizagem situada na prática, uma vez que, os catadores aprendem no processo de trabalho, uma forma muito distante de um processo formal.

Após tais considerações, fica perceptível que a autogestão pode ser olhada pela lente da prática social, da Teoria Social da Aprendizagem, porque os elementos que envolvem a autogestão são, em sua essência, provenientes da prática social. Considerando que a aprendizagem situada é uma forma de envolvimento no grupo ou na comunidade, que se dá na prática, o que contribuiu para o olhar do pesquisador, no sentido de ajudar a descrever como a autogestão acontece no modelo organizacional em estudo.

Até o momento, foi apresentado o ponto de vista teórico que, no entanto, acaba se misturando com o prático porque tanto a teoria quanto o objeto de estudo, envolvem questões práticas. Contudo, como **ponto de vista prático**, esta pesquisa contribui para o processo de autogestão de empreendimentos solidários. Este estudo buscou revelar as dificuldades e as soluções encontradas pelos catadores no que se refere às preocupações com a cooperativa e seus associados, que resultaram em soluções de problemas práticos. O pesquisador, também, tem por objetivo contribuir para o processo de autogestão de empreendimentos solidários que tenham características similares às cooperativas de catadores. Tal contribuição ocorrerá por meio das publicações que serão extraídas do estudo e pelo retorno dos principais achados às cooperativas em estudo.

Sob o olhar da teoria social da aprendizagem, este estudo poderá contribuir como fonte de pesquisa para as cooperativas de trabalho, compartilhando conhecimentos específicos sobre as práticas de gestão de empreendimentos solidários, necessários para a integralização e participação do cooperado em sua comunidade de prática, resultados da experiência de autogestão dos empreendimentos estudados.

Consequentemente, esta pesquisa poderá auxiliar a agência política dos cooperados. Nesse sentido, pode desencadear um processo emancipatório no qual o cooperado pode se reconhecer como protagonista de sua história. Sobre isso, Cançado (2005) menciona que esse reconhecimento torna-se possível a partir da autogestão, de forma que a organização possa ultrapassar as fronteiras das

dimensões econômica e social, possibilitando a assunção de responsabilidades e participação, deixando de lado uma postura de espera de ajuda, assumindo uma atitude proativa e independente.

1.4 TESE DA PESQUISA

A **autogestão** só será possível, em **cooperativas de catadores de materiais recicláveis** (estimuladas pelo poder público), quando a **aprendizagem** propiciar aos cooperados sua **efetiva participação nas práticas de gestão do empreendimento comum**, propiciando aos cooperados minimizar a atuação do **gestor público** no processo decisório, por reconhecer que essa atuação interfere na autogestão do empreendimento.

Delineando a tese da pesquisa

Autogestão: é considerada nessa pesquisa como um modelo de gestão que se caracteriza pela solidariedade, ajuda mútua, interesse comum, que possui um processo democrático e participativo, que se caracteriza pelo engajamento dos seus associados, que constitui-se em um modelo de gestão em que as principais decisões são exercidas exclusivamente pelos dons do empreendimento, que incentiva a aprendizagem dos associados e que possui uma estrutura pouco hierarquizada.

A solidariedade é considerada um valor que possibilita as pessoas se unirem voluntariamente por meio de responsabilidades e de compromissos mútuos, levando à uma interdependência. Sob esta ótica, a solidariedade se torna um valor para a gestão de uma organização cooperativa popular, constituindo-se como base da cooperação e envolve também, a vontade do associado em oferecer ajuda e apoio em diferentes situações. A ajuda mútua - no caso de um empreendimento solidário, a ajuda mútua está imersa na solidariedade, fazendo parte desse valor, contribuindo para a gestão da cooperativa. O interesse comum - é o interesse que vem da coletividade, que representa os cooperados, ou o maior número possível destes, não sendo um interesse individual.

Para que autogestão aconteça o empreendimento deve possuir um processo democrático e participativo. Este é um pressuposto da vontade coletiva e é representado pela participação do associado, com seu voto nas assembleias gerais. Assim, o direito ao voto e seu exercício (o ato de votar), são partes integrantes do processo democrático formal que contribui para a autogestão, sendo consolidada pela igualdade de direitos e deveres de todos os cooperados. Nesse sentido, a prática efetiva dos direitos e deveres dos cooperados assegura a sua participação no processo democrático e autogestionário.

A autogestão também se caracteriza pelo engajamento dos associados, o envolve um esforço adicional por parte do cooperado, que vai além de suas atribuições normais, isto é, de suas funções dentro da cooperativa. O associado deve ser participante ativo nas práticas da cooperativa (engajar-se em atividades), trabalhando sozinho ou em conjunto e construindo identidades em relação a organização.

Que se constitui em um modelo de gestão em que as principais decisões são exercidas exclusivamente pelos donos do empreendimento - os cooperados podem se candidatar ou eleger membros associados para a administração da cooperativa, sendo esta composta pelo presidente e por membros do conselho fiscal e administrativo. Ao escolher os representantes pelo voto, para gerir a cooperativa, não desobriga os cooperados de sua participação no processo decisório, junto as deliberações nas assembleias gerais e ou reuniões. Portanto, são os donos da cooperativa que tomam as decisões pela cooperativa.

Uma organização autogerida busca incentivar a aprendizagem dos associados, e esse incentivo pode estar relacionado a um princípio do cooperativismo, de forma que a administração da cooperativa deve tomar providências para que os cooperados se desenvolvam, a fim de terem condições de atuarem junto a administração ou exercer o seu direito ao voto embasado no conhecimento proporcionado pela aprendizagem formal. Porém, a aprendizagem situada, envolve atividade em que os indivíduos estão comprometidos, podendo ser muito mais significativa para esse modelo organizacional, pode ser ela, resultado do envolvimento e participação dos cooperados nas práticas da organização. Por fim,

trata-se de um modelo de gestão que possui uma estrutura pouco hierarquizada - possui uma proposta de estruturas mais flexíveis quanto a hierarquia.

Para se compreender a tese dessa pesquisa, destaca-se que **as cooperativas** de catadores de materiais recicláveis **são associações autônomas** de pessoas, que se unem voluntariamente para satisfazer desejos e necessidades comuns de seus associados. São entidades de propriedade coletiva, sem fins lucrativos, com participação de todos os associados e gestão democrática. É um empreendimento que atua no mercado em nome de seus associados, denominados cooperados. No caso de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, também denominada de cooperativa popular ou de trabalho, os cooperados são os catadores, trabalhadores autônomos que se associam e são regidos pelos valores e princípios do cooperativismo, que os definem como corresponsáveis pela gestão da cooperativa.

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis são consideradas empreendimentos solidários, e, geralmente, estão associadas ao conceito de economia solidária, buscando promover a redução das desigualdades sociais e também assegurando a inclusão social por meio da cooperação. Desta maneira, se torna uma alternativa de geração de emprego e renda para trabalhadores expostos ao desemprego e ao trabalho informal. Para tanto, a cooperativa procura gerar igualdade econômica para os trabalhadores, proporcionando melhores condições de trabalho para todos os cooperados, que são os donos do empreendimento e que devem participar das principais decisões.

A **participação nas práticas de gestão** pressupõe a condição voluntária dos associados na prerrogativa de sócio (dono da cooperativa) e para tanto, o cooperado deve assumir a cooperativa como sendo sua, possuindo responsabilidades sobre a gestão. Envolve a participação na esfera econômica, social e política da cooperativa, sendo também, o cooperado, participante como usuário das informações geradas sobre aos resultados obtidos pela cooperativa e participante das deliberações da assembleia geral e do processo de escolha de seus legítimos representantes.

Considera-se que a participação é possibilitada pelo processo de aprendizagem e pela vontade que o cooperado tem em decidir e acompanhar os

rumos da organização cooperativa. O cooperado deve participar da vida da cooperativa, isto é, participar do processo democrático em prol do desenvolvimento político, econômico e social da cooperativa, por ser esta um empreendimento comum.

Por **empreendimento comum** considera-se a noção de empreendimento apresentado por Wenger (2001), no qual diz respeito a uma das três dimensões de uma comunidade de prática e que dá origem as relações de responsabilidade mútua entre os envolvidos. Tais relações de responsabilidade incluem o que é ou não importante e o que fazer e não fazer, e está diretamente relacionado com desenvolvimento de um compromisso mútuo e um repertório compartilhado de uma comunidade de prática.

Para Wenger (2011), em um empreendimento comum, os dilemas e as respostas são continuamente negociados, porque os membros compartilham a vontade de se identificar e participar das práticas de sua comunidade. Considera-se também, o que foi apresentado por Gherardi e Nicolini (2014), no qual o empreendimento comum dá origem a relações de relatabilidade mútua entre os envolvidos e essa característica possibilita aos atores sociais comunicarem e compartilharem suas práticas sociais. Contudo, o empreendimento é comum, porque é conjunto, é participativo e pertence aos cooperados e que para tanto, passa por um processo de aprendizagem.

Para apresentar a tese desse estudo, se faz necessário mencionar que a **aprendizagem** é o processo de construção do conhecimento pelo qual os cooperados adquirem competências, por meio dos relacionamentos e da participação. E ao considerar o modelo organizacional em estudo e a Teoria Social da Aprendizagem disseminada por Lave e Wenger (1991) e Wenger (2001), a aprendizagem pode ser construída a partir das práticas de trabalho, consideradas imprescindíveis para os novatos (os aprendizes), membros participantes de uma comunidade de prática, para possibilitar a mudança de comportamentos, e no caso de uma cooperativa, contribuir para a ajuda mútua, a solidariedade, a aquisição conhecimentos das práticas da comunidade e condições de desenvolvê-las e alcançar a plena participação. Assim, a aprendizagem é uma forma de integrar os componentes necessários para caracterizar a participação social (significado, prática,

comunidade e identidade) como um processo de desenvolvimento de conhecimento, de forma que, o cooperado aprenda a trabalhar em grupo ou sozinho,

Para esse estudo, e de acordo com a teoria da aprendizagem situada, fundamentada por Lave e Wenger (1991) a aprendizagem dos indivíduos que pertencem a uma comunidade de práticas, acontece quando o membro do grupo participa das práticas sociais, aprendendo ao executar as atividades e também, ao se relacionar com outros membros participantes das práticas do grupo, negociando e renegociando significados e ainda, criando uma identidade com o grupo.

Nesse sentido, a aprendizagem é um processo que empodera o cooperado para que ele tenha domínio sobre sua própria vida e que participe das práticas sociais e das decisões coletivas da cooperativa, o que contribui para as práticas que levam a autogestão.

Por fim, existe a figura do **gestor público**. Nesse estudo o gestor público é o responsável por planejar, assessorar, coordenar ações e avaliar programas e políticas públicas relacionadas com a correta destinação dos resíduos sólidos do município. Assim sendo, ele é o responsável pela gestão de resíduos sólidos da cidade em que pertence. O gestor público é também, o representante da prefeitura que idealizou o empreendimento para inserir os catadores como cooperados, e por consequência, encontra-se diretamente e regularmente envolvido com as práticas e atividades da cooperativa de catadores. Avalia-se também, que o gestor público ou seu representante, no início das atividades da cooperativa, esteja tomando decisões em nome dos cooperados, por ser ele o principal responsável pela criação da cooperativa.

1.5 ESTRUTURA DA TESE

Esta pesquisa encontra-se dividida em sete seções. A primeira seção é composta pela introdução, a identificação do problema, objetivos da pesquisa, justificativa teórica e prática e o delineamento da tese da pesquisa. Na segunda seção apresenta-se o quadro teórico que fundamenta esse estudo, constituindo-se principalmente pela teoria do cooperativismo e pela teoria social da aprendizagem. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados

nesta tese. Na quarta seção foi apresentado o capítulo de coleta dos dados. Na quinta seção encontra-se as atividades dos cooperados. Na sexta seção foi apresentado o capítulo de análise dos dados, considerando o conjunto das três cooperativas. Na última seção apresenta a conclusão do estudo.

2 QUADRO TEÓRICO

Os fundamentos teóricos que sustentam esta tese constituem-se nos seguintes temas: (i) Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS; (ii) Cooperativismo; (iii) Empreendimento solidário, gestão e autogestão; (iv) Teoria da aprendizagem e das práticas sociais; (v) A teoria da aprendizagem e o cooperativismo popular (vi) Sentido e significado do trabalho para o catador; e (vii) As emoções que permeiam as atividades dos catadores.

Considerando a **TESE** delineada para esta pesquisa: A autogestão só será possível, em cooperativas de catadores de materiais recicláveis (estimuladas pelo poder público), quando a aprendizagem propiciar aos cooperados sua efetiva participação nas práticas de gestão do empreendimento comum, possibilitando minimizar a atuação do gestor público no processo decisório, por reconhecer que essa atuação interfere na autogestão do empreendimento; busca-se compreender a autogestão de três cooperativas de catadores que foram motivadas por órgãos públicos em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Contudo, para atender aos propósitos do presente estudo, percebe-se a necessidade de se conhecer e compreender a teoria do cooperativismo e a teoria social da aprendizagem situada como forma de sustentar a análise dos dados e possibilitar a compreensão do **objeto de estudo**, a autogestão.

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PNRS

Desenvolver estratégias que proporcionem uma forma eficiente à destinação dos resíduos sólidos da sociedade é considerado um dos grandes desafios da modernidade (INSTITUTO ETHOS, 2012). Para que isso aconteça, o Governo Federal aprovou e publicou uma regulamentação de gestão de resíduos sólidos, consolidada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, regulamentada pela Lei 12.305/2010, com o objetivo de apresentar diretrizes, princípios e instrumentos para uma gestão eficiente e sustentável dos resíduos em âmbito nacional.

A Lei que trata da PNRS permaneceu em discussão no Congresso Nacional por vinte e um anos. Seu texto é o resultado da articulação entre as esferas da União, Estados e Municípios, do setor produtivo e da sociedade de modo geral (CANTÓIA, 2012). A PNRS chegou para “transformar a maneira como a sociedade se relaciona com seus resíduos. O que antes era genericamente tratado como “lixo”, agora tem valor e deve servir como base para a construção de novas cadeias de valor e novos negócios” (SEBRAE-MS, 2012, p. 08).

O termo lixo não serve mais para definir o que é descartado diariamente pelas residências, empresas e órgãos públicos. Aquilo que, no passado, foi apontado como lixo deve ser chamado atualmente de resíduo sólido (SEBRAE-MS, 2012). De acordo com o texto da Lei 12.305/2010, em seu art. 3º: resíduo sólido é todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas (BRASIL, 2010b). Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, resíduos sólidos são conceituados como “resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial agrícola, de serviços e de varrição” (ABNT, 2004, p. 1).

A produção de resíduos sólidos urbanos no Brasil cresceu mais que a taxa de crescimento populacional urbano e a destinação correta deve estar de acordo com o plano municipal de gestão integrada, ou com o plano de gerenciamento de resíduos sólidos. Para que isso aconteça, a PNRS, em seu art. 18 e art. 55, estabeleceu que a elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é condição necessária para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União (BRASIL, 2010b).

2.1.1 A PNRS e inclusão social

A Lei 12.305/2010 tem por desígnio contribuir para solucionar o problema causado pelo aumento dos resíduos e a necessidade de sua correta destinação. Para tanto, prevê em seu Art. 18. § 1º, inciso II, a prioridade no que diz respeito ao acesso aos recursos da União para os municípios que “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de

materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2010b). Quanto a isso, nota-se um estímulo à inserção de indivíduos, catadores, que foram excluídos do mercado de trabalho. Tal incentivo é possibilitado com a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Godoy (2009, p. 37) compreende que “as dificuldades de acesso ao emprego tem motivado a formulação de políticas públicas voltadas para a geração de trabalho, através de programas que incluem formas autogestionárias de produção, distribuição, troca e consumo”. Esta pesquisadora reconhece que municípios e estados têm implantado sistemas de capacitação, apoio e fomento a grupos de trabalhadores que buscam, coletivamente, inserir-se no mercado de trabalho.

Ferraz e Cavedon (2008, p. 2), chamam a atenção ao mencionar que “a massa de excluídos do mercado de trabalho tem aumentado, daí a necessidade de encontrar formas alternativas de inclusão social. Uma delas é a Economia Popular Solidária”. Pedro Demo (1998), citado por Ferraz e Cavedon (2008, p. 4), alerta que “a exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação, tanto mais drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares de precariedade marcada pela não-pertença e impotência”. Demo (2008, p. 19) relata que “a pobreza material é sempre marcante, mas esta condição nova passaria também pela perda do senso de pertença, dando a entender que tais populações experimentariam o sentimento de abandono por parte de todos, acompanhando a incapacidade de reagir”.

Em conformidade com a pesquisa publicada por Ferraz e Cavedon (2008) sobre a exclusão e inclusão social de mulheres, foi observado que a Economia Popular Solidária representou para as mulheres que participaram da pesquisa mais do que a geração de renda, elas descobriram um local para a socialização e uma nova referência social. Nesse sentido, percebe-se que a economia solidária proporcionou uma capacidade de reação contra a pobreza.

Tendo em vista que a PNRS procura incentivar a criação de cooperativas para estimular a inclusão, destaca-se que:

A inclusão social se dá mediante a formação de novos papéis de referência. A perda de referência desses papéis propicia a exclusão, como é o caso da perda de referência do papel de trabalhadora. Todavia, a inclusão social se

dá mediante a formação de novos papéis de referência (FERRAZ; CAVEDON, 2008, p. 1).

Ao pertencer ao quadro de associados de uma cooperativa, o catador passa a viver coletivamente em uma organização onde desenvolve diferentes papéis e “ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 103).

Complementando o assunto, a inserção de um indivíduo em uma cooperativa popular é importante para a criação de novos papéis que servem de referência social e, nesse caso específico, o cooperado, além de ter uma atividade remunerada, é o dono do empreendimento e assim, possui diferentes ocupações que são admitidas como novos papéis. Estes, uma vez percebidos e vivenciados pelo cooperado, contribuem para sua inclusão social. Não obstante, os papéis, estão relacionados com forma em que as obrigações são assumidas pela conduta humana e com o processo de internalização da realidade social, “implicando em um conjunto esperado de obrigações e direitos socialmente partilhados que variam de acordo com a posição do indivíduo frente a seus “semelhantes” (MARTINS, 2013, p. 73).

2.2 COOPERATIVISMO

Schneider (2012) expõe que, no início da Revolução Industrial, muitos pensadores procuraram apresentar soluções à questão social. Esses pensadores, considerados socialistas utópicos, tornaram-se os precursores do cooperativismo. Hernández (2005) destaca que o pensamento do socialismo utópico concentrou toda a sua atenção sobre o problema econômico e social. Sua crítica foi apontar diretamente os defeitos do capitalismo industrial.

Entre os utópicos, destacam-se, na Inglaterra Robert Owen (gestão operária), na França, Saint-Simon (associação de operários), Pierre Proudhon (mutualismo), Charles Fourier (imagina resolver os males sociais por meio dos falanstérios – pequenas comunidades – unidade de produção autossuficiente), Michel Derrion (cooperativas de consumo), Louis Blanc (oficina social, ideias associativas) e Philippe J. Benjamin Buchez (defendeu a tese de associação cooperativa de

produtores livres – cooperativas de produção) (PINHO, 1982; HERNÁNDEZ, 2005). Os utópicos se preocuparam com “as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo e destacam a ideia de associação como ação emancipadora da classe trabalhadora, em que se organizam os interesses da classe trabalhadora por meio da autoajuda e não a partir do poder político” (SCHNEIDER, 2013, p. 255).

Por Robert Owen (1771-1858) ser considerado um dos precursores do cooperativismo e, precisamente, respeitado como sendo o pai do cooperativismo, recebe um destaque especial neste texto. A princípio, destaca-se que Owen é “considerado en cierta forma discípulo de Saint-Simon, a partir de cuya teoría las doctrinas cooperativas empiezan a perfilarse con características diferenciadas” (HERNÁNDEZ, 2005, p. 178).

O cooperativismo surgiu em uma época de miséria proletária e de opressão, sob o impulso do mesmo espírito que o sindicalismo e o socialismo. No entanto, o que distingue as cooperativas de outras formas organizadas de ação operária é “seu caráter emancipacionista e essencialmente construtivo, de baixo para cima, em contraposição aos sindicatos, que são organismos de defesa e de reivindicação junto ao regime capitalista, ou aos partidos socialistas que tentam atuar como poder político” (SCHNEIDER, 2013, p. 255).

Como resultando das transformações decorrentes da Revolução Industrial e a reação às precárias condições de trabalho a que os operários estavam expostos, surge a primeira cooperativa, em Rochdale, Manchester, na Inglaterra em 1844, em um contexto de estratégia de sobrevivência de trabalhadores, a partir de uma situação de greve e de demissão em massa (BUNCHAFT; GONDIM, 2004; SCHNEIDER, 1999; SCHNEIDER, 2013; VEIGA; FONSECA, 2001). A primeira cooperativista surgiu na Inglaterra por meio do movimento de vinte e oito tecelões pobres que fundaram uma cooperativa de consumo denominada *Rochdale Society of Equitable Pioners*, cujo objetivo era encontrar formas para melhorar a situação econômica de seus fundadores (FAIRBAIRN, 1994).

Considerando o modelo organizacional e o contexto social e econômico da Revolução Industrial, Cristofolini (2014, p. 253) destaca que “cooperativismo surgiu e se mantém até os dias atuais baseado na necessidade de os homens se unirem

para solucionar alguns de seus problemas comuns mediante a cooperação de todos”. Para o autor, esse tipo de sociedade cooperativa “como um instrumento de ação, capaz de viabilizar um sistema de ajuda mútua em que pessoas que possuem necessidades comuns, se associam, voluntariamente, para, mediante o exercício de um esforço conjunto de modo que satisfaça suas necessidades”.

Schneider (2013) observa que o diferencial cooperativo acontece porque a organização está a serviço de seus associados, que opta por privilegiar a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua entre os associados, denominados cooperados; que por sua vez, procuram dirigir e controlar a organização.

2.2.1 A cooperativa: conceitos, valores e princípios

No entendimento de Crúzio (1999, p. 40) a cooperativa é conceituada como a “união de pessoas cujas necessidades individuais para o trabalho, para a comercialização ou para a prestação de serviços em grupo e respectivos interesses sociais, políticos e econômicos se fundem nos objetivos coletivos da associação”. Faria (2009) expõe que a cooperativa tem sido conceituada como uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerida. De forma geral, apresentam-se três diferenças fundamentais da cooperativa para com outros modelos organizacionais: a propriedade coletiva, a solidariedade e a gestão democrática.

No Brasil, convém mencionar que a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas (BRASIL, 1971). De acordo com essa lei, em seu art. 4º, as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

Para a Aliança Cooperativa Internacional “uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida” (ICA, 2016). A *International Co-*

operative Alliance – ICA, foi fundada em 1895, sendo a organização de cúpula para as cooperativas em todo o mundo. Tal órgão mundial tem a função preservar e defender os princípios cooperativistas.

No mesmo sentido, Irion (1997, p. 45) destaca que a palavra cooperativa se refere ao “empreendimento que atua no mercado em nome dos associados, chamados cooperados ou cooperadores”. A cooperativa atua em um ambiente fortemente influenciado por questões políticas. Por sua vez, estabelece forte ligação entre cooperados e cooperativa. Assim sendo, os participantes constroem as relações de lealdade, compartilham interesses e oferecem possibilidades de mútua sustentação (SIMIONI; *et al.*, 2009).

Soto (2011) declara que as cooperativas atuam dentro do sistema capitalista, praticando a gestão democrática e a igualdade entre os cooperados. Complementando, Araújo e Silva (2011, p. 44) consideram que as cooperativas pertencem ao sistema do cooperativismo e esse tem por propósito “o bem-estar social, a promoção das pessoas, seu autodesenvolvimento (não assistencialismo), tornando-as mais conscientes e autossustentáveis”. Dessa forma, o cooperativismo “impulsiona a melhoria de qualidade de vida dos cooperados e da comunidade que faz parte” (p. 44).

Vale destacar que, além de constituir a cooperativa, os trabalhadores de Rochdale, elaboraram conjuntamente todo um corpo de ideias e regras gerais que determinavam a estrutura e o funcionamento da cooperativa baseados em princípios morais e de conduta, justificando assim a iniciativa e que, depois, passaram a constituir os fundamentos doutrinários do cooperativismo (VEIGA; FONSECA, 2001). Argumentando sobre do compartilhamento doutrinário, Zylbersztajn (2002, p. 2) explica que embora a doutrina não seja homogênea e universal, ela “criou as bases para uma linguagem comum, permitindo que se faça referência a um movimento cooperativista internacional, devidamente estruturado e regido, institucionalmente, pela Aliança Cooperativista Internacional”.

Contudo, no cooperativismo, a ideologia é compreendida como um sistema de cooperação que se consolida por meio de seus princípios e valores. Esse sistema é reconhecido como adequado, participativo, justo, democrático e indicado para

atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, de forma que favoreça o desenvolvimento dos associados por meio do coletivo (VEIGA; FONSECA, 2001). No mesmo sentido, Irion (1997) afirma que a base doutrinária do cooperativismo é constituída por seus valores e princípios. Os valores caracterizam-se por seu caráter abrangente e perene no tempo e os princípios são adaptáveis. “O valor dá origem e precede o princípio [...]. Os valores ocupam posição superior na hierarquia da doutrina cooperativista” (p.47). Assim, para Irion, “os princípios interpretam os valores e fazem a ponte entre a teoria e a prática cooperativista” (p. 47).

O elenco de valores, princípios e normas que o cooperativismo propõe “é um paradigma que ajuda a orientar a ação dos cooperadores no seu empenho em prol da realização dos objetivos da cooperação” (SCHNEIDER, 2013, p. 254). Assim, percebendo a importância dos valores e princípios do cooperativismo, eles estão apresentados a seguir.

No entender de Irion (1997, p. 47), “os valores ocupam posição superior na hierarquia da doutrina cooperativista”, de tal forma que, os princípios interpretam os valores e fazem a ponte entre a teoria e a prática cooperativista. Para o pesquisador os princípios transformam ideias em ação e que os “valores são permanentes e os princípios podem ser adaptados às circunstâncias relativas ao local e ao tempo em que é posta em prática a doutrina cooperativista” (p. 47).

2.2.1.1 Valores do cooperativismo

Os valores básicos do cooperativismo são: solidariedade, liberdade, democracia, justiça social e equidade. No entender de Schneider (2013), valores são ideias e orientações fundamentais ao processo da cooperação. “Os valores constituem as “ideias-força” a partir das quais emanam a energia motivadora e a inspiração para a ação cooperativa, que é regida por princípios” (SCHNEIDER, 2013, p. 258).

a) Solidariedade: “a solidariedade é a base da cooperação. Empreendimentos em comum exigem pessoas solidárias, dispostas a estabelecer vínculos entre si,

baseados no apoio mútuo” (IRION, 1997, p. 49). Para Lisboa (2005, p. 3) “solidariedade só é verdadeira se nasce da adesão voluntária. Ela não pode se dar de cima para baixo, apenas como resultado de políticas estatais”.

b) Liberdade: esse valor não se restringe ao direito de se associar ou sair da cooperativa, refere-se à liberdade fora da cooperativa e relativa dentro dela, por ser limitada pelas regras da organização (IRION, 1997).

c) Democracia: pressupõe a manifestação da vontade coletiva e só tem significado com a participação dos cooperados nas reuniões, do direito de opinião e da oportunidade do direito no exercício das funções administrativas. A cooperativa pode ser conhecida como uma organização democrática, pela prática do voto e pelo fato dos cooperados decidirem em conjunto os caminhos da organização para cumprir sua missão (IRION, 1997).

d) Justiça social: No cooperativismo, a justiça social é possibilitada pela promoção dos associados e dos trabalhadores não cooperados. A promoção não se dá apenas de forma econômica, ela acontece pelo incentivo à educação, cultura, qualidade de vida, oportunidades de trabalho e realização pessoal (IRION, 1997).

A justiça social é um tema controverso, de amplo debate no âmbito das ciências sociais. Seu caráter impreciso decorre das diversas abordagens encontradas acerca do tema, que ora a concebem como derivada de um procedimento institucional vinculado à justiça formal e de base material, ora a concebem como procedente da conduta individual vinculada à ética e à moral (PIZZIO, 2016, p. 355).

Pizzio (2016, p. 357) observa, que o ato justo ou injusto se manifesta como resultado do tratamento dispensado por um indivíduo a outro em situações cotidianas. “É correto afirmar que a qualificação desse ato depende da maneira como os membros de uma comunidade ou agrupamento aplicam as regras e normas uns aos outros nas interações sociais”.

e) Equidade: tem um sentido especial quando considerado por três vertentes: associativa, econômica e social. A associativa estabelece direitos e deveres gerais e iguais para todos os sócios, inclusive o direito de participação nas assembleias. A vertente econômica preconiza a participação dos cooperados nos negócios da cooperativa e na sustentação da entidade. Está relacionada à distribuição de sobras de forma proporcional à participação do associado. A vertente social requer da

cooperativa (considerando sua capacidade), a assistir os associados de forma equânime, segundo as necessidades de assistência cada um (IRION, 1997). Logo, pode-se afirmar que a equidade é a observação dos direitos de cada um.

2.2.1.2 Os princípios do cooperativismo

Ao longo da história do cooperativismo, os princípios foram modificados. Sobre isso, Irion (1997) argumenta que a mudança é uma “possibilidade de redefinição dos princípios que torna a doutrina cooperativista dinâmica. A última alteração ocorreu em 1995 pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que redefiniu e divulgou os atuais princípios, considerando sete os princípios básicos.

Os princípios do cooperativismo foram desenvolvidos a partir da necessidade de se estabelecer normas para orientar a estrutura e o funcionamento da organização. Assim, são ideais que fundamentaram o cooperativismo baseado nos princípios morais e de conduta essenciais para o fortalecimento da prática cooperativista (BERTUOL; CANÇADO; SOUZA, 2013). Observa-se que os sete princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática (OCB, 2017).

1º - Princípio da adesão livre e voluntária:

Participar de uma sociedade cooperativa deve ser ação voluntária. As cooperativas devem estar abertas a todas as pessoas aptas a usarem os seus serviços e dispostas a aceitarem responsabilidades dos sócios, sem discriminações de gênero, sociais, racial, política e religiosa (ICA, 2016; FAIRBAIRN, 1994). Para Pinho (2004) o princípio da livre adesão também é conhecido como princípio da porta aberta, por possibilitar o ingresso ou a retirada voluntária do sócio cooperado. Bertuol, Cançado e Souza (2013, p. 10) consideram que “esse princípio está ligado principalmente à liberdade que cada indivíduo tem para decidir como melhor atender suas necessidades e interesses”. Para os referidos autores, esse princípio defende a vontade do cidadão de fazer parte ou não do quadro social de uma cooperativa, garantindo a liberdade de escolha da pessoa de tal forma que não seja possível

integrantes da cooperativa obrigarem um indivíduo a fazer parte de seu quadro de associados. Esse princípio estabelece ainda a não restrição de novos cooperados.

A Lei nº 5.764, que define a Política Nacional de Cooperativismo no Brasil, em seu art. 29, define que o ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvado o disposto no artigo 4º, item I, dispondo que a adesão é voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços (BRASIL, 1971). Esse princípio "também enfatiza que o cooperado deve estar apto a usar os serviços e compartilhar as responsabilidades na cooperativa. Esse aspecto leva ao estabelecimento de normas que regulem a entrada/permanência de cooperados (BERTUOL; CANÇADO; SOUZA, 2013, p. 10).

2º - Princípio do controle democrático pelos sócios:

Também conhecido como princípio da gestão democrática, pelo fato de o membro só ter direito a um voto, não importa quantas ações possui, a cooperativa é uma organização de pessoas, não de somas de capital (FAIRBAIRN, 1994). Crúzio (2000) observa que a principal diferença entre uma cooperativa e uma empresa comum está na forma de se decidir sobre os fins da organização. Em uma empresa, quanto mais capital investido no empreendimento uma pessoa possui, mais influência pessoal ela tem sobre a organização. Diferentemente, em uma organização cooperativa, as decisões se fundamentam no princípio de "um membro um voto", ou seja, em assembleia geral dos sócios (gestão democrática pelos membros). Dessa forma, em uma cooperativa, o poder decisório é distribuído independentemente do investimento individual do cooperado.

Para Fairbairn (1994), os assuntos de gestão de uma cooperativa devem ser administrados por pessoas eleitas ou nomeadas em uma forma acordada pelos membros. No mesmo sentido, Junqueira e Trez (2005, p. 383) observam:

Cada participante é um cooperado que tem direito de expressar sua opinião a respeito de questões referentes aos interesses coletivos. Assim, cada cooperado manifesta-se nas assembleias por seu voto, independente do capital investido na aquisição de cotas, do seu conhecimento técnico e escolaridade. Essa possibilidade de participar do processo de gestão da cooperativa constitui uma das características que a diferencia de outras organizações envolvidas com o trabalho.

Crúzio (2000) declara que esse princípio possibilita tratar da autogestão na cooperativa, por meio da qual, o próprio cooperado exerce a direção e a fiscalização do empreendimento, excluindo a relação empregado-empregador. Possibilita, também, conscientizar os sócios da responsabilidade de todos dentro da cooperativa.

3º - Princípio da participação econômica:

Irion (1997) esclarece que nas cooperativas e em outros empreendimentos sem fins lucrativos, o capital não explora negócios e não é remunerado. De acordo com a OCB (2017), os membros destinam os excedentes conforme as seguintes finalidades: a) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; b) benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e c) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

Assim, os membros contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital das suas cooperativas. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa (AIC, 2016).

4º - Princípio da independência e autonomia das cooperativas:

Ser independente é rejeitar a submissão. Nesse sentido, a autonomia no cooperativismo diz respeito “a capacidade de autogoverno, de estabelecer as próprias leis, regras e garantir a auto-sustentação” (IRION, 1997, p. 117).

As cooperativas são organizações autônomas, de autoajuda, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, inclusive governos, ou quando obtêm capital de fontes externas, o fazem em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa (AIC, 2016; FARIA, 2009).

Esse princípio permite aos associados exigir que todos os membros na cooperativa se responsabilizem pelo acompanhamento e controle da administração interna, considerando a autonomia e a independência nas relações comerciais dentro e fora do empreendimento (CRÍZIO, 2000).

5º - Princípio da educação, treinamento e formação:

Para Singer (2002, p. 42) o princípio da educação deriva da ideia de que “os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles”. Como forma de apoiar esse princípio:

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Eles informam o público em geral - particularmente os jovens e os líderes de opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação (AIC, 2016).

Cabe às cooperativas promover a educação e formação de seus associados, contribuindo para a eficácia das operações cooperativas e estimular o ensino sobre o cooperativismo (VEIGA; FONSECA, 2001). Contribuindo com o assunto, Irion (1997) afirma que o conceito de educação cooperativista nunca se limitou à doutrina cooperativista. Educação tem um sentido amplo, compreendendo a educação formal, treinamento, formação profissional e informações sobre a doutrina. Assim, promover a cultura, a qualificação e capacitação técnica são tão importantes como transmitir conhecimentos doutrinários.

Destaca-se que boa parte do processo de aprendizagem acontece de forma situada, isto é, localizada nas ações das pessoas no tempo, no espaço e no contexto em que se insere. Nesse sentido, os novatos aprendem com os mais experientes e na prática, até conseguirem participar e contribuir para levarem aos outros o que aprenderam por experiência e envolvimento mútuo.

6º - Princípio da cooperação entre cooperativa:

A cooperação intercooperativa envolve as relações entre cooperativas do mesmo segmento, bem como as que existem entre cooperativas de segmentos diferentes (SCHNEIDER, 2013). Assim, ao considerar intercooperação, observa-se que as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais (AIC, 2016). Para o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços entre as cooperativas, viabilizando o setor como atividade econômica (VEIGA; FONSECA, 2001).

7º - Princípio da preocupação com a comunidade:

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades (comunidade externa, o seu entorno) através de políticas aprovadas por seus membros (AIC, 2016). Irion (1997, p. 149) compreende que “ao longo do tempo e a história que demonstra que o movimento cooperativista nasce, se implanta e cresce para resolver situações adversas da população”. Entre tais circunstâncias, “nada mais apropriado que a doutrina declare sua preocupação com a sociedade, colocando-a como princípio doutrinário” (p. 149). Para Cançado (2005), as cooperativas são organizações autônomas e independentes, interessadas no desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Por fim, destaca-se que medir a aplicação dos princípios no dia a dia das cooperativas faz-se importante porque confere às sociedades cooperativas a garantia da manutenção da sua identidade e possibilita o crescimento do empreendimento sem o abandono das principais “regras” que as distingue das demais sociedades (DRUMOND, 2010).

2.3 EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO, GESTÃO E AUTOGESTÃO

Conforme o entendimento de Singer (2002, p. 9), “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”. Para o pesquisador, a solidariedade na economia só acontece se ela for organizada igualmente por todos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar.

Singer (2002) oferece como exemplo de um modelo igualitário a cooperativa de produção ou de trabalhadores (popular), e a considera como um protótipo de uma empresa solidária. Nessa empresa, segundo Singer, todos os sócios teriam a mesma parcela de capital e possuiriam o direito e a responsabilidade de votar em todas as decisões. Observa-se que esse direito refere-se a um princípio do cooperativismo “um homem um voto”, relacionado ao fato de que todos são cooperados e donos do empreendimento.

Se todos os associados são donos, ninguém manda em ninguém? Sobre essa questão, o professor Singer explica que também existe a divisão de trabalho nas cooperativas. No entanto, os sócios elegem seus representantes e, por esse motivo, não existe a competição entre os sócios. Assim, o poder é distribuído pelo voto de cada um (SINGER, 2002). Com o propósito oferecer uma melhor compreensão sobre o modelo de empresa solidária, apresenta-se a seguir uma breve fundamentação sobre a economia solidária e o cooperativismo de trabalho ou cooperativismo popular.

2.3.1 Economia solidária e cooperativismo

Existem cooperativas de diversas formações econômicas e sociais que se diferenciam pelos seus produtos e serviços. No plano nacional, existem os seguintes tipos: agropecuário, crédito, educacional, trabalho, saúde, habitacional, produção, consumo e serviço (VEIGA; FONSECA, 2001), podendo ser distinguidas segundo a identidade dos associados e a natureza de sua atividade (DEMOUSTIER, 2006).

Considerando as cooperativas como um todo (seus diversos ramos de atividades), Antonialli (2000) ressalta em sua tese que é um desafio para as organizações cooperativas encontrarem um equilíbrio entre os diferentes níveis de interesses dos associados, referindo-se aos níveis econômico, social e político. Para esse pesquisador, no nível econômico “os interesses residem no crescimento mútuo do patrimônio do associado e da cooperativa”; no nível social, os interesses estão ligados ao leque de prestação de serviços no qual os associados e familiares possam ser beneficiados”, e por fim, no nível político, “os interesses estão ligados tanto às disputas internas pelo poder como também à competitividade da cooperativa e de seus associados frente a sociedade” (ANTONIALLI; 2000, p. 1).

No entanto, o tipo de cooperativa que se pretende investigar neste estudo é a cooperativa de catadores de materiais recicláveis, também denominada de cooperativa popular ou de trabalho.

Argumenta-se que a conceituação desse ramo do cooperativismo (o popular), é constituído pelo próprio conceito de cooperativa, o que não poderia ser diferente, porque essa é a sua essência. Por sua vez, as cooperativas de trabalho são

entidades coletivas, sem fins lucrativos, com a participação coletiva e gestão democrática, que surge da vontade das pessoas de se associarem para buscar alternativas de trabalho no mercado (JUNQUEIRA; TREZ, 2005). Entre tais elementos, evidencia-se que as dimensões econômicas, sociais e políticas são inerentes ao contexto das cooperativas, como apresentado por Antonialli (2000).

Para Cançado (2005), as principais diferenças entre as cooperativas tradicionais e cooperativas populares seriam a concepção de autogestão e a dimensão política. Sobre a dimensão política da cooperativa popular, o autor destaca:

A partir da autogestão, que pode desencadear um processo emancipatório, onde o cooperado possa reconhecer-se como protagonista de sua história, esta organização ultrapassa as fronteiras das dimensões econômica e social, características das cooperativas “tradicionais”. Além disso, a condição de ser uma organização que surge como reação a uma situação de exclusão social, também tem uma dimensão política (CANÇADO; 2005, p. 13).

Cançado (2005, p.14) considera que a dimensão política dos empreendimentos populares é uma possibilidade de assunção de responsabilidades e participação direta nos resultados, “onde os próprios cooperados podem se perceber como protagonistas de sua própria história, deixando de lado uma postura de “espera de ajuda” e assumindo outra atitude mais proativa e independente”.

Complementando, Pinho (2004, p. 130) esclarece que as cooperativas de trabalho são organizações criadas voluntariamente por trabalhadores e “não resultam da imposição do Estado ou de grupos econômicos, nem do carisma de alguns idealizadores, nem sequer da sustentação de importante volume de capital”.

De acordo com a Lei que rege o cooperativismo no Brasil, Lei nº 05.764, de 16 de dezembro de 1971, em seu Art. 6º, as cooperativas devem ser constituídas de um número mínimo de 20 (vinte) pessoas. Porém, a Lei 12.690 de 19 de julho de 2012, que regulamenta a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, em seu Art. 6º, dispõe que: “a Cooperativa de Trabalho poderá ser constituída com um número mínimo de 7 (sete) sócios” (BRASIL, 2012). Nota-se uma evolução na Lei, o que pode contribuir para a criação de cooperativas de trabalho, uma vez que, é difícil de conseguir a união de vinte pessoas para

formalizar a cooperativa de trabalho. Até 2012, era comum a criação de associação no lugar da cooperativa em função da exigência de no mínimo vinte pessoas.

A Lei nº 05.764, conceitua a cooperativa de trabalho como:

Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho (LEI nº 05.764, Art. 2º, § 1º, 2012). Grifo nosso.

De forma geral, as cooperativas populares ou de trabalho são consideradas empreendimentos solidários e, geralmente, estão associadas ao conceito de economia solidária. Para Pinho (2004), a economia solidária também pode ser denominada de economia social, socioeconomia solidária, economia popular ou economia de proximidade.

Por sua vez, a economia solidária também “é apresentada pelos seus defensores e teóricos, como instrumento de saída para os problemas relacionados ao desemprego e ao processo de desenvolvimento econômico” (MELO, 2013, p. 27).

As organizações formadas a partir dessa nova situação social e econômica dentro do fenômeno da economia solidária são frequentemente chamadas de empreendimentos econômicos solidários e possuem como características os fortes laços solidários em que se baseiam, a busca da autogestão e a promoção do desenvolvimento humano e local. O desenvolvimento humano é idealizado na prática do modelo de autogestão, no qual o indivíduo atua como sujeito em decisões referentes ao empreendimento econômico solidário em que se encontra (MAZZEI; CRUBELLAT, 2011, p. 44).

Segundo Mazzei e Crubellate (2011), independentemente da apreciação de sua forma de gestão, faz-se necessário ressaltar a importância dos empreendimentos econômicos solidários na busca por alternativas aos problemas de desemprego e exclusão social. Complementando, Stahl e Schneider (2013) observam que tais empreendimentos promovem a redução das desigualdades sociais e assegura a inclusão social por meio da cooperação e por isso tem recebido apoio da sociedade. Sobre tal apoio, Cançado (2004, p. 21) considera que “o apoio a empreendimentos solidários tem um viés de inclusão social e de diminuição das diferenças, no sentido de que a renda possa ser distribuída de maneira justa”.

Pinho (2004, p. 174) esclarece que “a economia solidária destaca a pessoa humana como sujeito e o fim da atividade econômica, procurando recuperar a

dimensão ética e humana das atividades econômicas e opondo-se a um modelo econômico único para todas as culturas e todas as sociedades”. Ao apreciar as palavras de Pinho (2004), percebe-se que a proposta da economia solidária não é de substituir o capitalismo, eliminando as classes sociais, mas se apresenta como um outro modelo, e não como um rompimento com o capitalismo.

No mesmo sentido, quando indagado sobre o crescimento da economia solidária em relação ao capitalismo, o Prof. Paul Singer (2016), em entrevista, relatou:

Economia Solidária não é uma alternativa ao capitalismo, ela coexiste com o capitalismo. No Brasil e em inúmeros países, onde existe Economia Solidária, o capitalismo não desaparece, nem corre esse perigo. São formas de organizações econômicas, se quiser chamar de rivais é muita pretensão. O capitalismo é muito mais forte que a Economia Solidária, mas de alguma forma disputam (SINGER, 2016 - relato de entrevista).

O que eu não consigo engolir, não consigo incorporar ao meu raciocínio é que a Economia Solidária esteja acabando com o capitalismo, porque não há essa pretensão, não dá nem para ter. A Economia Solidária não agride o capitalismo em nada a não ser politicamente, eles são de esquerda, são socialistas, apoiam várias organizações políticas de esquerda, mas que acabe com o capitalismo não tem essa pretensão, pelo menos por enquanto (SINGER, 2016 - relato de entrevista).

Contudo, nas últimas décadas, a economia solidária vem crescendo como uma alternativa de geração de trabalho e renda para trabalhadores expostos ao desemprego e ao trabalho informal, ou seja, para os que foram excluídos do mercado capitalista (OLIVEIRA; ZANIN, 2011). Não obstante, para Singer (2002, p. 10), “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Assim, segundo Singer, a aplicação desses princípios gera a união dos trabalhadores e o resultado é a solidariedade e a igualdade.

Desde o final do século passado, a economia solidária no Brasil vem ganhando amplitude como movimento social e também como objeto de políticas públicas dos governos, nas esferas federal, estadual e municipal (OLIVEIRA; ZANIN, 2011). Como exemplo de políticas públicas, novamente nos referimos a Lei 12.305/2010 que incentiva a criação de empreendimentos solidários, tanto cooperativas quanto associações de catadores, para atuar na coleta seletiva e reciclagem. Para Gutierrez e Zanin (2013), os empreendimentos solidários de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis estão sendo criados em diversos

municípios brasileiros como uma alternativa para a humanização e formalização do trabalho, nos quais, além dos serviços de coleta e triagem, também realizam atividades de beneficiamento e comercialização.

Por meio da economia solidária busca-se transformar as relações econômicas em relações sociais, de cooperação e de solidariedade. Para Soto (2011, p.40) “é uma prática econômica ancorada em laços de solidariedade e de reciprocidade”. De tal modo que, unidos com o mesmo propósito, os cooperados dão vida à organização recém instituída e, conseqüentemente, criam a cultura do empreendimento solidário.

Faz-se importante observar que, em uma cooperativa popular, os catadores são os cooperados, trabalhadores autônomos que se associam e são regidos pelos valores e princípios do cooperativismo e da Lei Nº 12.690/2012 (Lei das cooperativas de trabalho), que os definem como corresponsáveis pela administração da cooperativa, ou seja, devem assumir a responsabilidade pela gestão do empreendimento, a autogestão.

2.3.2 Autogestão: Origens, possibilidades e conceitos

Prestes Motta (1980), em sua tese de doutoramento, afirma que Proudhon é considerado o pai da autogestão e o inspirador das experiências autogestionárias. Para Prestes Motta (1980), Proudhon nunca empregou o termo autogestão porque o termo é recente, mas empregou:

o seu conteúdo não restringindo o sentido de uma sociedade autônoma à simples administração de uma empresa pelo seu pessoal. Ele deu, pela primeira vez, à sua concepção, o significado de um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas funções políticas (PRESTES MOTTA; 1980, p. 168).

O pesquisador Prestes Motta (1980) menciona ainda que, para Proudhon, a sociedade autogestionária é autônoma, autoadministrada, que não exige hierarquização e sim a coordenação de suas atividades.

Atualmente, existe uma preocupação sobre novas formas de gestão envolvendo os desafios da gestão social e da organização econômica solidária

diante da lógica neoliberal vigente. Isso nos leva a analisar a autogestão como uma proposta para a atual dinâmica da organização do trabalho e produção, visando diminuir a hierarquia e ampliando as possibilidades no processo decisório (FLACH, 2011).

Desde o fim dos anos 60, do século passado, “a ideia de autogoverno tornou-se, de forma crescente, assunto das discussões políticas em todas as partes do planeta. Foi introduzida na França, para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura ao stalinismo (LECHAT; BARCELOS, 2008, p. 97). Assim, o termo autogestão surgiu no idioma francês no começo dos anos 60 (sec. XX), sendo essa palavra a tradução literal do termo “servo-croata *samoupravlje* (*samo*, sendo o equivalente eslavo do prefixo grego auto e *upravlje* significando aproximadamente gestão)” (ALMEIDA, 1983, p. 1).

Almeida (1983) comenta que a experiência iugoslava nos ajuda a melhorar o que compreendemos por sistema autogestionário, que atualmente caracteriza essa nação que foi constituída por uma série de repúblicas independentes no final da II Guerra Mundial. Segundo o autor, existia um planejamento centralizado compulsório, modelo admitido pela União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), que foi adotado pela Iugoslávia até a introdução do sistema autogestionário em 1950. A partir do rompimento com a URSS, o movimento econômico caminhou no sentido de uma descentralização do país, e, com a descentralização da Iugoslávia, foi introduzido, em 1950, o sistema autogestionário como resultado de um planejamento social.

Entretanto, a participação do Estado na organização empresarial da Iugoslávia foi de cima para baixo, isto é, a gestão foi imposta e a participação pelo governo ocorreu por meio das agências de supervisão, existindo um controle social por parte do Estado em detrimento das formas espontâneas de participação. Essa constatação levou o professor Almeida a concluir, que “o regime ora vigente na Iugoslávia, uma vez caracterizada a grande participação do Estado na vida do país; impedindo um sistema autogerido, pode ser denominado de cogestão” (ALMEIDA, 1983, p. 49-50). Para Almeida, esse modelo deu início ao que chamamos de autogestão e que se trata de um sistema constrangedor, da forma como foi originalmente desenvolvido.

O modelo de autogestão da Argentina ...

A grande crise na Argentina de 2001, uma das maiores crises econômicas, sociais e políticas da história recente, provocou a falência e o fechamento de dezenas de empresas naquele país, o que ocasionou a ocupação dessas empresas por seus trabalhadores (RUGGERI, 2009). Lá, as empresas foram deixadas nas mãos dos trabalhadores ou abandonadas pelos empresários. Por esse motivo, os trabalhadores assumiram as empresas que faliram, pararam suas atividades e a produção foi retomada na ausência do antigo proprietário (OZAROW; CROUCHER, 2014).

A história das empresas recuperadas na Argentina é relativamente recente e estreitamente relacionada com os efeitos da política econômica neoliberal sobre a estrutura produtiva do país e das condições dos fenômenos do mundo do trabalho desde sua formação, pois está diretamente ligada ao fechamento das indústrias e ao desemprego em massa. Tais empresas chamaram a atenção mundial a partir da crise de 2001, juntamente com outras expressões de mobilização social que viveu o país. Mas, o que foi atraente neste fenômeno não foi a recuperação das fábricas, o extraordinário, foi o esforço dos trabalhadores, que foi visto por muitos como um novo capítulo da história mundial da autogestão (RUGGERI, 2009).

Para os trabalhadores, a ocupação não era desejada, mas era uma necessidade para preservar seus empregos e alimentar as suas famílias. Para esse fim, os trabalhadores resolveram assumir a produção das organizações como construção de alternativas ao desemprego em massa. Mais de dez mil trabalhadores de diversas profissões assumiram o controle das empresas, cerca de 150 fábricas, e enfrentaram todos os tipos de dificuldades para evitar o destino de milhões, o desemprego estrutural (RUGGERI, 2009).

O termo empresa recuperada surgiu pelos próprios trabalhadores, a ERT era um conceito utilizado por eles, os protagonistas do processo, pois envolveu a noção de ocupação de uma empresa preexistente. Eles procuraram destacar o fato de que a denominação era uma recuperação por aqueles que perderam o trabalho. Essa recuperação foi também da economia do país pela luta dos trabalhadores, que não é

necessariamente anticapitalista, mas contou com o apoio do sindicalismo argentino (RUGGERI, 2009).

Surge, assim, a experiência argentina de autogestão, durante uma depressão social e econômica ligada a uma crise mais ampla de legitimidade política de elite. A formação de empresas recuperadas representou uma tentativa de recuperar postos de trabalho em um contexto de alto desemprego (OZAROW; CROUCHER, 2014).

Uma característica importante das Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores (ERTs) foi o registro como cooperativa de trabalhadores, sendo, em alguns casos, de forma cogestionada. A cooperativa foi considerada o tipo de organização que legalmente adaptou-se às condições e que obteve algumas vantagens importantes, incluindo alguns cortes de impostos e a possibilidade de ser reconhecida como a continuidade do negócio (RUGGERI, 2009).

Ozarow e Croucher (2014) destacam que, pelo menos 87 por cento das ERT sobrevivem hoje. O número delas passou de 161 em 2004 para 309 em 2013, duplicando o número de trabalhadores envolvidos. Esse foi o resultado de muitas características positivas. Dentre elas, os autores mencionam uma maior dignidade aos trabalhadores por aumentar sua voz no processo de produção e a ajuda para com a inclusão social, fornecendo empregos para pobres.

No entanto, essas cooperativas criadas pelo governo operaram de acordo com os princípios capitalistas tradicionais, e mais, o status legal das ERTs (o de cooperativa), muitas vezes era problemático. Embora o reconhecimento legal tenha sido alcançado ao adquirir um status "de cooperativa", poucos tribunais reconheceram os trabalhadores como proprietários legais de suas instalações de produção (OZAROW; CROUCHER, 2014).

Outro problema eram as grandes disparidades salariais e, ainda, as decisões eram delegadas a um conselho administrativo em vez de uma assembleia de trabalhadores (OZAROW; CROUCHER, 2014). De acordo com Ruggeri (2009), outra dificuldade estava relacionada com a melhoria da economia Argentina nos anos seguintes. Muitos cooperados qualificados em diversas atividades deixaram a empresa autogerida com ofertas de salários mais altos por empresas concorrentes. Alguns encontraram outro emprego mais rentável e, muitas vezes, não combinaram

a renda com os trabalhadores menos qualificados. Por fim, observa-se que o cooperativismo e a autogestão são ideias associadas à história do movimento internacional, e a história cooperativa Argentina é a mais importante da América Latina nas últimas décadas.

Contudo, no que se refere as empresas autogestionárias da Argentina, é difícil encontrar uma identidade de cooperado, uma vez que os membros da maioria das ERTs referiam-se a si mesmos como trabalhadores, ao invés de cooperados autogestionados (RUGGERI, 2009).

Considerando os dois modelos históricos de autogestão, a experiência da Iugoslávia e da Argentina, torna-se importante, nesse momento, conceituar o que chamamos de autogestão, heterogestão e cogestão, modelos de gestão que se apresentam importantes para esta pesquisa.

Autogestão, heterogestão e cogestão

Sobre a gestão do modelo empresarial solidário, Singer (2002) considera que a principal diferença entre economia capitalista e solidária encontra-se na forma como as empresas são administradas. Como mencionado anteriormente, em uma economia capitalista “a administração é hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo” (SINGER, 2002, p. 16-17). Esse modelo de gestão é denominado de **heterogestão** e, segundo o autor, não permite que todos tenham as mesmas informações sobre o processo produtivo e decisório. Nesse caso, os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para cumprirem suas atividades, em função da hierarquia a que são submetidos.

Em uma organização solidária, a gestão ocorre de forma democrática, ou seja, pratica a **autogestão**. De acordo com a Lei que regulamenta a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, “considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e

as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei” (LEI 12.690/2012 § 2º, 2012).

Nesse modelo de organização, “as ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos, na gestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos” (SINGER, 2002, p. 18). Para o professor Singer, a maior autoridade é a assembleia geral, que conta com a participação e todos os cooperados (associados) para que juntos adotem diretrizes que devem ser cumpridas por todos, incluindo os responsáveis pela administração. Da mesma forma, Misoczky, Oliveira e Passos (2004) consideram que a assembleia geral é órgão máximo de deliberação.

A respeito da **cogestão**, observa-se que se trata de uma forma de gestão conjunta, uma forma de “gerir junto” (FARIA, 2009). Para Almeida (1983, p. 50) a cogestão é realizada por tecnocratas e Estado, “numa estrutura autogestionária que não possui os quesitos para se classificar como tal (divulgação da informação, caráter espontâneo individual e coletivo, autogestão do organismo político)”. Faria (2009, p. 227), apresenta o exemplo da Alemanha, onde “os trabalhadores assalariados da República Federal da Alemanha (RFA) possuem direitos de cogestão e participação das empresas ou de grupo empresarial”. A participação e a cogestão dos trabalhadores assalariados são exercidas pela comissão de trabalhadores e o Parlamento Alemão. Os trabalhadores participam do planejamento e das decisões importantes, escolhem a diretoria e participam do controle da empresa de forma que a cogestão está no âmbito do planejamento e das decisões. Assim, a participação nas decisões ocorre por meio dos representantes dos trabalhadores no conselho fiscal da empresa. Por sua vez, a cogestão harmoniza o direito do trabalho e a aplicação de normas e princípios (FARIA, 2009).

Singer (2002) aprecia a gestão das cooperativas criadas pelos pioneiros como um exemplo de cogestão. Segundo o professor Singer (2002, p. 44), os pioneiros “não eram autogestionários, mas cogestionários. A sua administração era partilhada por representantes dos acionistas (que não trabalhavam na cooperativa) e dos trabalhadores dela” o que levou à instabilidade porque os interesses eram contraditórios. Isso ocorreu porque os pioneiros de Rochdale foram os primeiros a abrir sucursais em várias partes da cidade e em outras cidades.

Sobre a autogestão, Lechat e Barcelos (2008, p. 97) afirmam que “o conceito de autogestão é na prática um conceito que interpela. Primeiro, pelo seu conteúdo político; segundo, pela dificuldade de ser praticado por muito tempo e, finalmente, pela polissemia do termo”, sendo usado também nas empresas capitalistas. “O princípio da autogestão parte do pressuposto filosófico e político de que os homens são capazes de se organizarem sem dirigentes” (LECHAT; BARCELOS, 2008, p. 97).

Crúzio (1999) assegura que a participação dos cooperados no processo decisório e no controle da respectiva execução possibilita a influência dos cooperados no desempenho dos fluxos das comunicações e na reestruturação das funções e dos respectivos órgãos. Para tanto, é necessário conhecer a organização e se informar sobre suas atividades.

Corroborando com o assunto, destacam-se as palavras de Singer (2002) ao afirmar que a autogestão se realiza quando todos os sócios se informam do que ocorre na organização e conhecem as alternativas disponíveis para a solução dos problemas da empresa. Com a participação e ao longo do tempo, os associados passam a conhecer melhor as diretrizes da empresa e, assim, conseguem tomar decisões mais acertadas. Conseqüentemente, resolvem muitos problemas recorrentes. Segundo o autor, “o fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos” (SINGER, 2002, p. 19).

Para que o associado conheça melhor a empresa solidária, é imprescindível um esforço adicional. Singer compreende que esse esforço vai além das funções normais, além de se cumprir as tarefas de seu cargo. “O esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam” (SINGER, 2002, p. 19). Contudo, para Singer, o esforço adicional torna-se desgastante quando aparecem os conflitos e o associado tem que se envolver e tomar partido. Outro fato que desgasta o indivíduo e afeta diretamente o esforço adicional são as cansativas reuniões que acontecem.

Singer observa que a recusa pelo esforço adicional e o desinteresse por parte dos sócios, necessários para uma prática democrática, se apresenta como sendo o maior inimigo da autogestão. O professor Singer (2002, p. 20) complementa, afirmando que “em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção, para que ela decida em lugar deles”. Por esse motivo, o autor reflete que a prática autogestionária corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço.

Singer (2002) defende que empreendimentos solidários devem praticar a autogestão, considerando sua origem solidária e de autoajuda, e suscitar de seus associados o esforço adicional, conhecendo os problemas e participando do processo decisório, porque essa é uma característica da economia solidária. Em outras palavras, Cançado (2004) compreende que a atuação dos dirigentes do empreendimento solidário está profundamente relacionada à autogestão, seja pela inércia dos cooperados em relação a participação dos associados, ou ainda pela atuação de forma restritiva pelos dirigentes da cooperativa.

Torres, Alcantara e Irala (2004) chamam atenção para a característica da cooperação nas organizações autogerida, afirmando que a cooperação apresenta-se como um conjunto de técnicas e processos que grupos de indivíduos aplicam para a concretização de um objetivo final ou a realização de uma tarefa específica, contrapondo-se à ideia de competição.

Etimologicamente, cooperação significa a “prestação de auxílio para um fim comum” (PINHO, 2004, p. 116). Segundo a autora, a cooperação refere-se a um processo social no qual as pessoas entrem-se para alcançar o mesmo objetivo. Para Singer (2002) a cooperação ocorre por meio dos interesses e objetivos comuns dos cooperados (associados) que produzem a união dos esforços e capacidades, conferindo uma responsabilidade solidária pelo trabalho e partilha dos resultados. No entender de Frantz (2001), a cooperação é a atuação consciente dos indivíduos em direção a um fim comum, pela qual as atividades dos participantes são coordenadas através de negociações e acordo. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas a respeito dos quais precisam falar, argumentar e decidir.

Entre outras razões, destaca-se que, para cooperar, os associados envolvem-se primeiro em um processo de aprendizagem, no qual o cooperado aprende na prática o que é ajuda mútua, cooperação, compromisso mútuo e participação, termos que, às vezes, confundem-se, mas são importantes para que o cooperado participe ativamente, envolvendo-se nas práticas da cooperativa. Diante dessas considerações, mencionam-se as palavras de Wenger (2009), quando observou que a participação não se refere apenas a eventos locais de engajamento em certas atividades com certas pessoas, mas a um processo mais abrangente em que os participantes constroem identidades em relação à comunidade de prática em que está inserido.

Por fim, menciona-se que sem o engajamento nas práticas sociais não se alcança a plena participação, que é um requisito importante para a aprendizagem situada. Se o cooperado não assumir uma atitude proativa em direção a sua participação como membro da comunidade, mesmo que seja uma participação na condição de aprendiz das práticas do trabalho, incluindo o de gestão, não alcançará o domínio do conhecimento e de práticas coletivas.

Assim, percebe-se a importância da Teoria Social da Aprendizagem, como uma lente que pode contribuir com o pesquisador na busca de investigar, analisar e entender o objeto de estudo e, assim, encontrar respostas para a questão de pesquisa apresentada.

2.4 TEORIA DA APRENDIZAGEM E DAS PRÁTICAS SOCIAIS

Considerando os estudos sobre aprendizagem, destaca-se que, para Wenger (2009, p. 210) existem “tipos diferentes de teoria da aprendizagem. Cada uma enfatiza diferentes aspectos da aprendizagem, e cada uma é, portanto, útil para diferentes fins”. Conforme Wenger, as diferenças cogitam um determinado foco em uma fatia do problema multidimensional da aprendizagem e, “em certa medida, refletem diferenças mais fundamentais nas suposições sobre a natureza do conhecimento, do saber e dos conhecedores e, conseqüentemente, sobre o que importa na aprendizagem” (p. 210).

Wenger (2009) comenta que o tipo de teoria social da aprendizagem que propõe não é uma substituição de outras teorias que abordam diferentes aspectos dos problemas, mas a busca por desenvolver um quadro conceitual, considerando o que importa sobre o aprendizado e sobre a natureza do conhecimento, do próprio conhecimento e dos conhecedores. Dessa forma, Wenger (2001 e 2009) avalia que somos seres sociais, que o conhecimento é uma questão de competência, o saber é uma questão de participação. Complementando o assunto, Gherardi considera que “o conhecimento não é o que reside na cabeça de uma pessoa, ou nos livros, ou nos bancos de dados. Conhecer é ser capaz de participar com a necessária competência na complexa teia de relações entre pessoas, artefatos materiais e atividades” (GHERARDI, 2014, p. 5).

Antonello (2007a, p. 56) observou que “aprender significa desenvolver competências por envolvimento num processo contínuo e dinâmico de aprendizagem. Como tal, a aprendizagem não é apenas reprodução, mas também reformulação e renovação do conhecimento e das competências a partir da interação dos indivíduos”. A aprendizagem, segundo a autora, “se manifestou em novos pensamentos e ações, mudanças de comportamento e atitudes e visões subjacentes e, no redesenho de práticas e processos organizacionais” (p. 43). Antonello (2007b, 224) “as pesquisas sobre aprendizagem nas organizações têm se revelado cada vez mais importantes para que se possa não só compreender como, também, intervir em processos de mudança organizacional” (ANTONELLO, 2007b, 224). Segundo essa pesquisadora, investigar este fenômeno envolve compreender como as pessoas, individualmente e coletivamente, pensam, decidem e agem ao se defrontarem com os desafios cotidianos em suas atividades de trabalho.

Sobre a teoria social da aprendizagem, Wenger explica que o foco principal é a aprendizagem como participação social. “A participação, aqui, não se refere apenas a eventos locais de engajamento em certas atividades com certas pessoas, mas a um processo mais abrangente de ser participantes ativos nas práticas das comunidades sociais e construir identidades em relação a essas comunidades” (WENGER, 2009, p. 210). Sobre o que é o engajamento, Wenger (2010) afirma que engajar-se em atividades é a relação mais próxima com uma prática - fazendo coisas, trabalhando, sozinho ou em conjunto, conversando, usando e produzindo artefatos.

Antonello e Godoy (2010, p. 316) afirmam que o conceito de participação na perspectiva sociológica “lança luzes no fato de que a aprendizagem não ocorre somente na mente dos indivíduos, mas origina-se e sustenta-se na participação deles em atividades sociais”.

Wenger (2009, p. 211), complementa que, “uma teoria social da aprendizagem deve integrar os componentes necessários para caracterizar a participação social como um processo de aprendizagem e de conhecimento” e tais componentes são compreendidos pelo significado, prática, comunidade e pela identidade. Wenger (2009) menciona ainda que significado, prática, comunidade e identidade, são elementos que estão profundamente interligados e se definem mutuamente.

Wenger (2001, p. 75) observa que o foco na prática “não é uma perspectiva mecânica”. Não inclui somente os corpos e não apenas cérebros, mas além disso, “é o que dá significado aos movimentos dos corpos e o funcionamento dos cérebros” (p. 75). O autor complementa que, no final, são os significados produzidos que importam e considera que “a prática é sobre o significado como uma experiência da vida cotidiana” (p. 76).

Ao mencionar a vida cotidiana, abre-se um parêntese para destacar que o mundo da vida cotidiana “é uma província de significado dominada e estruturada pelo que Schutz chama de “atitude natural”, de modo que o mundo é, desde o início, não o mundo do indivíduo privado, mas um universo intersubjetivo, compartilhado por todos nós, e no qual não temos um interesse teórico, mas eminentemente prático” (GHERARDI 2014, p. 7). Gherardi esclarece ainda que tanto na vida cotidiana quanto nas organizações, pessoas e grupos criam conhecimento negociando os significados de palavras, ações, situações e artefatos materiais, contribuindo para um mundo social, constantemente reconstituído pelas atividades daqueles que constantemente negociam significados em suas comunidades.

2.4.1 Negociação de significados e aprendizagem

Diretamente relacionado com a interação social encontra-se a aquisição de significados. Signo é alguma coisa que significa outra coisa. Como exemplo de signo, podemos mencionar as palavras e os gestos. Os significados de palavras e gestos são construídos socialmente e, portanto, são contextuais. Assim, uma palavra pode representar algo em uma língua e pode não significar nada em outra. De outra forma, dentro de um mesmo contexto, neste caso, na mesma língua, determinados signos podem não significar nada para um indivíduo que jamais teve oportunidade de captar seus significados em suas interações sociais (MOREIRA, 2008). Por interação social, Moreira (2008, p. 5) infere que é “o veículo fundamental para a transmissão dinâmica (de inter para intrapessoal) do conhecimento social, histórica e culturalmente construído. Essa interação implica um mínimo de duas pessoas intercambiando significados”.

No entender de Wenger (2001), o significado é localizado em um processo que se chama negociação de significado. Tal processo envolve a interação de dois outros processos, que Wenger chamou de **participação e coisificação** (reificação); por sua vez, “a participação e reificação formam uma dualidade que desempenha um papel fundamental para a experiência humana de significado e, portanto, para a natureza da prática” (WENGER, 2001, p. 76). Wenger (2010, p. 180) enfatiza que a aprendizagem significativa nos contextos sociais exige que, tanto a participação como a reificação, estejam em interação. “A participação e a reificação representam duas linhas de memória entrelaçadas, mas distintas. Ao longo do tempo, sua interação cria uma história social de aprendizagem, que combina aspectos individuais e coletivos”.

Wenger (2010) considera que cada comunidade se empenha na produção de sua própria prática, através da negociação de significado. Para Wenger (2000) é por meio da negociação do significado que a prática é produzida ao longo do tempo, por aqueles que se dedicam a ela, o que implica em competência, isto é, compreender o que importa, ser capaz de engajar-se produtivamente na comunidade e utilizar adequadamente os recursos da comunidade, acumulados através da história de aprendizagem. A competência socialmente definida está sempre em interação com nossa experiência e é nessa interação que a aprendizagem ocorre.

No entanto, “a experiência de um significado não é produzida a partir do nada, mas também não é simplesmente uma realização mecânica de uma rotina ou de um procedimento” (WENGER, 2001, p. 76). Segundo esse pesquisador, tudo o que fazemos e dizemos pode se referir ao que foi feito e dito no passado, e, se voltamos a produzir uma nova situação, uma nova impressão, uma nova experiência: produzimos significados que ampliam, redirecionam, ignoram, reinterpretam, modificam ou confirmam a história de significados de que são parte, isto é, negociam de novo. Nesse sentido, “viver é um processo constante de negociação de significado” (p. 77).

Wenger (2001) usa o termo participação em seu uso comum, referindo-se a um processo de participação e de relações com outras pessoas. Desse modo, é compreendido como um processo ativo, sugere ação e conexão. O termo participação é usado “para descrever a experiência social de viver no mundo em termos de participação em comunidades sociais e envolvimento ativo em empreendimentos sociais” (WENGER, 2001, p. 80). Sendo assim, a participação é um processo pessoal e social. “É um processo complexo que combina fazer, falar, pensar, sentir e pertencer. Envolve toda a nossa pessoa, incluindo nossos corpos, mentes, emoções e relações sociais” (p. 80).

Nesse sentido, participar de uma comunidade, “é tanto um tipo de ação e uma forma de pertença. Tal participação molda não só o que fazemos, mas também quem somos e como interpretamos o que fazemos” (WENGER, 2009, p. 210). Wenger (2001) destaca que, quando nos envolvemos em uma conversa, de alguma forma reconhecemos nos outros algo de nós mesmos. O que reconhecemos tem a ver com nossa capacidade mútua de negociar significado. Nesta experiência de mutualidade, a participação é uma fonte de identidade. Ao reconhecer a reciprocidade de nossa participação, tornamo-nos parte um do outro. Assim, “uma característica definidora da participação é a possibilidade de desenvolver uma identidade de participação, ou seja, uma identidade constituída através de relações de participação” (WENGER, 2001, p. 81).

O uso que Wenger (2001) faz do termo participação não é equivalente à colaboração. Podendo envolver todos os tipos de relações, tanto conflituosas como harmoniosas, íntimas, políticas, competitivas e cooperativas. A participação em

comunidades sociais molda nossa experiência. Seus efeitos sobre a experiência não se restringem ao contexto específico do seu envolvimento e ainda, como constituinte de significado, a participação é mais ampla do que o simples compromisso na prática.

Ao considerar a reificação, Wenger (2001) afirma que esse é um conceito muito útil para descrever nosso compromisso com o mundo como produtores de significado. Dessa maneira, etimologicamente, o termo reificação significa "tornar-se uma coisa" (coisificar). Para o autor, o conceito de reificação refere-se ao processo de dar forma à nossa experiência, produzindo objetos que refletem essa experiência em "coisa", e ao fazer isso, "criamos pontos de foco em torno dos quais a negociação de significado se organiza" (p. 84).

Nesse sentido, o processo de reificação construído é central para toda prática. "Qualquer comunidade de prática produz abstrações, ferramentas, símbolos, histórias, termos e conceitos que reificam algo dessa prática de uma forma solidificada" (WENGER, 2001, p. 84). Assim, a reificação pode assumir uma grande variedade de formas e pode referir-se tanto a um processo como a seu produto. Com o termo reificação, Wenger busca cobrir uma ampla gama de processos que incluem fazer, projetar, representar, nomear, codificar e descrever, bem como perceber, interpretar, usar, reutilizar, decodificar e reformular. Portanto, no entender de Wenger (2001) a reificação (coisificação) molda nossa experiência da mesma forma que ter uma ferramenta para realizar uma atividade muda a natureza dessa atividade, por exemplo, a digitação de um documento.

Por fim, Wenger (2001) afirma que reificação e participação são processos distintos e complementares, não podendo ser considerados isoladamente, o que pode ser percebido pela figura abaixo.



Figura 1: A dualidade da participação e da coisificação (reificação)

Fonte: Wenger (2001, p. 88)

Wenger (2001, p. 115) observa que o desenvolvimento de uma prática requer tempo e “a negociação do significado é um processo fundamentalmente temporal”, pelo fato de que algumas comunidades de prática existem ao longo do tempo, mas o que define uma comunidade de prática em sua dimensão temporal não é simplesmente uma questão de uma quantidade mínima de tempo. Trata-se de uma questão de manter um compromisso mútuo na busca de uma realização conjunta para compartilhar alguma aprendizagem significativa (WENGER, 2001). A partir desta perspectiva, o autor afirma que uma comunidade de prática pode ser pensada como histórias compartilhadas de aprendizagem.

Considerando isso, Wenger (2001) afirma que, nesse sentido, a história não é nem uma experiência pessoal ou coletiva, nem apenas um conjunto de artefatos e instituições duradouras, mas uma combinação de participação e coisificação, entrelaçadas ao longo do tempo. Wenger (2009, p. 213) acrescenta que colocar o foco na participação tem amplas implicações para o que é necessário entender e apoiar a aprendizagem:

a) Para os indivíduos, significa que a aprendizagem é uma questão de participar e contribuir para as práticas das suas comunidades; b) para as comunidades, isso significa que a aprendizagem é uma questão de refinar sua prática e garantir novas gerações de membros; c) para as organizações, isso significa que a aprendizagem é uma questão de sustentar as comunidades interconectadas de prática através das quais uma organização sabe o que sabe e, assim, se torna efetiva e valiosa como uma organização (grifo nosso).

Avaliando essas implicações, Wenger (2009) lembra que, de acordo com sua experiência, o aprendizado é parte integrante de nossa vida cotidiana. Nesse sentido, é parte de nossa participação em nossas comunidades e organizações e é visto como uma atividade situada. Para Gudolle; Antonello; Flach (2012, p. 17), em determinados momentos, situar significa localizar os pensamentos e as ações das pessoas no tempo e no espaço. Nesse sentido, os autores destacam que, “a abordagem da aprendizagem situada busca entender a atividade dentro do mundo e com ele, vislumbrando o agente, a atividade e o mundo como mutuamente constitutivos e inter-relacionados”.

O aprendizado visto como uma atividade situada tem como característica central de definição, um processo denominado de participação periférica legítima - PPL (LAVE E WENGER, 1991). A participação periférica acontece em face das múltiplas e distintas formas de engajamento dos membros no grupo, bem como pelos seus modos de alocação nos campos de participação definidos pela comunidade de prática (GUDOLLE; ANTONELLO; FLACH, 2012). De acordo com Lave e Wenger (1991), boa parte do processo de aprendizado ocorre de forma situada em ações práticas, possibilitada pela participação periférica legitimada. O termo periférico leva consigo o sentido de que, inicialmente, o novato fica na periferia da comunidade e, com o passar do tempo, aprende e participa mais, o que o conduz para a plena participação.

Para Wenger (2001), aprender é o motor da prática, e a prática é a história da aprendizagem. Em função disso, o mesmo autor chama a atenção para o fato de que os aprendizes (os novatos), inevitavelmente, participam de comunidades de práticas e que o domínio do conhecimento e da habilidade exige que os recém-chegados caminhem para a plena participação nas práticas socioculturais de uma comunidade. Assim, a participação periférica legítima fornece:

Uma maneira de falar sobre as relações entre recém-chegados e veteranos, e sobre atividades, identidades, artefatos e comunidades de conhecimento e prática. É o processo pelo qual os recém-chegados se tornam parte de uma comunidade de prática. As intenções de uma pessoa para aprender estão envolvidas e o significado da aprendizagem é configurado através do processo de se tornar um participante pleno em uma prática sociocultural (LAVE; WENGER, 1991, p. 29).

A forma que a legitimidade da participação assume é uma característica que define as formas de pertença e, portanto, não é apenas uma condição crucial para a

aprendizagem, mas também um elemento constitutivo do seu conteúdo. Complementando, o autor destaca que a participação periférica é sobre estar localizada no mundo social onde as mudanças de localizações e perspectivas são parte das trajetórias de aprendizagem dos atores, do desenvolvimento de identidades e das formas de engajamento (LAVE; WENGER, 1991).

Wenger (2001) considera que a mudança constante faz parte do envolvimento cotidiano na prática e que, em grande parte, passa despercebida. Mesmo quando a mudança causa uma descontinuidade ou uma crise, raramente leva a uma ruptura, de forma que a comunidade não desmorona. No mesmo sentido, as partidas e chegadas (de membros de uma comunidade) não são apenas descontinuidade, as pessoas são substituídas e os recém-chegados são progressivamente absorvidos pela comunidade à medida que começam a contribuir para a sua prática (WENGER, 2001).

2.4.2 Prática, comunidade de prática e aprendizagem

Em seu livro intitulado *Comunidades de prática: aprendizagem, significado e identidade*, Wenger (2001) inicia sua obra expondo a importância da prática em comunidades de prática e considera que a prática é, antes de tudo, um processo pelo qual podemos experimentar o mundo e nosso envolvimento nele como algo significativo. De tal forma, para nos comprometermos em uma prática, podemos agir e interagir, participando de comunidades sociais. Para Lave e Wenger (1998) práticas são propriedades de um tipo de comunidade criada ao longo do tempo pela busca sustentada de um empreendimento compartilhado.

Vale destacar que o termo prática é considerado por Gherardi (2014, p. 6) como sendo:

Um *topos* que conecta “saber” com “fazer”. Ele transmite a imagem de materialidade, de fabricação, de trabalho manual, de habilidade de artesão. Conhecimento, portanto, não surge de “descobertas” científicas; em vez disso, ele é fabricado por práticas situadas de produção e de reprodução de conhecimento utilizando as tecnologias de representação e mobilização.

Assim, nota-se a necessidade de o indivíduo participar das práticas situadas da comunidade ou grupo e, nesse sentido, Gherardi e Nicolini (2014, p. 86) argumentam que “aprender uma prática envolve a participação ativa em um conjunto de atividades com indivíduos específicos que reconhecem esta participação como competência”. Assim sendo, o foco na prática não é meramente uma perspectiva funcional das atividades humanas, pois múltiplos indivíduos estão envolvidos.

Por sua vez, Wenger (2001b) conceitua comunidade de prática como sendo um grupo de pessoas que compartilham um interesse em um domínio de esforço humano e se envolvem em um processo de aprendizagem coletiva, criando vínculos entre eles, por exemplo, uma tribo, uma banda de garagem, um grupo de pessoas trabalhando com problemas semelhantes. No entanto, Wenger (2010, p. 179) considera também que “o conceito de comunidade de prática não existe por si só, faz parte de um quadro conceitual mais amplo para pensar a aprendizagem em suas dimensões sociais”. Para o autor, trata-se de uma perspectiva que localiza a aprendizagem na relação entre a pessoa e o mundo, considerando que o ser humano é uma pessoa social em um mundo social, possuindo uma relação de participação, o social e o indivíduo constituem-se mutuamente.

Para uma melhor compreensão do conceito de comunidades de práticas, é interessante enfatizar a pesquisa de Mendes e Urbina (2015), ao analisarem a evolução das publicações acadêmicas brasileiras a respeito do termo comunidades de prática, visando identificar, ao longo do tempo, o crescimento destas comunidades, assim como as transformações dos conceitos e suas utilizações nos textos acadêmicos. Para esse fim, os autores optaram por considerar relevantes aqueles artigos que explicitam o termo “comunidades de prática” ou “comunidade de prática” em seus títulos. Desse modo, foram selecionados para compor a pesquisa 26 textos completos, dos quais, 4 provenientes de congressos e 22 de periódicos.

Os resultados revelaram que os textos clássicos discutidos na parte teórica do artigo são comumente referenciados na produção acadêmica brasileira. Segundo a pesquisa de Mendes e Urbina (2015), entre as obras mais citadas, a obra de Wenger et al., (2002) “*Cultivating communities of practice*” destacou-se, aparece referenciada em 15 dos 26 artigos analisados, seguida pelos textos de Lave e Wenger (1991) e Wenger (1998).

A pesquisa de Mendes e Urbina (2015) evidenciou que existem modificações terminológicas que vinculam o conceito de comunidades de prática mais aos propósitos dos pesquisadores e de suas pesquisas do que, necessariamente, à compatibilidade desse termo ao que está estabelecido na literatura sobre o tema.

No entanto, destaca-se que nem tudo que se chama comunidade é uma comunidade de prática (WENGER, 2001b e 2006). Portanto, devem-se observar três características fundamentais: o domínio; a comunidade e a prática.

O domínio: uma comunidade de prática não é meramente um clube de amigos ou uma rede de conexões entre pessoas. Tem uma identidade definida por um domínio compartilhado de interesse. [...] A comunidade: ao perseguir seu interesse em seu domínio, os membros se envolvem em atividades e discussões conjuntas, ajudam uns aos outros e compartilham informações. Eles constroem relacionamentos que lhes permitam aprender uns com os outros. [...] os membros de uma comunidade de prática são praticantes. Eles desenvolvem um repertório compartilhado de recursos: experiências, histórias, ferramentas, maneiras de abordar problemas recorrentes - em suma uma prática compartilhada (WENGER, 2006, p. 1-2; WENGER, 2001b, p. 2 – grifo nosso).

A comunidade foca o domínio de interesse compartilhado e não é, necessariamente, algo reconhecido como expertise fora da comunidade. Está intimamente ligado ao envolvimento em atividades, discussões conjuntas e o compartilhamento de informações (WENGER, 2001b). Portanto, os membros de uma comunidade de prática desenvolvem um repertório compartilhado de recursos: experiências, histórias, ferramentas, maneiras de abordar problemas recorrentes - em suma uma prática compartilhada (2001b, e 2006).

Considerando isso, destaca-se que uma comunidade de prática envolve muito mais que conhecimento técnico ou uma habilidade que esteja associada à realização de alguma tarefa específica, na qual os membros estão envolvidos em um conjunto de relações ao longo do tempo, sendo a comunidade de prática uma condição intrínseca para a existência do conhecimento (LAVE; WENGER, 1991; 1998). Porém, o domínio é o que conecta e sustenta os membros de uma comunidade e oferece um senso de empreendimento comum. A comunidade, por sua vez, encontra-se em busca dos interesses do seu domínio, formando-se em torno de seu domínio e construindo relacionamentos por meio de participações nas atividades da comunidade (WENGER, 2006).

Wenger (2001) observa que é necessário associar a prática à formação de comunidades, e, ao associar a prática à comunidade, o autor menciona que não está argumentando que tudo o que alguém poderia chamar de comunidade é definido pela prática ou tem uma prática específica à ela. Para o Wenger, associar prática e comunidade faz duas coisas: **a)** oferece uma caracterização mais manejável do conceito de prática - em particular, diferenciando-a de termos menos manejáveis como cultura, atividade ou estrutura; **b)** define um tipo especial de comunidade: uma comunidade de prática.

O argumento básico feito por Lave e Wenger (1998) e Wenger (2008) é que as comunidades de práticas estão em toda parte e, normalmente, pertencemos e estamos envolvidos em várias delas - seja no trabalho, na escola, em casa ou em nossos interesses cívicos e de lazer. Em alguns grupos, somos membros centrais, em outros, periféricos.

Complementado, Wenger (2010, p. 182) comenta que “as comunidades de prática naturalmente não são isoladas, fazem parte de sistemas sociais mais amplos que envolvem outras comunidades (assim como outras estruturas como projetos, instituições, movimentos ou associações)”. Para o autor, o mundo social inclui uma miríade de práticas, quando vivemos e aprendemos através de uma multiplicidade de delas. Destarte, “pertencemos a várias comunidades de prática ao mesmo momento. E as comunidades de prática às quais pertencemos mudam ao longo de nossas vidas. Na verdade, as comunidades de prática estão em toda parte” (WENGER, 2009, p. 212).

Wenger (2006, p. 1) menciona ainda, que “comunidades de prática são grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou paixão por algo que fazem e aprendem a fazer melhor quando elas interagem regularmente” (WENGER, 2006, p. 1). De tal forma, as comunidades de prática desenvolvem-se em torno de coisas que são importantes às pessoas. Como resultado, suas práticas refletem a compreensão dos membros sobre o que é importante. Obviamente, restrições ou diretrizes externas podem influenciar esse entendimento, mas, mesmo assim, os membros desenvolvem práticas que são sua própria resposta às influências externas (WENGER, 2008).

Por conseguinte, ao associar prática e comunidade, Wenger (2001) apresenta três dimensões da prática como propriedade de uma comunidade: **a)** compromisso mútuo; **b)** uma empresa conjunta; e **c)** um repertório compartilhado.

Ao considerar o compromisso mútuo, Wenger (2001, p. 100) afirma que é essa a primeira característica da prática como fonte de coerência de uma comunidade, “a prática existe porque as pessoas estão envolvidas em ações cujos significados negociam mutuamente [...]. A prática reside em uma comunidade de pessoas e nas relações de mútuo compromisso pelo qual elas podem fazer o que elas fazem”. Ao fazer referência às ações, vale mencionar que, para Gherardi (2014, p. 44), as teorias da prática veem as ações como “realizando-se” ou “acontecendo”, como desempenhadas por meio de uma rede de conexões em ação, como mundo vivido, incorporando experiências individuais, coletivas, sociais, sensoriais e práticas.

Apesar disso, ressalta-se que a adesão a uma comunidade de prática é uma questão de compromisso mútuo. Ser incluído no que importa é um requisito para estar envolvido na prática de uma comunidade, assim como o envolvimento é o que define a pertença (WENGER, 2001).

Contudo, se o que torna uma comunidade de prática uma comunidade é o engajamento e compromisso mútuos, então, é um tipo de comunidade que não implica homogeneidade. Dessa maneira, “o que torna o compromisso na prática possível e produtivo é tanto uma questão de diversidade como uma questão de homogeneidade” (p. 102). Por conseguinte, “as relações mútuas de compromisso são tão propensas a dar origem à diferenciação quanto à homogeneização” (WENGER, 2001, p. 103).

De forma mais geral, cada participante de uma comunidade de prática encontra um lugar único e ganha uma identidade própria, que se vai integrando e definindo cada vez mais por meio do compromisso na prática. Essas identidades se entrelaçam e se articulam mutuamente por meio de um compromisso mútuo, mas não se fundem (WENGER, 2001, p. 103).

A ideia de que a aprendizagem envolve “um processo de aprofundamento da participação em uma comunidade de prática ganhou terreno significativo” (LAVE; WENGER, 1998, p. 1) e, desse modo, as comunidades de prática também se tornaram um foco importante no desenvolvimento organizacional.

O compromisso cria relações entre as pessoas, uma vez que, a maioria das situações que envolvem o compromisso interpessoal sustentado gera suas próprias tensões e conflitos. Nesse sentido, quando é sustentado, conecta os participantes de formas que podem tornar-se mais profundas do que semelhanças mais abstratas em termos de características pessoais ou categorias sociais. Assim sendo, uma comunidade de prática pode tornar-se um nó muito apertado de relacionamentos interpessoais. Considerando isso, vale destacar que o compromisso mútuo envolve não apenas nossa competência, mas também a competência dos outros. O compromisso conjunto baseia-se não apenas no que fazemos, mas também no que sabemos, bem como em nossa capacidade de nos conectar de forma significativa com o que não fazemos e o que não sabemos, ou seja, com as contribuições e o conhecimento dos outros (WENGER, 2001).

Ao considerar a segunda característica da prática como fonte de coerência de uma comunidade, o processo de negociação de uma empresa conjunta, Wenger (2001) apresenta três pontos que contribui para uma empresa se manter unida a uma comunidade de prática: **a)** é o resultado de um processo coletivo de negociação que reflete toda a complexidade do compromisso mútuo; **b)** ela é definida pelos participantes no próprio processo de empreendê-la; **c)** não é uma simples meta estabelecida (declarada), mas cria entre os participantes relações de responsabilidade mútua que se tornam parte integrante da prática. Gherardi e Nicolini (2014, p. 87) complementam esse assunto afirmando que:

Está comprometido em um empreendimento comum dá origem a relações de relatabilidade mútua entre os envolvidos. O sentido do que fazemos deve tornar-se relatável tanto para nós mesmos quanto para as pessoas que nos rodeiam. A relatabilidade mútua é, portanto, um processo que consolida a aprendizagem mediada pelas diferenças de perspectivas, formando, assim, identidades e formas culturais específicas.

Por fim, destaca-se que a negociação de um empreendimento comum (conjunto) dá origem às relações de responsabilidade mútua entre os envolvidos e tais relações de responsabilidade incluem o que é importante e porque é importante, o que fazer e não fazer, o que prestar atenção e o que ignorar, o que falar e o que não dizer, o que justificar ou não (WENGER, 2001).

A terceira característica da prática como fonte de coerência comunitária é o desenvolvimento de um repertório compartilhado de uma comunidade de prática, o

que para Wenger (2001, p. 110), “inclui rotinas, palavras, ferramentas, formas de fazer as coisas, histórias, gestos, símbolos, gêneros. Ações ou conceitos que a comunidade produziu ou adotou no curso de sua existência e que se tornaram parte de sua prática”. Esse pesquisador afirma que repertório é “um conjunto de recursos compartilhados de uma comunidade para destacar, por um lado, seu caráter ensaiado e por outro, sua disponibilidade para um posterior compromisso com a prática” (p. 111).

Por fim, conclui-se esse tópico lembrando que o termo comunidade de prática é um vocábulo relativamente recente e permitiu fornecer uma perspectiva útil sobre o conhecimento e a aprendizagem (WENGER, 2006), uma vez que, “as comunidades de prática são formadas por pessoas que se envolvem em um processo de aprendizagem coletiva em um domínio compartilhado do empreendimento humano” (WENGER, 2006, p. 1). Isso posto, observa-se que a aprendizagem tem a ver com o desenvolvimento de nossas práticas e de nossa capacidade de negociar significado, não é apenas a aquisição de memórias, hábitos e habilidades, mas a formação de uma identidade (WENGER, 2001).

2.4.3 Identidade e aprendizagem

Lave e Wenger (1998; 2002) afirmam que o foco na participação na prática social implica um foco direto no indivíduo. Os autores destacam que os aspectos individualistas do foco cognitivo, característico da maioria das teorias de aprendizagem, parecem apenas concentrar-se na pessoa.

Na realidade, porém, a participação na prática social - subjetiva tanto quanto objetiva - sugere um foco muito explícito na pessoa, mas como pessoa-no-mundo, como membro de uma comunidade sociocultural. Este foco, por sua vez, promove uma visão de conhecimento como atividade de pessoas específicas em circunstâncias específicas (LAVE; WENGER, 2002, p. 169).

No mesmo sentido, Wenger (2010) observa que o foco no aspecto social da aprendizagem trata-se de uma ênfase na pessoa como um participante social, considerando a capacidade de se empenhar completamente, como uma entidade de criação de significado para quem o mundo social é um recurso para constituir uma identidade.

Ao considerar isso, destaca-se que:

O conceito de identidade é um elemento central da teoria da aprendizagem, tão fundamental e essencial como comunidade de prática. Ele age como uma contrapartida ao conceito de comunidade de prática. [...] O foco na identidade cria uma tensão entre competência e experiência. Acrescenta uma dimensão de dinamismo e imprevisibilidade à produção da prática à medida que cada membro luta para encontrar um lugar na comunidade (WENGER, 2010, p. 181).

Como um aspecto da prática social, a aprendizagem envolve a pessoa inteira; de forma que provoca não apenas uma relação com atividades específicas, mas uma relação com as comunidades sociais (LAVE; WENGER, 1991), para tanto, “implica tornar-se um participante pleno, um membro, um tipo de pessoa. Nessa visão, a aprendizagem só parcialmente [...] implica tornar-se capaz de estar envolvido em novas atividades, de desempenhar novas tarefas e funções, de dominar novas noções” (LAVE; WENGER, 2002, p. 169).

Portanto, o envolvimento e a experiência da pessoa são ativamente constituídos, moldados e interpretados através da aprendizagem, criando uma experiência de conhecimento, o que envolve muito trabalho de identificação e, nesse processo, a prática, a comunidade e os relacionamentos tornam-se parte da identidade da pessoa (WENGER, 2010).

Para Lave e Wenger (1991), atividades, tarefas, funções e entendimentos não existem isoladamente, são partes de um sistema mais amplo de relações, nas quais possuem significado. Os sistemas de relações surgem dentro de comunidades sociais, são reproduzidos e desenvolvidos nas comunidades de práticas que, por sua vez, são sistemas de relações entre pessoas. “A pessoa é definida por essas relações, tanto quanto as define. Ignorar este aspecto da aprendizagem é ignorar o fato de que a aprendizagem envolve a construção de identidades” (LAVE; WENGER 2002, p. 170). Nesse sentido, aprender implica em tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades possibilitadas pelos sistemas de relações (LAVE; WENGER, 1998).

Complementando o assunto, Lave e Wenger (1991, p. 53) alegam que “considerar a aprendizagem como uma participação periférica legítima significa que a aprendizagem não é simplesmente uma condição para tornar-se membro, mas é em si mesma uma forma em evolução do tornar-se membro”, isto é, de envolver-se

como membro. Assim, os autores concebem as identidades como relações de longo prazo, vivas, entre as pessoas e seu lugar e sua participação nas comunidades de prática. Portanto, para Lave e Wenger, a identidade, o conhecimento e o pertencimento social implicam um ao outro.

Sobre a participação e sua relação com a formação de identidades, Wenger (2001, p. 118) destaca que:

A participação é uma fonte de lembrança e de esquecimento, não só por meio de nossas memórias, mas também mediante a criação de identidades e, em consequência, mediante nossa necessidade de reconhecer a nós mesmos em nosso passado. [...] Nossa interpretação da memória em função de uma identidade é tão importante quanto as marcas no cérebro para a criação de uma continuidade em nossa vida.

Por conseguinte, o foco na identidade também acrescenta uma dimensão humana à noção de prática, portanto existe uma profunda conexão entre identidade e prática e assim, os membros reconhecem-se como participantes. Em consequência, a prática implica uma negociação de modos de ser dos participantes que estão inseridos no contexto. Os participantes lidam com a questão da negociação pela maneira como eles se envolvem mutuamente em ação e assim, relacionam-se uns com os outros. Inevitavelmente, nossas práticas lidam com a profunda questão de como ser um ser humano. Nesse sentido, a formação de uma comunidade de prática é também a negociação de identidades (WENGER, 2001).

As práticas transmitem identidades que são exibidas em ocasiões apropriadas. As experiências das pessoas em, com e dentro das práticas tornam-se incorporadas em suas identidades, nas posições sociais que ocupam, no *status* que elas exibem enquanto representam o conjunto de práticas, e também quando não as desempenham. As identidades profissionais estão ligadas a um conjunto de práticas institucionais, mas elas também são desempenhadas fora da profissão (GHERARDI, 2014, p.11).

Na análise de Wenger, os paralelos entre a prática e a identidade estão resumidos no quadro a seguir:

la práctica como...	la identidad como...
<ul style="list-style-type: none"> • negociación de significado (en función de la participación y la cosificación) • comunidad • historia compartida de aprendizaje • límite y paisaje • constelaciones 	<ul style="list-style-type: none"> • experiencia negociada del yo (en función de la participación y la cosificación) • afiliación • trayectoria de aprendizaje • nexo de multifiliación • afiliación definida globalmente pero experimentada localmente

Quadro 1: Paralelismos entre a prática e identidade

Fonte: Wenger (2001, p. 188).

Esses paralelos constituem um nível de análise que apresenta a identidade e a prática como imagem espelhada uma da outra. Contudo, Wenger (2009) considera ainda que a identidade é uma maneira de falar sobre como a aprendizagem muda quem somos e cria histórias pessoais de tornar-se no contexto de nossas comunidades, sendo as histórias pessoais resultados de nossa experiência negociada.

Experiência negociada do “eu”

O compromisso na prática nos oferece certas experiências de participação e o que nossas comunidades prestam atenção nos reifica (coisifica) como participantes. Para tanto, nossa participação torna-se reificada, isto é, são os rótulos que usamos que adquirem significados mais profundos (WENGER, 2001). Considerando nosso compromisso na prática, o autor destaca que a experiência da identidade na prática é uma forma de estar no mundo de forma que quem somos reside na maneira de viver no dia a dia, não apenas no que pensamos ou dizemos sobre nós mesmos, embora, naturalmente, isso forma parte da nossa maneira de viver.

A identidade na prática se define socialmente, não apenas porque é coisificada no discurso social do eu e das categorias sociais, mas também porque se produz como uma experiência viva de participação em suas comunidades concretas (WENGER, 2001, p. 189).

Nesse sentido, Wenger (2001, p. 192) argumenta que a identidade na prática surge de uma interação de participação e reificação e “como tal, não é um objeto,

mas um constante tornar-se. O trabalho da identidade está sempre acontecendo. A identidade não é um núcleo primordial de personalidade que já existe”. Uma identidade é uma superposição de camadas de eventos de participação e reificação, pelos quais nossa experiência e interpretação social se conformam mutuamente. À medida que nos deparamos com nossos efeitos no mundo e desenvolvemos nossas relações com os outros, “essas camadas vão se superpondo, isto é, se construindo uma sobre a outra, para produzir nossa identidade como um entrelaçamento muito complexo de experiências participativas e projeções reificativas” (WENGER, 2001, p. 189).

Unindo participação e reificação, mediante a negociação de significado, construímos quem somos. Da mesma forma que o significado existe em sua negociação, a identidade existe (não como um objeto em si), mas no trabalho constante de negociação do eu. “É neste jogo em cascata de participação e reificação que nossa experiência de vida se torna uma experiência de identidade, e em consequência, da existência e da consciência humana” (WENGER, 2001, p. 190).

2.4.3.1 Adesão à comunidade - filiação

Nossa filiação constitui nossa identidade não apenas por meio de indicadores reificados de nossa filiação, mas também pelas formas de competência que ela implica. Nesse sentido, a identidade é uma experiência e uma demonstração de competência que não requer uma imagem explícita de si mesmo, nem uma autoidentificação com uma comunidade ostensiva (WENGER, 2001). No entanto, existem dimensões da prática como propriedade de uma comunidade, o compromisso mútuo; um empreendimento comum e um repertório compartilhado e tais dimensões também são relevantes em relação à identidade.

Ao considerar o compromisso mútuo, Wenger (2001, p. 190) observa que “em uma comunidade de prática, aprendemos certas maneiras de nos envolver em ação com outras pessoas. Desenvolvemos certas expectativas sobre como interagir, como as pessoas se tratam e como trabalhar em conjunto”. Dessa forma, tornamos quem somos por sermos capazes de desempenhar um papel nas relações de compromissos mútuos. Desse modo, “a competência ganha seu valor por sua

própria parcialidade” (p. 190). Como identidade, isso se traduz em uma forma de individualidade definida em relação a uma comunidade. É uma maneira de fazer parte de um todo por meio do compromisso mútuo.

Segundo Rocher (1989), as pessoas encontram-se sujeitadas às normas que definem qual deve ser o papel que devem desempenhar no grupo a qual pertencem. Esse irá se sobrepor às diferenças individuais e guiar suas ações, como no caso dos papéis de cada membro da família, da mesma forma que no ambiente familiar refere-se ao conjunto de ações que caracterizam a função de um indivíduo na sociedade.

Ao considerar outra dimensão da prática como propriedade de uma comunidade, o empreendimento comum, destaca-se que à medida que investimos em um empreendimento, as formas com as quais somos capazes de contribuir fazem-nos olhar para o mundo de certas maneiras. “Isso nos leva a entender certas condições e a considerar certas possibilidades” (WENGER, 2001, p. 191). Como identidade, isso se traduz em uma perspectiva, não significando que todos os membros de uma comunidade olham para o mundo da mesma maneira. Assim, uma identidade manifesta-se como uma tendência para se chegar a algumas interpretações, engajar-se em ações, fazer escolhas, e ainda, valorizar certas experiências (WENGER, 2001).

Considerando a participação em uma comunidade, a negociabilidade de um repertório é possibilitada pelo compromisso contínuo na prática, produzindo uma capacidade de interpretar e fazer uso do repertório dessa prática. Assim, reconhecemos a história de uma prática nos artefatos, nas ações e na linguagem da comunidade porque somos parte dela e ela parte de nós. Isso ocorre por meio de uma história pessoal de participação (WENGER, 2001). Como identidade, isso representa um conjunto pessoal de eventos, referências, memórias e experiências que criam relações individuais de negociação com respeito ao repertório de uma prática.

Na interpretação de Wenger (2001), é através do aprendizado que os cenários moldam nossa experiência de nós mesmos; práticas, pessoas, lugares, competência, comunidades e fronteiras tornam-se parte de quem somos. Assim,

identidades tornam-se reflexões personalizadas dos cenários das práticas. Por fim, o autor compreende que “na prática, sabemos quem somos por meio do que nos é familiar, compreensível, utilizável, negociável; e sabemos quem nós não somos pelo que é estrangeiro, opaco, difícil de manejar, improdutivo” (p. 192).

Ao considerar isso, Wenger depreende que a nossa identidade é algo que constantemente renegociamos durante o curso de nossa vida e, à medida que passamos por uma sucessão de formas de participação, nossas identidades formam trajetórias, dentro e entre comunidades de prática.

2.4.3.2 Modos de pertença (afiliação)

Ao iniciar esse tópico, é relevante observar que Wenger (2001 e 2008) apresenta o termo *modos de pertença*, sendo esse termo trabalhado como modo de identificação em Wenger (2010), por ser esse um termo mais preciso. Essa observação foi apresentada na nota de rodapé número três, em Wenger (2010). Observa-se ainda que estamos trabalhando com a edição de 2001, publicada em espanhol (a edição de 1998 foi publicada em inglês).

Para se compreender os processos de formação de identidade e aprendizagem, é necessário considerar três modos distintos de pertença: a) Compromisso (engajamento): é o envolvimento ativo em processos mútuos de negociação de significado; b) imaginação: criar imagens do mundo e ver conexões através do tempo e do espaço, extrapolando de nossa própria experiência; c) Alinhamento: coordenar a nossa energia e atividades, a fim de se encaixar em estruturas mais amplas e contribuir para as comunidades em geral (WENGER, 2001).

Segundo Wenger (2001, p. 227) basicamente, o trabalho do engajamento é o trabalho de formar comunidades de prática. E isso “requer a capacidade de participar de atividades e interações significativas, na produção de artefatos compartilháveis, em conversas de construção de comunidades e na negociação de novas situações” Para o autor, implica também em uma intensidade sustentada em suas relações de mutualidade.

A imaginação é um componente importante da nossa experiência do mundo e do nosso sentido de lugar nele. Pode fazer uma grande diferença para a nossa experiência de identidade e o potencial de aprendizagem inerente às nossas atividades (WENGER, 2001). O termo *imaginação* é usado, muitas vezes, para conotar fantasias pessoais, retirada da realidade, ou conclusões equivocadas. O termo, “ênfatiza o processo criativo de produzir novas "imagens" e de gerar novas relações através do tempo e do espaço que se tornam constitutivas do eu” (WENGER, 2010, p. 119).

Wenger (2001) considera que a imaginação não é apenas um processo individual, considerando que as pessoas contam histórias e isso alimenta uma imaginação coletiva. Dessa forma, a maneira em que as comunidades usam a história para definir um sentido de raízes comuns é um processo totalmente social que passa por toda a imaginação para ver o presente como a continuação de uma herança compartilhada.

Quanto ao alinhamento, Wenger (2001, p. 221) explica que “é um modo de pertença que não se limita ao envolvimento mútuo”. Para esse pesquisador, o processo de alinhamento une o tempo e o espaço para formar comunidades mais amplas, de modo que os participantes tornem-se conectados através da coordenação de suas energias, ações e práticas. Através do alinhamento, tornamo-nos parte de algo grande porque fazemos o que é preciso para desempenhar nosso papel.

Para Wenger (2001), a maioria das coisas que fazemos envolve uma combinação de compromisso, imaginação e alinhamento, e de acordo com a ênfase que é dada em um ou outro, oferece uma qualidade distinta para nossas ações e significados. Uma razão para distinguir entre compromisso, imaginação e alinhamento é que eles exigem diferentes condições e tipos de trabalho.

A fim de apoiar a aprendizagem, o envolvimento demanda um autêntico acesso aos aspectos participativos e reificativos da prática em conjunto. Em termos de participação, o envolvimento requer acesso e interação com outros participantes no curso de seu próprio envolvimento. O compromisso também requer a capacidade e a legitimidade para fazer contribuições para a busca de um empreendimento, para

a negociação de significado e para o desenvolvimento de uma prática compartilhada (WENGER, 2001).

2.5 A TEORIA DA APRENDIZAGEM E O COOPERATIVISMO POPULAR

Para este estudo, é indispensável observar que a aprendizagem é um processo social por acontecer na interação dos indivíduos que participam das práticas sociais. Por isso, destaca-se que o processo de aprendizagem não é um processo individual e sim coletivo e, no caso específico, é imprescindível a participação e interação dos indivíduos na cooperativa. O cooperado é um ator que se encontra inserido na organização e pautado nos valores e princípios do cooperativismo, tem o direito e o dever de participar das atividades da organização, não só nas atividades do trabalho manual, mas também nas atividades do trabalho intelectual, isto é, deve participar das práticas de gestão da cooperativa.

No entanto, para exercer seus direitos e deveres, os cooperados necessitam conhecer a cooperativa como um todo, dominando assim, as práticas sociais desenvolvidas e aceitas pelo grupo, com o propósito de atingir o objetivo comum. Portanto, para que isso seja possível, é importante que cada membro seja um participante ativo, incluindo aprendizes (novatos) e veteranos.

Para Wenger (2001), aprender é o motor da prática e a prática é a história da aprendizagem e, em função disso, Wenger chama a atenção para o fato de que os aprendizes (os novatos) inevitavelmente participem das práticas desenvolvidas pela sua comunidade de prática, exigindo que os recém-chegados caminhem para a plena participação nas práticas socioculturais de sua comunidade. Esse caminhar para a plena participação leva ao domínio do conhecimento e, segundo Wenger (2006), o domínio é o que conecta e sustenta os membros de uma comunidade e oferece um senso de empreendimento comum.

Ao considerar o modelo organizacional em estudo, é importante enfatizar que o tipo de cooperativa que se pretende investigar é a cooperativa de trabalho, também denominada de cooperativa popular, mais especificamente para este estudo, a cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Ao mencionar a cooperativa

popular ou de trabalho, é importante lembrar que uma nova característica se apresenta para esse modelo organizacional e está diretamente relacionada com a lei da PNRS. Assim, em atendimento a nova Lei, os gestores públicos procuram contratar cooperativas ou associações de catadores para a coleta seletiva e, na falta dessas organizações no município, incentivaram sua criação.

Assim sendo, para esta pesquisa, foram analisadas cooperativas de catadores criadas depois de 2010, motivadas ou criadas pelo poder público. No entanto, destacam-se as palavras de Pinho (2004) ao afirmar que as cooperativas de trabalho são organizações criadas voluntariamente por trabalhadores e não resultam da imposição do Estado ou de grupos econômicos. Corroborando com a afirmação de Pinho, Cantóia (2012) lembra que tais empreendimentos não nascem pela ação do Estado, mas da organização coletiva de categorias excluídas.

É importante frisar que existe uma pequena divergência entre o que acontece na prática e o que está reproduzido pela teoria do cooperativismo. Conforme a Lei da PNRS, a cooperativa de catadores pode ser motivada não pela aspiração dos seus membros, mas pela necessidade do órgão público em contratar seus serviços para a coleta seletiva, deixando de ser uma organização criada voluntariamente por seus trabalhadores associados. Esse fato é relevante porque, se o cooperado não idealizar o empreendimento cooperativo, tal condição pode levá-lo a não querer participar das práticas que envolvem o processo decisório, pois tais práticas exigem um esforço que vai além de suas atividades normais.

Retomando a teoria do cooperativismo, mencionando a cooperativa de catadores, é interessante frisar que eles se juntam porque compartilham de uma mesma realidade social (a exclusão social) e assim, busca uma solução baseada no trabalho conjunto. Segundo Gutierrez e Zanin (2013), este tipo de empreendimento solidário é organizado por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária.

Isso posto, observa-se que esta pesquisa envolve a autogestão de cooperativas de catadores que foram motivadas pelo órgão público e cujos membros, provavelmente, não possuíam planos de trabalhar em sua própria empresa. Por conseguinte, essa forma de inclusão de pessoas em uma organização cooperativa pode afetar diretamente a sua gestão, ainda mais por se tratar de uma organização

em que a participação de todos os membros é uma necessidade para uma boa administração, de forma que esse modelo organizacional necessita do engajamento de seus associados em suas diversas atividades, participando ativamente das decisões diárias e das assembleias gerais. O termo participação, segundo Wenger (2001), é usado para retratar a experiência social de viver no mundo em termos de participação em comunidades sociais e envolvimento ativo em empreendimentos sociais. A participação é, portanto, um processo pessoal e social.

A aprendizagem pode possibilitar aos cooperados a competência necessária, para que assumam as funções que lhes são requeridas nesse novo ambiente de cooperação e de ajuda mútua, em que se exige um trabalho conjunto. Referindo-se ao trabalho conjunto e a participação social dos indivíduos como fatores imprescindíveis para a condução das atividades de uma cooperativa popular, observa-se que o foco principal da teoria da aprendizagem é a aprendizagem como participação social. Na concepção de Wenger (2009), a participação não se trata de envolvimento em certas atividades e com certas pessoas, mas de um processo mais abrangente, de serem participantes ativos nas práticas das comunidades sociais e construir identidades em relação a essas comunidades.

Diante de tais considerações, vale refletir sobre as seguintes questões: será que o catador se identifica com o novo trabalho, com suas novas atividades e com a comunidade cooperativa em que foi inserido? Será que o catador consegue participar ativamente do processo de aprendizagem e contribuir para as práticas de gestão da cooperativa? Como é possível a participação do recém-chegado nesse modelo organizacional?

Segundo Wenger (2009), a teoria social da aprendizagem necessita integrar os componentes necessários para caracterizar a participação social como um processo de aprendizagem e de conhecimento, e os componentes são compreendidos pelo significado, prática, comunidade e pela identidade. Para Lave e Wenger (1991), o novato passa por um processo que chamaram de participação periférica legitimada (PPL), que fornece uma maneira de falar sobre as relações entre novatos (aprendizes) e antigos, e sobre atividades, identidades, artefatos e comunidades de conhecimento e prática. Desse modo, para os autores, trata-se do

processo pelo qual os recém-chegados tornam-se parte de uma comunidade de prática.

De acordo com Bispo (2013), as comunidades de prática são importantes por construírem e transmitirem conhecimentos e também por proporcionarem a aprendizagem em grupo. Para Gherardi (2014), as pessoas e grupos criam conhecimento negociando os significados de palavras, ações, situações e artefatos materiais. Portanto, viver é um processo constante de negociação de significado, e, é nesse sentido que Wenger (2001) afirma que em uma nova experiência, produzimos significados que ampliam, redirecionam, ignoram, reinterpretem, modificam ou confirmam a história de significados de que são parte, isto é, negociam de novo.

Wenger (2001) compreende que a prática é um processo pelo qual podemos experimentar o mundo e nosso envolvimento nele como algo significativo. Ao refletir sobre essa afirmação, espera-se que o catador comprometa-se em aprender as práticas da organização, agindo e interagindo, isto é, participando da comunidade de práticas em que foi inserido. Para Gherardi e Nicolini (2014), aprender uma prática envolve a participação ativa em um conjunto de atividades e por essa participação reconhece-se a competência. Para Wenger (2000), a competência diz respeito a ser capaz de engajar-se produtivamente e utilizar adequadamente os recursos da comunidade, acumulados através da história de aprendizagem.

No entanto, estamos nos referindo a participação de catadores na cooperativa. Tais catadores, de um modo geral, possuem um nível de escolaridade muito baixo, têm por costume trabalhar sozinhos, assim não se preocupam com o trabalho conjunto ou até mesmo com a ajuda mútua e, normalmente, não possuem experiência com a gestão organizacional. Não receberam orientações sobre coleta seletiva, resíduos sólidos, segurança no trabalho, trabalho em equipe e também não participaram do processo decisório de uma organização.

Como mencionado anteriormente, provavelmente, os catadores não tinham planos para serem os donos de um empreendimento coletivo e, em algum momento de sua história de vida, foram inseridos em uma cooperativa de catadores para trabalhar com pessoas que não conheciam, que agora são seus sócios e que, como

cooperados, possuem responsabilidades conjuntas e passam a desenvolver um trabalho conjunto, sendo necessária a participação e a competência, e ainda, aprender na prática.

Nesse momento, abre-se um parêntese para inserir uma questão: será que o catador queria ser o dono da cooperativa? Ele estava trabalhando na informalidade, passa ser o dono da organização cooperativa e tem alguns sócios. Conforme a Lei 5.764/1971, vinte associados são requeridos para se registrar uma cooperativa, e esse pode ser o principal motivo de existirem mais associações do que cooperativas de catadores. No entanto, com a promulgação da Lei das cooperativas de trabalho, Lei Nº 12.690/2012, passou a ser exigido, para nesse modelo organizacional, o mínimo de número mínimo de 7 (sete) sócios, o que facilitou a criação de cooperativas de trabalho.

Ao considerar esses aspectos que envolvem a gestão da cooperativa, percebe-se que o catador, normalmente, inicia suas atividades dentro da organização sem condições de tomar decisões em prol da cooperativa por falta de conhecimento, mas possuem necessidades comuns (de alimentação, abrigo, proteção, etc...), compartilhando de uma mesma realidade, a exclusão social. É nesse ponto que entra outro ator social, o funcionário público, mais especificamente, em uma forma reificada, a prefeitura, na busca por atender as especificidades da PNRS. Para esse fim, o gestor público procura firmar contratos com cooperativas ou associações de catadores e, na falta de cooperativas para realizar a coleta seletiva ou a seleção e triagem dos resíduos, acaba motivando a criação desse empreendimento.

Espera-se que o gestor público, ao motivar o catador a se inserir em uma organização cooperativa, possibilite os meios para que os cooperados possam dar seus primeiros passos em busca do conhecimento necessário para exercerem suas atividades como cooperados e ainda, se não bastassem os compromissos com a organização cooperativa, outros compromissos são estabelecidos em função do contrato para a coleta seletiva. Nesse sentido, a capacitação sobre o trabalho a ser desenvolvido, considerando a coleta de resíduos sólidos e a participação na gestão da cooperativa, e conhecimentos específicos sobre o cooperativismo fazem-se necessários para a formação do cooperado. Porém, o processo de aprendizagem

não diz respeito apenas às práticas de aprendizagem estabelecidas (de modo formal), isso é muito mais amplo, pois envolve a aprendizagem como um todo, isto é, como resultado da experiência pela participação na comunidade, uma atividade situada e contextualizada e que é inerente ao domínio do saber fazer na prática.

Assim sendo, os membros de uma cooperativa constroem relações de lealdade, compartilham interesses e oferecem possibilidades de mútua sustentação (SIMIONI, 2009) e têm por propósito o bem-estar social de seus membros e seu autodesenvolvimento (ARAÚJO; SILVA, 2011) e, para atingir tal propósito, é importante também que o cooperado aprenda sobre a doutrina do cooperativismo.

É preciso observar que a cooperativa possui seus valores e princípios. Dentre os sete princípios que constam da Aliança Internacional do Cooperativismo (ACI), destacam-se o princípio da adesão livre e voluntária (está ligado principalmente à liberdade que cada indivíduo tem para decidir como melhor atender suas necessidades e interesses e de compartilhar as responsabilidades na cooperativa. Esse princípio tem relação direta com o valor liberdade); o princípio do controle democrático pelos sócios (as decisões fundamentam-se no princípio de “um membro um voto”, ou seja, em assembleia geral os sócios decidem coletivamente e cada um tem o seu direito ao voto. Esse princípio tem relação direta com o valor democracia - gestão democrática pelos membros, na qual o cooperado tem direito de expressar sua opinião a respeito de questões de interesses coletivos. Esse princípio possibilita e reivindica a participação dos sócios nas práticas de gestão da cooperativa, o que contribui para a autogestão); o princípio da independência e autonomia das cooperativas (as cooperativas são organizações autônomas, de autoajuda, controladas pelos seus membros) (IRION, 1997).

Para que o cooperado tome conhecimento dos valores e princípios, torna-se necessário observar o que Singer (2002) mencionou sobre o ato adicional, ue leva o cooperado ir além de suas atividades normais, comprometendo-se com a organização social. Assim, acredita-se que o comprometimento contribua para que o cooperado busque também conhecer a doutrina do cooperativismo, por se identificar como membro de uma cooperativa e não de uma empresa mercantil comum.

Sobre a participação nas decisões considerando as práticas e estratégias do empreendimento, em uma cooperativa popular, o modelo de gestão é possibilitado pela autogestão. Isso se deve ao fato de os catadores não contratarem um administrador para a cooperativa, ficando a administração sob sua responsabilidade ou do presidente da cooperativa, indicado (pelo voto) em assembleia geral. Para tanto, a autogestão caracteriza-se por laços de solidariedade e da participação ativa dos trabalhadores cooperados (STAHL; SCHNEIDER, 2013), envolve a participação dos cooperados no processo decisório e no controle da execução das atividades. Como mencionado anteriormente, Singer (2002) considera que o maior inimigo da autogestão é o desinteresse do sócio pelos problemas gerais da organização solidária. Trata-se de uma exigência para um esforço adicional dos trabalhadores na organização solidária pois, além de cumprir suas obrigações, a autogestão pressupõe uma preocupação com os problemas gerais da cooperativa, necessitando de uma participação plena.

Para Wenger (2009, p. 210) participar de uma comunidade, “é tanto um tipo de ação e uma forma de pertença. Tal participação molda não só o que fazemos, mas também quem somos e como interpretamos o que fazemos”. Nesse sentido, Bispo (2013) considera que uma prática é algo que dá identidade a um grupo que se organiza a partir dessa prática (ou das práticas) e sua aprendizagem ocorre com as interações dos atores sociais. Portanto, nas comunidades de prática, as relações são criadas em torno de suas atividades e ganham forma por meio das relações sociais e das experiências dos indivíduos que a compõem.

Wenger (2001) complementa que uma característica definidora da participação é a possibilidade de desenvolver uma identidade de participação, ou seja, uma identidade constituída através de relações participativas. Por sua vez, os membros de uma comunidade de prática desenvolvem um repertório compartilhado de recursos, histórias e experiências de uma prática compartilhada.

Para finalizar este tópico, considerando que o modelo organizacional foi motivado pelo órgão público para atender às necessidades da coleta seletiva do município, espera-se que, ao serem inseridos nessa organização coletiva, os cooperados comprometam-se com a cooperativa tomando decisões em nome dela, sem a interferência do poder público quanto a suas decisões e que, com o tempo,

eles alcancem a autogestão do empreendimento. Para que isso ocorra, espera-se também que os cooperados busquem o conhecimento necessário para desempenhar as práticas de gestão da cooperativa, tomando decisões, controlando suas atividades, preocupando-se com o trabalho conjunto, participando das assembleias gerais e decidindo as questões fundamentais da organização.

2.6 SENTIDO E SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA O CATADOR¹

Oliveira *et al.*, (2015) realizaram uma pesquisa com vinte catadores na cidade de Ipatinga-MG e, em seu artigo, comentam que “lixo” era por eles, os catadores, “associado ao que não prestava, a resto de comida, papel higiênico. Enfim, a tudo que não é reciclável e não lhes gerava renda” (p. 8).

De acordo com Oliveira *et al.*, (2015), os catadores chamam a atenção para o valor que é conferido aos materiais que são ou não, capazes de gerar renda ao trabalhador, e assim, o lixo não é lixo, o lixo é o que deixa de ter valor comercial. Ao comentarem isso, os autores explicam que existem aspectos positivos e negativos que envolvem a catação, resultados dos diferentes significados atribuídos ao lixo, interferindo na imagem que o catador faz de si mesmo e de seu trabalho. “A existência desses diferentes significados atribuídos ao “lixo” está relacionada ao modo como os sujeitos se relacionam socialmente e economicamente com ele. Aquilo que é lixo para uma pessoa pode não ser para outra” (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p. 9).

Assim, o termo lixo foi promovido a condição de material reciclável, algo que gera trabalho e renda. Oliveira *et al.*, (2015, p. 12) consideram que os significados facultados ao lixo podem “interferir no engajamento desses trabalhadores em sua atividade, na valorização de seu trabalho como meio de proteção do meio ambiente e na articulação para a obtenção de melhorias em suas condições de trabalho e rendimento econômico”. Diante dessa afirmação, percebem-se alguns significados,

¹ Asbahr (2014. p. 268) em seu artigo intitulado sentido pessoal e significado social, considera que “os significados são mais estáveis, já os sentidos modificam-se de acordo com a vida do sujeito e traduzem a relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados”. A autora também observa, que o sentido é mais pessoal e o significado é mais social, porque os significados são produtos históricos e coletivos, sendo mais duradouros, mas não são imutáveis.

dentre eles, a proteção ao meio ambiente, as condições de trabalho e o resultado econômico. “Lixo e catação são apresentados a partir das vantagens e benefícios que oferecem para a vida da sociedade. Os catadores, em diferentes situações discursivas, insistem na condição distintiva da atividade, de contribuir para a redução dos riscos ambientais” (CUNHA, 2010, p. 168). Para tanto, o lixo precisa ser legitimado para o próprio catador.

Na pesquisa realizada por Cunha (2010) junto a um grupo de catadores, o lixo ganha um outro significado, torna-se sinônimo de sobrevivência. Os materiais recicláveis separados ou catados são transformados em dinheiro e fonte de renda, garantindo a satisfação das necessidades do catador e o sustento dos familiares. Complementando, a pesquisa de Oliveira *et al.*, (2015) revelou que a metade das famílias que compunha o grupo investigado encontra na atividade de catação sua única fonte de sobrevivência. Assim, “a atribuição de novos e positivos significados ao lixo teria efeitos benéficos tanto para o meio ambiente quanto para a geração de trabalho e renda” (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p. 9).

Outro significado pode ser percebido considerando a pesquisa de Miura e Sawaia (2013). Após realizarem uma pesquisa por meio da observação participante, envolvendo cinco catadores, apresentaram que além da satisfação das necessidades, o lixo pode significar uma possibilidade para satisfazer necessidades afetivas construídas nas relações pessoais do convívio do catador.

O lixo é aquilo que é sujo, o que é desprezado, mas para a pessoa que sobrevive dele já não é bem assim; ela passa a senti-lo de outra forma, a ver seu outro lado: o lixo passa a significar a satisfação de suas necessidades tanto básicas quanto de novas possibilidades afetivas e de trabalho (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 339-340).

Ao mesmo tempo em que o lixo é fator marginalizante, já que ali são encontrados os rejeitos da sociedade, ele é também elemento que viabiliza um processo de resignificação por parte do grupo, capaz de integrar pessoas consideradas excluídas do mercado formal, visto ser esta sua única opção de sobrevivência (CUNHA, 2010, p. 171).

O lixo satisfaz algumas necessidades básicas e proporciona “a construção de novos vínculos afetivos, novos bons encontros potencializadores” (MIURA; SAWAIA 2013, p. 339). Isso tudo faz com que o sentido negativo do lixo mude. Assim, para Miura e Sawaia (2013) a construção do sentido do lixo remete à reflexão sobre as condições em que essas pessoas se encontram. Porém, sobre esse assunto,

destaca-se que os catadores encontram-se sob condições que configuram a exclusão social.

2.6.1 A exclusão social e seus reflexos

Medeiros e Macêdo (2006, p. 64) concluem que, atualmente, existe uma crise do trabalho assalariado nos moldes típicos do sistema capitalista, expressa pelo “aumento do desemprego estrutural e precarização do trabalho, exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho e exclusão do convívio social”. Para esses autores, muitas pesquisas abordam a inclusão social tomando como referência principal a situação de desemprego. Essa situação “aparece como elemento fundamental para o direcionamento para a atividade de catação” (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 68). Condição também observada por Cunha (2010) ao afirmar que a atividade da catação é proporcionada pela falta de opção dos catadores no mercado, causada pela diminuição das possibilidades de emprego.

Oliveira *et al.*, (2015, p. 9) ressaltam que:

Num cenário de intensa exclusão social “se encontram os catadores, trabalhando em situações precárias, sem as mínimas condições de salubridade ou conforto, buscando sua sobrevivência e inserção no mundo do trabalho. Inserção esta, totalmente questionada, pois além da falta de condições dignas de trabalho, eles se auto-empregam sem terem nenhum acesso à seguridade social e trabalhista. Isso porque o que recebem na catação não é suficiente nem para sua subsistência, impossibilitando arcar com despesas com a Previdência Social.

Ao analisar as relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis excluídos do mercado de trabalho, percebe-se que “os trabalhadores encontram na catação a possibilidade de garantir sua sobrevivência, mesmo executando um trabalho desprovido de qualquer garantia trabalhista, e, a partir daí, sentem-se novamente incluídos” (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 69-70).

Ao considerar esse tipo de inclusão, após desenvolver uma pesquisa com catadores de duas cooperativas de reciclagem localizadas em Goiânia, Medeiros; Macêdo (2006, p. 66) afirmam que se trata de uma inclusão perversa, uma vez que o catador “é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza”. Os autores apontam para o trabalho precário, suas condições insalubres e

de periculosidade, a falta de reconhecimento social e a ausência total de garantias trabalhistas e, ainda, a falta de acesso à educação e ao aprimoramento técnico.

A ausência de todos os direitos trabalhistas, uma característica do trabalhador informal, como o catador não associado a uma cooperativa, por exemplo, “gera preocupação e sofrimento aos catadores, pois s não contariam com nenhuma proteção trabalhista, caso fossem afastados por problemas de saúde e/ou acidentes de trabalho” (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 68).

Sobre esse assunto, Miura e Sawaia (2013, p. 331) observam que do ponto de vista sociológico, “tornar-se catador é mais um exemplo da inclusão diferenciada ou da inclusão perversa, o que significa a inserção social dos excluídos, dos marginalizados, daqueles que não têm outro lugar na sociedade do trabalho a não ser como catadores de materiais recicláveis”.

No entanto, do ponto de vista psicossocial, “essa ocupação é sentida por muitos deles como fonte de dignidade, sim, e modo legítimo de se obter renda, uma vez que conseguem dessa maneira se inserir como trabalhadores, diferenciando-se dos ladrões” (p. 332). Para Oliveira *et al.*, (2015, p. 9) a dualidade trabalho versus marginalidade, presente no cotidiano do catador, “acabava sendo uma das grandes motivações para o enfrentamento de uma atividade tão precária e discriminada na busca pela sobrevivência. Chegaram a afirmar que preferiam ser considerados “pobres honestos” a “sujeitos perigosos””.

Nesse momento, pode-se apresentar o trabalho do catador como fonte de dignidade e de sofrimento. Como fonte de dignidade aparece quando o catador apresenta um trabalho com função social muito importante, principalmente relacionada às questões ambientais, como mencionado anteriormente. Apresenta-se também como fonte de dignidade quando o catador faz parte de uma organização, como o associativismo ou cooperativismo. No discurso dos entrevistados da pesquisa realizada por Cunha (2010, p. 169), para o catador associado a uma organização, “existe uma necessidade de se diferenciar dos catadores considerados marginais, dos renegados pela sociedade. Não querem ser confundidos com a imagem negativa do catador de rua, ligada ao universo do álcool, das drogas e de crimes”.

Neste aspecto, o associativismo e cooperativismo são a grande arma para diferenciá-los dos demais. O catador associado desenvolve suas atividades de catação ou de classificação usando uniforme e crachá que o identifica, sendo esse um elemento apontado na pesquisa de Cunha (2010, p. 166) como “um símbolo de diferenciação entre o catador organizado e o de rua”.

Como fonte de sofrimento estão o preconceito e a discriminação da sociedade para com os catadores. Na fala de uma catadora (Elizabeth) que compõe a pesquisa de Miura e Sawaia (2013, p. 335) pode-se observar: “basta reparar nas ruas como as pessoas reagem diante do catador: ou xingam por estarem atrapalhando o trânsito, ou atravessam a rua para não passar perto deles”. Isso também foi narrado pelo catador entrevistado: Caio, outro catador apresentado na mesma pesquisa, também concorda com a discriminação afirmando que existe muito preconceito na sociedade para com o catador e que “muitos catadores sentem vergonha em catar, tanto que muitos preferem trabalhar na triagem a catar na rua, para não serem vistos” (p. 335).

Caio explica que, se tornar catador é suportar o peso do olhar do outro, principalmente do outro conhecido, da rejeição, discriminação daquele que o conhecia e que passa a fingir que não o conhece mais pelo fato de se ter tornado um catador. [...] é preciso ter coragem, pois coragem diz respeito à superação do medo da rejeição e discriminação do outro [...] Caio sentiu tristeza pela rejeição do outro (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 335).

Caio fala claramente que não sentiu vergonha, sentiu-se discriminado e rejeitado. “Vergonha, para Caio, é roubar, é infringir alguma regra social. Ele não acredita que a ação feita com o objetivo de sobreviver, de ir em busca de seus desejos, seja uma ação que provoque vergonha” (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 335), Caio acha que vergonha é um sentimento que incapacita a pessoa de agir, mas afirma que não teve e nem tem vergonha.

Na pesquisa de Miura e Sawaia (2013) existe um personagem chamado Tom estava tentando organizar alguns catadores para trabalhar na catação, era vizinho de Romualdo, e o convidou para trabalhar com materiais recicláveis. Em um primeiro momento, Romualdo não aceitou, pois havia construído um significado acerca do catador, que se trata de um significado ideológico da sociedade: “tornar-se catador era tornar-se um mendigo, era assumir a incapacidade de não ter conseguido ser bem-sucedido na vida, era ser confundido com ladrão, era mostrar-se como um ser

humano sujo, imundo” (p. 335). No entanto, “Romualdo não tinha escolha, ele teria que trabalhar para conseguir sobreviver, para voltar a ter condições de comer, de morar e de sustentar a família” (p. 335).

A pesquisa relata que Romualdo foi trabalhar como motorista do caminhão da coleta e mesmo assim se escondia, e “a partir do momento que foi reconstruindo o significado do lixo, foi se reconstruindo também, assumindo uma nova identidade” (p. 335) Ao assumir sua identidade de catador, deixou de se esconder e mostrou ao público quem era o novo Romualdo.

Existe também o preconceito contra a família, o que gera grande sofrimento, apresentado a seguir por Érica:

O preconceito e a discriminação, no caso de Érica, se estendiam a sua família. Ela conta que as garotas não queriam namorar seu filho por ele ser filho de catadora, além de que na escola também era discriminado pelos colegas. Tanto seu filho quanto sua filha deixaram de estudar por esse motivo (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 336).

Miura e Sawaia (2013) observaram que os filhos de Érica sofreram porque sua mãe estava trabalhando na catação. Considerando que o principal local de socialização da criança é a escola, foi esse lugar que passou a ser o principal local de discriminação.

Constata-se que a discriminação por parte da sociedade faz com que o catador sofra, mas nesse último exemplo apresentado, resultado de uma pesquisa, não é só o catador quem sofre, sua família também. Sobre esse sofrimento, o catador pode levar por toda sua vida, por ter pouca escolaridade e porque a discriminação da sociedade para com seus filhos pode ter efeitos irreversíveis, causando, no futuro, a exclusão dos seus descendentes, tudo por falta do conhecimento oferecido pelo ensino escolar.

Quanto à escolaridade, Oliveira *et al.*, (2015) afirmaram que a maior parte dos catadores teve pouco acesso à escola, ou seja, não concluiu a primeira fase do Ensino Fundamental. Ao considerar a pesquisa de Bortoli (2009), dos 105 catadores que participaram do Projeto Agetrec, 2% concluíram o ensino médio, 85% não concluíram o ensino fundamental e muitos não sabiam ler nem escrever.

A baixa escolaridade também está associada à autoimagem que os catadores fazem de sua profissão e posição social. Muitos catadores associam a falta de estudos à condição de ter que viver do trabalho de catação, o que para muitos representa humilhação e vergonha (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 67).

A humilhação também parte da própria família do catador. Cunha (2010, p. 168) ressalta que essa é outra forma de preconceito e comenta que “uma catadora expôs que sua irmã, ao saber que ela estava catando lixo humilhou-a, dizendo que ela era uma vergonha para a família, que não poderia expor a família a tamanho constrangimento”.

Para Medeiros e Macêdo (2006) os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida.

No Brasil, a profissão de catador de material reciclável foi reconhecida em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (BORTOLI 2009). O reconhecimento da profissão está pautado no CBO, um “indicativo que aponta para o resgate da dignidade desses trabalhadores, inserindo-os no âmbito das políticas públicas” (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 65). Porém, para Bortoli (2009, p. 106), “o reconhecimento da profissão não implicou mudança nas condições de vida e do trabalho dos catadores, os quais atuam sem vínculo empregatício e sem direitos, ganham, em geral, menos que o salário mínimo” e ainda, para a pesquisadora, os catadores disputam materiais recicláveis com seus pares e enfrentam a exploração da indústria de reciclagem.

No mesmo sentido, destaca-se que mesmo depois desse reconhecimento, “os catadores continuam sendo discriminados por diversos motivos, por causa de sua aparência suja, má vestida, por mexerem com o lixo, com aquilo que é descartado sem cuidado e geralmente identificado como imundície”, são discriminados por viverem visivelmente à margem da sociedade (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 331).

Para concluir esse tópico, vale lembrar as palavras de Medeiros e Macêdo (2006). Para eles, o trabalho é um elemento que integra a vida das pessoas, não na sua forma assalariada, pois vivemos em uma sociedade em que o trabalho possibilita a construção de uma identidade profissional e pessoal, possibilitando

também, o reconhecimento e a valorização social. “O trabalho tem um significado essencial no universo da sociabilidade humana, ele não é apenas meio de vida, ele forma a identidade da pessoa e a sua profissão caracteriza o seu modo de vida” (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p. 63).

2.6.2 Um exemplo do trabalho do catador associado

Carmo e Arruda (2010) publicaram uma pesquisa realizada em 2004 com classificadores de uma Central de Separação de Recicláveis (CSR). Para a pesquisa, foram realizadas 26 entrevistas com cooperados, três coordenadores de projetos da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb - RJ), dois compradores de materiais e um administrador da cooperativa. A Comlurb é uma sociedade anônima de economia mista, tem a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como acionista majoritária. “A Comlurb, além dos recicláveis, garantia a manutenção das instalações e fiscalizava o trabalho” (CARMO; ARRUDA, 2010, p. 184).

Segundo esse estudo, os catadores possuíam uma origem cultural diversa, a qual dificultava a adesão do catador às regras impostas pela Comlurb (órgão que representa do poder público). Para Carmo e Arruda (2010, p. 183) “o poder público, que deveria considerar em seu projeto a cultura do catador”, o que não o fez. Esse trabalho de pesquisa apresentou o fracasso do empreendimento idealizado pela Comlurb que levou a uma decepção mútua. “Catadores foram rechaçados por não aderirem ao proposto pelos gestores públicos; estes, por não conseguirem adaptar sua proposta de organização à cultura dos que foram ignorados”.

A Central de Separação de Recicláveis foi caracterizada por pontos de recepção do lixo, resultado da coleta seletiva urbana, separado por classificadores, “pessoas contratadas como cooperadas, que separam, de acordo com sua especificidade (papel, plástico, papelão, latinhas...)” (CARMO; ARRUDA, 2010, p. 183).

Nota-se o detalhe que as pessoas eram contratadas. Por esse motivo, vale lembrar que em uma cooperativa existem princípios que devem ser observados, contratam-se funcionários e não cooperados. Em outra afirmação do autor, percebe-se que realmente eles eram cooperados: “Como cooperados, todos os membros

dessa organização recolhiam tributos (15% para o INSS e 15% para a manutenção das instalações)” (CARMO; ARRUDA, 2010, p. 186).

No que se refere ao ambiente de trabalho, observa-se que “diferentemente dos catadores de rua (cooperados ou não), os classificadores da CSR estudada trabalham em ambiente isolado da rua e dos transeuntes” (CARMO; ARRUDA, 2010, p. 183).

Em um enorme galpão, os cooperados se distribuíam em funções como classificação, puxar/puxadores (envolvia o material das gaiolas para as esteiras em que era feita a separação), varreção (os que cuidavam da limpeza do local), transporte (os que levavam o material das esteiras para ser enfardado), enfardamento e faxina (CARMO; ARRUDA, 2010, p. 184).

Além do mais, existia uma cooperativa gestora que apresentava formas de organização e de distribuição do trabalho, transferindo cooperados entre os núcleos da CSR por ela administrados e fornecendo apoio em tecnologia de gestão organizacional, financeira, legal e social, apoiada por um cooperado (gestor da produção) escolhido entre aqueles com bom desempenho (CARMO; ARRUDA, 2010).

Existia uma alta rotatividade do grupo, “em virtude de demissões por indisciplina ou de inserção em outro tipo de trabalho” (p. 87). Aqui se apresenta uma questão importante, tratando-se de uma cooperativa, por que o cooperado era demitido?

As autoras explicaram que os cooperados não compreendiam as atividades do trabalho, “talvez ajude a explicar a incompreensão, pois não tinham tempo suficiente para assimilar informações e instruções relevantes, tema dos treinamentos constantes que tinham de ser feitos com os recém-contratados”. Assim, segundo a pesquisa, a ausência dessas instruções resultava em uma separação malfeita e, conseqüentemente, em um material com baixo valor agregado (CARMO; ARRUDA, 2010, p. 87).

Vale destacar que “a baixa autoestima, por sua vez, se não surgia por trabalharem com resíduos, manifestava-se na percepção sobre uma remuneração muito baixa em troca de sua mão de obra, quando as comparavam à de catadores informais de rua” (p. 189). Essa constatação resultou na desmotivação, pois os

catadores se organizavam em busca de melhores condições financeiras para satisfazer suas necessidades (CARMO; ARRUDA, 2010).

Os resultados do estudo de Carmo e Arruda (2010, p. 190) indicaram que “o poder público atua diretamente com os classificadores – apontam para a ausência de transparência nas transações comerciais como algo que reforça o baixo capital social e o não engajamento desse grupo na tarefa”.

Esse estudo é um bom exemplo da intervenção do poder público no trabalho do catador enquanto homem de rua e também quando este se torna um cooperado. Percebe-se a exploração do cooperado por não receber os benefícios de um trabalhador assalariado, uma vez que ele é o dono do empreendimento e também não pode ser demitido. Entretanto, ocorreu demissão, o que leva a compreender que não era um cooperado, embora a pesquisa afirmou que era. Assim, nesse tipo de demissão, o cooperado deixa de receber vários benefícios, dentre os quais destacam-se: o fundo de garantia e o seguro desemprego, benefícios que são concedidos aos assalariados.

Lembrando as palavras de Cunha (2010, p. 171) “o experimento associativo é a forma que os catadores conseguem encontrar para se definir como força de trabalho e se integram ao mercado formal”. Por experimento associativo, a autora menciona as associações ou cooperativas, que possibilitam agregar valor quando estes estão em grupo, formando lideranças e superando desafios.

Por fim, uma questão se apresenta: de acordo com a pesquisa proporcionada por Carmo e Arruda (2010), o que o poder público ganha por não respeitar as especificidades do cooperativismo e da autogestão, após inserir o catador de rua em um empreendimento solidário?

2.7 AS EMOÇÕES PERMEIAM AS ATIVIDADES DOS CATADORES

A prática de catar e de selecionar materiais recicláveis é considerada uma prática situada e, por ser o resultado de uma atividade humana, envolve realização

pessoal, sofrimento e discriminação. Nesse ponto, destaca-se a compreensão de prática oferecida por Camargo e Bulgacov (2016, p. 214), em que prática é uma “atividade situada e como toda atividade humana a “prática” é sempre mediada pela emoção”. Segundo as autoras, o homem é um ser constituído a partir de suas atividades e envolve as relações sociais e culturais de onde está inserido.

Entre tais elementos, para esse estudo, compreende-se que as atividades de catação revelam, por um lado, uma fonte de dignidade relacionada a função social do catador, e por outro, uma fonte de sofrimento. Essa última está associada ao estigma da atividade de catar resíduos nas ruas, formada por uma imagem negativa, ligada ao álcool, drogas e crimes. Desta forma, como apresentado anteriormente por Miura e Sawaia (2013), a fonte de sofrimento é constituída pelo preconceito e pela discriminação da sociedade. No entanto, os cooperados que desenvolvem a prática de catar também carregam a marca deixada pelas atividades da catação (o estigma). Essa fonte de sofrimento pode causar muita dor, o que implica diretamente nas decisões das pessoas no ambiente de uma cooperativa.

No mesmo sentido, para Camargo e Bulgacov (2016, p. 215) “a prática social pode ser amalgamada por sentimentos e ressentimentos, de contentamento, de agradecimento, de medo, de ódio, de alegria, de vergonha, de orgulho, de aborrecimentos, de compaixão, de amor, de admiração etc”. Essas pesquisadoras também argumentam que as práticas sociais são atividades humanas e, por isso, abalizadas por emoções e sentimentos.

Diante de tais afirmações, argumentamos que as emoções permeiam as atividades dos catadores e dos cooperados que estão envolvidos com a catação. Os relacionamentos dessas pessoas devem ser considerados importantes para a compreensão das práticas de gestão de organizações cooperativas de catadores, por estarem carregados de sentimentos e emoções.

Porém, os relacionamentos interpessoais receberam da Teoria Organizacional, até pouco tempo, um tratamento que possuía uma forma dominante racionalista, instrumental e prescritiva. Assim, os estudos organizacionais apresentaram uma visão ordenada do mundo organizacional, assumindo a realidade administrativa como racional, controlável e passível de uniformização. Ao avaliar

essa forma racionalista, Leitão, Fortunato e Freitas (2006) explicam que os gestores descuidaram das condições do homem no ambiente de trabalho e suas implicações sociais e o resultado do pensar instrumental, econômico e técnico, tornou o indivíduo mais competitivo do que cooperativo e mais individualista do que coletivista.

No entanto, para esses pesquisadores, precisamos estudar a qualidade dos relacionamentos no ambiente organizacional a partir de uma tríplice conexão emoção-razão-ação, tendo a emoção como ponto de partida. Considerando o exposto, destacam-se as palavras de Machado (2006, p. 11), ao afirmar que “apesar da racionalidade que predomina nas organizações, a influência das emoções vem sendo enfatizada em diversos estudos que indicam diferentes possibilidades de análise desse fenômeno”. Leitão, Fortunato, Freitas (2006, p. 896) complementam afirmando que “é preciso assumir o pressuposto de que o emocional define o caminho do racional, abandonando o pressuposto dominante de que a razão deve afastar a emoção e levar isso para o desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa”.

A despeito da tendência de manter as emoções longe das fronteiras organizacionais, Machado (2006) afirma que as emoções afetam de fato as pessoas no trabalho e em qualquer posição ocupada pelo indivíduo. Oliveira (2016, p. 58) colabora com o assunto ao afirmar que: “para além do entendimento dos processos de racionalização que constituíram as burocracias organizacionais, é preciso considerar as práticas emocionais que produzem, reproduzem e sustentam nosso cotidiano de trabalho”.

Leitão, Fortunato e Freitas (2006) argumentam que os relacionamentos, por meio de interações recursivas no interior dos grupos humanos, é um processo vital para a existência e sobrevivência das organizações sociais. Para esses autores, a importância dada aos relacionamentos parte do pressuposto de que “as necessidades e interesses das organizações são as necessidades e interesses dos indivíduos de forma coletiva” (p. 889). Esses pesquisadores afirmam ainda que “as necessidades se originam no ser complexo que somos e que, necessariamente, passam pela emocionalidade das relações sociais e suas trocas intersubjetivas” (p. 889), de tal forma que, a emoção permeia o ambiente organizacional. Nesse sentido, os autores citados observam:

As emoções surgem como reações a relacionamentos em um processo interativo de influência mútua e não omitem a influência da cultura organizacional ou de processos comunicativos. Emoções são aí frequentemente visualizadas como consequências do que os outros dizem ou fazem, por outros entendemos indivíduos ou normas (LEITÃO; FORTUNATO; FREITAS, 2006, p. 891).

Os referidos autores destacam que a literatura sobre emoções e organizações se apoiou na substancialidade do indivíduo e só recentemente vem se voltando para o contextual, para o que é relacional. Portanto, pressupõe um papel relevante ao uso da palavra e dos significados que elas podem alcançar no diálogo (LEITÃO; FORTUNATO; FREITAS, 2006).

As emoções são expressões dos sentimentos, crenças e desejos dos indivíduos (MACHADO, 2003) e, de acordo com Bagozzi citado por Davel e Machado (2001, p. 115), elas podem ser assinaladas como positivas e negativas. As positivas são caracterizadas pelo “o amor (afeição, carinho, afeto) e a alegria (felicidade, prazer, satisfação, apreciação)” e as emoções negativas são qualificadas pela “raiva (hostilidade, irritabilidade, frustração, ódio, aborrecimento), a tristeza (depressão, desagrado), o medo (ansiedade, preocupação, nervosismo, susto) e a culpa (remorso, vergonha, embaraço)”.

Machado (2003, p. 22) lembra que as fronteiras que separam um estado emocional do outro são tênues e, por isso, o amor, raiva, medo, e outros sentimentos, nem sempre indicam com precisão o que é emoção. No entanto, para a autora, é importante ressaltar que para abordar as emoções nas organizações não se pode partir do pressuposto de que “elas são ordenadas, lineares ou até facilmente explicitas”. Contudo, “não se deve ignorar que elas são construídas socialmente, fruto das interpretações individuais atribuídas aos eventos vividos e é sobre estas que se desencadeia a dinâmica política no território organizacional” (MACHADO, 2003, p. 22).

Álvarez (2011), em sua pesquisa intitulada *Além da Racionalidade*, apresentou um estudo das emoções como práticas políticas. A sua pesquisa foi desenvolvida por meio das narrativas de operários das fábricas recuperadas na Argentina. A autora buscou apresentar uma contraposição à visão que tradicionalmente abordou as emoções como uma preocupação em colocar a emoção no lugar das ações racionais, uma espécie de racionalização das emoções.

Contrariamente a forma tradicional, Álvarez (2011) situou as emoções no campo da irracionalidade, da subjetividade, no espaço privado do interesse individual. A esse respeito, Machado (2006) afirmou que o estudo das emoções nas organizações é importante para contrapor o caráter racional presente atribuído às emoções. No mesmo sentido, Machado (2003) ressalta que se deve considerar que às emoções integram a vida social organizacional e o seu impacto pode ser observado nos indivíduos e nas organizações.

Apreciando a análise que reside em considerar as ações que as pessoas realizam, como correspondentes de motivações racionais, isso é, da forma tradicional, Álvarez (2011) compreende que “por esse caminho, as práticas se desvinculam da experiência, da maneira como vamos tecendo, na nossa vida cotidiana, relações que tornam possível desenvolver ações conjuntas, para além da intencionalidade”. Dessa forma, a autora tentou mostrar como o fazer junto, de maneira (im)pensada, os trabalhadores das fábricas recuperadas da Argentina “agruparam suas experiências cotidianas de frustração, angústia e sofrimento a partir da reunião de emoções e sensações compartilhadas” (p. 60), como por exemplo, medo de perder o trabalho.

Refletindo sobre as emoções e o modo como são compartilhadas, Álvarez (2011) comenta que se trata de uma comunicação que se transmite através de palavras, e também de formas não verbais como o pranto, o riso, um olhar ou um abraço. A partir desse entendimento, a autora sustenta que “as emoções podem ser pensadas também como práticas políticas, capazes de estabelecer um modo de comunicação, ao mesmo tempo verbal e não-verbal, que põem em jogo um registro íntimo, no qual intervêm relações afetivas e experiências próximas” (ÁLVAREZ, 2011, p. 61).

Ao analisar como as relações entre emoções e trabalho se estabelecem como ação política organizacional, Oliveira e Cavedon (2015, p. 74) chegam a conclusão de que “a dimensão política das emoções, ao ser desnaturalizada, possibilita compreender como as relações de poder, os conflitos ou os mecanismos de confronto, ainda que “silenciosos” ou velados, perpassam os processos e comportamentos organizacionais”. Por desnaturalização da emoção, as autoras expõem que experiências individuais dos sujeitos são consideradas a partir de

resultados previsíveis de processos estruturados. Oliveira (2016) ressalta que as emoções, enquanto construção sociocultural, podem ser consideradas como práticas políticas, por produzirem e reproduzirem relações de poder na sociedade. Diante disso, a autora destaca:

Ao considerarmos as emoções como produções socioculturais, destacamos que a constituição dos sujeitos é um processo que implica uma dinâmica emocional que deve ser considerada não somente em termos de suas manifestações inconscientes ou passíveis de controle gerencial, mas destacar os efeitos políticos das práticas emocionais na produção subjetiva e objetiva dos sujeitos (OLIVEIRA, 2016, p. 65).

Em seu estudo, Oliveira e Cavedon (2015) observam que as emoções interpretam formas de organização dos sujeitos e práticas organizativas no cotidiano de trabalho. Para Oliveira (2016, p. 57), as “emoções e organizações são processos construídos coletivamente, nos quais as dimensões históricas, socioeconômicas e contextuais são elementos essenciais em sua formação”.

Para Machado (2003), a emoção está profundamente relacionada com a coesão e o desempenho dos grupos nas organizações de tal forma que as emoções são consideradas “a base da energia emocional, pois cada grupo fornece aos seus membros um senso de inclusão pela valorização de cada um. É essa a energia que fornece as interações no âmbito dos grupos”. A pesquisadora compreende ainda que “indivíduos satisfeitos esperam que seus companheiros sejam mais cooperativos e usem mais cooperação e menos estratégias de competição, ao mesmo tempo em que demonstram interesse em socialização e cooperação” (MACHADO, 2003, p.19).

Assim sendo, avaliando que a presente pesquisa busca compreender a autogestão em cooperativas de catadores, modelo organizacional resultado da interação e união de pessoas que sofrem ou sofreram o estigma de ser catador e, por isso, guardam sentimentos e emoções que marcaram sua vida pessoal e profissional e devem ser observadas por permear as práticas de catação. Complementando, ressalta-se que o catador de rua não trabalha isolado. Ele desenvolve atividades de entreatajuda, de trabalho conjunto, de fazer junto, e, conseqüentemente, compartilham, ao exercer suas atividades, suas emoções.

Por fim, observa-se que, nessa pesquisa, como descrito anteriormente, para desvelar as atividades dos catadores e compreender a gestão da cooperativa, utilizou-se de entrevistas narrativas. Segundo Kerossuo, Kajamaa e Engeström (2005), a narrativa é de natureza emocional, uma vez que, as emoções se manifestam por estarem relacionadas a eventos passados contidos nos relatos dos sujeitos que contribuem para a pesquisa, e de acordo com Machado (2003) “as emoções são as bases de memórias dos grupos e indivíduos nas organizações. Os valores, identificações e vinculações serão estabelecidas a partir dos significados decodificados, pois sempre há neles um sentido emocional”, existindo assim, uma relação entre emoções e identidade organizacional.

3 METODOLOGIA

Neste tópico, apresentam-se os procedimentos metodológicos que estão sendo utilizados nessa pesquisa. Em um primeiro momento, apresentam-se o problema de pesquisa, os objetivos e as questões que envolvem o estudo. Em um segundo momento, encontram-se expostas as categorias analíticas do estudo, envolvidas pelo desenho constitutivo. A seguir, é apresentada a delimitação e o design da pesquisa: delineamento e etapas da pesquisa, procedimentos de coleta de dados e os procedimentos de tratamento e análise dos dados. Por fim, apresentam-se os aspectos éticos envolvidos na condução da pesquisa.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Strauss e Corbin (2008, p. 50) afirmam que “a maneira que se formula a questão de pesquisa é importante porque determina, em grande parte, os métodos de pesquisa que são usados para respondê-la” e ainda estabelecem as fronteiras em relação ao que vai ser estudado, ajudando a reduzir o problema a um tamanho viável. Dessa forma, a questão de pesquisa foi estruturada como forma de se garantir a flexibilidade e liberdade para explorar o fenômeno em profundidade.

Tendo em consideração a teoria do cooperativismo e a teoria social da aprendizagem, este estudo buscou responder à seguinte **questão de pesquisa**: Como os catadores inseridos em uma cooperativa motivada pelo poder público aprendem as práticas de gestão do empreendimento solidário e atuam para minimizar a influência do agente público para que a autogestão seja possível?

Conforme observa Triviños (1987, p.107) “a questão de pesquisa representa o que o investigador deseja esclarecer. Neste sentido, a questão de pesquisa é profundamente orientadora do trabalho do investigador”. Compreendendo isso, na tentativa de responder ao problema apresentado, desenvolveu-se uma pesquisa em três cooperativas criadas pelo poder público após a promulgação da Lei da PNRs. Entre tais elementos, o **objetivo geral** deste estudo consiste em: compreender e

descrever o processo de aprendizagem dos catadores sobre as práticas de gestão/autogestão de cooperativas motivadas pelo poder público e sua atuação para minimizar a influência do agente público na autogestão empreendimento.

3.1.1 Perguntas de Pesquisa

As questões foram formuladas para contribuir com a compreensão do objeto de estudo. Nesse sentido, em conformidade com o problema e o objetivo apresentado, as seguintes perguntas apresentaram-se importantes para desvelar o estudo em investigação.

- a) Como aconteceu o processo de constituição da cooperativa?
- b) Como ocorreu a seleção e a união dos catadores para formar a cooperativa?
- c) A cooperativa foi incentivada por algum órgão público para sua constituição?
- d) Por que e para que os catadores se juntam em cooperativas?
- e) Como se dá o processo de aprendizagem dos cooperados quanto às práticas do cotidiano e quanto ao cooperativismo?
- f) Como o catador aprende a ser cooperado?
- g) Como é o processo de gestão no cotidiano do trabalho da cooperativa?
- h) Como os catadores desenvolvem o domínio do saber fazer da autogestão?
- i) Existe atuação do agente público na cooperativa? Como ela acontece?
- j) A aprendizagem organizacional promove o domínio autêntico da autogestão?
- k) Os motivos que levaram a criação da cooperativa influenciam a autogestão?
- l) Como a autogestão é possível nesse modelo de empreendimento?

A partir dessas questões que representam a especificação do problema de pesquisa, o estudo começa a ser desenhado e se torna passível de compreensão. Então, são introduzidas as definições constitutivas.

3.2 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

As categorias analíticas foram desenvolvidas e apresentadas neste estudo para orientar a coleta e a análise dos dados e contribuir para que o leitor compreenda com maior clareza a pesquisa desenvolvida.

As categorias de análise estão apresentadas para contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, apresentadas no desenho constitutivo. A definição constitutiva (**DC**) de análise é composta por categorias cuja essência encontram-se no construto teórico do estudo. Para Vieira (2006), a definição constitutiva refere-se ao conceito dado ou termo que se vai utilizar. Ela deve emergir da fundamentação teórica utilizada.

Para o estudo, são consideradas a autogestão e a aprendizagem como categorias de análise:

(i) Autogestão

- a) Participação
- b) Cooperação

(ii) Aprendizagem

- a) Prática;
- b) Participação;
- c) Competência;
- d) Identidade;
- e) Emoção

Categoria analítica - Autogestão

D.C. – Autogestão – A autogestão é engendrada pela gestão do empreendimento que deriva da autonomia da coletividade dos membros da organização em decidir sobre os destinos, seus processos e os resultados do trabalho coletivo (BARBIERI; RUFINO, 2007). Conforme Stahl e Schneider (2013), a autogestão caracteriza-se por meio da transparência da gestão e da participação

ativa dos cooperados. Para Lechat e Barcelos (2008), a autogestão é compreendida como uma forma de gestão direta e democrática dos trabalhadores nas funções de direção e execução, para as quais a participação torna-se uma necessidade para um modelo organizacional de gestão democrática. Segundo esses autores, a autogestão é do pressuposto filosófico e político de que os homens são capazes de se organizarem sem dirigentes.

Segundo Misoczky, Oliveira e Passos (2004, p. 185) a autogestão pode ser considerada como “gestão dos meios de produção e organização social coerente com os princípios da liberdade e igualdade, em que todas as entidades de base, movimentos populares, grupos e indivíduos têm iguais direitos e participação” (grifo nosso). Singer (2002) observa que com a participação e ao longo do tempo, os associados passam a conhecer melhor as diretrizes da empresa e, conseqüentemente, resolvem os problemas e conseguem tomar decisões mais acertadas. Em consequência disso, a autogestão realiza-se quando todos os sócios informarem-se do que ocorre na organização e conhecerem as alternativas disponíveis para a solução dos problemas da organização. Para Singer, nesse modelo organizacional, a maior autoridade é a assembleia geral, que conta com a participação de todos os membros, no caso de uma cooperativa, de todos os cooperados, que, juntos, adotam diretrizes que devem ser cumpridas por todos os membros, incluindo os responsáveis pela administração.

A autogestão envolve a participação do associado no processo de elaboração das decisões e no controle da respectiva execução. Possibilita aos associados influenciarem no desempenho dos fluxos das comunicações e na reestruturação das funções e dos respectivos órgãos (CRÚZIO, 1999). A participação exige uma atuação consciente dos indivíduos em direção a um propósito comum. Isso diz respeito a cooperação dos membros que, por sua vez, significa ação conjunta para uma finalidade (cooperar juntamente com alguém). Para tanto, a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na organização solidária, pois além de cumprir suas obrigações, a autogestão pressupõe uma preocupação com os problemas gerais da cooperativa (SINGER, 2002).

Subcategoria analítica – Participação (como subcategoria da autogestão)

D.C.: Participação - A participação dos cooperados é reforçada por dois princípios do cooperativismo relacionados com a natureza associativa, exigindo integração entre sócios e desses com a direção da cooperativa. A participação é inerente ao cooperativismo e essencial para o seu desenvolvimento e sucesso (MENDES, 2010). A participação relaciona-se aos princípios do controle democrático e participação econômica dos sócios. “O primeiro responsabiliza os associados pela organização das atividades, pelas tomadas de decisão e ressalta o poder de participação ao instituir a relação - um homem um voto” (MENDES, 2010, p. 74). Participação ativa dos membros de uma cooperativa tem relação direta com a gestão democrática pela definição de suas políticas, na eleição de seus representantes e na determinação de seus objetivos e metas comuns (MELO, 2012).

A participação econômica “se refere à questão do capital do qual todos são donos e têm, portanto, direito a participar dos rendimentos e das decisões sobre a sua destinação” (MENDES, 2010, p. 74). Participação diz respeito ao envolvimento efetivo dos cooperados e ao compromisso de todos para com a cooperativa de forma que participem tanto das operações quanto das decisões e assim, a participação não fica restrita apenas às questões financeiras (MENDES, 2010).

Subcategoria analítica - Cooperação

D.C.: Cooperação – “Etimologicamente, significa a prestação de auxílio para um fim comum” (PINHO, 2004, p. 116). A cooperação refere-se a um processo social no qual as pessoas se entrelaçam para alcançar o mesmo objetivo (PINHO, 2004). Ocorre por meio dos interesses e objetivos comuns dos cooperados (associados) que produz a união dos esforços e capacidades, conferindo uma responsabilidade solidária pelo trabalho e partilha dos resultados (SINGER, 2002). Cooperação é a atuação consciente dos indivíduos em direção a um fim comum, pela qual as atividades dos participantes são coordenadas através de negociações e acordo. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, objetivos e práticas, a respeito dos quais precisam falar, argumentar e decidir (FRANTZ, 2001).

Categoria analítica - Aprendizagem

D.C.: aprendizagem - considerando a abordagem social, a aprendizagem está associada a uma prática desenvolvida por um grupo que elabora uma identidade baseada na participação (BISPO, 2013). Para Wenger (2001), a aprendizagem é vista como uma atividade situada. Nesse sentido, a aprendizagem baseada nas práticas é sustentada pela teoria da aprendizagem situada, reproduzida por meio de um processo de engajamento ativo.

A aprendizagem situada envolve, segundo Lave e Wenger (1991), a inserção e participação de indivíduos em comunidades de prática e não se limita aprender pela observação, envolve também a interação com os membros do grupo, fazendo na prática. Desta forma, para Lave e Wenger (1991), a aprendizagem dos indivíduos que pertencem a uma comunidade de práticas acontece quando os membros participam das práticas sociais, aprendendo ao executar as atividades, ao se relacionarem com outros membros participantes das práticas do grupo, negociando e renegociando significados e ainda, criando uma identidade com o grupo. Segundo Wenger (2001) e Lave e Wenger (1991), é por meio da aprendizagem que o novato adquire condições de participar plenamente das práticas da comunidade e torna-se mais ativo e efetivamente engajado. Trata-se de uma aprendizagem como modo de participação no mundo social (LAVE; WENGER, 1991; NICOLINI, 2013).

Subcategoria analítica – Prática

D.C.: Prática - É um conceito que conecta “saber” com “fazer” transmitindo uma imagem de materialidade, de trabalho manual (GHERARDI, 2014). A prática se realiza porque as pessoas estão envolvidas em ações cujos significados negociam mutuamente. Assim, a prática é uma forma de agir e proceder, reside em uma comunidade de pessoas e nas relações de mútuo compromisso pelo qual elas podem fazer o que elas fazem (WENGER, 2001). “A prática é sustentada na interação por um entendimento pré-verbal, uma orientação mútua e a produção de artefatos mutuamente inteligíveis” (GHERARDI; STRATI, 2014, p. xxi). “Práticas

situadas são tanto pré-reflexivas (dependem de pressupostos não declarados e de conhecimento compartilhado para a realização mútua de sentido) quanto reflexivamente constitutivas dos contextos dos membros situados, contextos dos quais elas afloram” (GHERARDI, 2014, p. 5).

Considera-se também a prática como um processo pelo qual podemos experimentar o mundo e nosso envolvimento nele como algo significativo. A prática implica uma negociação de modos de ser dos participantes que estão inseridos no contexto social (WENGER; 2001). Também refletem a compreensão dos membros sobre o que é importante. Evidentemente, restrições ou orientações externas podem influenciar esse entendimento, mas, mesmo assim, os membros desenvolvem práticas que são sua própria resposta às influências externas, isso porque a prática é a ação que se desenvolve com a aplicação de certos conhecimentos (WENGER, 2008). Aprender uma prática envolve a participação ativa em um conjunto de atividades com indivíduos específicos que reconhecem essa participação como competência (GHERARDI; NICOLINI, 2014).

Subcategoria analítica – participação (como subcategoria da aprendizagem)

D.C.: Participação - o termo participação é empregado para descrever uma experiência social de viver no mundo em termos de participação em comunidades sociais. A participação é um processo social e pessoal, um envolvimento ativo em empreendimentos sociais e combina o fazer, falar, pensar, sentir e pertencer. Assim, participar envolve toda a pessoa, incluindo corpos, mentes, emoções e relações sociais (WENGER, 2001). A participação molda não só o que fazemos, mas quem somos e como interpretamos o que fazemos, sendo tanto um tipo de ação, como uma forma de pertença (WENGER, 2009).

Uma característica definidora da participação é a possibilidade de desenvolver uma identidade de participação, uma identidade constituída por meio de relações de participação. Nesse sentido, a participação é uma fonte de identidade ao reconhecer a reciprocidade de nossa participação, de forma que tornamo-nos parte um do outro (WENGER, 2001).

Subcategoria analítica - Emoções (como subcategoria da aprendizagem)

D.C.: Emoções - Camargo e Bulgacov (2016, p. 214) afirmam que prática é uma “atividade situada e como toda atividade humana a “prática” é sempre mediada pela emoção”. Segundo as autoras, o homem é um ser constituído a partir de suas atividades e envolve as relações sociais e culturais de onde está inserido. Machado (2006) afirma que as emoções afetam de fato as pessoas no trabalho e em qualquer posição ocupada pelo indivíduo.

Subcategoria analítica – identidade

D.C.: Identidade – Para Wenger (2010), o conceito de identidade é um elemento central da teoria da aprendizagem, tão fundamental e essencial como comunidade de prática. Ele age como uma contrapartida ao conceito de comunidade de prática.

As práticas transmitem identidades que são exibidas em ocasiões apropriadas. As experiências das pessoas em, com e dentro das práticas tornam-se incorporadas em suas identidades, nas posições sociais que ocupam, no status que elas exibem enquanto representam o conjunto de práticas, e também quando não as desempenham. As identidades profissionais estão ligadas a um conjunto de práticas institucionais, mas elas também são desempenhadas fora da profissão (GHERARDI, 2014, p.11).

Wenger (2001, p. 192) argumenta que a identidade na prática surge de uma interação de participação e reificação e “como tal, não é um objeto, mas um constante tornar-se. Uma identidade é uma superposição de camadas de eventos de participação e reificação, pelos quais nossa experiência e interpretação social se conformam mutuamente.

A Identidade é uma maneira de falar sobre como a aprendizagem muda quem somos e cria histórias pessoais de se tornar no contexto de nossas comunidades (WENGER, 2009). Nossa filiação a uma comunidade, constitui nossa identidade, não apenas por meio de indicadores reificados de nossa filiação, mas também pelas formas de competência que ela implica (WENGER, 2001). O autor menciona que

nossa identidade é algo que constantemente renegociamos durante o curso de nossa vida e, à medida que passamos por uma sucessão de formas de participação, nossas identidades formam trajetórias, dentro e entre comunidades de prática.

Uma vez apresentado o desenho constitutivo (**DC**) e compreendendo que tais definições constitutivas foram apresentadas de forma a contribuir para a definição do design da pesquisa, a seguir, esquadrinham-se os detalhes a respeito dos métodos que foram empregados na investigação, observando também a limitação da proposta.

3.3 DELIMITAÇÃO E DESIGN DA PESQUISA

Neste tópico, será apresentado o desenho da pesquisa, considerando o estudo de caso e suas etapas, perspectiva temporal, nível e unidade de análise, procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.3.1 Delineamento e Etapas da Pesquisa

Foi desenvolvida uma pesquisa por meio de um estudo qualitativo de investigação, levando em consideração as afirmativas de Strauss e Corbin (2008) ao mencionarem que a pesquisa qualitativa tem por objeto de estudo a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, o funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e diferentes interações sociais.

O que foi decisivo na escolha do método a ser empregado encontra-se na natureza do problema apresentado, por se entender que o que se busca descobrir seria difícil extrair ou desvelar por meio de métodos convencionais. Outra consideração importante é que o proponente da pesquisa buscou uma coerência ontológica, epistemológica e teórico-metodológica para confirmar a escolha do método qualitativo de investigação.

3.3.2 Estudo de casos múltiplos

Yin (2001) destaca que o estudo de caso contribui de forma inigualável para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Segundo Eisenhardt (1989), o estudo de caso pode ser combinado com várias técnicas de coleta de dados. Em vista disso, o estudo de caso será inserido como um modelo de investigação que atende à proposta e contribui para responder à questão de pesquisa.

Conforme Stake (1995, p. 4), “o estudo de caso não é uma investigação baseada em amostragem. Não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o caso”. Contudo, o estudo de caso, nesta pesquisa, foi compreendido como uma estratégia de pesquisa que possibilitou a comparação dos três casos (as três cooperativas em estudo) e a triangulação dos dados, na tentativa de buscar a convergência das informações.

Assim, torna possível a combinação de metodologias para estudo do mesmo fenômeno e, para isso, o pesquisador interagiu com os atores que compõem esse estudo, por meio da observação não participante, das entrevistas narrativas, dos documentos e fotos, desta forma, buscou-se reduzir a distância entre o pesquisador e o objeto a ser pesquisado, a autogestão em cooperativas de catadores.

O estudo de caso foi desenvolvido em três cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Brasil, todas foram motivadas pela prefeitura e possuem compromissos com a coleta seletiva do município. Contatos por telefone foram realizados previamente e o presidente de cada cooperativa colocou-se à disposição para contribuir com estudo, permitindo a realização da pesquisa no ambiente da cooperativa. As três cooperativas estão sendo apresentadas no início do capítulo de coleta dos dados, por se considerar que as informações surgiram no processo de coleta dos dados.

3.3.3 Procedimentos de Coleta de Dados

Para a coleta de dados, foram empregadas as técnicas de entrevista narrativa, observação não participante, documental e fotografias.

3.3.3.1 Entrevista narrativa

A entrevista narrativa tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida. Assim, ele é um informante sobre acontecimentos do contexto social. Essa “a técnica recebe seu nome da palavra latina *narrare*, relatar, contar história” (BAUER; GASKELL, 2007, p. 93). Para esses autores, a ideia básica é reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, isto é, narrar aspectos de acontecimentos importantes, de acordo com sua perspectiva de mundo.

Para Bauer e Gaskell (2007), em uma narrativa, o contador de histórias coloca várias ações e experiências em sequência, sendo essas, ações de muitos personagens que influem ou reagem em situações. “As mudanças trazem a luz novos elementos das situações e dos personagens que previamente estavam implícitos. Ao proceder assim, elas ensejam o pensamento, a ação, ou ambos. Todos estes elementos revelam a trama da narrativa” (p. 507).

Bauer e Gaskell (2007) consideram também que contar histórias está próximo dos acontecimentos e o narrador pode contar sobre lugares, motivos, planos, estratégias e habilidades. Para tanto, o esquema de narração substitui o esquema pergunta-resposta, no qual o pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado revela-se melhor nas histórias, quando o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos.

Considerando a técnica de entrevista narrativa, no que se refere ao presente estudo, vale destacar que a entrevista narrativa foi importante para os cooperados contarem sua história de vida, como ele catava quando não era cooperado, como ficou sabendo sobre a cooperativa ou foi convidado a participar da organização,

comentar os motivos que lavaram a criação da cooperativa, como ele aprende, como é sua participação nas práticas coletivas, como ele vê o agente público.

De acordo com as orientações de Bauer e Gaskell (2007), as entrevistas foram gravadas com o propósito de ajudar a memória ou um registro útil da conversação para uma posterior análise. Observa-se que, por questões éticas, o pesquisador solicitou aos entrevistados a permissão para gravar a fala e teve o cuidado de proteger a identidade dos respondentes ao apresentar os dados para a análise.

3.3.3.2 Observação não participante

Sobre a observação e a entrevista Corbetta (2007, p. 146) assegura que *“la observación es la vía más directa e inmediata para estudiar los comportamientos manifiestos, la interrogación es la vía obligada para explorar motivaciones, actitudes, creencias, sentimientos, percepciones y expectativas”*. Para Corbetta (2007, p. 376) *“observar, preguntar Y leer son las tres acciones fundamentales en las técnicas de investigación cualitativa”*.

Nota-se que, são diferentes as técnicas da observação e a entrevista:

Embora ambos sejam usados para descobrir o que aconteceu. O que é observado geralmente não é controlado pelos pesquisadores, eles vão para onde as coisas estão acontecendo, com a esperança de que, como teriam acontecido, os pesquisadores não estiveram lá. O que é abordado na entrevista é direcionado e influenciado pelos entrevistadores (STAKE, 1995, p. 65).

Para Richardson (1999) a observação “é classificada, tradicionalmente, como um método qualitativo de investigação”. Quanto a observação não participante, o Professor Richardson, considera que, nesse tipo de técnica de coleta, o investigador toma conhecimento sobre o objeto de estudo, não como se fosse membro do grupo observado, apenas atua como um espectador atento, procurando registrar o máximo de ocorrências que interessa ao seu trabalho de pesquisa.

A observação não foi secreta para não comprometer a técnica empregada em relação aos preceitos éticos da pesquisa. Assim, pretendeu-se observar o ambiente de trabalho dentro da cooperativa, buscando registrar fatos importantes sobre as

práticas do trabalho do catador, de gestão e de compromissos mútuos que contribuam para desvelar o objeto de estudo. O pesquisador desenvolveu um olhar atento para os fazeres dos cooperados, que envolvem as rotinas, atos, regras, aquilo que não é dito.

Com isso, a observação teve também o propósito de possibilitar a triangulação com as entrevistas e os documentos. Como exemplo, o registro de fatos referentes à participação dos cooperados na assembleia geral, a participação do agente público na gestão da cooperativa, perceber a cooperação, a solidariedade no ambiente de trabalho, as rotinas, os atos e aquilo que pode ser observado. Entre outras razões, a observação foi acompanhada de um caderno de anotações (diário de campo), no qual foram registrados eventos e detalhes complementares à entrevista, principalmente em relação às atividades da cooperativa.

3.3.3.3 Documentos

“Quase todos os estudos encontram necessidade de examinar jornais, relatórios anuais, correspondência, minutas de reuniões e outros. Reunir dados ao estudar documentos segue a mesma linha de pensamento que observa ou entrevista” (STAKE, 1995, p. 68). *Un documento es un material informativo sobre un determinado fenómeno social que existe con independencia de la acción del investigador. Por tanto, el documento es generado por los individuos o las instituciones para fines distintos de los de la investigación social, aunque ésta puede utilizarlo para sus propios fines cognitivos* (CORBETTA, 2007, p. 376). Na concepção de May (2004), os documentos têm potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e em longo prazo; assim, constituem-se em leituras de ventos sociais particulares.

Ao entrar no campo, após a autorização, o pesquisador participou de assembleias na terceira cooperativa e procurou identificar possíveis documentos em todas as três cooperativas. Durante os contatos com os gestores da cooperativa, foram solicitados documentos, tais como as atas de reuniões e o estatuto das cooperativas.

3.3.3.4 Fotografias

Bauer e Gaskell (2007, p. 137) comentam que ‘a imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos materiais’. Para esses autores, o mundo em que vivemos é influenciado pelos meios de comunicações e seus resultados dependem, muitas vezes, de elementos visuais. Assim, buscou-se ao se utilizar as fotografias, contribuir para revelar as atividades dos cooperados, desde as atividades de seleção dos materiais, até as atividades que envolvem a gestão do empreendimento solidário.

3.3.4 Procedimentos de Tratamento e Análise dos Dados

Strauss e Corbin (2008, p. 25) consideram a análise como uma ciência, “ciência no sentido de manter um certo rigor e basear a análise em dados”. A análise também é considerada como a interação entre o pesquisador e os dados da pesquisa (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Levando em conta a interação entre o pesquisador e atores envolvidos com o estudo e os materiais coletados, para o tratamento dos dados, foram utilizadas a **análise da narrativa**, a **análise comparativa** e a **triangulação dos dados** como forma de análise.

Para a análise das entrevistas narrativas, foi utilizada a técnica de **análise da narrativa**, por reconhecer que tal análise possibilitaria a compreensão da construção de significados, a partir do contar histórias e da construção da realidade social do cooperados catadores, contribuindo para clarificar o processo de aprendizagem.

No entender de Riessman (2005), o que faz de textos tão diversos serem uma "narrativa" é sequência e consequência. A autora comenta que os eventos são selecionados, organizados, conectados e avaliados como significativos para um julgamento particular. Uma vez que, “os contadores de histórias interpretam o mundo e sua experiência nele; às vezes eles criam contos morais - como o mundo deveria ser” (p.1).

Bauer e Gaskell (2007) consideram que a entrevista narrativa é uma técnica para gerar histórias, ela é aberta quanto aos procedimentos analíticos que se

seguem a coleta de dados. Para tanto, o primeiro passo na análise de narrativas é a conversão dos dados através da transcrição das entrevistas gravadas. Os autores recomendam que o pesquisador faça, ele mesmo, a transcrição das entrevistas gravadas. Para este estudo, foi observada essa recomendação de Bauer e Gaskell (2007) quanto a transcrição da entrevista narrativa.

Pelas narrativas, buscou-se conhecer ou perceber a história do narrador, os motivos que o levaram a fazer parte de uma cooperativa, suas atividades como cooperado participante ou não participante, sua preocupação com a solidariedade e com as práticas de gestão e autogestão do empreendimento coletivo. Perceber também como as práticas foram desenvolvidas e aprendidas pelos cooperados, perceber e compreender a dimensão política da gestão da cooperativa e o compromisso do cooperado com o esforço adicional, que o motivou a participar das decisões da cooperativa e compreender como os cooperados aprendem.

Para as entrevistas, foi utilizada também a **análise comparativa**, considerando os diferentes atores entrevistados e os diferentes contextos (as três cooperativas que compõem o estudo).

No estudo de Schneider e Schmitt (1998) encontra-se que a comparação permite romper com a singularidade dos eventos, o que ajuda a explicar o social. Por esse motivo, a comparação “aparece como sendo inerente a qualquer pesquisa no campo das ciências sociais, esteja ela direcionada para a compreensão de um evento singular ou voltada para o estudo de uma série de casos previamente escolhidos” (p. 1). Schneider e Schmitt (1998, p. 1) complementam, afirmando que a comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, “pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais”.

No campo, o método comparativo exigiu do pesquisador uma série de opções que são decisivas do ponto de vista do resultado final do trabalho de investigação. Dentre as opções, encontra-se a seleção dos casos que podem contribuir para a solução do problema de pesquisa. Por fim, a generalização e, nesse sentido, Schneider e Schmitt (1998) observam que, a princípio, o que se espera é que o método comparativo, se bem aplicado, possa servir como uma bússola para o cientista social, o que é possibilitado por um trabalho sistemático sobre as

interrogações que o motivaram no início de sua pesquisa. Por fim, o método comparativo pode ser uma chave capaz de garantir a correta articulação entre os dados empíricos e a teoria.

Considerando as afirmações de Schneider e Schmitt (1998) sobre o método comparativo, observa-se que, para o presente estudo, o uso da comparação dos dados e informações coletados contribuiu para o pesquisador refletir, em um primeiro momento, na escolha de fenômenos que possibilite a comparação; e posteriormente, a definição dos elementos a serem comparados, tais como as práticas do dia a dia dos cooperados, os fazeres e dizeres (atividades, papéis, identidades, posições, significados), as práticas de solidariedade, de participação e ajuda mútua, as práticas de gestão e autogestão. Nesse sentido, a análise comparativa contribuiu para as interpretações dos resultados da pesquisa.

A **triangulação dos dados** foi utilizada para as entrevistas concedidas em cada cooperativa, trianguladas com os diferentes atores, em diferentes contextos e com os documentos e observações não participante realizadas pelo pesquisador. Para Denzin e Lincoln (2006) a triangulação reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão.

Segundo Flick (2009, p. 62), a triangulação “implica que os pesquisadores assumam diferentes perspectivas sobre uma questão em estudo ou, de forma mais geral, ao responder a perguntas de pesquisa. Essas perspectivas podem ser substantiadas pelo emprego de vários métodos e/ou em várias abordagens teóricas”.

Considerado a afirmação de Flick (2009) observa-se que este estudo possibilita a triangulação de diferentes fontes (diferentes atores: o presidente da cooperativa, o catador que não possui funções na administração, o catador não cooperado, o agente público) e de diferentes técnicas de coletas de dados (entrevista da narrativa, observação e documentos). Complementando, a técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo (TRIVIÑOS, 1987).

Assim, por meio da triangulação e considerando a lente teórica da Teoria Social da Aprendizagem, o pesquisador buscou acessar e compreender as práticas sociais que envolvem o trabalho dos catadores, desvelando o objeto de estudo e as

práticas que levam a autogestão de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Observa-se que tais práticas são resultantes do comprometimento dos catadores com as questões da cooperativa, não somente das práticas do trabalho do dia a dia, das atividades de catar, mas se refere também ao esforço adicional da pessoa em querer ser um membro ativo e participante, que perpassa pelos conceitos e práticas de solidariedade, ajuda mútua, trabalho conjunto, de indivíduo cooperado, que se identifica com a sua comunidade.

Considera-se que o processo de aprendizagem é importante para o desempenho do cooperado e assim, importante para o domínio do saber fazer da autogestão. No entanto, cada cooperativa possui um domínio que representa uma área de conhecimento que tende para os interesses do grupo, constituindo-se em uma base comum e um senso de pertença em relação ao grupo.

Como exemplo, os cooperados devem se envolver com a cooperativa e não buscar apenas as condições financeiras proporcionadas pelo ente moral cooperativo. Esse é um aspecto importante que deve ser checado na triangulação dos dados basicamente, pretende-se incluir aqui um parâmetro de validade que confere a necessidade de participação e se trata em tentar conhecer e evidenciar, se as condições dos catadores melhoram e se eles estão tendo mais domínio sobre as questões financeiras. Isso confere uma materialidade de sobrevivência da cooperativa, ou seja, um parâmetro que dá validade sobre as condições sociais e de sobrevivência.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS ENVOLVIDOS NA CONDUÇÃO DA PESQUISA

Observa-se que, “a ciência deveria empenhar-se em fazer juízos livres de valores. Embora isso pareça separar as questões sobre ‘o que são’ os fatos do ‘que deveria ser’ o caso” torna-se controversa, pela “interação constante delas e a ausência de uma separação clara entre as crenças da sociedade e as ideias da ciência” (MAY, 2004, p. 62). Complementando, May sustenta que “nas ciências sociais, lidamos rotineiramente com fenômenos que as pessoas já estão de modo aplicado interpretando e contemplando com significados e valores” (p. 63). Para May “os juízos de valor são dependentes das crenças e experiências do cotidiano” (p. 64).

Contudo, Vieira (2006) lembra que todo trabalho de pesquisa é passível de julgamento e juízo de valor.

Desse modo, no próprio processo de coleta de dados, existem decisões que são tomadas sobre os métodos particulares em relação aos objetivos propostos no projeto de pesquisa, o que envolve o conhecimento e a sensibilidade do pesquisador para decidir por um ou outro método. Dessa forma, a decisão quanto ao método a ser utilizado pode ser baseada nas próprias preferências do pesquisador, o que culmina em “uma série de decisões éticas e políticas a serem tomadas” (MAY, 2004, p. 68).

Diante de tais considerações, o proponente desse projeto de pesquisa procurou manter um equilíbrio entre objetividade e sensibilidade por compreender que esse equilíbrio contribuirá para o desenvolvimento de uma pesquisa, o tanto quanto possível, livre de valores. Conforme Strauss e Corbin (2008, p. 53), a análise conduz a coleta dos dados, o que provoca uma interação constante entre pesquisador e o ato de pesquisa. “Essa interação exige imersão nos dados, ao final da investigação, o pesquisador é moldado pelos dados, assim, como os dados são moldados pelo pesquisador”. Compreende-se que o pesquisador molda os dados por meio de suas convicções pessoais (seus valores).

O problema que surge nessa interação (pesquisador x ato de pesquisa), apresentado por Strauss e Corbin (2008) é como alguém pode imergir nos dados e ainda manter um equilíbrio entre objetividade e sensibilidade. “A objetividade é necessária para uma interpretação imparcial e acurada dos fatos e a sensibilidade é exigida para perceber as nuances sutis e os significados dos dados e para reconhecer as conexões entre os conceitos” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 53). Esse equilíbrio foi perseguido durante o processo de coleta e análise dos dados, procurando atender com rigor o procedimento metodológico proposto para o estudo, tanto para a coleta como para a análise dos dados, uma vez já considerado o problema de pesquisa.

Para Vieira (2006), uma descrição detalhada dos procedimentos utilizados pode garantir à pesquisa qualitativa certa objetivação do fenômeno estudado, permitindo, até mesmo, sua replicação. Por fim, percebe-se que o rigor metodológico,

em conjunto com a ética na pesquisa, é fundamental para uma boa pesquisa qualitativa.

Como se trata de uma pesquisa que envolve o poder público, três cooperativas e seus cooperados, as questões éticas fazem-se importantes e foram observadas com rigor.

Em um primeiro momento, o pesquisador identificou as cooperativas que permitiram a comparabilidade e entrou em contato com seus presidentes. Nesse momento, foi necessária uma exposição sobre os propósitos da pesquisa. Nessa ocasião, o pesquisador solicitou a permissão para as entrevistas, observações e a coleta documental. O esclarecimento dos propósitos da pesquisa tornou-se importante para garantir que as pessoas participem voluntariamente e garantir a confiança mútua entre pesquisador e atores envolvidos.

Flick (2009) considera que uma espécie de padrão ético é trabalhar com base no consentimento dos participantes. Isso significa que o pesquisador tem que informá-los sobre a pesquisa, que fazem parte de um projeto desenvolvido em sua organização e solicitar formalmente sua participação no projeto (um contrato escrito assinado). Isso deve incluir informações e esclarecimentos necessários sobre as metas e expectativas da pesquisa e a oportunidade de a pessoa se recusar a participar.

Contatos com cooperados foram realizados com a finalidade de expor o objetivo da pesquisa e os procedimentos técnicos necessários, nesse caso, a técnica de entrevista e da observação não participante. Foi solicitado aos cooperados permissão para gravar a entrevista, porém os nomes dos cooperados e do agente público não foram expostos na pesquisa. O pesquisador usou codinomes para identificar os relatos de entrevistas e apresentar as narrativas. Vale lembrar as palavras de Silverman (2009, p. 286): “quando relatamos observações ou entrevistas, faz parte do bom senso proteger as identidades das pessoas que pesquisamos e garantir que elas entendam nossa pesquisa e consentiram com ela”.

Observa-se que os cooperados são os donos da cooperativa e os gestores do empreendimento. Por esse motivo, tomam decisões que podem contribuir ou comprometer a pesquisa no tocante à disponibilidade de se implementar o estudo no

ambiente organizacional cooperativo. Entre outros motivos, essa é mais uma importante advertência para se atender à necessidade de transparência da pesquisa e, por conseguinte, primar por uma conduta ética.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA, VALIDADE, CONFIABILIDADE E ÉTICA

Para obter a confiabilidade observa-se que foi usada a técnica de triangulação que, segundo Silverman (2009), também serve como validade. Assim, Silverman esclarece que a validação pode ser sugerida pela triangulação dos dados, que podem acontecer por diferentes métodos.

No caso em estudo, a triangulação foi implementada considerando as três cooperativas em estudo, a entrevista narrativa, a observação e os documentos, e deve-se considerar ainda os diferentes atores das diferentes cooperativas de catadores.

Pela triangulação, foram confrontados os dados em relação às diferentes técnicas e nas mesmas técnicas com diferentes cooperativas, por exemplo, quando comparados os relatos de entrevistas com os diversos atores e em cooperativas diferentes. Para as diferentes técnicas, foram comparados os relatos de entrevista com as observações não participantes e com os documentos (atas de reuniões ou de assembleias, documentos de constituição das cooperativas e outros que surgiram durante o processo de coleta.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo foram apresentadas as características das três cooperativas em estudo e os principais relatos dos diversos atores que contribuíram para esta pesquisa.

4.1 DESCRIÇÃO DAS COOPERATIVAS E DOS ENTREVISTADOS

A pesquisa foi desenvolvida em três cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Brasil. Os nomes das cidades, das cooperativas, dos cooperados e outros atores que compõem esta investigação não foram identificados pelo seu verdadeiro nome. Isso se faz necessário como parte do acordo realizado entre o investigador e o presidente de cada cooperativa. Em seus primeiros contatos, o pesquisador também acordou com os entrevistados que eles não seriam identificados no estudo, o que contribuiu para possibilitar a espontaneidade dos entrevistados em suas narrativas, durante o processo de coleta dos dados. Participaram também desse processo de coleta, dois catadores de rua que não são cooperados. As três cooperativas serão identificadas nesse estudo como cooperativa (C1) para a primeira, Cooperativa (C2) para a segunda e (C3) para a terceira cooperativa.

Antes de ir a campo, o pesquisador entrou em contato com duas das três cooperativas e a terceira cooperativa (C3) foi descoberta durante o processo de coleta dos dados, quando o pesquisador participou de uma reunião do Fórum Lixo e Cidadania (um espaço para debates, negociação e formulação de propostas de ações sobre as questões sociais e ambientais, que envolvem a gestão de resíduos sólidos).

A primeira cooperativa (C1) em estudo, foi criada em 2015 com o apoio do secretário do meio ambiente. No início, o órgão público forneceu um local para o desenvolvimento das atividades dos catadores (armazenagem e separação dos resíduos sólidos). Esse local tinha um galpão que possibilitava a proteção dos catadores durante o exercício de suas atividades e a armazenagem do material reciclado. Pouco tempo depois, o galpão foi solicitado pela prefeitura para outras finalidades e, por esse motivo, os cooperados tiveram que alugar um barracão para

a cooperativa ser instalada e continuarem com suas atividades, inclusive para atender o contrato firmado com a prefeitura para a reciclagem dos resíduos. O contrato se encontra vigente até o presente momento e a prefeitura paga por toneladas de materiais que são reciclados pela organização cooperativa e ainda fornece uma cesta básica para cada cooperado.

Depois, nós tivemos que entregar esse barracão e fomos para um outro barracão onde a gente paga aluguel. Mas a prefeitura fez um contrato com todas as cooperativas, e esse repasse do dinheiro que a prefeitura passa, nessa contratação de prestação de serviço é o que a gente paga o aluguel e as demais despesas [...] **(Narrativa da presidente da cooperativa C1)**.

O município onde essa cooperativa está instalada assumiu a responsabilidade pela coleta seletiva e entrega dos resíduos sólidos nas cooperativas da cidade e, atualmente a cooperativa conta com vinte associados. Nesse município existem outras cooperativas que não fazem parte dessa pesquisa porque foram criadas antes da Lei nº 12.305/10 instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A segunda cooperativa (C2) que contribuiu com a investigação foi criada em 2013, quando o prefeito propôs um projeto para a formalização da cooperativa e solicitou o apoio de um catador de rua para sua criação (esse catador tornou-se o presidente da cooperativa). Assim, para desenvolver o seu projeto, o órgão público contratou uma técnica ambiental para criar a cooperativa e convidar os catadores de rua. Desse modo, a prefeitura criou a cooperativa e também fez uma triagem dos catadores de rua e de pessoas carentes, que foram encaminhados a cooperativa para serem selecionados pelo presidente da organização.

Quando eles formaram essa ideia, contrataram uma técnica, uma pessoa responsável, a gestora da coleta, que é coleta e triagem, e foram procurar as pessoas que na época se falavam aqui na cidade em trinta, trinta e cinco pessoas que coletavam, trabalhavam nesse ramo como catador. E foi feito um convite para que se formasse uma cooperativa, para que essas pessoas saíssem dos lixões, saíssem das ruas e viessem para o trabalho da cooperativa **(Narrativa do presidente da cooperativa – C2)**.

Todo trabalho burocrático, todo trabalho documentário, todo trabalho que é feito buscando as leis, os projetos, foi executado por essa pessoa que tinha essa capacidade. Aquilo que nós só tínhamos em mãos, a mão de obra, o conhecimento da mão de obra, o como fazer, mas na parte do documentário, na parte burocrática, lá na parte técnica, nós não tínhamos conhecimento, [...] foi ela que praticamente montou a maneira da coleta seletiva, a maneira em que seguia, que trouxe até nós os estatutos, que trouxe até nós toda maneira como conduzir, como trabalhar uma cooperativa **(Narrativa do presidente da cooperativa – C2)**.

A triagem da prefeitura foi realizada com o apoio de um cadastro que tinha informações dos catadores e das pessoas carentes. Desta maneira, foi feito um convite para os catadores que trabalhavam no lixão e as pessoas necessitadas, que estavam desempregadas e que recebiam benefícios do município.

O presidente da cooperativa ficou responsável pela escolha dos membros dentro do ambiente de trabalho. Para isso, ele colocava as pessoas que eram indicadas pela prefeitura para desenvolver trabalhos de triagem e seleção de materiais. Os melhores eram aprovados, tornando-se cooperados.

A técnica ambiental representava a prefeitura e acompanhava todos os trabalhos da cooperativa. Ela ofereceu seu trabalho e apoio ao empreendimento solidário até o final da gestão do prefeito que a contratou e ainda, durante esse período, participou das reuniões da cooperativa e das assembleias que foram realizadas. “A participação dela foi durante uma gestão da administração, que se fechou em torno de quatro anos” (**Presidente da cooperativa C2**).

Atualmente, a cooperativa de catadores conta com dezesseis cooperados. Por ser a única do município, recebe apoio da prefeitura para suas atividades. O município fornece um motorista para o caminhão da coleta seletiva e uma cesta básica para cada cooperado.

A terceira cooperativa (C3) que também contribui para o desenvolvimento dessa pesquisa, é resultado de um projeto idealizado pela prefeitura. Para esse fim, em 2014, o prefeito convidou um técnico ambiental para ajudá-lo a abrir uma cooperativa de catadores. O técnico foi contratado para organizar os catadores e as atividades de constituição da organização solidária.

Fui atrás de outras cooperativas para saber como é que elas funcionavam e atrás dos catadores daqui do município um a um. Conversei com eles, vi o interesse deles de abrir uma cooperativa ou não. Todos, todos estavam interessados [...]. Quando foi no início de maio de 2014, fizemos a assembleia geral com um público mais ou menos de 18 catadores do município. Eu expliquei para eles a lei nacional de resíduos sólidos, expliquei a funcionalidade da cooperativa, orientei a todos eles. E convidei eles para participarem da cooperativa. [...]. Montamos a ata, a ata de abertura da cooperativa, eu pessoalmente acompanhei todo o processo, tanto estadual como federal, para a abertura do CNPJ, corremos atrás. E no dia 30 de maio de 2014 foi liberado o CNPJ da cooperativa, estava formada a cooperativa de reciclagem (**Narrativa do técnico ambiental C3**).

Em outro momento da entrevista, o técnico relatou “eu corri atrás de cada catador da cidade, eu corri atrás de todos eles. Convidei eles, todos participaram das nossas reuniões, eu expliquei como é que ia funcionar, o que a lei dizia, como é que funcionava. Mas, nem todos se interessaram em participar”. Desse modo, sendo contratado pela prefeitura, era ele o representante legal do órgão público, e influenciou os catadores a se organizarem em um empreendimento coletivo.

O presidente da cooperativa confirmou a participação do órgão público no que diz respeito ao convite para os catadores se organizarem em uma cooperativa, mencionando: “o prefeito chegou e falou: vamos chamar todo mundo para trabalhar na cooperativa. O que quiser vir vem, o que não quiser a gente não pode falar nada” (**Presidente da cooperativa C3**).

A cooperativa foi criada, porém o prefeito não autorizou o início de suas atividades no ano de 2014, quando o projeto foi idealizado e formalizado pelo técnico ambiental. Observa-se que o técnico, que tinha o compromisso com a formação da cooperativa, e os que aceitaram fazer parte tiveram que esperar por um ano para iniciar os trabalhos da coleta seletiva e de reciclagem do material.

Sobre esse assunto, foi observado na entrevista, pelo técnico ambiental, que o procurador do Ministério Público do Trabalho ficou sabendo da realidade dos associados, de suas necessidades e do tempo de espera para iniciar os trabalhos como cooperados. Isso o motivou a falar com o prefeito, e assim a cooperativa iniciou suas atividades.

Em agosto de 2015, recebemos um convite do procurador do trabalho, convidando os catadores para saber porque ainda não estava em funcionamento. [...] E com a ajuda dele, foi passado junto a prefeitura e a prefeitura falou que ia dar todo suporte possível. E daí em diante então, a partir do dia 01 de setembro de 2015, a cooperativa começou a trabalhar junto com a prefeitura (**Narrativa do técnico ambiental C3**).

A partir da reunião com o procurador do Ministério Público do Trabalho, a prefeitura assumiu compromissos com os cooperados e garantiu um salário mínimo para cada catador associado e mais o aluguel do barracão. Ofereceu um caminhão e dois motoristas para ajudar na coleta seletiva. Logo no início das atividades, algumas mudanças ocorreram no quadro social da cooperativa, o técnico e sua

esposa constavam como sócios do empreendimento. Nesse momento se desligaram e outros entraram como cooperados.

O técnico ambiental observou que seu nome e de sua esposa foram incluídos na relação de cooperados para se chegar ao número mínimo de associados para registrar a cooperativa. Depois disso, quando outros catadores aderiram ao projeto, não mais foi necessário manter essa condição. O entrevistado observou ainda que tudo foi realizado em assembleia geral e todos tinham conhecimento desses fatos e, com o tempo, alguns saíram e outros entraram como sócios cooperados.

O entrevistado relatou que a cooperativa mantém dezesseis cooperados para cumprir o contrato de prestação de serviços firmado com a prefeitura. Esse número de cooperados consta no contrato como forma de oferecer condições para atender a coleta seletiva do município.

Então por isso, acabou entrando na cooperativa outros cooperados, mas que infelizmente não eram catadores, mas pessoas que estavam desempregadas há muito tempo, pessoas que estavam necessitando até de auxílio da assistente social da prefeitura (**Narrativa do técnico ambiental C3**).

Porém, a primeira gestão da cooperativa não deu certo. O presidente não repassou os resultados para os cooperados. Nesse momento, o técnico ambiental foi novamente chamado pela prefeitura para resolver o problema. Fizeram uma assembleia geral e formaram uma nova diretoria. Essa nova gestão também não deu certo, “não conseguiram conciliar as contas, soltaram muitos cheques no mercado, voltou muito cheque, a cooperativa ficou negativada no comércio municipal” (**Técnico ambiental C3**).

Essa gestão foi substituída por uma nova, a que estava gerindo as atividades da organização. Destaca-se mais uma vez que essas informações foram relatadas na entrevista pelo técnico ambiental, que atualmente é contratado pela cooperativa para prestar serviços administrativos. Sobre essa última gestão, ele informou: “a atual gestão está 100% regularizada. Pagamos os impostos atrasados, pagamos os cheques devolvidos, hoje a cooperativa vai muito bem”.

Por fim, observa-se que, até o presente momento, essa cooperativa mantém um contrato com a prefeitura, a coleta seletiva do município continua sendo e

realizada pelos cooperados e a prefeitura continua pagando um salário mínimo para todos os dezesseis.

Quadro 2: Informações sociais e econômicas das três cooperativas

Informações sociais e econômicas *	Primeira cooperativa	Segunda cooperativa	Terceira cooperativa
População estimada	400.000 habitantes	24.000 habitantes	21.000 habitantes
Salário médio mensal dos trabalhadores	2,7 salários mínimos	2,4 salários mínimos	2,1 salários mínimos
Economia: PIB per capita (2015)	R\$ 38.000	R\$ 25.000,00	R\$ 21000,00

Fonte: IBGE (2018)

* Para não correr o risco de identificar as cooperativas, as informações foram extraídas da página do IBGE, de cidades com dados sociais parecidos com os verdadeiros municípios onde as cooperativas se encontram.

Considerando as três cooperativas em estudo (C1; C2; C3), evidenciou-se que todas receberam apoio e sofreram influência da prefeitura para sua constituição. Destaca-se que, para a segunda e terceira cooperativa (C2 e C3), foi a prefeitura quem convidou os catadores de rua e realizou a triagem e seleção do pessoal.

A terceira cooperativa (C3), recebeu o apoio do Ministério Público do Trabalho para iniciar suas atividades e firmar um contrato com a prefeitura para a prestação de serviços de coleta seletiva, triagem, processamento, transporte e destinação final de resíduos recicláveis e reaproveitáveis. Consta no contrato que, para a execução do serviço, a contratante pagará à contratada o valor mensal fixo de R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), que englobará os seguintes custos:

- a) **Despesas operacionais e administrativas da Cooperativa** (água, luz, telefonia), programa de saúde e segurança no trabalho, equipamentos de proteção individual, equipamentos de proteção coletiva etc., pela manutenção dos serviços de coleta seletiva de forma a não comprometer a continuidade do serviço público e pelo aumento da longevidade do aterro e diminuição do impacto ambiental. Obriga-se ainda a Cooperativa, a apresentar juntamente com as faturas mensais, comprovantes de todos os pagamentos efetuados no mês de referência. A **contratante** reserva-se o direito de recomendar as orientações técnicas, devidamente fundamentadas, que se fizerem necessárias visando a adequar os custos efetivos da Cooperativa;
- b) **Garantia de renda mínima dos trabalhadores cooperados de 01 (um) salário mínimo, até o limite de 16 cooperados**, dentre eles um motorista, dando-se

cumprimento ao disposto no art. 7º, I, da Lei Federal nº 12.690/2012, como retribuição pelos serviços de coleta, triagem, processamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis e reaproveitáveis (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 2017 – **grifo nosso**).

De acordo com o contrato de prestação de serviços, como mencionado anteriormente, a prefeitura assumiu um compromisso de pagar um salário mínimo para cada cooperado (até o limite de dezesseis cooperados). E essa cláusula contratual pode influenciar as decisões que envolvem o aceite de novos membros. Isso encontra-se relacionado com o princípio do cooperativismo, da livre adesão. Segundo os entrevistados, os cooperados não aprovam a associação de novos membros para não dividirem o valor que eles recebem da prefeitura. Por esse motivo, essa cooperativa, quando necessita aumentar a capacidade produtiva, contrata diaristas.

Dando continuidade a descrição das cooperativas, observa-se que, diferentemente da segunda e terceira cooperativa (C2 e C3), a primeira recebeu apoio da prefeitura para sua criação, mas o convite aos catadores para serem cooperados foi realizado pelos sócios fundadores (presidente e vice-presidente), que, apoiados pelo secretário municipal, procuraram por pessoas dispostas a se juntarem em um empreendimento para realizarem um trabalho coletivo.

Todas as três cooperativas possuem, em seu quadro social, cooperados que não foram catadores de rua e que estavam dispostos a trabalhar com a reciclagem de materiais. Essa condição, porém, não influenciou na escolha dos atores que compõem esse estudo. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, conforme a disposição de cada um, para narrar suas experiências.

Os entrevistados que participaram dessa pesquisa encontram-se apresentados a seguir. Seus verdadeiros nomes foram preservados, conforme acordo verbal realizado durante o processo de coleta dos dados.

Quadro 3: Entrevistados da primeira cooperativa (C1)

Nome	Escolaridade	Idade	Tempo na cooperativa	Foi catador de rua?
Presidente (Neuza)	Fundamental completo		3 anos	Sim
Vice-presidente (Adilson)	Fundamental incompleto	57 anos	3 anos	Sim
Lúcia	Fundamental incompleto	58 anos	2 meses	Sim
Valter	Ensino médio incompleto	45 anos	3 anos	Sim
Luiz	Fundamental incompleto	28 anos	1 mês	Sim

Fonte: resultado da pesquisa (2017)

Quadro 4: Entrevistados da segunda cooperativa (C2)

Nome	Escolaridade	Idade	Tempo na cooperativa	Foi catador de rua?
Presidente (José)	Fundamental completo	73 anos	4 anos	Sim
Daniela	Fundamental completo	68 anos	4 anos	Não
Simão	Fundamental incompleto	59 anos	4 anos	Sim
Airton	Ensino médio completo	45 anos	3 anos	Não
José Carlos *	Fundamental incompleto	65 anos	1 ano	Sim

Fonte: resultado da pesquisa (2017)

* Não é mais cooperado.

Quadro 5: Entrevistados da terceira cooperativa (C3)

Nome	Escolaridade	Idade	Tempo na cooperativa	Foi catador de rua?
Presidente (Nelson)	Fundamental Incompleto	55 anos	2 anos	Sim
Ivete	Fundamental incompleto	48 anos	2 anos	Sim
Nalda	Ensino médio incompleto	24 anos	1 ano	Não
Júlia *	Ensino médio completo	27 anos	6 meses	Sim
João **	Superior completo	50 anos	2 anos	Não

Fonte: resultado da pesquisa (2017)

* Não era cooperada no momento da entrevista. Foi aceita como cooperada pelos associados na assembleia geral de novembro de 2017. Ficou mais de seis meses como diarista.

** Técnico ambiental e prestador de serviços administrativos.

Quadro 6: Catadores de rua entrevistados

Nome	Escolaridade	Idade	Tempo de catação
Henrique	Ensino médio incompleto	36 anos	1 ano
Marcos	Fundamental completo	48 anos	3 anos

Fonte: resultado da pesquisa (2017).

4.2 COLETA DOS DADOS - ENTREVISTAS NARRATIVAS, OBSERVAÇÕES E DOCUMENTOS

As narrativas dos entrevistados das três cooperativas e dos dois catadores de rua encontram-se agrupadas conforme o assunto, para facilitar a sua compreensão e análise. Vale lembrar que o pesquisador não utilizou roteiros previamente elaborados para as entrevistas. As questões surgiram durante o processo de entrevista e para iniciar os respondentes foram convidados a narrar sobre suas experiências com a reciclagem e com a cooperativa.

4.2.1 Motivos que levam os catadores se unirem à uma cooperativa

Sobre os motivos que levam os catadores a se juntarem em uma cooperativa, a presidente da primeira cooperativa relatou que “tem uns que vêm, mas tem muitos que não vêm, e que são poucos os que vêm”. Conforme sua narrativa, os que vêm querem crescer, porque acreditam que estão entrando em uma empresa, mas não sabem que serão os donos do empreendimento solidário. Segundo a entrevistada, tem que haver alguém que convença o catador que a empresa é dele e se isso não ocorrer, “ele nunca vai saber que ele é o dono da cooperativa” (**Narrativa da presidente da cooperativa C1**).

A entrevistada comentou que também demorou a compreender isso e que tem muita gente que não compreende. Referindo-se ao cooperado ser o dono da cooperativa.

A procura de um emprego...

Conforme a coleta de dados, quando um catador procura uma cooperativa, ele procura um emprego e, normalmente, não sabe que vai ser um cooperado (associado), o dono do empreendimento, não conhece a organização. Alguns catadores, mesmo depois de ingressarem na cooperativa como associados, levam tempo para compreender que são os donos. Isso pode ser constatado no relato a seguir:

Hoje a cooperativa já está assim, na prática, já está funcionando há mais de 2 anos. Na prática! Uma boa parte deles, eles ainda não entenderam que são cooperados, que são donos do negócio. Eles ainda se acham empregados. Por mais que eles já participaram de palestras, por mais que a gente fale nas assembleias, eles ainda não tomaram ciência disso. Parece que o subconsciente deles até ouvem, mas não assimilam **(Técnico ambiental C3)**.

Um ex-cooperado que participou dessa pesquisa narrou que trabalhou na cooperativa anteriormente e depois pediu para voltar. Foi perguntado a ele: o senhor pede para ser cooperado ou empregado, aqui na cooperativa? Ele respondeu que procurava por emprego: “emprego, eu quero ganhar” **(Ex-cooperado – José Carlos C2)**.

Complementando a pergunta anterior, foi perguntado ao entrevistado: o senhor sabe que aqui é uma cooperativa, e o que o senhor entende por ser cooperado? “Eu não entendo nada, quase nada, eu trabalhei aí e tudo”. Nota-se que, mesmo tendo trabalhado na cooperativa antes (como cooperado), ele não tem conhecimento do que é ser um cooperado. A pergunta sobre ser o cooperado foi reforçada mais uma vez, e foi usado o termo “dono” da cooperativa, e o entrevistado mencionou “não é dono de nada, saiu dali não leva nada, mas enquanto estiver ali trabalhando ele é dono [...] eu trabalhei um ano e meio aqui e do jeito que eu entrei eu saí, eu não levei nada daqui” **(Ex-cooperado – José Carlos C2)**. Considerando esse relato, percebe-se que ele não compreende o que é ser um cooperado, ser o dono do empreendimento, e por isso ele procura por emprego.

Assim, evidencia-se que um dos motivos que leva o catador a procurar por uma cooperativa é a necessidade de um emprego e renda.

O catador como acumulador de material...

Continuando o assunto a respeito dos motivos que levam os catadores se unirem à uma cooperativa, destaca-se um aspecto importante que deve ser observado: o catador de rua é um acumulador de material e a acumulação normalmente acontece no quintal de sua casa.

É que para não largar no nosso quintal, fica aquela bagunça no quintal. Então por isso que foi formado hoje uma cooperativa para não largar aquelas coisas, bagaceira tudo no quintal. É muito lixo no quintal, muita sujeira **(Narrativa do presidente da cooperativa C3)**.

Até a prefeitura não chegar e embargar, igual embargou em dois lugares [...] parou, proibiu, a máquina chegou, tirou tudo. Deixou tudo limpinho o quintal. Isso aconteceu sucessivamente, umas três vezes. [...], mas hoje está certinho, plantaram até árvore lá **(Cooperada Ivete C3)**.

Geralmente, o quintal da casa do catador serve como um depósito de resíduos e isso tem sido combatido pela prefeitura e vigilância sanitária, pela probabilidade de proliferação da dengue e outras doenças. Essa é uma situação que faz com que o catador procure uma cooperativa para desenvolver suas atividades, porque a prática que gera acumulação de material no quintal, não é mais aceita pelos gestores do município.

Dificuldades de catar na rua...

O vice-presidente da primeira cooperativa apresentou outro motivo para os catadores de rua se juntarem a uma cooperativa, ao afirmar que “dentro da cooperativa é bem melhor que trabalhar na rua”, relatando que o material vem sendo levado pela prefeitura até a cooperativa, eliminando o trabalho de catação.

O material vem até a gente, a gente não está procurando material na rua, a gente não está coletando. Aquele tempo que a gente está perdendo coletando lá na rua, a gente já está separando aqui. A prefeitura vem e traz aqui e a gente já chega de manhã cedo separando. Já pensou a gente sair agora, sair sete horas, oito horas da manhã, chega aqui lá por uma hora, duas horas da tarde, e depois a gente jogar esse material no chão e separar ainda. Então, não compensa, então aqui dentro é bem melhor **(Relato do vice-presidente da cooperativa C1)**.

O relato anterior descreve um pouco da dificuldade de catar e separar o material coletado. O entrevistado mencionou que o catador perde muito tempo na busca pelos materiais, quando eles trabalham na rua. Nessa organização, a primeira cooperativa em estudo, os cooperados não fazem a coleta seletiva, eles esperam os resíduos sólidos no barracão, levados até a cooperativa pela prefeitura, responsável pela coleta seletiva no município.

Continuando o assunto abordado acima, a entrevistada Lúcia de cinquenta e sete anos, que está pouco tempo na cooperativa (C1), afirma que o serviço na cooperativa é mais leve, porque é difícil puxar o carrinho pelas ruas da cidade, fazendo referências às condições climáticas e à dificuldade que ela tem para puxar o carrinho:

Mais leve, nossa é muito mais leve né. Porque aí não tem que ficar no sol quente não tem que estar puxando o carrinho, subir com o carrinho, descer com o carrinho. Não é fácil não (**Relato da cooperada Lúcia C1**).

No próximo relato, também apresenta o trabalho de catação nas ruas como cansativo e sujeito às adversidades do tempo.

Porque é cansativo, você andar num sol desse, num calor desse você ficar andando para baixo e para cima com um carrinho lotado de material, [...] eu tinha que subir cedo e descarregar o carrinho, eu tinha que colocar nos bags o material, eu tinha que dar os meus pulos, porque eu sabia que eu estava sozinha (**Cooperada Lúcia C1**).

Eu vou falar uma coisa para o senhor, lá fora não é fácil. [...] Eu vou falar que é fácil, não é. Porque tinha vez que eu dava duas viagens por dia, para catar reciclagem, mas quando chegava de noite também, eu estava quebrada, não tinha coragem nem de fazer o meu serviço (**Cooperada Lúcia C1**).

É perceptível que o trabalho na rua é mais difícil. Esse é um dos motivos que levam os catadores a se juntarem em uma organização solidária para a realização do trabalho conjunto.

O trabalho conjunto...

Dentre os aspectos que influenciam os catadores a se juntarem em uma cooperativa, considera-se o trabalho conjunto. Algumas atividades podem ser realizadas com mais qualidade e produtividade quando os catadores estão trabalhando em equipe, sendo esse um aspecto da entreajuda.

As vezes tinha momento que passava dificuldade, porque era um trabalho forçado, um trabalho pesado, as vezes precisava de um companheiro, dois companheiros, [...] então falei: se nós nos reunirmos em três, quatro ou cinco pessoas que for, e formarmos uma equipe, vai se trabalhar um conjunto, vai ser dividido, ninguém vai ter prejuízo **(narrativa do presidente da cooperativa C2)**.

Percebe-se que, sozinho, o trabalho se torna mais difícil, o trabalho pesado pode ser dividido, aliviando o esforço de cada catador. Portanto, quando as atividades são desenvolvidas em conjunto, diminui a dificuldade do catador de rua, e, por esse motivo, começaram a pensar em trabalhar em uma cooperativa, com o propósito de facilitar suas atividades e produzir mais.

Gostar do que faz...

A mesma cooperada de relatos anteriores também narrou seu sentimento sobre o trabalho na cooperativa e afirmou que gosta de trabalhar lá.

Eu gosto de trabalhar aqui, eu gosto. Porque eu já sei o material que é para separar, eu já sei o que é lixo e o que não é, mais ou menos. Porque tem muitas vezes que a gente erra, mas eu gosto de trabalhar aqui, é gostoso de trabalhar aqui **(Cooperada Lúcia C1)**.

Conforme o relato, gostar do trabalho e conhecer suas atividades contribui para o cooperado desenvolver o trabalho conjunto, que é necessário para esse tipo de organização. Assim, mais uma vez ressalta-se a importância da aprendizagem para realizar as práticas do trabalho coletivo, considerando que a cooperada relatou que já sabe que material é para separar, isto é: ela sabe porque aprendeu na cooperativa.

Em uma cooperativa, quando entra um novato, ele aprende com os outros as práticas do trabalho dentro da organização e também fica conhecendo sobre os recursos disponíveis da cooperativa, aprende como utilizá-los nas práticas do trabalho, o que também deixa o trabalho mais leve.

Participação do órgão público...

Outro motivo apresentado pelos catadores que os velam a buscarem por uma cooperativa para trabalhar, está no convencimento realizado pelo órgão público para que os catadores saiam das ruas e realizem suas atividades na cooperativa. Na descrição das cooperativas que compõem esse estudo, foi mencionado que a segunda (C2) e a terceira cooperativa (C3), foram criadas pelas prefeituras dos dois

municípios e estes contrataram técnicos para formar o empreendimento e convencer os catadores a realizar o trabalho na cooperativa.

Sobre esse assunto, o presidente da segunda cooperativa (C2) narrou que, quando era catador de rua, chegou a levar uma proposta até a prefeitura para criar uma cooperativa. Quando isso ocorreu, o prefeito não demonstrou interesse a cooperativa não foi criada. Na gestão seguinte, o órgão público se empenhou para criar a cooperativa:

Eu tive pensamento de que a gente fizesse uma cooperativa, reunisse o pessoal, fizesse uma cooperativa e todos iam trabalhar, produzir, ganhar sem alguém ter lucro em cima de alguém. Então, na época até como eu já citei lá traz, que era uma administração que tinha, mas eles não estavam preparados ainda, para que tivesse essa cooperativa e então não aceitaram [...] Mas, depois, no correr do tempo, a outra administração se interessou, formou a cooperativa e me convidou. E aqui nós montamos essa cooperativa e estamos trabalhando **(Narrativa do presidente da cooperativa C2)**.

Destaca-se a participação do órgão público para organizar os catadores de rua, contribuindo para a formação de uma cooperativa e possibilitando a realização do trabalho conjunto. Essa manifestação do órgão público é um fator importante para esta pesquisa, uma vez que o apoio da prefeitura pode ser fundamental não só para levá-los para a organização solidária, mas também para mantê-los na cooperativa.

Discriminação nas ruas...

Outra condição que se percebe nas narrativas dos diversos atores, e que contribui para essa pesquisa, é o fato de o catador ser discriminado na rua. A discriminação, que aparece nas narrativas de alguns entrevistados, gera vergonha e sofrimento para o catador, fazendo com que ele(a) procure uma cooperativa para trabalhar.

Ao comentar sobre a coleta em condomínios e empresas comerciais, a presidente da cooperativa (C1) narrou que: “discriminações dessas pessoas a gente não está tendo mais” e quando foi indagada sobre isso, ela observou: “eles vão como cooperados e se ele for como catador de rua vai ser discriminado”. Esse relato evidencia a importância de ser cooperado para não sofrer discriminação da sociedade, e as próximas narrativas expõem a humilhação e o sofrimento do catador de rua:

Eu vou falar uma coisa como certa, não é fácil pegar um carrinho e andar as ruas da cidade, catando material nas ruas, nas lojas, nos mercados, na rua, porque muitas vezes a gente é humilhado. Sabe que as pessoas humilham a gente muitas vezes, catando material na rua, mas é o serviço da gente **(Cooperada Lúcia C1)**.

Tem pessoa que chama a gente de lixeira, essas pessoas assim, mais melhor assim, chamam a gente de lixeira na rua catando lixo, porque a gente tem que catar da rua, porque estando na rua é da rua, é do lixo, então a gente tem que catar. Porque quem cata lixo é o lixeiro **(Cooperada Lúcia C1)**.

Então a gente foi muito humilhada, chamada de catador de lixo, de lixeiro, de comedor de lixo, mas a gente não ligou não! Fomos trabalhando, debaixo de sol, debaixo de chuva, debaixo de geada [...] **(Cooperada Ivete C3)**.

É difícil porque às vezes as pessoas passavam e falavam, ela é lixeira, ela cata lixo. É difícil **(Cooperada Júlia C3)**.

Porque antes, um catador, ele tinha vergonha de se identificar que ele era um catador, porque muitas pessoas levavam ele como um lixeiro, tratavam ele como um lixeiro. Hoje nós estamos praticamente anulando essa tese aí de ser tratado como lixeiro **(Relato do presidente da cooperativa C2)**.

O vice-presidente da primeira cooperativa (C1) expôs que, no início, quando era catador de rua, tinha vergonha por causa da discriminação que sofria. “No começo, as pessoas olhavam assim, e dava aquela olhadinha assim, e baixava aquela olhada de desprezo, como se você estivesse passando ali para roubar”. O entrevistado continuou narrando e mencionou, “eu chegar em uma lixeira e tirar uma garrafa PET, pegar um papelão, e os outros ficar olhando a gente, então a gente sentia envergonhado”.

Referindo-se à coleta nos condomínios, realizando atividades na condição de cooperado, a vergonha e o sofrimento parecem mudar e não fazer mais sentido na vida do entrevistado: “até me sinto assim, orgulhoso de estar ali fazendo aquele serviço [...] antigamente não, antigamente era mal visto”, e ainda narrou o seu trabalho sendo realizado em um condomínio: “hoje é a mesma coisa de você ser um doutor, eu me sinto assim” **(Vice-presidente da cooperativa C1)**.

Esses fragmentos das narrativas dos entrevistados, sobre os motivos que influenciam os catadores a procurarem por uma cooperativa ou nela permanecerem, nos levam a refletir sobre a importância do processo de aprendizagem das práticas do trabalho, o que pode influenciar o catador na sua decisão de ficar ou não na cooperativa depois de conhecê-la, e de aprender suas práticas.

4.2.2 Motivos que levam os catadores a não permanecerem na cooperativa

O vício...

O vice-presidente da primeira cooperativa (C1) desenvolveu uma narrativa para explicar porque o cooperado não fica na organização por muito tempo. Para isso, ele fez uma relação entre o trabalho e o vício que alguns catadores de rua possuem: “eu estou aqui por que? Porque não tenho vício, todos que estão aqui na cooperativa é porque não têm vício, o que foi catador de rua” (**Vice-presidente da cooperativa C1**). Nesse momento ele se referiu apenas aos que foram catadores de rua e que estão na cooperativa. Na sequência, o entrevistado comenta sobre os catadores que estão nas ruas.

O catador de rua é o seguinte, ele cata agora, ele cata de manhã, para vender na hora do almoço e depois do almoço comprar droga. E a cooperativa não serve para ele, o por quê? Porque ele vai catar o material dele, ele vai trabalhar durante o dia aqui, ele está sabendo que ele não vai receber naquele dia, ele vai receber duas vezes por mês e para ele não dá [...] o vício precisa do dinheiro dia-a-dia, o que torna difícil ele se juntar com a gente (**Narrativa do vice-presidente da cooperativa C1**).

Sobre aqueles que não querem trabalhar na cooperativa, no mesmo sentido do relato anterior, a presidente da cooperativa (C1), comentou que alguns preferem ficar na rua, trabalhar com carrinhos, porque eles querem todo dia ter o seu dinheiro para pagar sua “pinguinha” e comprar alguma coisa. Ela observou que alguns ficam pouco tempo na cooperativa e voltam para as ruas porque não conseguem ficar sem a droga (**anotações do caderno de campo**).

Confirmando os relatos anteriores, um dos catadores de rua comentou sobre o vício “quem está nessa vida é porque tem uma sombra no passado, por drogas ou bebidas. Para mim, beber é o consolo depois de um dia de trabalho” (**Marcos - catador de rua**).

Regras x liberdade...

As regras da organização foram apresentadas pela presidente da cooperativa como um motivo para os catadores desistirem de ser cooperados e voltarem para as ruas. Dentre as regras e limites está a proibição do uso de drogas dentro da cooperativa. Num caso como esse, ela chama o cooperado que tem esse problema e fala: “só depois do expediente, do portão para fora, não quero saber da tua vida

não, mas no horário de expediente de trabalho, não” (**Presidente da cooperativa C1**).

Da mesma forma, o presidente da segunda cooperativa (C2), observou que, no início do trabalho, poucas pessoas aderiram porque não são todos os catadores que querem trabalhar e respeitar regras: “não são todas as pessoas que querem trabalhar e respeitar. Trabalhar na regra e respeitar horário, regulamento, coisas que as pessoas tem que estar sempre ali, trabalhando como se tivesse lá em uma outra empresa qualquer, tem que trabalhar no regulamento” (**Presidente da cooperativa C2**). Para o entrevistado, tem que ter um regulamento e um estatuto, e esses devem ser cumpridos. Observou que isso não é aceito por muitos que estão na rua, por não terem horários para cumprir. Mencionou também, que o catador não tem uma rota para cumprir, referindo-se à liberdade que ele tem de catar onde achar melhor.

Os dois catadores entrevistados comentaram sobre a liberdade de trabalhar nas ruas: “eu gosto de ser livre. Dou muito valor para a liberdade. O direito de ir e vir é fundamental” (**Marcos – catador de rua**). “Eu não vou trabalhar em uma cooperativa porque falta conhecimento sobre a cooperativa e pela liberdade de catar e escolher o que eu quero levar” (**Henrique – catador de rua**).

Complementando, o presidente da terceira cooperativa (C3) comentou sobre os motivos que levam os catadores trabalhar nas ruas e não na cooperativa:

Eles gostam de trabalhar livres, aqueles que não entraram com a gente para trabalhar na cooperativa é porque eles gostam de trabalhar livres. Eles não têm horário, e aqui nós temos compromisso. A gente tem o compromisso com a população da cidade e com o prefeito da cidade, então nós temos que ter o compromisso de manter nossos horários de trabalho, a nossa jornada de trabalho (**Narrativa do presidente da cooperativa C3**).

Percebe-se que cumprir regras, regulamentos e horários são motivos para os catadores não quererem trabalhar em uma cooperativa. Isso pode estar diretamente ligado a liberdade de exercer suas atividades na rua, o que não é permitido em uma organização cooperativa, por organizar o trabalho dos cooperados.

No mesmo sentido, uma cooperada, ao ser indagada se sabia por que eles preferem continuar na rua, a vir trabalhar em uma cooperativa, relatou:

Eu acho assim, que para eles próprios, eles próprios mandam em si próprio. Porque se ia trabalhar aqui na cooperativa, ia ter que manter horário, manter dia, certinho. As suas oito horas trabalhadas. A pessoa não quer ser submissa. Ela quer mandar em si própria (**Cooperada Ivete C3**).

Vale destacar que os motivos que levaram os catadores a se organizarem para desenvolver um trabalho conjunto e os motivos que dificultam a sua permanência em uma cooperativa perpassam pela aprendizagem das práticas do trabalho coletivo e da sua identificação como membros do grupo.

Falta de relacionamento, participação e cooperação...

Outro motivo que pode levar os catadores a desistirem da cooperativa diz respeito a falta de um bom relacionamento no ambiente de trabalho. A presidente da primeira cooperativa comentou:

O que entra na cooperativa que não pensa e que não age com o grupo, não consegue se entender com o grupo, eles não ficam, eles mesmos se desligam, eles mesmos acabam se desligando, porque a cooperativa não é pensando só em si não, é pensando como vai ser daqui algum tempo, como ela vai ficar, como essa empresa vai continuar, com você nela ou não [...] **(Relato da presidente da cooperativa C1).**

Por esse relato, percebe-se a importância do relacionamento dos cooperados, da sua participação na cooperativa, da união, da entreaajuda, da cooperação, porque tudo isso está implícito no comentário, até mesmo, a necessidade de um esforço adicional por parte dos cooperados para o bom relacionamento.

Em outra narrativa, também se percebe a importância do bom relacionamento no ambiente de trabalho e, na falta, o abandono pelos cooperados:

Antes aqui era um brigaeiro, um brigaeiro, agora graças a Deus está bem mais calmo. [...] era muita briga, muita discussão e tudo. [...] A gente que somos cooperados, [...] a gente vive mais no serviço do que em casa. Então a gente tem que se dar bem, a gente tem que estar conversando e tudo, não tem que ficar brigando. [...]. No serviço você tem que estar em paz, muita briga e muita discussão, você acaba enlouquecendo né **(Cooperada Nalda C3).**

O presidente dessa cooperativa informou que aqueles que brigavam eram da gestão anterior e pediram para sair da cooperativa, depois que o presidente anterior foi substituído na assembleia geral **(Anotações do caderno de campo).**

4.2.3 A aprendizagem das práticas do trabalho

É por meio da aprendizagem que o novato adquire condições de participar plenamente das práticas da comunidade, e sua plena participação nas práticas

(engajamento ativo) e interação com os membros do grupo, produzem um sentimento de pertença que o leva a se identificar e contribuir com o grupo, aperfeiçoando conhecimentos, modificando comportamentos e gerando competências.

Sobre as práticas do trabalho, é importante mencionar que, nas cooperativas de catadores, é comum o novato entrar como associado e adquirir conhecimento sobre as práticas desenvolvidas pelo grupo, praticando atividades que envolvam a catação e a seleção de resíduos sólidos, mesmo que ele já tenha um conhecimento prévio sobre a catação (as atividades dos cooperados estão apresentadas em um tópico específico). Desse modo, o novato aprende passando por várias etapas, tanto da coleta como da seleção dos materiais.

Os fragmentos dos relatos a seguir foram apresentados por uma cooperada que trabalha na coleta seletiva e que ajuda a compreender as práticas do seu trabalho:

Eu gosto muito de trabalhar na coleta; trabalhar no caminhão é muito perigoso mesmo, a gente não pára, é um serviço que tem que ser rápido, se você está em cima, trabalhando em cima do caminhão você tem que pregar os pés praticamente no assoalho do caminhão e você tem que estar usando as mãos, e correndo. Correr é bem mais fácil do que trabalhar em cima, a gente reveza os dias, um dia eu corro e no outro eu estou em cima. Então somos em quatro pessoas no caminhão, dois em cima e dois embaixo. Correr é bem mais fácil, é cansativo. Mas, é bem mais fácil **(Cooperada Nalda C3)**.

A gente não pode ficar parando o caminhão também muito. Então a gente despeja os beguinhos, o outro vai amarrando e com isso o caminhão vai andando. Vai lá e amarra o begão, e a gente empilha os begões com o caminhão andando. A gente não é de ficar parando o caminhão, por que se não, a gente não dá conta de fazer o que a gente tem que fazer na cidade na semana **(Cooperada Nalda C3)**.

Das três cooperativas em estudo, duas tem compromissos com a coleta seletiva. No município da outra cooperativa, é a prefeitura que faz esse trabalho e leva os resíduos sólidos até a cooperativa para a triagem e seleção do material. No entanto, para os três casos em estudo, os cooperados necessitam aprender as práticas que envolvem as atividades de catação, triagem e seleção do material.

Retomando um assunto apresentado anteriormente, o fato de o catador procurar uma cooperativa para conseguir um emprego e não compreender que será

o dono do empreendimento solidário leva-nos a refletir sobre a necessidade da aprendizagem do que é uma cooperativa, das atividades inerentes a um cooperado, incluindo as atividades de gestão e autogestão da cooperativa.

O relato a seguir já foi apresentado anteriormente, mas também se faz importante nesse momento da apresentação da coleta dos dados. Foi perguntado ao entrevistado, ex-cooperado, “o que senhor entende por ser cooperado?” - “eu não entendo nada, quase nada”. Assim, de acordo com o relato, ele não tem conhecimento do que é ser um cooperado, mesmo já tendo sido associado da segunda cooperativa em estudo. Nesse caso, fica uma incógnita: Como foi a sua participação como membro de uma cooperativa e se ele não entendia o que era ser cooperado?

Essas narrativas, dentro desse tópico, ajudam a compreender a relevância da aprendizagem, como sendo necessária para o cooperado não só aprender as práticas do trabalho de reciclagem, mas sendo importante também para as práticas de gestão da cooperativa, da participação dele nas reuniões e nas assembleias. Acredita-se que, somente quando se sentir dono da cooperativa, ele será mais participativo nas assembleias e reuniões e isso, refletirá diretamente na gestão da organização.

Por falta de conhecimento ele pede um emprego e, ao ser aceito na cooperativa, passa por uma experiência de trinta ou sessenta dias. Esse tempo é importante para que decida se vai se tornar um membro cooperado ou voltar para as ruas, no caso de a pessoa ser um catador de rua. Esse tempo serve também para que os outros cooperados conheçam-no e possam aceitá-lo como membro do grupo, isto é, aceitá-lo como associado da cooperativa. Nesse período de experiência, ele vai aprendendo outras atividades que não conhecia e se identificando com as práticas da organização.

Um cooperado novato que chega hoje para trabalhar aqui com nós, [...] nós sempre ponhamos ele junto com os mais velhos, para ele pegar aquele ritmo nosso, aí ele nunca trabalha sozinho e aí ele corre durante os trinta dias [...] mas trinta dias é tipo uma experiência. Nós vamos ver se nós adaptamos ele, ver como é que ele é, e ele ver também se ele gostou do serviço, aí com trinta dias nós decidimos, entre nós todos, se fica com ele ou não **(Relato do vice-presidente da cooperativa C1)**.

No início, existe uma relação da aprendizagem com a sua permanência na cooperativa. Considerando que, fora da cooperativa, como catador de rua, ele não possui a prática de separar o material da forma como se trabalha na cooperativa, apenas junta tudo no carrinho e vende.

Ao chegar na cooperativa e conhecer as diferenças do trabalho organizado e do trabalho nas ruas, onde ele está livre da rotina e dos regulamentos, pode identificar benefícios e achar que é melhor ficar na cooperativa. Essas constatações e percepções, no período de experiência são consequências do conhecimento que ele vai adquirindo na cooperativa, no processo de aprendizagem das práticas do trabalho.

Dessa maneira, na cooperativa, o catador aprende algumas práticas de seleção dos materiais que na rua ele não teria oportunidade de aprender, como por exemplo, separar por cores e pela textura, uma coisa simples, mas que ninguém ensina para ele na rua. Como catador de rua:

Ele cata tudo adoidado. Ressecado [...] plástico de macarrão, embalagem de macarrão, de bolacha, de chips, café, nada disso é reciclado. Copinho descartável desses brancos, nada é reciclado disso aí, é tudo lixo. É muita coisa, tem gente que põe sapatão, vassoura, roupa, cinto, essas coisas é tudo lixo **(Cooperada Ivete C3)**.

Em sua narrativa, a entrevistada oferece-nos uma percepção sobre o trabalho do catador na rua e a sua falta de conhecimento do tipo de material que pode ser reciclado e mais facilmente negociado. Essa diferença, de como selecionar e que material é melhor ou tem mais valor, ele [o catador de rua] aprende na cooperativa, e, possivelmente, durante o processo de aprendizagem começa a dar valor ao trabalho desenvolvido dentro da organização e também começa a se envolver com as práticas do trabalho. Os relatos a seguir podem ajudar na compreensão da importância da aprendizagem das práticas em uma cooperativa:

A garrafinha PET colorida ninguém separa, a garrafinha verde, a garrafinha azul, a branca leitosa, a branca cristal, eles não separam, nós separamos, [...] Se eu for entregar esse material tudo misturado, a garrafinha colorida eu vou entregar a oitenta centavos e ela separada eu entrego a um e oitenta. [...]. Então, porque que eu vou perder dinheiro? Tem que pegar e educar essa pessoa que vem lá de fora, do jeito que nós trabalhamos **(Relato do vice-presidente da cooperativa C1)**.

Esses cooperados que chegam agora, eles não têm essa separação, então ele vai junto com o outro para pegar esse ritmo **(Relato do vice-presidente da cooperativa C1)**.

Ao mencionar junto com o outro, o entrevistado estava se referindo ao processo de aprendizagem das práticas do trabalho, em que o mais antigo e experiente, ensina o novato.

Ele sozinho na mesa não vai fazer. Ele trabalhando um mês com uma pessoa, junto, ali direto, ele pega esse ritmo **(Relato do vice-presidente da cooperativa C1)**.

O processo de aprendizagem das práticas do trabalho de um catador de rua e de um cooperado possui algumas diferenças, que já foram observadas: o catador de rua não se preocupa com a seleção de alguns materiais, como por exemplo: separar garrafas PET e papelão por cores e textura, e a prática de prensar o material. No entanto, essas atividades são importantes para o catador vender seu material, pois essa prática reflete diretamente no preço do produto. Quando o material não está devidamente separado e prensado, o valor de mercado é muito inferior ao material que é selecionado dentro de uma cooperativa de reciclagem.

Os relatos a seguir apresentam as diferenças mencionadas anteriormente:

Aqui nós temos a separação do papelão número um e número dois, [...] porque o papelão número dois é trinta e cinco centavos, o número um é cinquenta centavos. Eu faço dez fardos do número um e faço dois fardos, um fardo de número dois, e se eu misturar tudo, e vai ser vendido a trinta e cinco **(Relato do vice-presidente da cooperativa C1)**.

Porque é o seguinte, se eu for trabalhar na rua, o meu material vai sair sem prensar e ele vai cair pela metade do preço [...] **(Relato do vice-presidente da cooperativa C1)**.

Quando eu entrei mesmo, as pessoas iam me ensinando, a separar o material, PET com PET, garrafinha com garrafinha [...] **(Cooperada Nalda C3)**.

Eu ensinei para bastante gente, essas meninas que estão aí na mesa, quase tudo fui eu. [...] Ali nós separamos tudo. Nós separamos, por exemplo, a PET, a sacolinha, o plástico, tem a sacolinha branca, tem o plástico branco, tem a sacolinha de cor, tem o plástico de cor, tem o papel branco, o papel de cor, então aquilo ali é tudo separado, cada um, cada um no seu lugar **(Cooperada Daniela C2)**.

Ao entrar na cooperativa, o catador aprende a agregar mais valor ao seu trabalho e ao material que ele coleta, ele tem que se preocupar com algumas atividades que não sabia e que, aparentemente, não tinham relevância para o seu trabalho.

A presidente da cooperativa (**C1**) também apresentou um relato sobre sua aprendizagem no início de suas atividades como cooperada.

A gente achava assim, que o plástico, que a sacolinha, por exemplo, era um plástico que a gente não poderia reciclar ele, que ele não ia ter valor, que não ia ter peso, e foi o inverso. Hoje a gente separa o plástico limpo. Limpo que eu falo é aquele branco das sacolinhas, ele tem um preço maior (**Relato da presidente da cooperativa C1**).

A presidente explicou que iniciou com a reciclagem trabalhando na rua (foi catadora de rua) e, depois de conhecer uma cooperativa onde foi oferecer seus materiais, foi convidada a ser associada (essas informações se referem a um momento anterior a atual cooperativa, da qual ela é a presidente).

Ela continuou sua narrativa e comentou que, quando chegou para vender o seu material na cooperativa, porque antes ela vendia para um atravessador, a presidente da cooperativa a convidou para ser uma cooperada e depois do convite falou “eu vou te explicar como separar este material e como você vai ter um valor maior do que você está passando este material para outros compradores”. Ela observou, na sua narrativa, que, no início, não aceitou ser cooperada, mas aos poucos foi levando seu material na cooperativa. A “presidente da cooperativa foi me explicando, me ensinou a separar, teve muita paciência comigo” (**Presidente da cooperativa C1**).

Nesse momento, falou que já não entregava mais o material para quem ela estava entregando e mencionou que começou a participar das reuniões da cooperativa, mesmo sem ser cooperada. Desse modo, ela estava em um processo de aprendizagem, tinha interesse em aprender e se identificava com o trabalho daquela organização. “Eu comecei a participar das reuniões [...] e ingressei na cooperativa” (**Presidente da cooperativa C1**). Ela acabou aceitando ser uma cooperada.

Por meio dos relatos oferecidos pela entrevistada, nota-se uma relação com o princípio da livre adesão ou porta aberta. Essa relação surge a partir do convite da presidente da cooperativa para a catadora se tornar uma cooperada. Uma segunda relação pode ser desenvolvida, levando em consideração que a cooperada, sabendo da condição da catadora de rua e de sua falta de conhecimento sobre a reciclagem

(trabalho de catação), agiu com solidariedade, ao se oferecer para ensinar as práticas do trabalho da cooperativa.

Uma terceira relação que se pode depreender desse relato, é a importância da aprendizagem e da participação para a formação da identidade do indivíduo. A catadora identificou-se com o trabalho na cooperativa de tal forma que seu desempenho refletiu no futuro dela dentro da organização. Esse desempenho está diretamente ligado as práticas do trabalho interno de uma cooperada (triagem e processamento dos materiais), trabalho externo (a coleta) e ainda envolve as práticas de gestão da cooperativa.

Nesse caso específico, a aprendizagem contribuiu para a formação da cooperada, e isso é perceptível porque, nove anos depois, essa catadora de rua tornou-se a presidente da cooperativa, o que destaca a importância e os resultados da aprendizagem organizacional, da participação do indivíduo no processo, do esforço adicional, do sentimento de pertença que deve ter conduzido as atividades dessa cooperada, até ela chegar a ser presidente da organização.

Depois de nove anos de trabalho naquela organização, ela se desligou da cooperativa e com a orientação do secretário municipal, criou uma nova cooperativa. Assim, a aprendizagem situada contribuiu para que ela se tornasse uma mensageira do cooperativismo, utilizando o conhecimento das práticas que um dia lhe foi oferecido espontaneamente e que ela aprendeu ao longo de sua permanência na cooperativa.

Os cooperados também mantem relações com outras organizações que proporcionam algum tipo de conhecimento. Um exemplo dessas instituições são as ONGs, associações e universidades. Tais organizações podem oferecer às cooperativas um conhecimento formal (daqueles que se aprendem no banco das escolas) sobre o cooperativismo e sobre a reciclagem de resíduos sólidos. Esse conhecimento, depois de adquirido pode ser ensinado aos outros membros do grupo, por meio da aprendizagem prática, nas práticas da cooperativa, uma aprendizagem situada. Esse foi o caso da presidente da cooperativa C1. Ela expôs que, quando estava na cooperativa onde iniciou suas atividades como cooperada, aprendeu também com a Universidade Estadual.

A Universidade Estadual fez essa apresentação para a gente, lá dentro da cooperativa, quando eu iniciei na cooperativa [...]. Então a própria Universidade Estadual passou essa experiência para a gente. Foi assim, uma espécie de um treinamento [...] eles levaram lá, esses materiais todos, dentro do barracão da cooperativa, e foram explicando [...]. Muitos deles foram queimados para sentir, ver a fumaça, sentir o cheiro, alguma coisa assim. Outros foram apertados na mão para a gente sentir o barulho do plástico, qual que poderia ser o plástico reciclável, qual não poderia (**Presidente da cooperativa C1**).

O relato apresentado indica que o catador, enquanto cooperado, aprende por diferentes formas e a última fala está diretamente relacionada com o princípio do cooperativismo que trata da educação e formação dos membros da cooperativa mais próximo de uma educação formal.

Os entrevistados também narraram a forma como eles aprendem as práticas do trabalho e quem são os que ensinam:

[...] as pessoas vão ensinando uns aos outros, como que é, e vai separando e tudo. [...] as pessoas vão ensinando, vai explicando como é, [...] as pessoas mais velhas que vão ensinando quem está entrando, começando a trabalhar (**Cooperada Nalda C3**).

Os próprios cooperados da cooperativa. Normalmente são aqueles que eram catadores, que já conhecem o material [...]. E aí os próprios recicladores que já faziam a venda desse material, que já tem a noção exatamente do quê que os compradores precisam, são eles que orientam os novos cooperados (**Narrativa do técnico ambiental C3**).

A cooperada que narrou sua aprendizagem no relato anterior possui um pouco mais de um ano na cooperativa e relatou que já pode ensinar os novatos.

Estou com um ano e quatro meses mais ou menos [...] posso ensinar sim [...] as vezes eu passo e eu vejo alguém jogando alguma coisa de errado no que não é ali. Aí eu pego e eu falo: não, isso aqui não é aqui, isso aqui é aqui [...] A gente vai orientando as pessoas, vai explicando. [...], às vezes a gente vai passando lá e pergunta: isso aqui vai aonde? E também fala onde vai, e assim vai indo (**Cooperada Nalda C3**).

Outros cooperados comentaram sobre o processo de aprendizagem na cooperativa, tanto aprendendo quanto ensinando os novatos:

Aqui dentro foi o presidente quem me ensinou, a dona Ivete me ensinava, as outras meninas me ensinavam. Aí eu fui pegando o jeito delas, [...] A maioria eu aprendi aqui, porque o que eu catava lá, só era papelão, latinha, PET e garrafinha, balde e bacia, só. E aqui tudo tem seu lugar, lata, ferro, caco diferente, [...] eu aprendi mais é aqui, porque na rua eu aprendi só o básico (**Cooperada Júlia C3**).

Já ensinei muitas pessoas que entrou novato aqui, já ensinei muitos. Naquela prensa ali mesmo já entrou uns aqui... que saiu daqui tudo bom por causa de mim, eu ensinei tudo. Já teve uns ali que sabia e não queria

passar para os outros. Eu prefiro passar para os outros, que eu não estou todo dia ali, então no caso ele já sabe **(Cooperado Airtton C2)**.

Eles me ensinaram uns dias, deram explicação. Assim, que jeito que era, porque a gente na casa da gente é uma coisa, aqui é outra. Então eles me deram uma explicação [...]. Agora eu já aprendi tudo, eu já sei, se ficar na mesa sozinha separando eu já sei **(Cooperada Lúcia C1)**.

É que, assim que ele chega aqui, mesmo que ele não tem o conhecimento, mas com aquela equipe que já se encontra aqui, que já se trabalha, que todos já estão práticos, ele também vai passar a aprender, porque ele vai trabalhar ao lado de quem já sabe, ele vai em conjunto com quem já estava trabalhando. Então ele se passa a conhecer os materiais [...] **(Relato do presidente da cooperativa – C2)**.

Um iniciante, quando ele não tem prática, o que se faz? Se coloca para trabalhar junto com aquela pessoa que já tem a prática **(Relato do presidente da cooperativa – C2)**.

Mas, tem umas que não sabem de nada, então tem que ensinar tudo **(Cooperada Daniela C2)**.

Eu ensino quem não sabe, quem está aqui eu ensino... ensino um, ensino o outro... outros já sabem também **(Cooperado Simão C2)**.

Eu pego e separo para ele ver, digo “é assim, assim” **(Cooperado Simão C2)**.

Porque além de ser o presidente da cooperativa, eu sou o professor deles também. Eu coloco eles para trabalhar e eles perguntam: e esse material? Vai ali! E esse daqui? É assim! E esse daqui? Vai assim! Então eu sou o professor deles também **(Relato do presidente da cooperativa – C3)**.

São vários os relatos que podem indicar que os cooperados aprendem com os mais antigos e que ensinar é uma prática na cooperativa. No entanto, pode acontecer de um novato chegar com muita experiência e ensinar os membros do grupo.

Mas há cooperativa que não aceita essa condição do novato que chega com conhecimentos de reciclagem, querer ensinar os membros mais antigos. Isso pode ser identificado no relato do presidente de uma cooperativa: “Não, mas aí não tem essa conversa. Aqui o que eu falar está falado. O que eu falar, está falado”. Ele observou que ensina e o novato não questiona, mesmo tendo algum conhecimento prévio.

Em outra narrativa, o entrevistado observou que mesmo que o novato tenha algum conhecimento sobre as práticas da coleta seletiva ou da separação dos resíduos, ele vai passar a aprender dentro da cooperativa como o trabalho é realizado ali: “um cooperado novato que chega hoje para trabalhar aqui, [...] se ele

tem prática ou não, nós sempre ponhamos ele junto com os mais velhos, para ele pegar aquele ritmo nosso” (**Vice-presidente da cooperativa C1**).

Quando foi perguntado ao presidente da segunda cooperativa em estudo, se um novato chegar conhecendo outras práticas de trabalho pode ensinar o mais antigo, o entrevistado narrou que, se o novato chegar com conhecimento sobre o trabalho, eles estão dispostos a aprender com ele:

Sim, porque já vem de outras reciclagens, [...] já atuam um bom tempo na área, que as vezes não é daqui mas veio pra cá. [...] é até um ânimo porque é uma maneira que nós não estamos acostumados e que vamos aprender com aqueles que estão chegando também. Porque nós não sabemos tudo, nós temos pra aprender, ensinamos e aprendemos. [...] nós estamos aprendendo também, continuamos aprendendo (**Presidente da cooperativa C2**).

Na cidade da cooperativa dois (C2), há apenas uma cooperativa de catadores. É difícil, portanto, chegar algum novato com experiência. Mas, acontecendo, esse conhecimento é considerado importante para eles. Assim sendo, quando a cooperativa é a única do município, pode existir uma dificuldade para os seus associados conhecerem outras práticas do trabalho de reciclagem e, talvez, seja por isso que um novato com experiência (conhecimento) tem a possibilidade de ensinar aos mais antigos. Por outro lado, esse fato pode representar a disposição do gestor da cooperativa e de outros cooperados de estarem sempre aprendendo, como o entrevistado mencionou “não sabemos tudo”.

4.2.4 As práticas de gestão e autogestão

Até o presente momento da descrição da coleta dos dados, foram apresentados relatos sobre a aprendizagem das práticas do trabalho e não foram mencionadas as práticas de gestão, que vão além das práticas das atividades de catar e selecionar os materiais. As práticas que estão sendo observadas nesse tópico estão relacionadas com a autogestão da cooperativa e envolvem além da administração no dia-a-dia, as reuniões e a assembleia geral.

Sobre a gestão da organização, o presidente da segunda cooperativa observou:

É preciso ter um pouco de conhecimento também do ser humano, porque você tem que olhar para o trabalhador, para o cooperado e sentir o problema do cooperado **(Relato do presidente da cooperativa – C2)**.

O entrevistado observou que o gestor tem que conhecer os membros de sua equipe, porque tem o lado humano que deve ser considerado pela gestão. Comentou também que o gestor de uma cooperativa tem que ser amigo dos cooperados e conhecer bem a equipe para não acontecer de chegar a ser autoritário.

Ele tem que ser o amigo, para poder chegar até a posição dele conquistar aquele quadro de cooperado que tem em suas mãos, para poder ficar fácil, para poder dialogar. Porque se o gestor não tiver a capacidade para chegar ali, até o ponto dele chegar ao conhecimento da equipe que ele tem na mão, ele vai perder pontos, ele vai perder credibilidade com o próprio cooperado, ele vai ser praticamente uma pessoa que vai passar a ser abusivo, na prática, no conhecimento do cooperado **(Relato do presidente da cooperativa – C2)**.

As vezes acontece um imprevisto, uma coisa que não está dando muito certo, eles chegam junto com a gente e nós choramos juntos. Se for preciso rir nós rimos, se for preciso chorar nós choramos juntos **(Relato do presidente da cooperativa – C2)**.

Então é um trabalho que ele se torna, de todos os trabalhos, ele se torna o mais difícil, porque vai trabalhar com ideias, a ideia trocando com ideias [...] então ele tem que ter um bom exemplo, ele tem que mostrar a capacidade **(Relato do presidente da cooperativa – C2)**.

No meu entendimento, ser gestor de uma cooperativa, pra mim se torna difícil, [...] nunca fiz um básico nenhum de gestão, isso aí, esse pouco conhecimento que eu tenho é um conhecimento nato, [...]. Então é uma parte que a gente trabalha, mas trabalha com aquele básico que a gente tem **(Relato do presidente da cooperativa – C2)**.

É perceptível nos relatos sobre a gestão um misto entre aprendizagem, competência e emoção. Na narrativa sobre o trabalho de gestão, o presidente da cooperativa expôs que aprende com os outros e que ele também ensina:

Um campo de trabalho que a gente cada dia aprende, continua aprendendo, tem muito a aprender, através de companheiro que a gente tem, um vai instruindo o outro. Inclusive aprendi muito com essa técnica que nós tivemos aqui, e ela também aprendeu comigo. [...] gostei muito durante esses quatro anos, aprendi também com muitos companheiros **(Relato do presidente da cooperativa – C2)**. (Ao mencionar a técnica o entrevistado se referiu a técnica ambiental, que foi contratada pela prefeitura).

Nota-se, no relato apresentado pelo presidente da cooperativa, a importância da aprendizagem para a gestão das cooperativas e, nesse caso específico, importante para as atividades do presidente da organização. A seguir, o presidente da segunda cooperativa (C2), expõe sobre a necessidade de o gestor ensinar pelo exemplo, executando também as atividades que envolvem a reciclagem. Desse

modo, o presidente da cooperativa se apresenta aos demais cooperados como um associado que também está submetido às normas da cooperativa, em relação à execução do trabalho. Ele espera com isso ensinar pelo exemplo, executando as práticas do trabalho ao lado dos cooperados, para que o cooperado possa observá-lo na execução das atividades.

Na parte administrativa, a gente procura obedecer às normas, procura fazer tudo correto para não ter tropeços

Portanto, a minha administração, ela funciona assim, para eu pedir para um cooperado fazer uma coisa, eu tenho que fazer para ele ver que eu faço, depois vou pedir gentilmente para aquela pessoa fazer, e ele não vai ter uma resposta para mim, pra dizer assim, esse trabalho não dá pra fazer, porque eu vi o senhor fazendo, eu vi ele fazendo, como é que eu vou responder que não dá pra fazer **(Relato do presidente da cooperativa – C2)**.



Foto 1: O presidente da cooperativa executando atividades no pátio
Fonte: Coleta dos dados (2017)



Foto 2: O presidente da cooperativa executando atividades no pátio
Fonte: Coleta dos dados (2017).

As duas fotos apresentadas contribuem para evidenciar a participação do presidente da cooperativa na execução das atividades que envolvem a reciclagem dos resíduos sólidos. Ao executar as atividades junto com os associados, ele espera dar o exemplo e motivar cooperados para o trabalho. Esse compromisso do presidente da cooperativa também é importante para se aproximar do grupo e também, para o grupo se identificar como cooperado, provocando um sentimento de pertença.

Sobre as reuniões e assembleias gerais

Ao ser indagado sobre as reuniões com os cooperados, o presidente da primeira cooperativa comentou:

Fazemos, fazemos! Tudo que nós for fazer aqui, se nós vamos vender, se o material caiu lá fora, nós fazemos a reunião para avisar eles que o material está baixo. Se subiu, nós avisamos também, fazemos uma reunião. Se tem uma coisa que está acontecendo lá fora, [...] no outro dia seguinte nós fazemos reunião e passamos para eles tudo o que foi conversado na outra reunião, se eles não vão na reunião lá fora né, é passado para eles e feito reunião **(Relato do vice-presidente da cooperativa – C1)**.

Foi perguntado ao vice-presidente da primeira cooperativa em estudo, se os cooperados participam das reuniões ou de assembleias e se eles ajudam a decidir:

Ajudam, ajudam, e sempre vence a maioria. Se tem um material ali e nós vendemos ele a cinquenta centavos, mas tem outro que compra ele a quarenta e cinco e é na hora, e o outro esperamos dez ou quinze dias, eu e

a presidente da cooperativa, nós não vamos tomar a frente e vender esse material. O que é possível, nós chamamos todo mundo, e aí nós passamos para eles.

O material nós entregamos a cinquenta centavos, mas nós só vamos receber daqui dez dias, o outro lá paga quarenta e cinco, mas ele vai pagar hoje, ele vai levar hoje e vai pagar hoje, o que vocês acham? Ah vamos esperar, o outro vamos vender. [...] Se a maioria for esperar, nós vamos pelo de lá e se a maioria for não esperar, nós vamos por aquele.

Tudo, tudo. Tudo é passado para os cooperados e feito reunião, não se toma decisão sozinho.

Participam, quando nós fazemos reunião aqui, todo mundo têm o direito de falar né. Falam, a gente debate aí, tudo. Tudo conversado.

(Relatos do vice-presidente da cooperativa C1)

O entrevistado comentou sobre as reuniões onde os cooperados se envolvem e decidem sobre as vendas dos resíduos. Decisões importantes sobre o preço do material e para quem vender são tomadas em conjunto, com a participação de todos. Essa participação possibilita a aprendizagem dos cooperados sobre a comercialização dos resíduos sólidos reciclados, não ficando apenas com o conhecimento da reciclagem.

Sobre o tempo que demora para o novato começar a participar, o entrevistado disse:

Para ele participar de uma reunião é a partir de trinta dias. [...] para ele participar de reunião é depois da hora que nós fazemos uma reunião entre nós aqui e aceita ele, aí ele começa a dar a opinião dele **(Relato do vice-presidente da cooperativa – C1)**.

Mesmo tendo menos de dois meses na cooperativa, uma cooperada relatou que é convidada a participar das reuniões: “Quando eu vou na reunião eu gosto mais de ouvir os outros falarem. Eu não falo porque, eu mais gosto de ouvir os outros” **(Cooperada Lúcia C1)**. Esse relato indica que as reuniões são frequentes. Essa constatação se dá pelo fato dela estar há muito pouco tempo na cooperativa e mesmo sendo novata, ela participa.

O relato a seguir também confirma que os cooperados são convidados para as reuniões: “reunião sempre tem, para a gente entender do serviço. As vendas tudo, ela explica como que vende e tal”, e sobre a frequência das reuniões, respondeu: “sempre faz, direto, sempre faz”. Participam dando sugestões: “sugestão de uma coisa que a gente acha melhor, um lugar para pnhar umas coisas, o material melhor. Então a gente participa também”. Sobre a presidente da cooperativa, o

entrevistado comentou: “ela pede opinião para a gente e dá opinião do que acha que é melhor para concluirmos o serviço” (**Cooperado Valter C1**). Outro cooperado confirma sua participação nas reuniões “É ué, tem que falar né. Na hora que tem que falar tem que falar, se não falar não vai” (**Cooperado Luiz C1**).

Na segunda cooperativa em estudo, alguns relatos podem identificar a participação dos associados nas reuniões:

Participo! Eu já conheço mais ou menos as coisas aqui. Porque a gente, é bem dizer, a fundadora né? Então a gente já conhece mais ou menos (**Cooperada Daniela C2**).

Na hora que nós vamos fazer a reunião, o presidente da cooperativa nos chama. Essas pessoas que [...] entende mais de umas coisinhas, então entende mais. Então ele faz a reunião com nós. De vez em quando, ele faz a reunião com todos. Ou se não, chama só as pessoas que ele quer que participa mais. Então é desse jeito. Mas todo mundo aqui é igual (**Cooperada Daniela C2**).

A entrevistada é uma das fundadoras da cooperativa, e, por isso, conhece bem as atividades da gestão da cooperativa, principalmente sobre as reuniões. De acordo com o relato, percebe-se que as reuniões são seletivas, de acordo com a vontade do presidente da cooperativa. Aquele que tem mais conhecimento sobre a cooperativa ou que o presidente quer escutar a opinião, é chamado a participar.

No entanto, de acordo com a narrativa da entrevistada são poucas as reuniões que têm a participação de todos os cooperados. Será que isso pode ser um sinal de que o voto não é igualitário, por falta de participação? Nota-se, no final do relato da entrevistada, que ela menciona que todo mundo é igual. Isso aconteceu porque, na sua fala anterior, ela narrou que todos são cooperados, referindo-se que todos são donos do empreendimento. Entretanto mencionou que nem todos participam, porque uns têm vergonha e outros têm medo: “Tem uns que nem abre a boca porque tem vergonha. [...] Tem uns aí muito envergonhado, então eles abaixam a cabeça e ficam quietos. Mas têm muitos que participam sim” (**Cooperada Daniela C2**). Quando foi indagada sobre o porquê dos cooperados abaixarem a cabeça, ela respondeu:

Às vezes, é que nem eu falo para as meninas, tem muitas delas aí, que às vezes é medo mesmo [...] e outras é vergonha. Porque outro dia teve reunião aqui, aí eu peguei e já falei para elas, o presidente até me elogiou por causa [...]. Eu cheguei lá e falei assim: agora é a oportunidade de vocês falarem. Vocês falam o que vocês sentem, o que vocês têm que falar [...]. Vamos fazer a reunião assim pra todo mundo não sair com dúvida da

reunião. [...] começou a falar o pessoal, e eu fico escutando, depois chegou naquela hora exata, aí eu ergo a mão: ó gente, eu quero falar isso aí. Aí eu pego e falo (**Cooperada Daniela**).

A entrevistada comentou que é do presidente a palavra final, mas que ele vai pela maioria: “ele vai muito pela gente, porque ele vai muito pela maioria” (**Cooperada Daniela**).

Foi perguntado para a cooperada se, quando eles fazem alguma reunião para decidir sobre um novato, para aceitação desse novato como cooperado, todos participam dessa reunião e ajudam a aprovar a entrada dele como cooperado:

As vezes não precisa vir todo mundo, porque igual eu falei, as pessoas, muitas vezes não falam nada. Então, não tem precisão de chamar todos. [...]

Porque as vezes elas falam assim, Daniela, vai lá e depois você passa para a gente. Elas têm confiança em mim, porque eu não escondo nada delas. O que passa aqui, eu conto tudo para elas. Então elas pegaram aquela confiança em mim. Então elas mandam eu, aí eu venho e falo: o presidente não pegou não. Eu falei com ele para pegar mais para a frente, porque a gente não está precisando de ninguém agora. Mas nós logo, logo, vamos pegar, nem que seja duas pessoas. Porque logo vai ter vaga para mais duas pessoas (**Relato da cooperada Daniela**).

Nem todos participam das reuniões quando mandam uma representante. No cooperativismo, cada pessoa tem direito a um voto. Isso geralmente está relacionado as assembleias gerais. Nas reuniões em que são tomadas decisões e se colocam alguma coisa em votação, e no caso em que a cooperada que foi representando um setor só tem um voto e assim ela não representa os outros, apenas comunica a sua equipe de trabalho o que foi decidido por aqueles que estavam participando da reunião. Olhando para a forma de gerir, o presidente não poderia aceitar esse tipo de comportamento, porque conduz a falta de um esforço adicional por parte das cooperadas que não quiseram participar da reunião, e assim, não contribuíram para o processo decisório.

Existe também certa proximidade entre a cooperada (entrevistada) e o presidente, eles são fundadores e possuem experiências que passaram juntos, no dia a dia do trabalho, o que poderia influenciá-la a apenas concordar com a palavra dele, não querendo contrariá-lo dentro da cooperativa. Caso isso aconteça, mesmo que a cooperada não perceba, não estaria representando a sua equipe. Por esse e outros motivos, em uma cooperativa, o voto não pode ser confiado a outra pessoa.

No exemplo apresentado, alguns cooperados estão tomando decisões importantes em nome de todos os associados e eles deixam de aprender quando não participam.

Para o cooperativismo, a participação de todos é essencial para uma gestão democrática. Isso é tão fundamental, que existe um princípio para tratar desse assunto, denominado “princípio do controle democrático pelos sócios”. Esse princípio possui a finalidade de distribuir o poder dentro da organização e possibilitar a autogestão.

A respeito da cooperada representar outros cooperados, nota-se nesse momento da coleta dos dados, dois pontos interessantes. O primeiro se refere ao princípio, como observado, e isso dá um entendimento de que o novato não vem para somar, vem para dividir o valor do rateio. Outro ponto interessante, é o caso do mandato. Aqui cabe um questionamento que será tratado na análise dos dados: será que para a autogestão cabe falar em mandato? O cooperado pode ter um representante para exercer a autogestão por ele?

Sobre as reuniões e assembleias da terceira cooperativa em estudo, foi perguntado ao técnico ambiental que trabalha na cooperativa se ele tem acompanhado as reuniões, as assembleias, e se os cooperados participam das decisões tomadas, oferecendo opiniões e decidindo, tanto os antigos quanto os novos associados:

Nas assembleias, todo mundo, [...] todo mundo tem poder de decisão, é o poder do voto. Então quando surge uma pauta, nós a discutimos, tento explicar o máximo possível aquele assunto, e coloco em discussão. Há uma discussão, muitas vezes até antes da assembleia para que a coisa seja mais dinâmica. Mas, normalmente, a gente coloca em discussão para ouvir o comentário de cada um [...]. Todo mundo que é cooperado tem o direito **(Técnico ambiental C3)**.

Se é novato ou se antigo, todos eles têm o direito de dar a sua opinião. Porque quanto mais opiniões houverem, eu acredito que possa ter um consenso [...] **(Técnico ambiental C3)**.

Quando nós fazemos, algumas reuniões que são assuntos, assuntos assim, mais voltados internamente, para dentro da cooperativa, nós fazemos uma reunião, que é registrada no caderno, onde no final todo mundo assina, inclusive os novatos. Porque é nesse momento que o novato começa a aprender como é que funciona uma assembleia, é o novato que também tem que dar a sua sugestão. E aí os mais experientes vão orientar se essa sugestão é viável ou não. Porque quem está há mais tempo nessa área, ele sabe dizer se isso vai dar certo ou não. Não é simplesmente dizer: não, não vai dar certo! Mas explicar o motivo. E isso, esse grupo que está hoje aqui,

eles têm aprendido cada vez mais e mais e todos eles sabem dar sugestão e dizer se vai dar certo ou não (**Técnico ambiental C3**).

Convém observar, nesse momento da coleta dos dados, que o técnico ambiental presta serviços administrativos para a cooperativa (ele possui uma empresa de consultoria e planejamento) e não foi considerado nessa pesquisa como um gestor contratado, pelo fato de as decisões serem tomadas pelo presidente da cooperativa, cabendo ao técnico as atividades normais de escritório, próximo às atividades de um escritório de contabilidade.

O técnico participa das reuniões e assembleias e, por isso, tem conhecimento do que acontece na cooperativa. Esse entrevistado observou que são nas reuniões que o novato começa a aprender como funciona uma assembleia, reconhece o seu valor. Por ser esse o momento mais importante para se promover a autogestão de uma cooperativa, em que se pressupõe a participação de todos os membros, para deliberarem sobre diversos assuntos, sendo este, um espaço para se debater os rumos da organização e decidirem sobre a forma de execução dos trabalhos. Ressalta-se que para o professor Singer, a maior autoridade é a assembleia geral.

Contudo, a afirmação do entrevistado de que o novato começa a aprender nas reuniões como funciona uma assembleia é relevante porque essa acontece normalmente uma vez por ano, e, por isso, as reuniões dos cooperados representam um elemento importante do processo de aprendizagem da autogestão.

Foi relatado pelo entrevistado que as assembleias são publicadas em um jornal, mínimo vinte dias antes.

A gente já vai conversando antes de formalizar a assembleia, eu consulto todos os cooperados para saber se tem algum assunto para a gente discutir em assembleia. Então quando a gente faz o anuncio no jornal, quando nós fazemos a assembleia, nós somos direcionados pela pauta. Quando surge algum outro assunto, a gente faz reuniões internas nossas, onde é anotado em cadernos separados. Mas na assembleia é exatamente o que está na pauta. [...] então eu participo realmente e ajudo eles na orientação para que não se desvie da pauta. [...] eu só ajudo na condução para que eles não saiam do assunto.

O técnico ambiental informou que para as assembleias, quando necessário, convidam representantes da Associação de Economia Solidária e Reciclagem - AEcoRecicla (esta associação possui dentre suas finalidades: apoiar as ações do Fórum Lixo e Cidadania). “A AEcoRecicla é quem nos auxilia, até mesmo para dar

uma orientação jurídica, dos assuntos que a gente está comentando” (**Técnico Ambiental C3**). {A sigla AEcoRecicla foi criada para substituir a sigla verdadeira da associação que apoia as cooperativas de reciclagem. O nome verdadeiro poderia identificar as cidades em que a pesquisa foi desenvolvida}.

O entrevistado exemplificou o assunto comentando sobre a questão do desconto da previdência dos cooperados (INSS) e falou que foi difícil convencê-los dessa necessidade do recolhimento do INSS, questão esclarecida pelo advogado da AEcoRecicla esclareceu essa questão durante a assembleia geral. A “AEcoRecicla tem como objetivos principais apoiar, fomentar, estimular e promover o exercício de práticas de autogestão e de solidariedade às cooperativas de catadores de materiais recicláveis [...]” (ESTATUTO SOCIAL – AEcoRecicla, 2015).

Sobre a participação da AEcoRecicla na assembleia geral, entrevistado narrou:

Nós abrimos uma pausa para comentários e discussões, toda vez que há algum assunto. Por exemplo, algo que foi muito discutido, foi o assunto do INSS, nós chegamos a fazer umas cinco reuniões só pra falar do INSS. Então, nesse momento, nós precisávamos de uma ajuda jurídica, para a orientação. [...] E aí a AEcoRecicla nos enviou uma pessoa, uma pessoa específica dessa área para nos orientar (**Técnico ambiental C3**).

Foi perguntado ao entrevistado quem decidiu na assembleia sobre o desconto do INSS, a AEcoRecicla ou os cooperados:

A palavra final sempre é da cooperativa, dos cooperados. Porque a gente faz uma votação para que a maioria aprove. [...], mas, por isso que houve tantas reuniões, para que o pessoal entendesse o processo, do INSS, entendesse o processo da aposentadoria (**Técnico ambiental C3**).

O entrevistado confirmou a participação da AEcoRecicla em todas as assembleias, “nós convidamos eles para participarem”. E considerou que “é fundamental que nessas assembleias, todos os cooperados tenham conhecimento do quê que está acontecendo”, isso é importante para saberem deliberar sobre o assunto.

Uma entrevistada, comentando sobre a terceira cooperativa (C3), relatou que a assembleia geral que ela participou “não foi muito boa, era muita briga, muita discussão” (**Cooperada Nalda C3**). Talvez seja por isso a observação do técnico, que, na assembleia é exatamente o que está na pauta, que ela deve ser orientada

pela pauta. Um fato importante é que essa cooperativa foi criada em 2014 e que já teve três presidentes destituídos da função por meio da participação dos cooperados em assembleia geral. Sobre a assembleia a entrevistada continuou narrando: “mas eu espero que a próxima reunião seja uma coisa de paz, que não demore muito” (**Cooperada Nalda C3**). Esse relato mostra que a entrevistada não passou por uma boa experiência na assembleia geral.

Sobre a troca dos presidentes, observa-se que no último caso, quando o terceiro presidente foi destituído do cargo em fevereiro desse ano, o pesquisador teve a oportunidade de assistir a assembleia geral.

A participação nas reuniões também é confirmada por outro entrevistado, quando foi perguntado se ele participa de reuniões na cooperativa: “Eu participo, eles chamam eu para participar, e quando tem eu participo” (**Cooperada Júlia C3**). Mas a entrevistada não é cooperada, é diarista. Disse que não dá opinião nas reuniões porque não é cooperada ainda. No entanto, ela confirma que as reuniões acontecem na cooperativa, todos são convidados e que participam, dando ideias e opiniões.

Observa-se que no período da coleta dos dados, foi realizada uma assembleia geral em dezembro de 2017 na terceira cooperativa, a qual o pesquisador foi convidado a assistir. Nessa assembleia, foi votada a inclusão da cooperada que trabalhava como diarista, aprovada por todos os membros.

Nessa mesma assembleia, também foi votado a questão da exclusão de duas cooperadas, excluídas pelo presidente da cooperativa. As cooperadas recorreram e, na assembleia, por meio de votação, foi anulada tal decisão do presidente.

Por telefone, em 20 de dezembro de 2017, o pesquisador foi informado pelo técnico ambiental (prestador de serviços administrativos) que os cooperados exoneraram da função, o presidente da cooperativa, e em janeiro de 2018 seria realizada uma assembleia para votar essa questão. Conforme as informações, evidencia-se a participação dos cooperados no processo de autogestão da cooperativa, fazendo uso do voto, para a tomada de decisões nas assembleias gerais.

4.2.5 O princípio da livre adesão e sua observância

A presidente da primeira cooperativa em estudo, em sua narrativa, lembrou do momento em que foi convidada a entrar para a cooperativa. Para ela foi um momento marcante em sua vida e, até hoje, ela procura ter o mesmo comportamento em relação as pessoas que estão na mesma condição que os cooperados.

A cooperativa de reciclagem me deu muito apoio, eu agradeço muito pelo começo que eu tive, porque se não fosse o começo daquela pessoa que me estendeu a mão dentro de uma cooperativa, ela me convidou e assim, eu peguei por exemplo, eu convido os catadores “entra com a gente, lá você tem um barracão pra você trabalhar, lá você tem seu almoço, lá você tem seu café da manhã, faça chuva ou faça sol você tem aonde trabalhar. [...] se ele entra na cooperativa, ele é o dono, ele é um dos donos e ele vai se sentir feliz porque ele vai ter todo dia onde trabalhar dignamente **(Relato da presidente da cooperativa C1)**.

Foi perguntado ao vice-presidente da primeira cooperativa em estudo, “se um catador de rua pedir para ser cooperado, vocês aceitam?” “Aceita. É porque isso aqui é um serviço social. A gente não tem como falar não, [...] sempre pega, tendo o lugar para entrar. E se não tem também, a gente dá um jeitinho né”. Mesmo que o entrevistado não tenha se referido ao princípio do cooperativismo, a atitude dele, de dar uma oportunidade aquele que pede para entrar, atende ao princípio da livre adesão.

Outros relatos que lembram o princípio da livre adesão, compreendidos nas falas dos cooperados da primeira cooperativa.

Eu catava de carrinho na rua né, eu juntava tudo no bag certinho e vendia por mês, dava uma mixaria, mas está bom né, dava pra sobreviver né. E até que eu passando aí, eu resolvi perguntar, se estavam pegando e pegou eu, estou aqui já a trinta dias **(Cooperado Luiz C1)**.

Então, eu estava trabalhando na rua né, e passei na cooperativa e conversei com presidente, por causa que, eu trabalhava na rua com carro próprio né, camioneta própria. [...]. Eu trabalhei mais ou menos uns três anos. [...]. Então, eu que cheguei na presidente da cooperativa e conversei com ela, porque na rua não estava dando, o ganho estava pouco, e aí ela falou assim, aqui a gente trabalha tudo junto e é repartido o que dá. Então é tipo, quanto mais fazer mais ganha **(Cooperado Valter C1)**.

Participar de uma sociedade cooperativa deve ser ação voluntária. As cooperativas devem estar abertas a todas as pessoas aptas a usar os seus serviços e dispostas a aceitar responsabilidades inerentes a cada sócio.

O vice-presidente da cooperativa compara o aceite pelos cooperados ou o convite de uma pessoa para ingressar na cooperativa como um ato social. No mesmo sentido, para Chaves *et al.* (2015) os princípios mostram que as cooperativas possuem um compromisso com a comunidade, e atuam como agentes de mudança humana, econômica e social, de tal forma que, a condição humana e social no cooperativismo deve estar em primeiro plano, para que a cooperativa possa ser provedora de solidariedade.

Da mesma forma, foi perguntado aos entrevistados das outras cooperativas, se algum catador chegar e pedir para ser cooperado, ele consegue ser aceito. Os seguintes relatos foram apresentados pelos entrevistados:

Hoje, se um catador de rua falar: eu quero entrar na cooperativa! Ai não tem como, pelo seguinte: nós temos hoje 16 cooperados, e então são 16 cooperados que a gente tem uma ajuda financeira do município, através do contrato que nós temos com eles. Para entrar um novo cooperado, ele não teria essa ajuda contratual. Só seria das vendas. Nós teríamos uma dificuldade muito grande, hoje, dos cooperados atuais, aceitarem ele como cooperado, porque ele vai dividir o rateio (**Narrativa do técnico ambiental C3**).

O técnico ambiental é contratado pela cooperativa para serviços administrativos participa das reuniões e das assembleias. Nesse caso, ele possui informações que revelam a posição dos cooperados quanto a questão apresentada. O seu relato pode ser ainda validado pela fala do presidente da cooperativa. Ele comentou que a cooperativa possui pessoas trabalhando por empreita (ou diária) por não ter condições de admitir outros cooperados.

Hoje a gente abriu uma frente de trabalho, por que tem muita gente que precisa, e a cooperativa em si, ela hoje não está podendo contratar mais gente, ainda, mas a gente abriu exceção para aquelas famílias que está precisando e hoje a gente tem como mão de obra, contratado pela gente mesmo, a gente tem aí três pessoas fazendo esse trabalho para a gente, até as coisas andarem melhor. Assim que as coisas começarem a clarear mais, amanhã ou depois eles podem ser cooperados também (**Relato do presidente da cooperativa C3**).

O relato do presidente se refere as pessoas que foram contratadas como diarista. Uma cooperada que já foi diarista e outra que continua prestando serviços

para a cooperativa como diarista, apresentam seus relatos e confirmam a contratação de diaristas. Isso demonstra que essa prática é comum na cooperativa ao longo do tempo e não apenas em um momento de aumento de produção.

Eu não era catadora, eu vim a pedido do presidente da cooperativa, porque eles estavam pagando diarista, para poder trabalhar aqui para fazer o begão (saco). Eu fiquei na base de uns dois meses como diarista, foi onde surgiu uma oportunidade de eu ser uma cooperada. Entrei como cooperada e estamos aí **(Cooperada Nalda C3)**.

Eu catava papelão, eu catava de tudo, eu vinha na casa de meu pai, separava e depois eu vendia. Era difícil, sol, chuva né, eu cantava assim, era ruim. Aí depois, aí o presidente da cooperativa me chamou para separar, R\$ 4,00 o bag, aí eu vim. [...] eu trabalhei dois anos na rua, dois anos, aí ele me chamou para vir separar uns bags que estavam acumulados. Trabalhei uns 3 meses. Aí foi que surgiu vaga e ele colocou eu para trabalhar aqui por mês com ele, ele gostou do meu serviço, aí eu estou aqui, faz seis meses já, que estou aqui. [...] não sou cooperada ainda. [...]. Eu me vejo como uma funcionária ainda porque eu não estou na ata **(Cooperada Júlia C3)**.

A ajuda contratual que o entrevistado mencionou anteriormente, diz respeito ao salário que a prefeitura paga aos cooperados, em cumprimento ao contrato firmado para a coleta seletiva. Pode-se afirmar que essa cláusula contratual interfere diretamente nas aprovações de novos membros, considerando que os cooperados não querem dividir o salário recebido pela prefeitura com os novatos. Por esse motivo, na falta de mão de obra, a cooperativa contrata diarista, o que pode ferir o princípio da livre adesão (esse assunto também foi mencionado no início da coleta dos dados).

4.2.6 Identidade

Anteriormente, foi apresentada a narrativa da presidente da primeira cooperativa (C1), um pouco do seu processo de aprendizagem. Ela recordou o momento em que foi vender em uma cooperativa os materiais que catava na rua, lembrou do convite que a cooperada lhe fez, para ser uma associada. Recordou também que a presidente daquela cooperativa lhe ensinou sobre as atividades de catação e seleção dos materiais para conseguir um valor maior sobre os resíduos e lhe explicou sobre as vendas.

A entrevistada contou que começou a participar das reuniões da cooperativa, mesmo sem ser cooperada, e assim, passou por um processo de aprendizagem,

demonstrou interesse em aprender e se identificou com o trabalho daquela organização. Sua participação naquele grupo foi tanta que se tornou a presidente da cooperativa. Essas são recordações que ela guarda nas suas lembranças. Desse modo, sua participação na cooperativa é uma fonte de lembrança.

Muitas foram as atividades, tarefas e funções que a entrevistada aprendeu e desempenhou durante os nove anos, quando esteve naquela cooperativa. Nesse caso, a aprendizagem não foi apenas uma condição para se tornar um membro da cooperativa, foi uma forma de evolução do tornar-se membro, de se envolver como membro.

No entender de Wenger, a identidade se manifesta como uma forma de engajar-se em ações, fazer escolhas, e valorizar experiências. Nesse sentido, a entrevistada se identificou com a organização, com o trabalho e com as pessoas, ampliou suas habilidades para interagir com o grupo e para realizar um trabalho conjunto. Sua experiência a levou para outra organização cooperativa, e hoje, ela é a presidente dessa outra organização. Assim, ela se tornou quem é, por se empenhar em seus papéis e nas suas relações mutuas com os membros daquela comunidade.

A experiência da cooperada nos leva a refletir sobre a importância da aprendizagem, do compromisso mútuo e da participação, para a formação da identidade dos associados de cooperativas de catadores.

A seguir, encontram-se alguns fragmentos da narrativa da presidente da cooperativa C1. Estes são relatos que apresentam o sentimento de pertença da cooperada e o modo como ela se identifica com o grupo.

Conversando com uma pessoa bem instruída, bem formada disse assim para mim: “Qual é a sua profissão?” Eu disse “eu não sei qual é a minha profissão, porque eu não sei se eu sou coletora de lixo, se eu sou catadora, eu não sei”. Ele falou assim “você é uma empresária!” Eu falei “nossa, não tanto!” “Não, você é uma empresária”. E eu cheguei a cooperativa e disse assim para os cooperados: “todos nós somos empresários”. Mas como empresários, estamos catando lixo, mexendo no lixo?. Eu disse “somos empresários porque a nossa cooperativa é uma empresa, ela não é um fundo de quintal, tanto é que a gente emite nota fiscal, nós temos CNPJ, nós temos inscrição, nós temos plano de gerenciamento, nós temos licença ambiental, então nós somos uma empresa. Porque que não vamos dizer que não somos empresários? Somos empresários sim! Pequenos, até as vezes um microempresário, mas nós somos” (**Presidente da Cooperativa C1**).

Isso valoriza muito aquele catador, muito, muito, muito, porque ele vai se sentir útil, ele tem que se sentir útil, não só para ele mesmo, ele tem que se sentir útil para todos, porque o trabalho que nós fazemos é um trabalho digno, honesto e bonito (**Presidente da Cooperativa C1**).

Outro relato que apresenta a identificação do cooperado com o grupo a qual pertence é apresentado por um cooperado que saiu e voltou para a cooperativa:

Eu trabalhei com ele até... até dei uma paradinha um tempinho. Fui para outro lugar e acabei voltando de novo, aí retornei e pedi serviço para o presidente da cooperativa e ele me pegou de volta (**Cooperado Airton C2**).

Percebe-se que o cooperado se identificou com a organização cooperativa de tal forma que pediu exoneração e pediu para voltar. Ele se considera membro daquela comunidade, o que pode lhe possibilitar uma participação mais ativa e um compromisso com a comunidade.

Wenger (2001) considera que é através do aprendizado que os cenários moldam nossa experiência; as práticas, pessoas, lugares, competência, comunidades e assim, as fronteiras se tornam parte de quem somos. Deste modo, identidades tornam-se reflexões personalizadas dos cenários das práticas. O referido pesquisador compreende que na prática, sabemos quem somos por meio do que nos é familiar, compreensível, utilizável e negociável. Ao considerar isso, Wenger depreende que a nossa identidade é algo que constantemente renegociamos durante o curso de nossa vida. Para ele, a medida que passamos por uma sucessão de formas de participação, nossas identidades formam trajetórias, dentro e entre comunidades de prática.

4.2.7 O estigma do catador e as emoções nas práticas do trabalho

Nessa seção da coleta, busca-se apresentar algumas emoções que foram percebidas pelo pesquisador nas narrativas dos entrevistados, tais como a vergonha, a humilhação, o sofrimento do catador e do cooperado, orgulho e amor. Para tanto, essa seção está diretamente relacionada com a parte teórica, denominada “o sentido e significado do trabalho para o catador”, uma vez que, o sentido e o significado envolvem sentimentos e emoções relacionadas com as práticas do trabalho dos cooperados.

A primeira entrevista realizada na fase da coleta de dados foi com a presidente da cooperativa C1. Ela começa narrando sobre sua experiência com a catação, uma experiência em que passou muita vergonha.

Eu comecei a trabalhar sozinha, sozinha que eu digo assim, eu comecei a pegar o material na rua, no caso, no início tinha muita vergonha, eu e mais uma colega saía a noite, catava de sacola, depois ponia no carro e no outro dia eu ia vender onde estavam comprando (**Presidente da cooperativa C1**).

A entrevistada lembra de um momento de dor e sofrimento causado pelo estigma de ser catador:

Essa história de vida que eu conto, foi muito marcante, a pessoa tomando café na minha mesa, pessoa da família, disse assim “você é uma lixeira, você tem que parar de ser lixeira”. Isso marcou muito na minha vida, e eu preferi não responder nada, mas eu deveria ter respondido “esse meu dinheiro que eu comprei o café é do meu próprio lixo. Esse café que você está tomando é do dinheiro que eu ganhei no meu reciclável” (**Presidente da cooperativa C1**).

A gente foi muito discriminada, hoje está bem menos a discriminação. Eu enfrentei discriminação violenta, dizendo assim que eu era uma lixeira (**Presidente da cooperativa C1**).

A cooperada entrevistada continua sua narrativa afirmando que superou a discriminação ao comentar que “passou por cima disso”, e justificou a condição anterior, a de catadora, afirmando que precisava do trabalho.

A gente era catadora de lixo e a gente passou por cima disso, além do mais, a gente precisa do trabalho, e também quase todos os cooperados gosta do serviço que faz, do trabalho que faz (**Presidente da cooperativa C1**).

Quando ela expõe que era catadora, quer dizer que agora é uma cooperada, diferente de ser catadora, e que hoje ela e os outros cooperados gostam do que fazem.

Atualmente, mesmo sendo uma cooperada e ainda presidente da cooperativa, ela participa da coleta em alguns condomínios, mas não tem vergonha e comenta que não sofre discriminação por isso. Mas observa que ela e os outros vão como cooperados. Caso contrário, ainda sofreriam com o estigma de ser catador.

As próximas narrativas são de entrevistados que apresentam um sentimento de respeito pelo que fazem e de superação da vergonha. Reconhecem no trabalho realizado um trabalho digno em relação a sociedade e ao meio ambiente

e por acreditar em que os cooperados estão contribuindo para toda sociedade, ao narrar em que o planeta precisa deles.

E tudo o que a gente faz, faz assim, com amor e com respeito, porque todo trabalho é digno e hoje a gente vê que a sociedade está adquirindo este respeito e entendendo o que é o trabalho da reciclagem. Porque todos precisam deste trabalho, não só nós que somos os catadores, os trabalhadores, mas o planeta em si precisa. Isso a gente costuma dizer para todos os cooperados, que todos precisam deste trabalho, que é o trabalho que a gente faz (**Presidente da cooperativa C1**).

Olhando que o trabalho que a gente faz e que lá na frente muitas pessoas enxergam, a gente começa a conhecer quem é o defensor do meio ambiente (**Presidente da cooperativa C2**).

A gente está ajudando o meio ambiente [...], o nosso meio ambiente não anda muito bem, o trabalho que a gente faz é para melhorar cada vez mais [...]. Eu penso no futuro dos meus filhos, dos filhos dos meus filhos (**Cooperada Nalda C3**).

São vários os sentimentos expressados nos relatos. Nesse último por exemplo, a entrevistada menciona o futuro dos filhos ao considerar a sua ajuda para com o meio ambiente. Assim percebe-se assim um sentimento de amor para com sua família e a contribuição de seu trabalho para o futuro deles.

O amor é um tipo de sentimento que também é encontrado em relação ao próprio trabalho. A presidente da cooperativa relata que o trabalho dela é realizado com muito amor e esse sentimento é resultado da forma como ela foi recebida na primeira cooperativa, refletindo em sua aprendizagem.

Para que não falte material para os cooperados, a gente coleta com os nossos próprios veículos e coloca esse material para o grupo todo, aí a gente vende o material e divide para o grupo todo. Isso eu faço com muito amor, com muito carinho, porque o que eu recebi dessa cooperativa anterior que eu estava, dessa presidente que estava, que na época era presidente, foi uma aprendizagem de vida (**Presidente da cooperativa C1**).

Nesse relato também observa-se que, quando ela sai para coletar nos condomínios (quando ela diz que faz coleta com o próprio carro), ela traz todo o material e coloca para todo o grupo. Ao relatar isso, ela oferece um exemplo de solidariedade entre os cooperados. Essa solidariedade acontece porque ela trabalha o dia todo na cooperativa e vai de noite coletar nos condomínios, fora de seu horário de trabalho da cooperativa. Assim, o resultado dessa atividade é distribuído entre os associados.

O vice-presidente da cooperativa também mencionou em sua entrevista que realiza o trabalho com amor: “ eu trabalho contente, o que eu faço, eu faço com gosto, certo? Eu faço com amor”, demonstrando que aprecia o trabalho que realiza.

Na próxima narrativa, a entrevistada observa que eles não sofrem mais discriminação e diz respeito ao fato de serem cooperados. Quando vão coletar o material, estão representando uma cooperativa e desse modo, não são mais catadores de rua. Mas, o catador de rua continua sendo discriminado.

Eles vão como cooperados, se ele for lá como catador de rua ele vai ser discriminado. Continua a discriminação, menos, menor. [...] certa discriminação sempre vai existir mesmo. Os preconceitos nunca vão acabar, porque quando você chega e fala assim “qual é o seu grau de estudo? ” **(Presidente da cooperativa C1)**.

O sofrimento é tanto, que para alguns que foram catadores de rua, a pergunta sobre a escolaridade pode ser uma pergunta muito simples e sem nenhuma pretensão de ofender, no entanto para quem recebe, para quem carrega o estigma de ser um catador, pode ser uma ofensa, resultado da discriminação. As pessoas podem considerar que o catador está naquela condição, ou desenvolvendo aquela atividade, porque não estudou.

Quando perguntado ao vice-presidente da cooperativa C1, se ele já sentiu vergonha, respondeu que já teve bastante vergonha e narrou:

No começo as pessoas olhavam para a gente assim, dava aquela olhadinha, baixava aquela olhada de desprezo, como se você estivesse passando ali para roubar. A quinze anos atrás era assim, eles não davam valor no catador. As pessoas não olhavam para a gente **(Vice-presidente da cooperativa C1)**.

O entrevistado disse que, quando ele passava, as pessoas não o olhavam e baixavam a cabeça, e isso era motivo de vergonha para ele. O vice-presidente da cooperativa continuou a sua narrativa e procurou dar um exemplo de humilhação, discriminação e vergonha, quando era catador de rua:

A gente chegar e parar na lixeira para pegar alguma coisa e o cara gritar “ô catador, não rasga a sacola aí não”. Gritava, “tem que acabar com essa porcaria de catador ficar no meio da rua rasgando a sacola da gente”. E eu nunca fui uma pessoa de chegar e rasgar, eu desamarrava e tirava o material que eu queria e aí eu amarrava de novo. A pessoa, como uns faziam, chegava gritando com a gente e isso aí também, acho que é de menos. Sempre tem uns no meio dos outros. Mas só que já mudou bem, mudou, mudou bastante, pode ter certeza que mudou **(Vice-presidente da cooperativa C1)**.

Eu chegar em uma lixeira e tirar uma garrafa pet, pegar um papelão, e os outros ficar olhando a gente, então a gente sentia envergonhado e depois com o tempo, foi passando os anos e foi mudando os olhos deles. [...]. Hoje, pode ter uma latinha lá no pé da mulher que eu vou lá e cato aquela latinha e levo embora (**Vice-presidente da cooperativa C1**).

Os dois catadores entrevistados, que ainda trabalham na rua, comentaram que já sofreram humilhações: “sou humilhado porque ando sujo e malvestido. As pessoas acham que vou roubar e mandam as crianças para dentro, acho isso discriminação [...] o modo de olhar diz tudo” (Henrique - catador de rua). “As pessoas mudam de lado na rua quando me veem. [...] colocam as crianças para dentro” (Marcos - catador de rua).

No mesmo sentido, o presidente da segunda cooperativa narrou:

O catador ou catadora de papelão, era discriminado na rua, onde fosse, ninguém via ele com bons olhos. Mas, no correr do tempo as coisas vão mudando (**Presidente da cooperativa C2**).

Outros cooperados também falaram sobre a humilhação que passam nas ruas:

Eu vou falar uma coisa como certa, não é fácil pegar um carrinho e andar as ruas da cidade, catando material nas ruas, nas lojas, nos mercados, porque muitas vezes a gente é humilhado, catando material na rua. Mas, é o serviço da gente (**Cooperada Lúcia C1**).

Muitas vezes o povo humilha a gente, catando, porque tem muita pessoa boa que ainda ajuda a gente, mas tem muitos que humilham. Então, todo o dia eu pedia para Deus: Deus eu já estou cansada dessa vida (**Cooperada Lúcia C**).

Tem pessoa que chama a gente de lixeira, na rua catando lixo, porque a gente tem que catar da rua, porque estando na rua, é da rua, é do lixo, então a gente tem que catar. Porque quem cata lixo é o lixeiro (**Cooperada Lúcia C1**).

Então a gente foi muito humilhada, chamado de catador de lixo, de lixeiro, de comedor de lixo, mas a gente não ligou não! (**Cooperada Ivete C3**)

É difícil porque às vezes as pessoas passavam e falavam, ó ela é lixeira, ela cata lixo (**Cooperada Júlia C3**).

Às vezes a gente passa, “e aí Lixeira” (**Cooperada Nalda C3**).

Esse último relato é de uma cooperada que nunca foi catadora de rua. Ela entrou para a cooperativa e trabalha na coleta seletiva, no caminhão. Considerado isso, pode-se perceber que a discriminação não mudou muito, porque sofre discriminação nos dias atuais. Quando passa para coletar os resíduos para a coleta

seletiva, há pessoas que gritam “e aí lixeira?”. A entrevistada comenta sobre sua experiência com a coleta seletiva:

Mas, eu não tenho vergonha nenhuma, eu nunca tive eu tenho até orgulho do que faço, gosto muito, muito, muito, muito do que eu faço. É gostoso, é gostoso você estar aqui, mexer com as coisas, você separar, você coletar, agora na rua mesmo às vezes as pessoas são muito ignorantes com a gente, tem isso. [...] tem gente que xinga a gente, tem gente muito mal-educado., A gente tenta ser o mais educado possível, quando a pessoa está sendo mal-educado com a gente. [...] as pessoas, às vezes por falta de bag, xingam a gente e tal. Eu falo para eles, nossa que educação que vocês têm, parabéns para você, muito parabéns! [...] xingar assim a gente não xinga, mas às vezes a gente acaba falando com ignorância sabe, sendo ignorante também com uma pessoa, pela falta de educação da pessoa (**Cooperada Nalda C3**).

Nos fragmentos da fala do próximo entrevistado percebe-se a princípio que ele nega a vergonha, mas na sequência de sua fala, apresenta esse sentimento ao mencionar que as pessoas vão vê-lo como catador.

Eu não acho que é um serviço ruim né, e não tem que ter vergonha não. A pessoa tem que lutar de qualquer jeito. [...] Mas, de primeiro para eu começar foi sim. Eu falava, todas as minas daqui do jardim vai saber que eu sou catador, mas daí a gente vai e acostuma (**Cooperado Luiz C1**).

A seguir, a entrevistada relata que não tinha vergonha e justifica seu sentimento porque a catação era o sustento dela e da filha.

Às vezes você passava e a pessoa falava assim, nossa a catadora de lixo. Eu não tinha vergonha porque era meu sustento, eu tinha que trabalhar para sustentar minha filha, porque eu tenho uma filha pequena. Então, eu tenho que trabalhar, tudo é serviço hoje em dia, tudo é serviço, aí eu saía para catar (**Cooperada Júlia C3**).

Porém, essa cooperada que diz não ter vergonha, em outro relato expõe que sentiu vergonha em relação aos amigos:

Eu já passei vergonha sim, uns colegas, uns amigos. A primeira vez que eu saí para catar, a gente tem vergonha, eu tinha vergonha. Mas depois eu ponhei na minha cabeça que eu tinha que trabalhar e sustentar minha filha, meu marido, né. Então, aí eu não tive vergonha mais não (**Cooperada Júlia C3**).

Para o presidente da segunda cooperativa, quando um catador se considera discriminado, ele mesmo acha que o trabalho dele não tem valor e se decepciona:

Porque realmente, a discriminação vem e quando o trabalhador está fazendo um trabalho que ele não é reconhecido [...] um trabalho que a própria pessoa que está agindo ali, ele mesmo está se decepcionando, ele acha que ele está sendo discriminado, então ele perde aquele valor (**Presidente da segunda cooperativa C2**).

A perda de valor, apresentada no relato do catador, também está relacionada ao trabalho do catador de rua que não faz o serviço como deveria ser feito, o que foi observado no relato acima, quando o entrevistado observou que “nunca foi uma pessoa de chegar e rasgar” os sacos de lixo.

Devido ter alguns catadores, pessoas que nem catadores são, que eles fazem esse tipo de trabalho e deixam a desejar. Porque, as vezes não fazem o serviço por merecer, as vezes eles não coletam o material que é necessário e fazendo as coisas que é errado (**Presidente da segunda cooperativa C2**).

Na condição de cooperado é diferente porque, quando a pessoa passa a valorizar o seu próprio trabalho, ela começa a perceber na reciclagem um trabalho respeitado pela sociedade. Conforme a narrativa da entrevistada, presidente da cooperativa, o que antes era um trabalho discriminado, por ser ela uma catadora, hoje é considerado pela sociedade um trabalho de respeito.

Então o que acontece, a cooperativa de reciclagem está com um trabalho mais respeitado diante da sociedade, até então não era não, a gente era muito discriminada, porque a gente era catadora de lixo (**Presidente da primeira cooperativa C1**).

No mesmo sentido, encontra-se o relato do presidente da outra cooperativa:

Porque antes um catador tinha vergonha de se identificar que ele era um catador, porque muitas pessoas levavam ele como um lixeiro, tratavam ele como um lixeiro, hoje nós estamos praticamente anulando essa tese aí de ser tratado como lixeiro (**Presidente da cooperativa C3**).

Na narrativa da presidente da cooperativa, o trabalho do cooperado merece ser respeitado e assim ela valoriza o trabalho desenvolvido dentro de uma organização cooperativa.

Eu acredito que a cooperativa vai ser uma cooperativa bem respeitada sim, e esses cooperados, esses catadores merecem ser respeitados [...] a gente faz um trabalho muito bonito nesses condomínios (**Presidente da cooperativa C1**).

Por fim, alguns relatos descrevem os sentimentos dos cooperados em relação a cooperativa e o seu trabalho:

Eu gosto de trabalhar aqui, eu gosto. Porque eu já sei o material que é para separar, eu já sei o que é lixo, o que não é, mais ou menos né. Porque tem muitas vezes que a gente erra, mas eu gosto de trabalhar aqui, é gostoso de trabalhar aqui [...] Então a gente tem que agradecer a Deus, pelo que Deus dá para a gente. Eu estou muito feliz aqui dentro! (**Cooperada Lúcia C1**).

Ai assim, eu gosto de fazer o que faço, eu gosto de trabalhar aqui. Isso as vezes nos olhos de muitos, o que a gente faz não é nada (**Cooperada Nalda C3**).

Eu gosto, é muito gostoso trabalhar aqui, é melhor que na rua. Porque na rua às vezes tinha material, às vezes não tinha [...] e aqui a gente aprende de tudo, aqui é muito gostoso (**Cooperada Júlia C3**).

É um lugar que eu gosto [...] eu não tenho do que reclamar nada daqui, para mim é um lugar bom (**Cooperada Daniela C2**).

Foi realizado nessa seção um levantamento sobre as principais emoções e sentimentos que foram percebidos pelo pesquisador nas narrativas dos entrevistados. Não se pretende realizar aqui uma análise fundamentada na teoria das emoções, mas, pretende-se analisar os dados reconhecendo que as emoções influenciam as práticas do trabalho dos catadores, que por sua vez, influenciam e contribuem para a autogestão das cooperativas em estudo.

5 ATIVIDADES DOS COOPERADOS

Este tópico buscou atender ao segundo objetivo específico dessa pesquisa (Identificar as atividades do trabalho da cooperativa) e também, contribuir para oferecer respostas para uma questão apresentada no capítulo da metodologia: como se dá o processo de aprendizagem dos cooperados quanto às práticas do cotidiano e quanto ao cooperativismo? Para atender a essa incógnita, o pesquisador procurou conhecer e apresentar as atividades do trabalho dos cooperados, incluindo as atividades que envolvem a gestão e a autogestão da cooperativa.

Como mencionado no capítulo da metodologia, a coleta dos dados também foi realizada com o apoio de fotografias. Foi mencionado que as imagens podem oferecer um registro poderoso das ações e dos acontecimentos reais. Considerando isso, esta pesquisa utilizou as fotografias como um recurso que contribui para registrar as atividades no momento em que estavam sendo realizadas. Assim, as fotografias foram importantes no sentido de desvelar as atividades em que os cooperados se empenhavam para executar e que também, fazem parte do processo de aprendizagem, tanto do veterano, como do aprendiz. Desse modo, o registro proporcionado pelas fotografias complementou as informações oferecidas pelas narrativas dos diversos entrevistados, sobre o cotidiano das pessoas no ambiente da cooperativa.

Destaca-se que os cooperados desenvolvem várias atividades que abrangem a coleta, seleção e triagem dos materiais recicláveis (resíduos sólidos), e dentre as atividades desenvolvidas, menciona-se as atividades realizadas no pátio da cooperativa, atividades de separação nas mesas, atividades da prensa, atividades da coleta seletiva, de gestão e autogestão.

A primeira cooperativa não realiza a coleta seletiva no município e recebe os materiais diretamente da prefeitura, porém, existem algumas exceções, como por exemplo, os cooperados são responsáveis por fazer a coleta em alguns edifícios e condomínios. Diferentemente da primeira, a segunda e a terceira cooperativa, são responsáveis pela coleta seletiva do município.

Atividades da coleta seletiva

Como mencionado anteriormente, a primeira cooperativa não faz a coleta seletiva, mas possui alguns pontos de coleta em alguns edifícios, e essa coleta é realizada pela presidente e pelo vice-presidente da cooperativa, que usam um carro particular para realizar as atividades que envolvem a coleta.



Foto 3: Carro utilizado na coleta para alguns edifícios – primeira cooperativa

Fonte: Coleta dos dados (2018).

As atividades da coleta seletiva da segunda cooperativa são:

- a) No início do expediente tem uma oração e todos participam;
- b) Em seguida tem o café, também para todos os cooperados;
- c) Após o café, cada equipe de dois cooperados da coleta seletiva entra no caminhão;
- d) Os motoristas são da prefeitura (são contratados pela prefeitura para essa prestação de serviço);
- e) São três equipes, duas com as carretinhas e uma com o caminhão ambiental da reciclagem;
- f) Ao chegar nos bairros, coletam o material que ficam no chão ou nas lixeiras;
- g) Os dois cooperados ficam coletando nas ruas, cada um faz uma quadra e acumula o material na esquina;
- h) Depois passa o caminhão e eles vão colocando dentro do caminhão o que juntaram nas esquinas;
- i) Se acumular muito em uma quadra, não tem a necessidade de levar até a esquina, e nesse caso o caminhão vai até o local;

- j) Quando o caminhão está cheio, retorna para a cooperativa;
- k) Para descarregar o material do caminhão ambiental o motorista usa um dispositivo interno ou um cooperado utiliza uma alavanca que fica na parte externa do caminhão;
- l) O material é despejado no pátio;
- m) Os cooperados da equipe do caminhão e mais os que ficam no pátio ajudam na triagem do material. Eles colocam o papelão em um monte (para molhar depois) e os outros materiais em bags.



Foto 4: Caminhão da coleta seletiva - segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2017)



Foto 5: Carretinha da coleta seletiva
Fonte: Pesquisa de campo (2017)

As atividades da coleta seletiva da terceira cooperativa são:

- a) Uma equipe de quatro pessoas sai no caminhão para a coleta seletiva e vão até os bairros conforme a escala da semana;
- b) Dois cooperados ficam dentro do caminhão e dois ficam no chão;
- c) Os que ficam no chão, recebem do caminhão o bag vazio, e correndo deixam o bag vazio e pegam o bag com resíduos que foram colocados na frente da residência;
- d) Os bags são colocados no caminhão;
- e) Os dois cooperados que estão no caminhão descarregam o bag e colocam todo o material em um bag maior. Em seguida, fazem uma pré-seleção de materiais, onde se separa o papelão, e este é colocado em um bag só com este tipo de material, enquanto os demais são colocados nos outros bags, que estão no caminhão;
- f) Existe um rodízio entre os cooperados, para a realização desse tipo de trabalho. Dois ficam no caminhão e no outro eles vão para o chão;
- g) O caminhão não pode parar, e por isso os cooperados correm o tempo todo;

- h) Quando o caminhão está cheio, ele retorna para a cooperativa para descarregar o material, que normalmente está nos bags;
- i) Material é colocado para a equipe que organiza o pátio;
- j) Depois o caminhão sai novamente para continuar a coleta, até terminar o roteiro.



Foto 6: Saindo para a coleta seletiva – terceira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2017)



Foto 7: Equipe da coleta seletiva – terceira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2017)

Atividades do pátio

No caso da primeira cooperativa, a prefeitura deixa no pátio todo o material, e da mesma forma, os cooperados que trabalham no caminhão da coleta seletiva da segunda e terceira cooperativa, também deixam o material no pátio. A terceira, como observado acima, os cooperados colocam no pátio os bags com os resíduos. No caminhão eles derramam os resíduos do beguinho no bag, com o propósito de devolver nas residências o beguinho. Diante dessas observações, nota-se que as atividades realizadas no pátio da cooperativa são muito importantes para a separação e triagem dos materiais, tais atividades são:

- a) Tirar o material do caminhão e das carretinhas;
- b) Colocar o material nos bags;
- c) Molhar o papelão no pátio, antes de ir para a prensa;
- d) Levar o papelão para a prensa;
- e) Levar os bags para a área próxima as mesas de separação;
- f) Limpar o pátio;
- g) Varrer o pátio.

Para ajudar na compreensão das atividades dos cooperados, destaca-se que o Bag é um saco usado para armazenar e movimentar resíduos, muito utilizado nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por ser econômico e de fácil manuseio.



Foto 8: Caminhão da reciclagem deixando o material no pátio – segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 9: Caminhão da reciclagem deixando o material no pátio – segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 10: Carretinha da coleta seletiva deixando o material no pátio – segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018).

Os materiais que o caminhão e as duas carretinhas (puxadas por caminhão) deixam no pátio, são colocados nos bags de diversos materiais (bag misto), depois são levados para perto das mesas da separação.



Foto 11: Organizando o pátio – primeira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 12: Organizando o pátio – segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 13: Puxando o bag para perto das mesas de separação – terceira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2017)

A terceira cooperativa, conta com uma equipe de dois ou três cooperados, que realizam a organização dos bags. Esta equipe é responsável por distribuir os bags de papelão para a equipe da prensa e os de materiais mistos são direcionados para as equipes das mesas de separação.

Atividades da separação de materiais nas mesas

Depois de colocar nos bags os resíduos sólidos que chegam da coleta seletiva, os organizadores do pátio levam e os direciona para um local próximo das mesas da separação.

Na primeira e segunda cooperativa, trabalham dois cooperados em cada mesa, um de cada lado das mesas. Na terceira cooperativa, as mesas ficam encostadas na parede e os cooperados trabalham um ao lado do outro, mantendo uma distância para colocar os bags no chão. Essa cooperativa controla a quantidade de bags que cada cooperado consegue fazer na triagem dos materiais, pois além da divisão das sobras, os cooperados também ganham por bag (uma forma de meta diária/produktividade).

Os cooperados que trabalham nas mesas pegam o bag com material misto, arrasta até a mesa e viram todo o material deste bag sobre a mesa.



Foto 14: colocando o material do bag na mesa de separação
Fonte: pesquisa de campo (2018)

Na segunda cooperativa, ao redor da mesa da separação são colocados doze sacos e oito bags para os diversos materiais:

- a) Saco para o rejeito (lixo);
- b) Saco para as latinhas;
- c) Saco para o plástico estalador (plástico de embalagem ruim / duro);

- d) Saco para o plástico branco;
- e) Saco para o plástico preto;
- f) Saco para o papel branco;
- g) Saco para as garrafas de óleo;
- h) Saco para os copos de plástico;
- i) Saco para jornais;
- j) Saco para latas;
- k) Saco para isopor;
- l) Saco de revistas, livros e apostilas;
- m) Bag para pet verde;
- n) Bag para pet branca;
- o) Bag para caixa de leite;
- p) Bag para terceiro (misturas);
- q) Bag para papelão;
- r) Bag para garrafinhas;
- s) Bag para sacolinhas;
- t) Bag para saco de cimento;

Para cada item apresentado, são executadas atividades de pegar o material na mesa e colocar no saco ou no bag e ainda, limpar o local de trabalho.



Foto 15: Mesa de seleção de materiais
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 16: Mesa de seleção de materiais
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 17: Mesa de seleção de materiais
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 18: Mesa de seleção de materiais
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 19: Mesa de seleção de materiais segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 20: Mesas de seleção de materiais – terceira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2017)



Foto 21: Seleção de materiais
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 22: Seleção de materiais
Fonte: pesquisa de campo (2018)

Alguns materiais exigem outras atividades na mesa da separação:

- a) Garrafas e latas de óleo: perfurar para facilitar o trabalho na prensa;
- b) Garrafas pet: perfurar e tirar a tampa;



Foto 23: perfurando a lata
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 24: perfurando a garrafa pet
Fonte: pesquisa de campo (2018)

O saco de revistas, livros e apostilas é arrastado até a máquina de triturar papel (essa atividade é realizada somente na segunda cooperativa).

O saco de rejeito é levado para o contêiner de rejeitos que depois vai para o aterro sanitário.

Os demais sacos e bags são levados para as prensas (na primeira cooperativa tem uma prensa; na segunda tem três prensas e na terceira tem duas prensas).

Na primeira e terceira cooperativa alguns materiais são misturados e tem menos sacos e bags ao redor das mesas.

Vale destacar que a limpeza do local de trabalho é uma atividade muito importante, todas as cooperativas se preocupam com o local de trabalho, para não acumular sujeira ou resíduos no ambiente. Na segunda cooperativa, a limpeza do ambiente de trabalho acontece o tempo todo e não deixam resíduos no chão. Quando chega o caminhão e despeja o material no pátio, os resíduos são retirados imediatamente e a varreção (como eles chamam essa atividade) acontece logo após a retirada do material.

Na terceira cooperativa em estudo, as garrafas pet de refrigerante e outras pets transparentes, garrafas pet na cor leitosa, e de plásticos mais duros, são

levadas para a gaiola de pet, e não são separadas por cor, não furam as garrafas e não tiram as tampas.



Foto 25: Gaiola de pet – terceira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2017)



Foto 26: Gaiola de pet – terceira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2017)

Atividades de picar o papel (somente na segunda cooperativa)

Os materiais que podem ser picados são os livros, manuais, agendas, cadernos:

- a) Ligar a máquina;
- b) Colocar um bag na frente da máquina para o papel cair dentro;
- c) Colocar o material ao lado da máquina;
- d) Tirar a capa dos livros e apostilas;
- e) Tirar o arrame;
- f) Colocar uma pequena quantidade sobre a máquina;
- g) Passar os materiais na máquina de picar;
- h) Separar as revistas para não passar na máquina;
- i) Limpar o local de trabalho.



Foto 27: Máquina de picar papel
Fonte: pesquisa de campo (2017)

Atividades da prensa

São Prensados: papelão, papel branco, papel colorido ou misto, plástico fino transparente e plástico fino colorido.

Os cooperados seguem um procedimento de segurança, com as portas laterais fechadas, o cooperado coloca o material dentro da prensa e aos poucos vai prensando até o limite demarcado em cada máquina (elas possuem dimensões diferentes). Após a última prensada de materiais o cooperado mantém o pistão baixado, abre as portadas laterais, passa o fio para amarrar os fardos em seguida coloca o cabo de aço na plataforma e levanta o pistão, lançando o fardo para fora da prensa. Dois cooperados pesam os fardos e depois levam para o estoque.

Atividades da prensa:

- a) Seguir todo o procedimento de segurança;
- b) Colocar as fitas no fundo para amarrar o fardo depois de prensado;
- c) Colocar uma capa de fundo, sobre as fitas;
- d) Colocar um pouco de material na prensa, com as portas fechadas;
- e) Baixar o pistão (ou parte superior da prensa) e prensar o material;
- f) Subir o pistão e colocar mais material;
- g) Baixar o pistão e prensar o material;

- h) Subir o pistão e colocar mais material;
- i) Baixar o pistão e esperar um tempo maior, para prensar o máximo possível o material;
- j) Passar as fitas na parte superior do fardo que está na prensa;
- k) Amarrar o fardo ainda na prensa;
- l) Colocar o cabo de aço na plataforma da prensa;
- m) Levantar o pistão (ou parte superior da prensa);
- n) O cabo de aço joga o fardo para fora;
- o) Colocar o fardo no carrinho;
- p) Levar o fardo para pesar;
- q) Levar o fardo para o estoque;
- r) Limpar o ambiente.



Foto 28: Prensa da segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 29: Colocando o material na prensa -
segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 30: Prensando o material - segunda
cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 31: Preparando para amarrar o fardo -
primeira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)

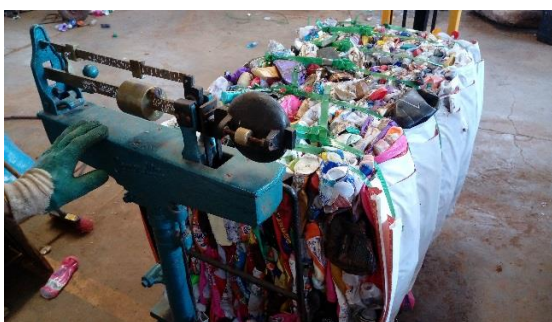


Foto 32: Pesando o fardo – primeira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Foto 33: Estoque - primeira cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2018)

Atividades de limpeza do local de trabalho

As atividades de limpeza do local de trabalho são essenciais para manter um ambiente saudável, preservando a saúde dos cooperados. Mesmo trabalhando com materiais recicláveis, que muitos conhecem como lixo, os cooperados procuram manter a cooperativa sempre limpa e organizada e para isso, as atividades de varrer e catar resíduos fazem parte da cultura dos cooperados. De acordo com o presidente da segunda cooperativa, o cooperado que passa pelas ruas da cidade, quando está indo para a cooperativa ou para sua casa, e encontra uma caixa de papelão, uma latinha ou algum outro resíduo que tenha algum valor para a cooperativa, ele não deixa lá na rua, ele recolhe e leva para a cooperativa. Da mesma forma, no ambiente de trabalho, os cooperados não deixam materiais pelo chão, logo depois de terminar a atividade que está realizando, eles fazem a limpeza do local.



Foto 34: Varrendo o pátio – segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2017)

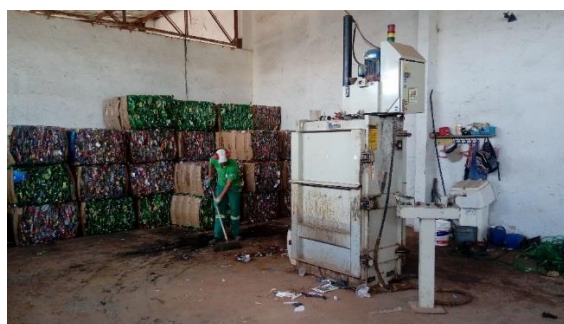


Foto 35: Varrendo o local de trabalho – segunda cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2017)

Atividades de gestão do presidente da cooperativa:

- a) Programar as operações e serviços, estabelecendo as qualidades, valores, prazos, taxas e demais condições necessárias à sua efetivação;
- b) Contratar serviços para a cooperativa;
- c) Promover, mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico profissional dos associados;
- d) Promover a realização de cursos de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social.
- e) Tomar decisões;
- f) Prestar informações aos cooperados sobre os negócios da cooperativa e sobre as decisões tomadas em nome dos associados;
- g) Elaborar em conjunto com o setor administrativo, o rateio da produção;
- h) Informar o contador sobre os resultados da produção, para a elaboração da folha de pagamento e divisão das sobras;
- i) Participar ativamente para viabilizar a autogestão da cooperativa, convocando os cooperados e presidindo a assembleia geral e as reuniões da cooperativa;
- j) Esclarecer quaisquer dúvidas junto à diretoria, contador, advogados e cooperados.
- k) Estimular a participação democrática dos cooperados;
- l) Atender clientes e vender os materiais (caso não tenha uma pessoa específica para essa atividade).

Esta última, é uma atividade muito importante para as cooperativas de reciclagem, porque o material reciclado é muito barato e eles trabalham com toneladas e o presidente precisa acompanhar o valor dos produtos (resíduos sólidos) para saber a hora de vender e para quem vender. Em alguns casos, o presidente da cooperativa espera melhorar o preço de determinados produtos para comercializar, para não ter prejuízo e melhorar a renda dos cooperados. Se tomarmos o exemplo da primeira cooperativa, essa atividade, também é, uma atividade de autogestão. Nessa cooperativa, as informações sobre o estoque e sobre as vendas, considerando os preços oferecidos pelos clientes e as necessidades de caixa da cooperativa, são apresentados nas reuniões semanais e todos os cooperados decidem juntos a melhor alternativa, considerando vender ou esperar um pouco mais para obter melhores resultados financeiros.

Atividades de autogestão dos cooperados

Além das atividades que envolvem a coleta seletiva, a triagem, a separação dos materiais e da limpeza do local de trabalho, existem atividades que são realizadas em conjunto, isto é, por todos os cooperados e em um processo democrático e participativo, que envolvem as atividades de autogestão da cooperativa:

- a) Comparecer às reuniões e a assembleia geral;
- b) Participar das discussões, nas reuniões e na assembleia geral;
- c) Tomar decisões conjuntas, nas reuniões e na assembleia geral;
- d) Votar e ser votado para os cargos sociais;
- e) Sugerir melhorias para os processos de trabalho;
- f) Definir as diretrizes para o funcionamento e operações da cooperativa, decidindo sobre a forma de execução dos trabalhos;
- g) Contribuir para estabelecer critérios para admissão de novos sócios;
- h) Participar ativamente para viabilizar a gestão da cooperativa;
- i) Determinar em conjunto os objetivos e metas da cooperativa;
- j) Aprovar o estatuto e o regulamento interno;
- k) Promover a igualdade de direitos e de deveres para os todos os cooperados.

Outras atividades que envolvem a gestão:

Do setor Administrativo:

- a) É responsável pela administração financeira e documentais de todo o processo da cooperativa;
- b) Enviar mensalmente toda a documentação solicitada pela Prefeitura Municipal, conforme descrito no contrato da coleta seletiva (através de planilhas);
- c) Enviar para o contador os documentos de toda a movimentação da cooperativa;
- d) Promover o agendamento das assembleias e seus protocolos, conforme Regimento Interno e Estatuto da Cooperativa;
- e) Prestação de Contas aos órgãos da administração, compreendendo: (i) relatório da gestão; (ii) balanço geral;
- f) Lavrar a ata de reuniões;
- g) Elaborar o edital de convocação da assembleia geral;

O setor administrativo está subordinado ao presidente da cooperativa e ao diretor financeiro e este, possui as seguintes atribuições:

- a) Apresentar ao Conselho Fiscal, balancetes mensais, que deverão ser fixados em lugares visíveis, e um balanço anual;
- b) Assinar, com os demais Diretores, os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- c) Auxiliar nas licitações;
- d) Dirigir e fiscalizar os trabalhos da tesouraria;
- e) Recolher o dinheiro da Sociedade Cooperativa em bancos que a Diretoria Indicar;
- f) Responsabilizar-se pela arrecadação das receitas e pagamentos das despesas da Cooperativa devidamente autorizada, bem como pelo numerário em caixa, títulos e documentos relativos a negócios;
- g) Supervisionar a documentação fiscal e financeira;
- h) Ter sob guarda e responsabilidade os valores da Sociedade Cooperativa.

Observação: a assembleia geral dos cooperados (ordinária ou extraordinária), é o órgão supremo da sociedade e dentro dos limites legais e estatutários, os cooperados tomarão toda e qualquer decisão de interesse da cooperativa, e suas deliberações estão vinculadas a todos, mesmo que ausentes ou discordantes. De acordo com o Prof. Paul Singer (2002), a maior autoridade em uma organização cooperativa é a assembleia geral, que deve contar com a participação de todos os cooperados para que juntos adotem diretrizes para serem cumpridas por todos, incluindo os responsáveis pela administração.



Foto 36: Assembleia geral – terceira cooperativa
Fonte: Pesquisa de campo (2017)



Foto 37: Assembleia geral – terceira cooperativa
Fonte: Pesquisa de campo (2017)



Foto 38: Assembleia geral – terceira cooperativa
Fonte: Pesquisa de campo (2018)



Foto 39: Assembleia geral – terceira cooperativa
Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Engajados nas atividades da cooperativa os cooperados passam por um importante processo de aprendizagem que permite aprenderem o domínio do saber fazer da autogestão. A participação nas atividades sociais de decisões pode permitir que o veterano compartilhe suas experiências pessoais e coletivas possibilitando criar significados e conseqüentemente negociá-los com os outros membros do grupo. Assim, conhecer as atividades da cooperativa e experienciá-las possibilita também ao cooperado o domínio sobre sua própria vida e contribui para as discussões conjuntas compartilhando informações e práticas sociais.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O CONJUNTO DAS TRÊS COOPERATIVAS

Neste capítulo, encontra-se apresentada análise dos dados com base na teoria social da aprendizagem e a teoria do cooperativismo. Sendo assim, na tentativa de encontrar respostas ao problema de pesquisa, faz-se necessário retomar a questão que motivou este estudo: Como os catadores inseridos em uma cooperativa criada pelo poder público aprendem as práticas de gestão do empreendimento solidário e atuam para minimizar a influência do poder público para que a autogestão seja possível?

Iniciando o processo de análise dos dados, o pesquisador considerou que para se chegar ao objeto de estudo, a autogestão, deve-se conhecer primeiro o modelo organizacional e as particularidades em que a autogestão está sendo estudada. Nesse caso, a análise começou pelo modelo organizacional, a cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

Sobre o modelo organizacional em estudo

De acordo com o estudo, os catadores uniram-se para resolverem problemas comuns, considerando, principalmente, suas necessidades de inclusão social por meio de um trabalho que lhes gere renda, buscando soluções para as dificuldades encontradas nas ruas, como o esforço físico, as adversidades do tempo e a falta de um local para guardar os resíduos coletados. Nesse mesmo sentido, observa-se que a cooperativa é conceituada por Crúzio (1999) como a união de pessoas cujas necessidades individuais (trabalho, comercialização ou prestação de serviços em grupo) fundem-se nos objetivos coletivos do empreendimento, envolvendo interesses sociais, políticos e econômicos dos cooperados.

Para compreender o modelo, destacam-se as palavras de Pinho (2004), ao afirmar que as cooperativas de trabalho são organizações criadas voluntariamente por trabalhadores e não podem ser resultados da imposição do Estado ou de grupos econômicos.

Mas, a questão de pesquisa indica que no modelo em estudo, os catadores foram inseridos em contraditório. Assim, surgem algumas questões em relação ao

modelo organizacional: existem cooperativas que foram criadas ou motivadas pelo poder público? Se existem, a teoria do cooperativismo trata dessa condição?

A teoria nega a condição do órgão público criar a cooperativa. Assim, nota-se uma contradição entre o modelo em análise proposto neste estudo e a teoria que o fundamenta. Ao tentar compreender essa contradição, o pesquisador procurou o Professor Paul Singer para uma entrevista em 2016, quando o projeto desta pesquisa ainda estava em elaboração.

Sobre o assunto em questão, o professor Paul Singer (2016) relatou que não conhece nenhuma cooperativa criada pelo órgão público: “agora você está dizendo que o governo interessado na limpeza pública, fez com que os catadores se organizassem em cooperativas? A minha objeção em relação a você é que não conheço nenhum caso”. Durante a entrevista, o professor Singer observou: “espero que mais tarde você descreva isso em detalhes, porque eu não conheço, não conheço nenhum caso”, e relatou ainda: “embora eu tenha trabalhado bastante com os catadores, junto com vários companheiros meus, eu não lembro de ter percebido essa importância da ação dos governos”.

O entrevistado é o autor de vários livros sobre cooperativismo e economia solidária e trabalhou como responsável pela pasta de economia solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), de 2003 à 2017. No entanto, seu relato afirmando que não conhece cooperativas criadas pelo órgão público faz com que esse estudo, em um primeiro momento, torne-se relevante pelo seu ineditismo. Contudo, destaca-se que esse modelo organizacional é recente, surgindo após a PNRS ser promulgada.

Três cooperativas foram identificadas, estão sendo analisadas por esta pesquisa e foram apresentadas no capítulo da coleta de dados. A primeira cooperativa (C1) foi criada em 2015 e recebeu o apoio do secretário do meio ambiente, que forneceu um local pertencente a prefeitura para o desenvolvimento das atividades dos cooperados. A segunda e a terceira cooperativas foram criadas por pessoas contratadas pelas prefeituras para convencerem os catadores a deixarem o trabalho na rua e irem para a cooperativa. Conforme os relatos

apresentados na coleta dos dados e os poucos fragmentos inseridos nessa parte da análise, já se pode afirmar que existem cooperativas criadas pelo órgão público.

São três casos em estudo, cada um com suas particularidades no que se refere a sua criação e apoio do órgão público que confirmam o modelo organizacional que se esperava encontrar. Contudo, essa pesquisa não busca questionar a validade desse modelo organizacional, mesmo porque, juridicamente ele existe e as cooperativas estão em atividades.

Confirmadas as especificidades das cooperativas em estudo, o que se busca a partir disso é compreender como os cooperados inseridos nessas cooperativas aprendem as práticas de gestão e se a autogestão é possível nesse modelo organizacional, levando em consideração a influência do poder público sobre as atividades e decisões dos cooperados.

Continuando o processo de análise e sabendo que os catadores foram inseridos em uma cooperativa, apresenta-se a seguir as considerações de alguns motivos que levaram essas pessoas a aceitarem o trabalho conjunto ou procurarem por uma cooperativa para nela se associarem e desenvolverem suas atividades.

Motivos que levam os catadores de rua a se juntarem e permanecerem em uma cooperativa

Os catadores de rua são pessoas desempregadas e normalmente excluídas do convívio social por causa de suas condições e encontram na cooperativa uma possibilidade de conseguir emprego e renda. O estudo revelou que isso é o que ele busca por não conhecer o cooperativismo, o que o leva a acreditar que será um empregado, principalmente pelo fato de não ter participado da criação do empreendimento. A presidente da primeira cooperativa (C1) comentou que tem que haver alguém que convença o catador que a empresa é dele e se isso não ocorrer, ele nunca saberá que é o dono da cooperativa. A cooperada comentou que também demorou muito tempo para compreender que era a dona e que ainda há coisas que não compreende.

No entanto, esse convencimento poderá acontecer não porque alguém o convença, mas quando o novato, ou mesmo um veterano, participar ativamente das

atividades da cooperativa. A entrevistada (primeira cooperativa (C1) fez uma observação sobre os novatos: “o que entra na cooperativa que não pensa e não age com o grupo, não consegue se entender com o grupo, eles não ficam, eles mesmos se desligam, porque a cooperativa não é pensando só em si [...]”. Tal relato reforça a importância da participação, interação e do processo de aprendizagem para os novatos.

Para esta pesquisa, a aprendizagem faz parte de uma meta-categoria analítica. De acordo com Wenger (2001) a aprendizagem baseada nas práticas é sustentada pela teoria da aprendizagem situada, reproduzida por meio de um processo de engajamento ativo. A aprendizagem situada envolve, segundo Lave e Wenger (1991), a inserção e participação de indivíduos em comunidades de prática, e não se limita aprender pela observação. Envolve também, a interação com os membros do grupo, fazendo na prática. Desta forma, para Lave e Wenger (1991), a aprendizagem dos indivíduos que pertencem a uma comunidade de práticas acontece quando os membros participam das práticas sociais, aprendendo ao executar as atividades ao se relacionar com outros membros participantes das práticas do grupo, negociando e renegociando significados e ainda, criando uma identidade com o grupo.

Outro motivo que leva os catadores a procurarem uma cooperativa está na condição de serem acumuladores de materiais em suas residências. Tal acúmulo tem sido combatido pelas prefeituras devido a questões sanitárias. A cooperada Ivete, da terceira cooperativa (C3), mencionou que os catadores acumulam no quintal “até a prefeitura não chegar e embargar tudo”. Consta em sua narrativa que “o quintal do catador ficou limpinho depois que a máquina da prefeitura passou” e ainda complementou, “isso aconteceu algumas vezes”.

Nesse caso, a mudança de catador de rua para um cooperado é quase que imposta ao indivíduo pela prefeitura, em função de sua condição de acumulador de material. Por esse motivo, a pessoa busca na cooperativa uma solução para seus problemas de armazenagem de materiais, além do que foi apresentado anteriormente.

As dificuldades de catar na rua também foram apresentadas como motivos para o catador procurar por uma cooperativa e nela se associar. Tais dificuldades

referem-se ao tempo gasto com as atividades de catação e as intempéries do tempo,, principalmente quando o catador é mais velho. Além disso, alguns cooperados acreditam que o trabalho na cooperativa é facilitado por não perderem tempo com a coleta nas ruas. Esse também é o caso da primeira cooperativa em estudo (C1) que não faz a coleta seletiva, os materiais são levados pela prefeitura. Na primeira cooperativa (C1), os membros associados ficam esperando pelos materiais, que, às vezes, são insuficientes. Ficam limitados à boa vontade do poder público, o que tem prejudicado os resultados econômicos.

A questão dos resultados econômicos é percebida na narrativa da Presidente da Cooperativa C1: “os cooperados acreditam muito que o trabalho vai melhorar, a cada dia que passa, e vai melhorar o salário da gente também” [...]. A presidente dessa cooperativa narrou que para complementar a quantidade de materiais para o trabalho dos membros da cooperativa, ela e o vice-presidente fazem coletas em alguns pontos, como em condomínios, colégios e restaurantes. Mas, a prefeitura tem o controle sobre essas atividades, pois indica em quais condomínios podem buscar materiais. “Os condomínios precisam que a cooperativa vá buscar [...] temos a responsabilidade de toda semana estar lá coletando [...] a gente já tem cadastro, tem que fazer o cadastro. A própria prefeitura indica a gente e a gente se cadastra lá”.

Sobre esse assunto, surge uma questão: será que eles estão perdendo o poder de decidir sobre onde buscar o material e como conseguir mais materiais, ficando dependentes da prefeitura?

Para desenvolver a autogestão, precisam ter autonomia para decidir sobre a capacidade produtiva da cooperativa, o quanto produzir para atender às necessidades dos associados e onde conseguir mais materiais, ou até mesmo, decidir se querem ficar apenas esperando na cooperativa pelos materiais que são entregues pela prefeitura. Essas são decisões que os cooperados devem tomar juntos para que não fiquem sujeitos às imposições ou decisões do poder público.

O poder de decidir sobre as atividades de produção (separação/triagem) está imbricado com a participação dos cooperados nas reuniões e nas atividades gerais da cooperativa. O que ocorre nessa organização é que os membros apenas recebem as informações do que acontece, do que lhe é imposto para o trabalho pelo

agente público, e por aceitarem sem uma reflexão mais profunda sobre a autonomia de uma cooperativa, não buscam alternativas nas reuniões, ou mesmo nas conversas do cotidiano.

Foi registrado no diário de campo uma fala da presidente (C1) “eu vou nas reuniões da prefeitura eu não reclamo, porque não vou conseguir mudar, e eles não gostam de quem reclama muito”. Em outro momento, ela comentou sobre a pressão de outras cooperativas nas reuniões com os representantes da prefeitura: “o prefeito não quer barulho, o secretário não quer barulho, e você sabe que eles estão te ferrando, mas você também não pode fazer barulho, porque você é muito pequeno diante da situação e eu fico quietinha”. Pelo relato da presidente, o pesquisador compreendeu que a entrevistada acha que questionar os representantes da prefeitura ou não concordar com as condições apresentadas por eles pode ser uma forma de fazer barulho. Essa discussão da análise corrobora para responder à questão anterior e diante dos fatos analisados, pode-se afirmar que eles estão perdendo o poder de decidir os rumos da cooperativa pela falta de participação ativa dos membros.

Sobre esse assunto, surge uma questão: como a presidente de uma cooperativa aprende a participar como representante do grupo? O que se propõe analisar é a participação da presidente da cooperativa em reuniões externas como uma forma de aprendizagem.

Entende-se que a experiência social da presidente da cooperativa é moldada pelas diferentes formas de participações em reuniões, mais ou menos ativa, falando ou escutando, concordando, discordando ou negociando, em suas interações com os vários atores sociais que mantém contatos (Prefeitura, ONGs, Universidades, condomínios, etc...). Consequentemente, a experiência social da representante da cooperativa é disseminada nas reuniões, assembleias e nos seus diversos contatos com os membros do grupo [da cooperativa], contribuindo, quando ela participa ativamente, para a aprendizagem da autogestão da organização.

Nas categorias analíticas a participação se apresenta como uma subcategoria da aprendizagem. Referindo-se à aprendizagem, Wenger (2008) a considerou como um termo empregado para descrever uma experiência social de viver no mundo em

termos de participação em comunidades sociais e, nesse sentido, o termo está sendo utilizado na análise dos dados da pesquisa.

Para Wenger (2008), o termo participação é usado para descrever a experiência social da pessoa, considerando seu envolvimento ativo, o que sugere ação e conexão. De tal modo, a participação é um processo social e pessoal, envolvendo toda a pessoa, o que pode incluir a mente e relações sociais e assim, as emoções. Ao tratar da participação como uma experiência social, considera-se que isso envolve as emoções da pessoa e, nesse estudo, o conceito de emoções foi analisado como uma subcategoria da aprendizagem.

Camargo e Bulgacov (2016) ressaltaram que, por ser a prática uma atividade humana, ela é sempre mediada pela emoção, porque o homem é um ser constituído a partir de suas atividades, envolvendo as relações sociais e culturais de onde está inserido. Complementando, para Machado (2006), as emoções afetam de fato as pessoas no trabalho e em qualquer posição ocupada pelo indivíduo. Nesse mesmo sentido, para Machado (2003), as emoções são expressões dos sentimentos, crenças e desejos dos indivíduos.

As emoções podem contribuir para se compreender a participação do novato nas relações sociais e nas atividades da organização cooperativa, considerando que um cooperado deve engajar-se ativamente nas práticas sociais do grupo em que está inserido, envolvendo-se como um todo em suas relações sociais, o que envolve também, as emoções. Para que isso aconteça, ele tem que se sentir um membro associado, o que pode demorar ou até mesmo não acontecer porque busca por um emprego e pode demorar para compreender que ao entrar como associado em uma organização cooperativa, passa a assumir compromissos que vão muito além das obrigações de um empregado, o que exige um esforço adicional conforme mencionado por Singer (2002), ou de acordo com a teoria da aprendizagem para Wenger (2001) e Lave e Wenger (1991), uma participação ativa.

As emoções também apareceram quando foi relacionada ao estigma do catador. Os catadores procuram por uma cooperativa e permanecem nela pelo fato de que nas ruas eles passam por situações de discriminação em função do estigma que a pessoa carrega por ser catador de rua. Isso pode ser percebido nas narrativas

dos entrevistados: “tem pessoa que chama a gente de lixeira” (Cooperada Lúcia C1). “É difícil porque às vezes as pessoas passavam e falavam, ela é lixeira, ela cata lixo” (Cooperada Júlia C3). A gente foi muito humilhada, chamada de catador de lixo, de lixeiro, de comedor de lixo [...]” (Cooperada Ivete C3).

“Dois catadores de rua também participaram dessa pesquisa e confirmaram os relatos dos cooperados, “sou humilhado porque ando sujo e malvestido. As pessoas acham que vou roubar” (Henrique - catador de rua). “As pessoas mudam de lado na rua quando me veem” (Marcos - catador de rua). Os relatos destes catadores foram analisados pela pesquisa de Miura e Sawaia (2013), e revelam que são discriminados “por causa de sua aparência suja, má vestida, por mexerem no lixo ...” (p. 331). São discriminados também por viverem visivelmente à margem da sociedade. Miura e Sawaia (2013) também expuseram sobre o preconceito e observaram que basta reparar nas ruas para perceber como as pessoas reagem diante do catador: ou xingam ou atravessam a rua.

Destacam-se as considerações de Medeiros e Macêdo (2006), que por desempenharem atividades em condições precárias, os catadores sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam.

Ao tentar fugir das condições precárias, do preconceito, da vergonha e humilhação, os catadores buscam encontrar na cooperativa uma solução aos seus problemas e ali encontram não somente o sustento, mas também a inclusão social que é muito mais ampla que as questões econômicas, envolve questões sociais, porque o cooperado é visto de forma diferente do catador. Quando sai às ruas para fazer a coleta, por exemplo, já não sofre com a discriminação ou é amenizada pela sociedade que vê no catador uma pessoa que também coopera para o meio ambiente. Algumas narrativas envolveram esse assunto e os entrevistados observaram que, ao usarem a camiseta da cooperativa ou se identificarem como cooperados, são mais respeitados pela sociedade e a discriminação passa a ser muito menor. Entretanto, de acordo com o relato da presidente da primeira cooperativa (C1), a discriminação nunca deixou de existir.

Todavia, trabalhar em uma cooperativa é forma do catador se distanciar da discriminação porque os cooperados não são vistos como catadores de rua,

apresentam outra imagem e passam a ser respeitados. A presidente da primeira cooperativa (C1) falou que quando um cooperado vai a um ponto de coleta em um condomínio, por exemplo, “eles vão como cooperados e se for como catador de rua vai ser discriminado”. Esse relato evidencia a importância da pessoa deixar de ser catador para ser um cooperado e evitar passar por discriminações. A entrevistada disse que quando vai como cooperado a discriminação é menor, mas sempre vai existir.

Nesse momento da análise, o assunto da discriminação é relevante ao se considerar que, quando o catador está em uma cooperativa e sabe que é menos discriminado sendo um cooperado, usando o seu uniforme, reconhece-se e é reconhecido como cooperado. Esse motivo é importante para se identificar com grupo, porque as pessoas que ali estão também passaram por situações de discriminação nas ruas e assim, identifica-se como membro do grupo e com as atividades que desempenha na cooperativa por se reconhecer como um deles.

Essa discussão da análise está sendo conduzida para a questão da formação da identidade do cooperado, por compreender que o cooperado sofre menos discriminação não só quando entra para uma cooperativa e usa seu uniforme, mas quando se sente um membro e desenvolve suas atividades, participando ativamente da cooperativa.

Formação da identidade do cooperado

O conceito de identidade foi apresentado como uma subcategoria analítica da aprendizagem. Porém, para se analisar a formação da identidade do cooperado, foi necessário iniciar pela condição de o catador [agora cooperado] não se reconhecer como o dono da cooperativa. Como mencionado anteriormente, o catador busca por um emprego, condição que reflete na sua relação com a organização.

Essa condição foi apresentada pela presidente da primeira cooperativa (C1), quando, em sua narrativa, observou que se ninguém convencer o catador de que ele é o dono da cooperativa, ele nunca vai saber. A entrevistada lembrou que demorou para compreender isso. Da mesma forma, o técnico ambiental da terceira cooperativa (C3) também abordou esse assunto relatando que muitos associados ainda não entenderam que são cooperados e por isso consideram-se empregados.

As narrativas chamam a atenção para a importância das práticas sociais e da aprendizagem no ambiente organizacional, para que o novato reconheça-se como membro do grupo e se identifique com ele.

Gherardi (2014) contribui para esse assunto ao afirmar que as práticas transmitem identidades que são exibidas em ocasiões apropriadas. As experiências das pessoas em relação às práticas tornam-se incorporadas em suas identidades e nas posições sociais que ocupam. Por esse motivo, não reconhecer o papel de dono da cooperativa implica diretamente na formação da identidade do catador. No entanto, o novato precisa participar ativamente para tornar-se um cooperado, e para que isso aconteça, necessita negociar significados em suas interações. O intercâmbio de significados vai gerar conhecimento para os membros do grupo, o que lhe proporciona um sentido de pertença.

Wenger (2001) considera que o significado surge de um processo chamado de negociação de significado que por sua vez, envolve outros dois processos, a participação e a coisificação (reificação). Para Wenger, em cada nova experiência produzimos significados. Nesse sentido, viver é um processo constante de negociação de significados.

O novato, em sua nova experiência social no ambiente da cooperativa, negocia significados participando ativamente de um processo pessoal e social porque está inserido em uma comunidade social. Nesse processo, o novato combina fazer, falar, pensar, sentir e pertencer. A participação molda, segundo Wenger (2009), o que ele faz [o novato] e quem ele é. Desse modo, considera-se que o novato interpreta o que faz e se reconhece no que está fazendo, de tal forma que a participação torna-se uma fonte de identidade para ele.

Quanto à reificação, o que significa tornar-se uma coisa (coisificar), referindo-se ao processo de dar forma à experiência da pessoa, Wenger (2001) ressalta que esse processo é central para toda prática porque nas comunidades de prática produz abstrações, símbolos, histórias, termos e conceitos que solidificam algo da prática.

Nesse sentido, o novato usa esse mecanismo para produzir e reproduzir as relações sociais como relações entre coisas, ele coisifica. Tentando compreender isso, recorre-se a Wenger (2001), ao afirmar que a reificação assume uma grande

variedade de formas, referindo-se tanto a um processo como a um produto. Por processo, Wenger inclui algumas atividades. Dentre elas, citam-se as atividades de fazer, projetar, representar, nomear, descrever, perceber, interpretar, usar e reformular. Quanto ao resultado das atividades, o autor apresenta os documentos, as projeções e instrumentos.

Buscando compreender esse processo de participação e reificação em uma cooperativa de catadores, será analisada uma situação que aconteceu na terceira cooperativa (C3):

O proprietário de um restaurante solicitou ao presidente da cooperativa que recolhesse alguns materiais recicláveis em seu estabelecimento. O presidente enviou ao restaurante três cooperados para executar a tarefa. Eles coletaram todo material e ao terminar o dono do restaurante deu para os cooperados cem reais e disse que era para dividirem. Os cooperados dividiram entre eles o valor (R\$ 33,00 para cada um) e comentaram com o presidente sobre o dinheiro e a divisão.

Meses depois, o presidente da cooperativa lembrando do fato e resolveu exonerar os cooperados porque eles não entregaram o dinheiro na cooperativa, alegando que quando um cooperado recebe algum valor para executar um trabalho externo, esse valor pertence a todos. Disse também que enquanto os três cooperados estavam recolhendo os materiais, os outros estavam na cooperativa trabalhando e que o resultado do trabalho de quem estava dentro da cooperativa seria rateado para todos os associados. Por isso, o valor recebido deveria também ser rateado para todos.

Os cooperados exonerados recorreram e o assunto foi discutido em uma assembleia geral. Todos tiveram oportunidade de comentar o fato ocorrido, interpretar e dar sua opinião antes de votar a exoneração. Após a apuração dos votos, os cooperados não foram excluídos. Como resultado do acontecido, reformularam o regulamento interno e acrescentaram essa decisão, como forma de orientar todos membros (Nota de campo, 2017).

Nota-se uma nova experiência para o grupo pois aconteceu um processo de negociação de significados em uma assembleia geral em que participaram ativamente de um processo pessoal e social, analisaram um acontecimento, interpretaram e decidiram em conjunto o assunto em questão. A decisão de reformular o regimento interno e incluir a condição de que não poderiam receber gorjeta, porque todo valor recebido na execução do trabalho deverá entrar para o caixa da cooperativa, foi reificada, passando a constar do regimento e assim, solidificando a prática social.

O resultado foi reificado, passando a constar do regulamento interno, solidificando algo da prática.

Wenger (2009) observa que colocar o foco na participação tem implicações na aprendizagem. Afirma que, para os indivíduos, a aprendizagem é uma questão

de participar e contribuir para as práticas das comunidades, que o aprendizado é parte integrante de nossa vida cotidiana. Para a comunidade, significa que a aprendizagem é uma questão de refinar a prática. Compreendido isso, e retomando o exemplo anterior, observa-se que pelo processo de participação e reificação, o cooperado, novato ou veterano, negocia significados e vai aprendendo, vai conhecendo a cooperativa, aprende suas responsabilidades e seus direitos, compromete-se, participa mais e adquire domínio sobre suas atividades e, com o tempo, desenvolve um sentimento de pertença.

Neste estudo, o pesquisador considerou também, que o novato e o veterano não possuem conceitos sobre o cooperativismo, não conhecem a teoria, isso não faz parte do seu cotidiano, mas o conhecimento de que ele é o dono (é um cooperado) é resultado do aprendizado que foi socialmente construído, decorrente das práticas do trabalho e de sua participação em reuniões e outras atividades, quando ajuda a decidir e, ao participar vai deixando de ser empregado para ser cooperado.

As práticas do trabalho: o quê e com quem os cooperados aprendem?

Sabe-se que os cooperados trabalham com a coleta seletiva, reciclagem, seleção e triagem de materiais e em outras atividades que são, normalmente, ensinadas aos novatos (ver atividades dos cooperados em um capítulo específico).

Já foi destacado que os novatos procuram por um emprego na cooperativa e aprendem participando ativamente das atividades e interagindo com o grupo. Pela interação, compreendem que são os donos, reconhecem o poder e o dever da decisão e atuam para alcançar seus objetivos pessoais e organizacionais. Mas, o que e como eles aprendem? Quem ensina?

Vários são os relatos que poderiam colaborar para responder a essas questões. A presidente da primeira cooperativa (C1) contribui narrando que quando foi uma catadora de rua procurou por uma cooperativa para vender seus materiais. Lá, foi atendida pela presidente e recebeu um convite para ser cooperada mas, no início, não aceitou. Com o tempo, foi aprendendo com a presidente e acabou aceitando ser uma associada.

Falando sobre sua aprendizagem, a entrevistada disse que aprendeu sobre a reciclagem, sobre vendas, para quem vender, preços, como conseguir um maior valor: “a presidente da cooperativa foi me explicando, me ensinou a separar, teve muita paciência comigo” (Presidente da cooperativa C1). Com isso, foi aprendendo e começou a se identificar com a cooperativa. “Eu comecei a participar das reuniões [...] e ingressei na cooperativa” (Presidente da cooperativa C1). Nove anos depois, essa catadora de rua tornou-se a presidente daquela cooperativa. Com o tempo saiu e, com o apoio da prefeitura, criou outra cooperativa, da qual é a atual presidente.

Pela narrativa da cooperada, o catador de rua quando entra para uma cooperativa (o novato) aprende com cooperados que têm mais tempo (os veteranos). Essa forma de aprendizagem será analisada por um conjunto de relatos de entrevistas.

[...] as pessoas vão ensinando uns aos outros, como que é, e vai separando e tudo (Cooperada Nalda C3). Os próprios cooperados orientam os novos (Narrativa do técnico ambiental C3). Aqui dentro foi o presidente quem me ensinou, a dona Ivete me ensinava, as outras meninas me ensinavam (Cooperada Júlia C3). Já ensinei muitas pessoas que entrou novato aqui, já ensinei muitos (Cooperado Airtton C2). Eles me ensinaram uns dias, deram explicação. Assim, que jeito que era, porque a gente na casa da gente é uma coisa, aqui é outra (Cooperada Lúcia C1). Um iniciante, quando ele não tem prática, o que se faz? Se coloca para trabalhar junto com aquela pessoa que já tem a prática (Relato do presidente da cooperativa – C2). Eu ensino quem não sabe, quem está aqui eu ensino... (Cooperado Simão C2).

Esses fragmentos de relatos contribuem para ratificar que esta forma de aprendizagem é comum nas cooperativas em estudo. Complementando, o vice-presidente da primeira cooperativa (C1) observou que mesmo que o novato tenha algum conhecimento sobre as práticas da coleta seletiva ou da separação dos resíduos, ele vai passar a aprender dentro da cooperativa como o trabalho é realizado naquele ambiente. O entrevistado ofereceu algumas informações do que o novato aprende dentro da cooperativa (ver também, o capítulo das atividades dos cooperados).

Os cooperados também aprendem com os membros de outras organizações:

A Universidade Estadual fez essa apresentação para a gente, lá dentro, quando eu iniciei na cooperativa [...]. Foi assim, uma espécie de um treinamento [...] eles levaram lá, esses materiais todos, dentro do barracão da cooperativa, e foram explicando [...]. Muitos deles foram queimados para sentir, ver a fumaça, sentir o cheiro, alguma coisa assim. Outros foram apertados na mão para a gente sentir o barulho do plástico, qual que

poderia ser o plástico reciclável, qual não poderia (Presidente da cooperativa C1).

Para as assembleias da terceira cooperativa (C3), os representantes da Associação de Economia Solidária e Reciclagem – AecoRecicla são convidados a participarem. Dentre as atividades da associação está a orientação jurídica para os cooperados. O pesquisador esteve presente à assembleia geral de dezembro de 2017, e constatou que o advogado da associação orientou os cooperados, ajudando-os na decisão sobre o assunto de exclusão de duas cooperadas. No caso específico, as cooperadas não foram excluídas.

O pesquisador observou que o advogado da associação contribuiu para o entendimento de que o motivo para exclusão era insuficiente, oferecendo somente uma orientação jurídica. Contudo, coube aos cooperados decidirem sobre a questão pelo voto.

Na assembleia da cooperativa (C3), realizada em janeiro de 2018 o pesquisador esteve presente. Nessa reunião geral, participaram dois representantes da AecoRecicla. Nessa ocasião, apenas assistiram. A assembleia foi realizada para decidirem sobre a exclusão de uma cooperada e a eleição da nova diretoria (Nota de campo). Naquele momento, os cooperados decidiram, pelo voto, excluir a colega associada.

No caso específico, em que a quantidade de cooperados é pequena, os membros podem participar na assembleia não só levantando o braço para confirmar algo no processo de votação, podem participar expressando sua opinião e argumentando sobre os assuntos que estão sendo discutidos, prática comum na cooperativa (C3).

Chama-se a atenção nesse momento para o conceito de prática, que faz parte das categorias analíticas desta pesquisa e passa a ser considerado nesse momento. Wenger (2001) avalia que a prática é um processo pelo qual podemos experimentar o mundo e nosso envolvimento nele como algo significativo. A prática implica uma negociação de modos de ser dos participantes que estão inseridos no contexto social. No entanto, as práticas refletem a compreensão dos membros sobre o que é importante.

Nesse sentido, com a participação ativa nas assembleias e reuniões, os cooperados aprendem na prática do dia a dia, escutando, questionando, dando

opiniões, posicionando-se em uma questão específica, ou até mesmo defendendo as ideias de um grupo e votando. Dessa forma, os cooperados estão aprendendo da maneira próxima do que foi apresentada por Wenger (2001b) em que os membros de um grupo vão se envolvendo em um processo de aprendizagem coletiva em uma comunidade de prática, criam vínculos entre eles por possuírem problemas semelhantes.

Vale destacar ainda que as práticas, no entender de Wenger (2001), são propriedades de um tipo de comunidade criada ao longo do tempo pela busca sustentada de um empreendimento compartilhado, sendo este o caso das práticas desenvolvidas em uma cooperativa de trabalho, cujos cooperados estão inseridos em um empreendimento compartilhado, desenvolvendo e aprendendo juntos, em suas atividades no cotidiano da cooperativa.

Os cooperados aprendem também com a prefeitura. Em dezembro de 2017 a prefeitura ofereceu um curso para as cooperativas que estão envolvidas com a reciclagem. A presidente da primeira cooperativa (C1) comentou que, nessa ocasião, a prefeitura ensinou sobre a reciclagem de materiais e cooperativismo (Nota de campo). Diante dessas informações e dos relatos dos entrevistados nota-se que os cooperados aprendem com vários atores diferentes.

Gherardi e Nicolini (2014) defendem que aprender uma prática envolve a participação ativa em um conjunto de atividades com indivíduos específicos que reconhecem essa participação como competência. Para Wenger (2001), o foco na prática não é uma perspectiva mecânica. Além de incluir os corpos e cérebros, envolve o que dá significado aos movimentos dos corpos e o funcionamento dos cérebros. Assim, no final, são os significados produzidos que importam, e no caso criaram significados ao decidirem sobre a exclusão dos cooperados, por aceitar e não levar para o caixa.

Como mencionado nesta análise, o associado necessita negociar significados em suas interações e esse intercâmbio irá gerar conhecimento para os membros do grupo. Wenger (2001) lembra que viver é um processo constante de negociação de significados porque em cada nova experiência os produzimos. Nesse intercâmbio de significados, os membros vão aprendendo na prática uma maneira de trabalhar em grupo e vão construindo uma forma de administrar a cooperativa, tecendo regras

que ajudam a resolver problemas do cotidiano e tomar decisões que contribuem para a autogestão da cooperativa.

A pesquisa revelou que o aprendizado é contínuo e em todos os níveis, do novato ao veterano. Isso é perceptível na narrativa sobre a gestão do presidente da segunda cooperativa (C2) quando expôs que ensina e também aprende. Este é “um campo de trabalho que a gente cada dia aprende, continua aprendendo, tem muito a aprender, através de companheiro que a gente tem, um vai instruindo o outro” (Relato do presidente da cooperativa – C2). Por essa narrativa, conclui-se que existe um processo mútuo e contínuo de aprendizagem. Mútuo porque um aprende com o outro no cotidiano da cooperativa.

O mesmo entrevistado apresentou em sua narrativa uma preocupação de ensinar pelo exemplo (fazendo junto), “a minha administração, ela funciona assim, para eu pedir para um cooperado fazer uma coisa, eu tenho que fazer para ele ver que eu faço, depois vou pedir gentilmente para aquela pessoa fazer” (Relato do presidente da cooperativa – C2). São várias as formas de ensinar e aprender. Nesse caso, o novato não observa nos outros apenas as atividades que envolvem o trabalho do dia-a-dia, observa a maneira que o líder relaciona-se com os outros, com o seu jeito de mostrar como fazer e com a gentileza, sendo esse um processo contínuo de aprendizagem.

Existem também atividades realizadas em conjunto em um processo democrático e participativo que envolvem atividades de autogestão da cooperativa. Dentre elas, destacam-se o comparecimento às reuniões e assembleias, as decisões tomadas em conjunto, o ato de votar, o ato de dar sugestões, a contribuição para estabelecer as metas e objetivos gerais da cooperativa, a participação para construir o regulamento interno, o esforço para promover a igualdade de direitos e de deveres para todos, etc. Para que isso aconteça, exige-se um esforço que Singer (2001) chamou de esforço adicional porque vai além das atividades normais do cooperado, exige que ele trabalhe além do seu horário para contribuir com organização solidária.

A presidente da primeira cooperativa relatou: “nós chamamos todo mundo e aí nós passamos para eles [...] tudo é passado para os cooperados, não se toma

decisão sozinho [...] quando fazemos uma reunião aqui todo mundo tem o direito de falar”. Quando mencionou que nunca se toma decisões sozinha, ela se referiu às decisões mais importantes que tem que contar com a colaboração dos demais, tem que levar para a votação.

Quanto aos novatos, eles são convidados para participarem. Contudo, a participação deles no começo é apenas de estar presentes, assistir, porque até o final do período de experiência, não podem dar opiniões. A experiência dos novatos pode durar até sessenta dias, prática utilizada nas três cooperativas.

Na terceira cooperativa, existe a prática de contratar pessoas para trabalhar como diarista. Há um relato que a diarista estava nessa condição por seis meses, esperando uma vaga de cooperado. Foi registrado por alguns relatos que o aceite de novos membros está condicionado ao contrato com a prefeitura. A prefeitura paga um valor para a coleta seletiva que equivale a um salário para cada cooperado, limitado a dezesseis cooperados. Aparentemente, essa cláusula do contrato para receber pela coleta seletiva tem prejudicado a cooperativa porque ela não cresce, não amplia o quadro de associados, o que acaba interferindo na autogestão, considerando o processo decisório.

Os cooperados não aprovam nas assembleias um número maior de associados para não dividir o salário recebido da prefeitura. Essa é uma prática que contradiz o primeiro princípio do cooperativismo, denominado de princípio da adesão livre e voluntária. O contrato de prestação de serviços firmado entre a cooperativa e a prefeitura não pode ser um fator para limitar a entrada de outros cooperados. A prefeitura não está impondo essa condição, mas os cooperados estão se apoiando no contrato e criando a prática de não aprovar novos membros, limitando a adesão a dezesseis cooperados.

Para compreender essa prática, recorre-se à Aliança Internacional do Cooperativismo (AIC, 2016), que expõe que esse princípio estabelece que as cooperativas devem estar abertas a todas as pessoas aptas a usar os seus serviços e dispostas a aceitar responsabilidades dos sócios, sem discriminações de gênero, sociais, racial, política e religiosa. Bertuol, Cançado e Souza (2013) asseveram que esse princípio defende a vontade do cidadão de fazer parte ou não do quadro social

de uma cooperativa e estabelece a não restrição de novos cooperados. Desse modo, considerando o que é compreendido pela Aliança Internacional do Cooperativismo e pela teoria que fundamenta esta pesquisa, pode-se afirmar que a prática da cooperativa contradiz o princípio da livre adesão, considerado princípio da porta aberta.

Outra prática que é importante ser apreciada nesta análise é a prática de indicação de um representante para as reuniões. Sobre esse assunto, no capítulo de coleta dos dados foram apresentadas duas questões: será que para a autogestão cabe falar em mandato? O cooperado pode ter um representante para exercer a autogestão por ele?

O assunto da escolha do representante surgiu a partir dos relatos da cooperada Daniela (C2). Quando perguntado à entrevistada se poderia comentar sobre a participação dos cooperados em reuniões ou assembleias, ela narrou que o presidente faz reuniões com um pequeno grupo. De acordo com a narrativa, são pessoas que conhecem mais da cooperativa. “Na hora que vamos fazer a reunião, o presidente da cooperativa nos chama” e relatou ainda, que o presidente chama as pessoas que entende mais e que “de vez em quando, ele faz a reunião com todos [...] e chama só as pessoas que ele quer a participação” (Cooperada Daniela C2).

Acredita-se que convidar alguns para tomar algumas decisões não pode ser entendido como uma exclusão de alguns no processo decisório. O presidente possui o direito e o dever de tomar decisões em nome dos cooperados e por isso, pode pedir apoio a alguns cooperados porque nem todas as decisões são tomadas em reuniões gerais, como por exemplo, elaborar em conjunto com o setor administrativo, o rateio da produção.

A entrevistada relatou também que alguns cooperados não abrem a boca por vergonha, “eles abaixam a cabeça e ficam quietos” e disse também que “as vezes não precisa vir todo mundo, porque igual eu falei, as pessoas, muitas vezes não falam nada. Então, não tem precisão de chamar todos” (Cooperada Daniela C2). Porém, o motivo de se analisar a escolha de um representante aparece na seguinte fala: “porque as vezes elas falam assim, Daniela, vai lá e depois você passa para a

gente” e complementa sua fala narrando: “então elas pegaram aquela confiança em mim. Então elas mandam eu, aí eu venho e falo” (Relato da cooperada Daniela).

Por esses fragmentos da narrativa, percebe-se que as cooperadas foram convidadas para a reunião. Percebe-se que todos os cooperados foram convidados e que alguns não foram, não participaram e escolheram um representante. Essa escolha de um representante é o ponto principal considerado na análise nesse momento.

Conforme a teoria do cooperativismo, isso é contestado pelo princípio do controle democrático. Junqueira e Trez (2005) lembram que cada participante é um cooperado que tem direito de expressar sua opinião a respeito de questões referentes aos interesses coletivos, manifestando-se nas reuniões e assembleias por seu voto.

Para a análise do fato narrado pela cooperada Daniela (C2), considerou-se nesta análise que quando o presidente da cooperativa não se opõe a condição de mandato que surge quando um cooperado representa o outro nas reuniões, aceita que os interesses coletivos sejam decididos por uma minoria e assim, o poder não está sendo distribuído de forma igualitária, prejudicando a autogestão da organização cooperativa.

Ao avaliar a questão à luz da teoria do cooperativismo, evidencia-se que o presidente não poderia aceitar a condição de representante no processo decisório. No entanto, isso pode acontecer porque os princípios e valores da teoria do cooperativismo não fazem parte do cotidiano dos cooperados. Eles tomam decisões pautadas no conhecimento que foi construído coletivamente a partir de suas participações no processo decisório. Trata-se de um conhecimento que tem origem nas práticas cotidianas da cooperativa, conhecimento que não permite ao cooperado saber que escolher um representante para ir na reunião está longe do ideal do cooperativismo.

Porém, essa condição de mandato pode ser o ideal para eles, de acordo com o conhecimento que possuem, conforme as práticas desenvolvidas no cotidiano da cooperativa. Logo, vão aprendendo e reaprendendo, redefinindo e construindo as práticas de autogestão da cooperativa de uma forma diferente da teoria, mas de

acordo com suas experiências e práticas sociais. Essa condição de construção da autogestão aproxima-se do que Misoczky, Oliveira e Passos (2004) escreveram que a autogestão não pode ser, nunca, um modelo acabado.

Refletindo sobre este assunto, questiona-se: Isso acontece porque os cooperados não vislumbraram a criação da cooperativa? Será que isso é inerente somente ao modelo organizacional em estudo? Talvez essas perguntas não sejam respondidas nesta pesquisa, mas quando um indivíduo não planeja participar de um determinado grupo e por algum motivo é inserido em uma organização coletiva, como no caso dos catadores, leva o pesquisador a voltar um pouco na análise e refletir sobre o que a presidente da primeira cooperativa comentou: “se ninguém falar ele nunca vai saber”, referindo-se ao cooperado saber que é o dono. Da mesma forma, se ninguém falar que não pode nomear um representante para as reuniões que são chamados a participarem, talvez nunca irão saber e isso pode ser reflexo do que o poder público provocou na vida de cada catador inserindo-os em um empreendimento que a prefeitura idealizou e criou e assim, talvez a condição do mandato faça do cotidiano dos cooperados, surgindo desde o início de suas atividades, quando o representante da prefeitura toma decisões em relação a criação da cooperativa em nome dos catadores. Neste caso eles não nomearam um representante, mesmo porque a cooperativa não existia, mas alguém decidiu por eles.

Análise comparativa das práticas de gestão das três cooperativas

As três cooperativas encontram-se em estágios diferentes de gestão. Possuem práticas diferentes entre elas, possuem práticas de autogestão e de heterogestão. Essas práticas foram desenvolvidas considerando o contexto, a experiência dos cooperados e participação dos membros. A primeira cooperativa (C1) não foi criada pela prefeitura, mas recebeu apoio e incentivo, foi motivada. A segunda (C2) e a terceira (C3) cooperativas foram criadas pelo órgão público, receberam apoio e incentivo e os catadores foram selecionados por representantes das prefeituras. Para a criação das cooperativas C2 e C3 as prefeituras contrataram técnicos da área ambiental e com isso, conseqüentemente, cada cooperativa possui particularidades em relação a sua criação, em relação ao contrato com a prefeitura

para a prestação de serviços e recebe valores diferenciados. Tudo isso reflete na participação dos membros e no seu compromisso com o empreendimento comum.

As três cooperativas possuem contratos com a prefeitura e recebem pelo serviço prestado. A primeira (C1) não faz a coleta seletiva e por isso recebe bem menos que as outras duas. A terceira (C3) é a que mais e distribui sobras por receber prefeitura o equivalente a um salário mínimo por cooperado para realizar a coleta seletiva no município, e têm ainda o resultado da separação e triagem do material que são vendidos.

Ao considerar que essas informações contribuem para as atividades e engajamento dos associados, pretende-se, a partir de agora, desenvolver uma análise das práticas de gestão das três organizações.

A primeira organização solidária (C1) tem uma presidente que possui experiência de nove anos em outra cooperativa e dois na atual e, em suas narrativas, revela que convida os cooperados a participarem das decisões, nas reuniões, mas eles não ajudam a decidir porque a maioria não entende que são os donos da cooperativa. Na segunda cooperativa (C2), o presidente é o mesmo desde a fundação, foi o catador escolhido pela prefeitura para ser o presidente. Quando ele, o presidente, (C2) convida os cooperados para as reuniões, nem todos participam. Esse fato já foi analisado anteriormente, mas essa cooperativa está aceitando que um cooperado represente outros, o que prejudica o processo de aprendizagem e contradiz o princípio do controle democrático pelos sócios. O que acontece ali pode estar muito próximo da heterogestão.

Na terceira cooperativa, além de contratarem diaristas, contrataram um técnico administrativo, o mesmo técnico ambiental que criou a cooperativa a pedido da prefeitura. Contratar um profissional para uma determinada área não contradiz em nada o que a teoria do cooperativismo apresenta. Mas, como o técnico possui muitas informações e conhece bem a cooperativa, exerce um poder sobre as decisões dos cooperados no cotidiano e nas assembleias. Foi observado pelo pesquisador que ele conduz as assembleias.

O pesquisador teve a oportunidade de participar de duas assembleias nessa cooperativa e pôde observar como acontece a reunião. Na última assembleia,

trataram de alguns assuntos: primeiro, a exclusão e inclusão de cooperados; depois a eleição da nova diretoria (lembrando que o presidente anterior foi exonerado da função); por fim, aprovaram o novo regimento interno.

A exclusão da cooperada foi questionada pelo ex-presidente (ela é filha dele). Ele afirmou que não deram um prazo de defesa para ela. O técnico respondeu que tem um prazo de trinta dias para a cooperada se manifestar e entregar uma carta de defesa depois da eliminação, o que aconteceu, e que não iriam mais entrar no mérito; “foi feita uma carta de advertência, um comunicado de eliminação, os motivos que promoveram a eliminação foram apresentados e estavam de acordo com o estatuto e estavam seguindo o regimento” (Nota de campo – Técnico ambiental). Nesse momento, o técnico falou em nome do presidente interina da cooperativa. Depois disso, a presidente se manifestou comentando que “resolveram seguir o regimento”. A pedido, o técnico colocou em votação a exclusão da cooperada ou retorno à cooperativa. A ex-cooperada não estava presente (ex porque já tinha sido exonerada pela diretoria). O resultado também foi pela exoneração.

Depois de dar continuidade à pauta e aprovar o novo regimento interno, o assistente administrativo (o técnico) elogiou os cooperados pela participação na elaboração do novo regimento, dando a entender que participou da elaboração do regimento interno. Mas, depois de elogiar disse: “como assistente administrativo vou indicar advertência para quem não cumprir o regimento interno [...] isso serve para todo mundo”. As palavras do técnico durante a assembleia demonstraram que ele possui uma parte do poder que deveria ser exercido pelos cooperados. O técnico conduziu a assembleia geral o tempo todo e várias vezes abriu para perguntas, fazendo o papel da presidente interina. Esse poder pode ser considerado um poder moderador, para manter a harmonia na assembleia e atender o que está em pauta, não incluindo novos itens que demandariam mais tempo para serem discutidos.

Aqui se apresenta um questionamento: será que a participação do técnico nas assembleias contribui para a aprendizagem dos cooperados? E para a autogestão, qual é o resultado disso?

De acordo com a categoria analítica autogestão, Lechat e Barcelos (2008) argumentam que a autogestão é uma forma de gestão direta e democrática dos trabalhadores nas funções de direção e execução, quando a participação torna-se uma necessidade para um modelo organizacional de gestão democrática. Para que a autogestão aconteça, Misoczky, Oliveira e Passos (2004) asseguram que o indivíduo que participa deve ter direitos iguais.

Considerando os conceitos e os fatos apresentados, evidencia-se que os cooperados estão participando de forma democrática, mas estão sendo influenciados pelo técnico contratado, o que pode prejudicar a autogestão da cooperativa. Essa cooperativa (C2), por meio da contratação do técnico e da autoridade que lhe é conferida nas assembleias, está utilizando de práticas que são inerentes às organizações que atuam com heterogestão.

Neste estudo, a participação apresenta-se como uma subcategoria da aprendizagem e da autogestão. Para Mendes (2010), na cooperativa, a participação está relacionada a dois princípios: do controle democrático dos sócios e da participação econômica. O primeiro ressalta o poder da participação pelo voto nas tomadas de decisões como um compromisso dos associados. No entanto, em conformidade com fatos descritos acima, a participação pelo voto pode estar fragilizada quando o técnico conduz a assembleia e responde pelo presidente.

Crúzio (1999) avalia que a autogestão envolve a participação do associado no processo de elaboração das decisões e no controle da respectiva execução. Nesse sentido, o que se percebeu nas assembleias da terceira cooperativa (C3) é que os associados estão participando das assembleias, estão aprendendo na prática, construindo a autogestão na prática, mas podem estar sendo influenciados pelo órgão público quanto às decisões de não aceitar um novato em função do salário que a prefeitura paga e que limita o número de cooperados. Podem também ser influenciados quando contrataram um assistente administrativo que tem estreita relação com a prefeitura e ainda criou a cooperativa.

Contudo, os cooperados estão em um processo de aprendizagem, vão tecendo as práticas sociais da cooperativa, por exemplo, quando participam das reuniões e assembleias. Algumas práticas são discutidas nas assembleias e, no

caso apresentado, a prática da inclusão de um novato, da exclusão fundamentada no regimento interno, de votar no processo decisório, da coleta seletiva, da seleção e triagem dos resíduos, das vendas dos materiais reciclados. Estão aprendendo com a participação, observando, falando, questionando, ensinado os novatos e até mesmo os veteranos, dando exemplo (a prática de ensinar pelo exemplo), a prática da cordialidade no tratamento com os colegas (apresentada pelo presidente da segunda cooperativa), e assim, vão aprendendo e construindo uma autogestão, moldada pelos seus fazeres e dizeres no cotidiano da cooperativa. Nesse mesmo sentido, Singer (2002) observou que, com a participação, ao longo do tempo, os associados passam a conhecer melhor as diretrizes da empresa e assim, conseguem resolver os problemas e tomar decisões mais acertadas.

Nota-se que o processo de aprendizagem é importante para o desempenho do cooperado, importante para o domínio do saber fazer da autogestão, para o domínio do conhecimento das práticas de gestão que possibilitam sua plena participação. Importante também para que ele tenha domínio sobre sua própria vida e que participe das práticas sociais e das decisões coletivas da cooperativa, envolva-se em atividades e discussões conjuntas, ajudando uns aos outros, compartilhando informações e práticas sociais.

Por fim, falta relacionar esse processo de aprendizagem com a participação periférica legitimada (PPL). Segundo Wenger (2001) e Lave e Wenger (1991), é por meio da aprendizagem que o novato adquire condições de participar plenamente das práticas da comunidade e se torna mais ativo e efetivamente engajado. Trata-se de uma aprendizagem com participação no mundo social.

Ao considerar a PPL, Lave e Wenger (1991) lembram que as pessoas aprendem através da participação; os novatos ou aprendizes situam-se, inicialmente, em uma posição periférica no contexto de determinada prática. Mas, a trajetória da participação do aprendiz no cotidiano permite que ele se aproxime da centralidade, adquirindo não só domínio maior, mas uma maior condição de tornar-se um veterano, isso é, ter o domínio da prática.

Os exemplos aqui trabalhados foram extraídos de algumas narrativas e observações do pesquisador e, pelo que foi analisado, as práticas de contratar um

diarista no lugar de aceitar um novo cooperado, do mandato e da participação de não cooperados nas decisões das cooperativas estão fazendo parte do processo de aprendizagem dos novatos e também dos veteranos. Eles estão aprendendo com suas participações, podem estar construindo uma autogestão que não seja a autogestão da teoria, porque eles não sabem o que está na teoria e o que ela contempla não faz parte do cotidiano deles. Os significados estão sendo negociados e, com o tempo, essas práticas vão sendo reificadas e algumas foram parar no regulamento interno da cooperativa.

Os novatos vão aprendendo e se aproximando dos veteranos em conhecimento e participação. Como uma cooperada que já foi diarista, foi quase exonerada por aceitar R\$ 100,00 e dividir com os colegas e, pouco tempo depois, participou votando a exoneração do presidente, logo depois, participou votando a exoneração de uma cooperada (filha do ex-presidente), participou da discussão e aprovação do novo regimento, que regulariza aquela condição dos R\$ 100,00 que quase provocou sua saída da cooperativa. Por fim, participou também da eleição da nova diretoria. Essa é a mesma cooperada que narrou que nas reuniões tinha muita briga e que espera que não acontecesse brigas nas reuniões. É também a cooperada que corre pelas ruas coletando os materiais que os moradores deixam nos bags e que leva o nome de lixeira. Assim, com a participação, os cooperados vão aprendendo, construindo e moldando as práticas da cooperativa e sua autogestão.

7 CONCLUSÃO

Diante do problema de pesquisa levantado nessa tese (como os catadores inseridos em uma cooperativa motivada pelo poder público aprendem as práticas de gestão do empreendimento solidário e atuam para minimizar a influência do agente público para que a autogestão seja possível?), o presente estudo buscou conhecer e revelar as práticas sociais de três cooperativas de catadores de materiais recicláveis que foram motivadas pelo poder público. Isso é, foi com o apoio de pessoas contratadas pelas prefeituras que os catadores de rua das três cooperativas foram inseridos em uma organização solidária.

Destaca-se que, no capítulo de resultados e análise dos dados, o pesquisador atentou para algumas questões que foram apresentadas na metodologia dessa pesquisa, tais como: a) como aconteceu o processo de constituição da cooperativa?, b) como ocorreu a seleção e a união dos catadores para formar a cooperativa? e, c) a cooperativa foi incentivada por algum órgão público para sua constituição?

Considerando tais questões, ao iniciar o processo de coleta dos dados, o pesquisador buscou conhecer o modelo organizacional e as particularidades em que a autogestão está sendo estudada e para tanto, apresentou o modelo em estudo e essas questões foram respondidas enquanto as particularidades (características) das cooperativas eram apresentadas.

Outras questões também foram levantadas no capítulo da metodologia desse estudo, e nesse momento vale lembrar a seguinte questão: por que e para que os catadores se juntam em cooperativas? Esta questão esteve presente nas entrevistas narrativas e os resultados (as narrativas dos diversos entrevistados) foram analisados e descobriu-se que os catadores, inicialmente, uniram-se para resolverem problemas comuns, e dentre os problemas apresentados, que emergiram da pesquisa, foi identificada a necessidade de inclusão social, como forma de alcançar soluções para as dificuldades do trabalho realizado nas ruas.

Ainda, na tentativa de buscar respostas a questão apresentada, a análise contemplou os motivos que levaram o catador a procurar por uma cooperativa para trabalhar e os motivos que contribuíram para que ele permanecesse nas ruas. A

liberdade de escolher onde e quando catar e as regras impostas pelas cooperativas, associadas à liberdade de ser ou não um cooperado foram destacadas na coleta e análise desta pesquisa.

Os resultados também evidenciaram que o catador tem autonomia para decidir sobre suas atividades de catação. Mas, quando entra para uma cooperativa, perde parte do poder de decisão, repartindo sua autonomia com os outros cooperados, isto é, ele reparte com os membros do grupo o poder que tem de decidir sobre os materiais que cata, de forma que o poder está sendo combinado e negociado com os cooperados. Esse poder também limita as condições da pessoa sobre os recursos, como exemplo, o caso dos cooperados que receberam R\$ 100,00 e dividiram entre eles. Esse fato quase resultou na sua exclusão.

Considerando o exemplo acima, percebe-se que em uma cooperativa existem regras às quais as pessoas estão sujeitas. Na rua, o catador decide como trabalhar, sobre os materiais que ele quer catar, a rota que quer fazer, onde e quando catar e também sobre os valores dos materiais. Na rua, ele pode, tem autonomia, e na cooperativa nem tudo ele pode. Na cooperativa, é a maioria quem decide o que o novato e o veterano devem fazer. Assim, quando o catador entra para nesse tipo de empreendimento solidário inicia suas tarefas e, ao participar das atividades, vai adquirindo conhecimento e vai caminhando para a prática de ser cooperado, aprendendo a ser um cooperado, conhecendo as regras e ajudando a construí-las.

Conforme a coleta e análise dos dados, os novatos não se reconhecem como cooperados em um primeiro momento. É pela participação que vão aprendendo. Vão percebendo o que o grupo decide em conjunto e vão dando soluções para os problemas encontrados. Porém, nesse processo de aprendizagem no qual o poder é dividido entre os membros, a solução que encontram não é a única e pode não agradar a todos os membros. O exemplo anterior também pode ilustrar essa situação. Naquele caso, foi decidido pelo grupo que o dinheiro ganho como gorjeta tem que ser entregue no caixa da cooperativa. Tal solução dada pela maioria não agradou a todos. No entanto, mesmo estando motivado pelo bem comum, pode ser uma ditadura da maioria.

Pode até ser estranho mencionar o termo ditadura quando analisamos um empreendimento democrático, parece contraditório. Mas, em pequenos grupos, a união de poucos pode representar a maioria e a solução encontrada deve ser seguida por todos os membros do grupo, o que tira de alguns a liberdade de agir de forma diferente, motivada pelo bem comum. Assim sendo, estão tecendo as regras no cotidiano deles, regras de gestão que são criadas para solucionar os problemas que eles têm que resolver juntos. Internamente, tomam decisões porque têm o poder para isso.

Outro exemplo do poder de decisão está na contratação de diaristas no lugar de admitirem um novo cooperado, visando não dividir o valor recebido pela prefeitura pelo serviço da coleta seletiva. Essa decisão pode não ser a melhor de acordo com a teoria do cooperativismo, porque o princípio da livre adesão, ou porta aberta, dá o direito da pessoa que possui necessidades análogas as dos cooperados e desenvolvendo atividades parecidas, o direito de fazer parte como associado da cooperativa.

Essa decisão pode estar na contramão dos valores do cooperativismo, como por exemplo a solidariedade. Atendendo ao princípio da porta aberta (da livre adesão), os cooperados buscam desenvolver um comportamento solidário com aqueles que estão na mesma condição social que eles (os de dentro), estavam antes de entrarem para a cooperativa. Irion (1997) considera que a solidariedade é a base da cooperação e as pessoas devem estar dispostas a estabelecer vínculos entre si, baseados no apoio mútuo. Tal condição passa pela solidariedade para com o outro, aquele que não pertence ao grupo e que tem o direito de pertencer. Mas, eles não sabem disso. No processo de aprendizagem do cooperativismo isso ainda não foi questionado.

No entanto, a prática de contratar um trabalhador por diária é uma solução encontrada pelo grupo, é o que eles estão construindo como cooperativa, é o resultado do que estão interpretando da realidade deles, mesmo que isso esteja distante do ideal, pois não conhecem o ideal da teoria. Pode ser que o ideal deles não esteja de acordo com o ideal do cooperativismo ou não esteja caminhando na mesma direção, mas está de acordo com o que é experienciado por eles na prática, no cotidiano.

Existe também a questão do poder moderador exercido pelo técnico administrativo (técnico ambiental de formação). Esse profissional exerce parte do poder e não é um cooperado, possuindo uma ascendência sobre os cooperados quando se posiciona e fala nas assembleias, quando elogia os membros da cooperativa ou até mesmo chama a atenção, como o ocorrido na assembleia geral, quando o técnico elogiou os cooperados e depois disse que iria indicar para advertência quem não cumprir o regimento interno.

Contudo, o poder moderador exercido pelo técnico busca uma harmonia na assembleia para manter a ordem e seguir a pauta preestabelecida. Entretanto, pode comprometer a autogestão quando o técnico decide e conduz a assembleia ou reuniões em nome dos cooperados, que são os verdadeiros responsáveis pelas decisões, os donos da cooperativa. Assim, a participação do técnico pode influenciar decisões importantes, como a escolha de um presidente, por exemplo. Em uma assembleia, o técnico pode balançar a cabeça em sinal de negação ou afirmação, ou ainda, fora da assembleia, quando é consultado por algum cooperado, influencia os resultados por ter mais conhecimento sobre a cooperativa, no tom da voz quando faz a leitura de documentos, chamando a atenção para alguma parte de seu interesse e não do interesse coletivo. Vale lembrar que o nível de escolaridade dos cooperados é muito baixo e que alguns necessitam que alguém leia para eles e que também explique o conteúdo, como foi o caso do presidente da cooperativa C3 (aquele que foi exonerado), que não sabe ler e nem escrever.

No entanto, como seria a assembleia sem esse poder moderador exercido pelo técnico? Será que o grupo desandaria para uma briga desnecessária? Sobre a assembleia, uma entrevistada narrou que da primeira vez que participou de uma assembleia, teve muita briga entre os cooperados e que esperava que isso mudasse. Nas duas assembleias que o pesquisador participou assistindo não houve brigas, o ambiente estava normal para uma assembleia (considerando a pouca experiência do pesquisador sobre assembleias gerais) e o técnico foi quem coordenou os trabalhos, quem conduziu a pauta e até mesmo, em um determinado momento, mencionou que a pauta não mudaria, que ele iria manter o que estava previsto, o que demonstrou seu poder moderador.

Pode-se considerar, em um primeiro momento, a presença do técnico ambiental como um fato importante para a harmonia do grupo, para uma orientação de como organizar uma assembleia geral ou uma reunião, podendo ser importante para o processo decisório, mais importante ainda como um processo de aprendizagem, já que a cooperativa é nova e os cooperados estão em um processo de aprendizagem no que concerne ao andamento de uma assembleia. No entanto, em um segundo momento, o técnico passa a exercer um poder que pertence aos donos da cooperativa. Vale lembrar que não é o funcionário que indica o patrão para receber uma advertência por não cumprir as normas, como ele se referiu em sua fala.

Diferentemente do caso mencionado, a segunda cooperativa (C2) possui uma assistente administrativa que é associada. Ela entrou para exercer, especificamente, essa função e foi aceita como cooperada. Essa é uma particularidade importante, porque, conforme a teoria do cooperativismo popular, a contratação de empregados torna a gestão da cooperativa solidária próxima à heterogestão, distanciando-se da autogestão. A segunda cooperativa (C2) não se preocupou com as divisões das sobras, se iriam diminuir os valores que os cooperados receberiam pelo seu trabalho, considerando importante ter um cooperado no setor administrativo porque eles não tinham conhecimento para exercerem aquela função.

De acordo com Wenger, conhecer é uma questão de participação. Ao reconhecer isso, pode-se depreender que quando os cooperados não participam de atividades administrativas, deixando a cargo do presidente ou de outro a execução dessas atividades, não conseguem participar plenamente do processo decisório porque não possuem conhecimento necessário para decidir nas reuniões e assembleias, ou, ao decidir, podem ser influenciados.

Talvez, o ideal seria um rodízio do pessoal para que outros estivessem em condições de assumir o setor administrativo/financeiro, caso o responsável viesse a desistir dessa atividade. A autogestão passa por essa questão. A resolução desse problema é uma decisão que deve ser tomada pela maioria. Porém, eles não sabem disso, não sabem que a falta de participação nas atividades administrativas e de gestão contradiz, teoricamente, a autogestão. Eles estão construindo a autogestão da cooperativa, não aquela autogestão da teoria, mas uma autogestão que surge da

participação dos associados nas atividades da cooperativa, possibilitando o conhecimento necessário para se tornarem competentes em suas tarefas.

Outro fato relacionado ao poder está na condição de se nomear um representante para o processo decisório, o caso da cooperada Daniela, que, nas reuniões, representa os membros de sua equipe. Ela narrou que todos são convidados, mas alguns não vão porque não querem e a elegem para participar por eles.

Apreciando a teoria do cooperativismo, foi observado, na análise dos dados dessa pesquisa, que o presidente não poderia aceitar essa condição de mandato. Mas, eles tomam decisões pautadas no conhecimento que está sendo construído em suas relações, construído coletivamente. Não se trata de um conhecimento da teoria do cooperativismo, suas práticas de gestão estão sendo construídas, negociadas, e isso é uma forma de experienciar o mundo criando um significado para eles, dando um sentido ao que estão fazendo. Por outro lado, o presidente aceita porque é viável para ele e para os outros que elegeram um representante (aqueles que não participaram da reunião), e assim, além do mandato, vão desenvolvendo uma prática política, considerando que todos têm o mesmo poder mas abrem mão de participar e decidir em nome da cooperativa.

No entender de Misoczky, Oliveira e Passos (2004), para a autogestão, os grupos e indivíduos têm iguais direitos e participação. Crúzio (1999) ressaltou que a autogestão envolve a participação do associado no processo de elaboração das decisões e no controle da respectiva execução. Flach (2011) observou que a autogestão trata-se de um modelo de administração voltado para uma dinâmica alternativa das relações de poder nas organizações, pautado em uma proposta de estruturas mais flexíveis que a heterogestão. No entanto, ao se considerar o poder exercido pelo técnico como sendo um poder moderador, e o poder ligado a uma prática política de se escolher um representante em que os indivíduos abrem mão de seus direitos e da participação, parece que as organizações em estudo estão caminhando para práticas de organizações que atuam com heterogestão, distanciando-se da autogestão.

Mas, por que a participação dos cooperados é tão importante para a cooperativa? Por que alguns não podem decidir pela maioria, já que nem todos querem participar das reuniões, elegendo um representante?

Para Lechat e Barcelos (2008), a participação é uma necessidade para esse modelo organizacional de gestão democrática. Singer (2002) observou que com a participação ao longo do tempo, os associados passam a conhecer melhor as diretrizes da empresa e, conseqüentemente, resolvem os problemas e conseguem tomar decisões mais acertadas. Nota-se na citação de Singer a questão do conhecimento como resultado da participação. Isso nos faz refletir, novamente, sobre as afirmações de Wenger, ao mencionar que conhecer é uma questão de participação e conhecimento é uma questão de competência. Para esse autor, conhecer na prática acontece uma relação interativa entre uma experiência que uma pessoa vivencia e a competência que se constrói, por meio dessa experiência vivenciada.

Ao se tratar da questão da participação e da aprendizagem, faz-se necessário mencionar as diferentes práticas dos cooperados. A seguir, apresenta-se um quadro com um elenco de atividades das práticas de catação, práticas da cooperativa e práticas de gestão e autogestão. *

Quadro 7: Atividades dos diversos atores

Atividades dos catadores	Atividades dos cooperados	Atividades de gestão	Atividades de autogestão
Definir uma rota para o dia; Puxar um carrinho; Procurar por resíduos; Catar os resíduos que possuem um melhor preço; Pedir nas residências por materiais; Separar o que lhe serve (para levar para casa); Localizar um comprador (intermediário); Vender os materiais coletados; Voltar para casa puxando o carrinho.	Atividades da coleta seletiva a) coletar os materiais na rua; b) colocar os materiais no caminhão; c) quando o caminhão está cheio, retornar para a cooperativa; d) descarregar o material do caminhão no pátio; Atividades do pátio a) tirar o material do caminhão e das carretinhas; b) colocar o material nos bags; c) molhar o papelão no pátio, antes de ir para a prensa; d) levar o papelão para a prensa; e) levar os bags para a área próxima as mesas de separação;	Programar as operações e serviços, estabelecendo as qualidades, valores, prazos, taxas e demais condições necessárias à sua efetivação; Contratar serviços para a cooperativa; Promover, mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico profissional dos associados; Promover a realização de cursos de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social; Tomar decisões; Prestar informações aos cooperados sobre os negócios da cooperativa e sobre as decisões tomadas em nome dos associados; Elaborar em conjunto com o setor administrativo, o rateio	Comparecer às reuniões e a assembleia geral; Participar das discussões, nas reuniões e na assembleia geral; Tomar decisões conjuntas, nas reuniões e na assembleia geral; Votar e ser votado para os cargos sociais; Sugerir melhorias para os processos de trabalho; Definir as diretrizes para o funcionamento e operações da cooperativa, decidindo sobre a forma de execução dos trabalhos; Contribuir para estabelecer critérios para admissão de novos sócios; Participar ativamente para viabilizar a gestão da cooperativa;

	<p>Atividades da separação de materiais nas mesas</p> <p>a) separar os materiais de acordo com a classificação de cada um;</p> <p>b) ao redor da mesa da separação da segunda cooperativa (C2) são colocados doze sacos e oito bags para os diversos materiais.</p> <p>Atividades da prensa</p> <p>a) seguir todo o procedimento de segurança;</p> <p>b) colocar as fitas no fundo para amarrar o fardo depois de prensado;</p> <p>c) colocar uma capa de fundo, sobre as fitas;</p> <p>d) colocar um pouco de material na prensa, com as portas fechadas;</p> <p>e) passar as fitas na parte superior do fardo que está na prensa;</p> <p>f) amarrar o fardo ainda na prensa;</p> <p>g) colocar o fardo no carrinho;</p> <p>h) levar o fardo para pesar;</p> <p>i) levar o fardo para o estoque;</p>	<p>da produção;</p> <p>Informar o contador sobre os resultados da produção, para a elaboração da folha de pagamento e divisão das sobras;</p> <p>Participar ativamente para viabilizar a autogestão da cooperativa, convocando os cooperados e presidindo a assembleia geral e as reuniões da cooperativa;</p> <p>Esclarecer quaisquer dúvidas junto à diretoria, contador, advogados e cooperados.</p> <p>Estimular a participação democrática dos cooperados;</p> <p>Atender clientes e vender os materiais (caso não tenha uma pessoa específica para essa atividade).</p> <p>**</p>	<p>Determinar em conjunto os objetivos e metas da cooperativa;</p> <p>Aprovar o estatuto e o regulamento interno;</p> <p>Promover a igualdade de direitos e de deveres para os todos os cooperados.</p>
--	---	---	---

Fonte: Resultado da pesquisa

* Este quadro apresenta um resumo das principais atividades. Para essa pesquisa, foi apresentado um capítulo com o detalhamento das atividades da cooperativa;

** Existem ainda as atividades de gestão do setor administrativo e do setor financeiro que foram detalhadas no capítulo de atividades da cooperativa.

Conforme o quadro apresentado, observando as atividades da esquerda para a direita, é possível notar uma evolução progressiva para se chegar à autogestão, o que exige dos cooperados um compromisso para com a cooperativa e envolve participação e aprendizagem para se buscar o domínio das atividades. O pesquisador compreende que no esforço que envolve a participação dos membros de uma cooperativa para aprenderem as práticas da organização, o novato, quando entra para a cooperativa, começa a aprender a ser um cooperado. Essa condição pode oferecer uma resposta a uma questão que foi apresentada na metodologia da pesquisa: como o catador aprende a ser cooperado?

As atividades dos catadores são atividades mais simples porque ele cata para ele e não presta contas a ninguém, não segue regras que lhes são impostas, apenas busca sua sobrevivência e a de seus dependentes. Ao entrar para uma cooperativa, surgem atividades que antes não tinham e que agora devem atender para fazer parte do grupo. Assim sendo, é possível afirmar que, quando o catador entra para uma cooperativa, aprende com os veteranos e assume outras responsabilidades que envolvem o trabalho conjunto e o bem comum e ainda, inicia um processo de aprendizagem que pode levá-lo a compreender o que é ser um cooperado.

Existem atividades que são desenvolvidas de acordo com a função de cada cooperado, por exemplo, as atividades da coleta seletiva, da separação, do trabalho com a prensa, do pátio, etc. Tais atividades exigem que os novos cooperados aprendam como realizá-las, já que, nas ruas, eles não aprenderam porque não necessitavam delas e não faziam parte do seu cotidiano. Na cooperativa, o trabalho é conjunto, coletivo e com responsabilidades para com o grupo, diferentemente das ruas.

Na cooperativa, o cooperado aprende sobre gestão, podendo assumir a função de presidente ou funções administrativas. Essas funções possuem atividades específicas que conduzem os cooperados para o processo decisório, para uma participação mais ativa, como por exemplo, atender clientes, vender os materiais, fazer o rateio das sobras (lucro da cooperativa), dar esclarecimentos sobre os rateios, etc.

Existem também atividades que conduzem à autogestão. Tais atividades estão diretamente ligadas ao processo decisório que necessita da participação de todos os membros nas reuniões e assembleias para tomarem decisões sobre os rumos da cooperativa. Envolvem também o estabelecimento de critérios para admissão de novos sócios (importante para atender ao princípio da porta aberta) e formas de execução dos trabalhos.

No entanto, os cooperados levam um tempo para aprender e precisam conhecer o modelo organizacional, necessitam se reconhecerem como donos do empreendimento solidário, precisam interagir e participar das atividades de forma integrada e significativa, buscando o domínio de conhecimentos e competências,

atendendo as atividades da cooperativa. Sobre isso, pode-se fazer referência às palavras de Gherardi (2014). Para essa pesquisadora, conhecer é ser capaz de participar com a necessária competência na complexa teia de relações entre pessoas, artefatos materiais e atividades. No mesmo sentido, para Wenger (2001), competência está relacionada a compreender o que importa, ser capaz de engajar-se produtivamente na comunidade e utilizar adequadamente os recursos da comunidade.

Ao apreciar os conceitos desses autores, percebe-se a importância do processo de aprendizagem para os cooperados veteranos e, principalmente, para os novatos. Wenger (2008) e Lave e Wenger (1991) chamam a atenção para o fato de que os aprendizes (os novatos), inevitavelmente, participam em seus grupos e que o domínio do conhecimento e da habilidade exige que os recém-chegados caminhem para a plena participação nas práticas socioculturais de uma comunidade, isto é, uma participação progressiva nas práticas de suas comunidades.

Contudo, como mencionado na fundamentação teórica, o processo de aprendizagem segundo Wenger (2001b), não diz respeito apenas às práticas de aprendizagem estabelecidas (de modo formal), isso é muito mais amplo, envolve a aprendizagem como um todo, sendo o resultado da experiência pela participação na comunidade, uma atividade situada e contextualizada e que é inerente ao domínio do saber fazer na prática, que está ligado ao envolvimento em atividades, discussões conjuntas e o compartilhamento de informações. Considerando isso, pode-se afirmar que nas comunidades, para algumas práticas temos uma participação mais plena e em outras uma participação mais periférica.

Sobre esse assunto, Lave e Wenger (1991) apresentam a participação periférica legitimada. Para eles, a aprendizagem é uma atividade situada e é central para um processo denominado de participação periférica legitimada, referindo-se a um processo, o qual os aprendizes (os novatos) vão se tornando progressivamente um membro da comunidade de prática, quando os membros se transformam num participante pleno em relação a uma determinada prática, o que envolve participação, aprendizagem, competência e domínio.

Ao avaliar a aprendizagem situada, Lave e Wenger (1991) apresentam uma visão mais microssocial, uma visão interna do ambiente da alfaiataria. A prática situada destes pesquisadores é a prática que trabalha com o que tem e não com o que não tem e por isso o situado deles é bem restrito, bem microssocial, não é meso e nem macro. Para Lave e Wenger (1991), o aprendiz de alfaiate aprende com outros alfaiates e não consideram outros atores sociais que poderiam estar envolvidos, por exemplo, o cliente ou o fornecedor de materiais. O cliente pede algo para alguém que possui expertise, no caso, o alfaiate que possui a técnica, a arte, o domínio e o novato (o aprendiz de alfaiate) vai aprendendo em sua convivência com o veterano, vai praticando e vai assimilando na prática o domínio dessa arte.

Contudo, nesta pesquisa não se discute o macrossocial, trata-se de compreender o contexto em que os cooperados estão inseridos porque existe uma convivência com diversos atores nesse contexto, como os clientes da cooperativa, por exemplo, os atravessadores, a prefeitura, a universidade, os condomínios onde os cooperados coletam os resíduos, a comunidade onde realizam a coleta seletiva, etc. Ao mencionar esses atores que fazem parte do contexto dos cooperados, a pesquisa revelou que eles aprendem internamente porque estão se relacionando entre si, participando nas atividades e aprendem também com diversos atores externos com quem eles interagem.

A visão de Lave e Wenger é mais interna porque o aprendiz de costura aprende com o alfaiate. Naquele ambiente, o cliente pede algo ao alfaiate que tem a técnica, a arte e o domínio. Assim, o novato aprende em sua convivência com o veterano, vai assimilando na prática o domínio dessa arte. No exemplo de Lave e Wenger, o alfaiate está dentro do espaço dele, dentro de uma situação na qual tem o domínio das práticas, um espaço situado onde ele é o dono. No caso dos catadores, eles têm que ir e interagir em um espaço que não é o deles e que eles não coordenam, como em um prédio, um condomínio, um bairro para realizar a coleta seletiva, e eles estão aprendendo com esses diversos atores. Isso tudo faz parte do processo de aprendizagem dos cooperados.

Com a prefeitura, os cooperados aprendem sobre a coleta seletiva, materiais recicláveis e rejeitos, as rotas que devem seguir, aprendem também sobre o trabalho do cooperado em relação às questões ambientais. Com as outras cooperativas,

aprendem a diferenciar os materiais, os materiais que oferecem maior valor comercial, como comercializar (negociar) e aprendem sobre cooperativismo. As universidades oferecem conhecimentos sobre a coleta seletiva, resíduos sólidos, gestão, incluindo neste último, registros de produção, rateios, comercialização, otimização do espaço físico.

Ao considerar atores sociais externos à cooperativa, deparamo-nos com um contexto mais meso ou até macro, ao relacionar a cooperativa de catadores com o movimento cooperativista, no qual os catadores não podem aprender internamente, necessitando de agentes externos para explicar sobre esse assunto.

Quando Lave e Wenger apresentam a participação periférica legitimada não consideram os atores externos em sua teoria da aprendizagem social, consideram que existem os veteranos e os novatos dentro de um ambiente micro, o da alfaiataria. Assim, percebe-se uma lacuna na teoria de Lave e Wenger, porque não considerarem os agentes externos, como a moda, por exemplo. O cliente contrata os serviços da alfaiataria e solicita algo que viu e que pertence ao mundo da moda que se encontra em um ambiente macro. Nesse momento, o alfaiate fica sabendo de algo que existe, que é externo à sua alfaiataria e assim, não desconhece que existe a moda. O alfaiate aprende com o desenvolvimento de tecidos, cores e tendências para as estações do ano, desse modo, a moda pode fazer parte do contexto da alfaiataria.

Para esta tese, reconhece-se que o ambiente externo influencia o processo de aprendizagem dos cooperados, no conhecimento e no domínio das práticas sociais pelo fato de os cooperados interagirem em um contexto mais amplo do que o ambiente interno da cooperativa. Contudo, mesmo interagindo com diversos atores sociais, os associados não conhecem sobre a teoria do cooperativismo e até mesmo sobre a autogestão. Considerando isso, questiona-se como eles são periféricos em relação a algo que eles não sabem que existe e que não faz parte do cotidiano deles? Os cooperados são periféricos em relação ao quê? Como pode existir o veterano, se as cooperativas criadas pelo poder público são recentes?

Ao entrarem para uma cooperativa, os cooperados vão construindo coletivamente suas práticas, vão conhecendo sobre as atividades de catação, de

seleção e triagem dos materiais e também de gestão e não da autogestão que está na teoria. Cada cooperado possui uma história de vida diferente e uma experiência pessoal que ele leva para o ambiente da cooperativa. Uma experiência que passa a ser compartilhada e assim, constroem coletivamente as práticas sociais do novo empreendimento.

Mas, existe um ideal para o cooperativismo que envolve seus valores e princípios, conceitos de gestão e de autogestão que os cooperados não conhecem, não é perceptível, tal percepção não está em seu horizonte. A teoria não faz parte do cotidiano deles, não sabem que ela existe e assim não sente a necessidade de aprender. Desse modo, a questão de serem periféricos em relação à teoria é algo desta pesquisa e que não pertence a eles até que alguém lhes conte, até que fiquem sabendo que tem algo além daquele conhecimento que eles detêm sobre suas práticas.

Como eles podem adquirir tal conhecimento para deixarem de ser periféricos em relação ao cooperativismo? Essa é uma incógnita que está presente nesta pesquisa e que é muito importante para membros dessa comunidade de prática, porque eles estão inseridos em uma cooperativa, fazem parte do cooperativismo como um todo e não sabem disso.

No entanto, o que se pretende demonstrar aqui é que eles são periféricos em relação ao movimento cooperativista, ao ideal cooperativista e que se ninguém questionar esse assunto, eles não vão saber. Na prática, o ideal é outro, diferente da teoria. Mas, se olharmos o contexto em que eles estão inseridos, o cooperativismo está presente, isto é, existem atores sociais que interagem com os membros dessa organização social que detêm tal conhecimento. Desse modo, outras cooperativas, a universidade, a prefeitura responsável pela criação desse empreendimento solidário, poderiam questionar os assuntos que eles ainda não perceberam que existem.

Nesse ponto da conclusão, ressalta-se a importância dos atores externos, os quais não foram abordados na teoria de Lave e Wenger, que podem contribuir para a aprendizagem daqueles que estão periféricos a determinadas práticas sociais. Como apresentado no início desse capítulo, a contratação de diaristas no lugar que aceitarem um novato como cooperado, atendendo ao princípio da livre adesão. Se

contratam diaristas é porque existe a vaga. No entanto, não sabem que a pessoa tem o direito de se associar àquela cooperativa. Os cooperados desconhecem a teoria e até mesmo alguns direitos e deveres.

Eles poderiam se envolver mais com outras comunidades de prática para adquirirem novos conhecimentos. A questão é que eles não sabem que existem tais conhecimentos. Mas o envolvimento com outras comunidades é importante e, conforme Nicolini (2013), uma comunidade de prática é uma condição intrínseca para a existência do conhecimento que também pode ser gerado por meio das relações com outras comunidades de prática. Desse modo, os cooperados vão adquirindo o domínio das práticas do cooperativismo e vão deixando de ser periféricos em relação a determinados conhecimentos.

Conforme a teoria social da aprendizagem de Lave e Wenger, a questão da participação e domínio é fundamental para a existência de um veterano. Faz-se importante neste momento destacar que os catadores, no início das atividades cooperativa, em sua constituição, foram inseridos em um empreendimento criado pelo poder público. Porém, quando um catador (um novato) entra para o empreendimento solidário, mesmo não sendo idealizado por ele, inicia suas atividades e começa a participar. Conseqüentemente, vai adquirindo conhecimento e vai caminhando para a prática de ser cooperado, mesmo sofrendo influências dos gestores da prefeitura e de outros atores sociais, os catadores vão participando das atividades e tomando decisões coletivas.

Nota-se, que toda essa discussão apresentada sobre a questão do cooperado ser ou não periférico em relação a uma determinada prática, em relação ao sobre o cooperativismo, a importância dos atores externos, e ainda, como eles vão adquirindo conhecimento e caminhando para a prática de ser cooperado, participando das decisões coletivas, tudo isso, está diretamente relacionado com uma questão que permeia esse estudo e que foi apresentada na metodologia: como os catadores desenvolvem o domínio do saber fazer da autogestão?

No sentido de buscar uma resposta a esta questão, pode-se afirmar que os novatos e até mesmo os veteranos, vão se tornando cooperados, distanciando-se do catador e nesse processo, vão se identificando com suas novas funções no

ambiente da cooperativa e por meio de seu envolvimento (participação) nas mais diversas atividades do grupo, eles vão adquirindo conhecimento nesse processo contínuo de aprendizagem e conseqüentemente promovendo o domínio das práticas organizacionais e por conseqüência, da autogestão.

Contudo, mesmo que a cooperativa tenha poucos anos de existência, alguns cooperados, pela sua participação mais ativa, dominam certas práticas porque vão aprendendo e se tornando competentes em suas tarefas. Os cooperados vão experienciando o mundo que os cerca, isto é, o ambiente da cooperativa, e vão se engajando ativamente nele.

Essa participação ativa vai dando significado (um sentido) como resultado da participação e também vão criando histórias pessoais e coletivas no contexto da experiência cotidiana do ambiente da cooperativa, de tal forma que sua participação social se dá em um processo de aprendizagem, de conhecer. Refletindo sobre isso, considera-se que, para alguns, será uma participação mais plena e para outros uma participação mais periférica. É nesse sentido que Wenger menciona que aprender é uma questão de participação e que o conhecimento é uma questão de competência em relação a uma determinada atividade. Percebe-se que para determinada atividade o cooperado está mais central, conhece mais e pode ser considerado um veterano. No entanto, para outra atividade, pode participar de uma forma mais periférica e continuar sendo um aprendiz.

Diante de tais argumentos, esta pesquisa considera que, mesmo sendo um empreendimento novo (com poucos anos de atividades), existem os veteranos e os aprendizes, e isso se deve ao domínio que eles têm das práticas sociais realizadas na cooperativa ou em função dela. Assim sendo, para esta pesquisa, cabe falar em participação periférica legitimada no caso dos catadores que foram inseridos em cooperativas recentemente criadas pelo poder público.

A emoção como um componente da teoria da aprendizagem social

Para Wenger (2008), as pessoas vão aprendendo e vão se tornando competentes em suas atividades e tarefas por meio da interação, considerando a experiência pessoal e sua convivência na comunidade de prática. Para o processo de aprendizagem situada, os pesquisadores mencionados apresentaram o aprender

como uma questão central que interage com a comunidade, com a prática, o significado e a identidade.

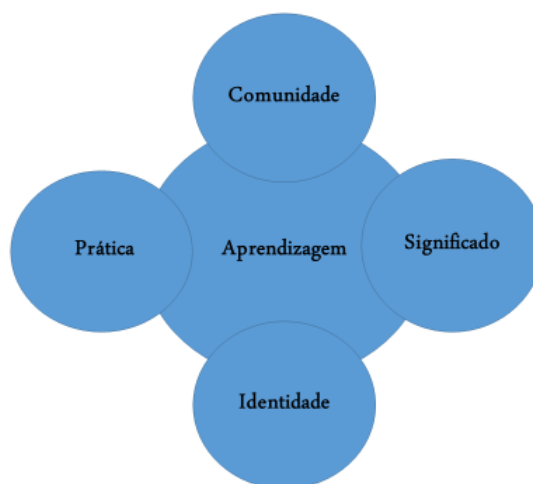


Figura 2: Componentes da teoria da aprendizagem social

Fonte: Adaptado de Wenger (2008)

Apreciando a figura anterior e o que foi proposto por Wenger (2008) em sua teoria social da aprendizagem, esta pesquisa identificou a emoção como um importante componente que influencia no processo de aprendizagem nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis e, por isso, pretende-se sugerir a emoção como um novo componente para o processo de aprendizagem, o que poderia ser visualizado na seguinte figura:

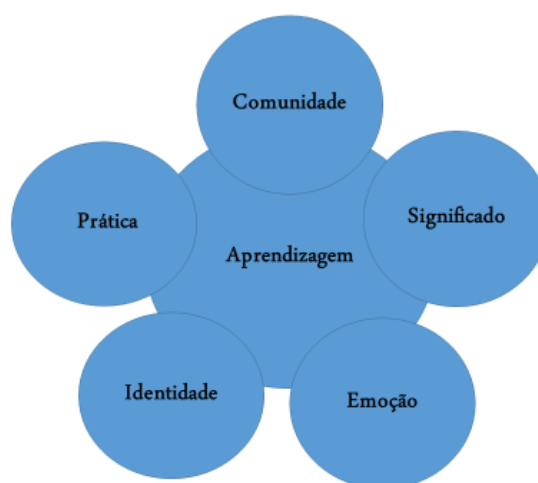


Figura 3: Emoções como novo componente para a teoria social da aprendizagem

Fonte: Resultado da pesquisa.

Se para Wenger, aprender envolve a pessoa como um todo, e, em conformidade com os resultados desta pesquisa, as emoções poderiam fazer parte dos componentes da teoria social da aprendizagem. No entanto, mesmo que as emoções não sejam abordadas por Wenger, esta pesquisa evidenciou que os cooperados também aprendem com as experiências que envolvem suas emoções.

Porém, sendo a prática uma atividade humana, Camargo e Bulgacov (2016) a consideram como uma atividade situada mediada pela emoção, porque o homem é um ser constituído a partir de suas atividades, o que envolve relações sociais, balizadas por emoções e sentimentos. Nesse sentido, para as autoras “a prática social pode ser amalgamada por sentimentos e ressentimentos, de contentamento, de agradecimento, de medo, de ódio, de alegria, de vergonha, de orgulho, de aborrecimentos, de compaixão, de amor, de admiração etc.” (CAMARGO; BULGACOV, 2016, p. 215). Os estudos de Leitão, Fortunato e Freitas (2006) apresentam que as emoções surgem como reações a relacionamentos em um processo interativo de influência mútua.

A análise dos dados desta pesquisa revelou que os catadores, também, procuram por uma cooperativa para trabalhar pelo fato de que, nas ruas, são maltratados, passam por situações de discriminação, de vergonha, sofrimento e de dor. Desse modo, as emoções apareceram relacionada ao estigma do catador. Muitos tinham vergonha de catar resíduos como catador de rua e, ao entrarem para a cooperativa, isso mudou, porque agora são cooperados, usam o uniforme da cooperativa e são reconhecidos por isso. Nas ruas, por andarem sujos e malvestidos, sofrem muita discriminação, carregam o estigma de ser um catador. No entanto, mesmo em uma cooperativa a discriminação nunca deixou de existir.

Os catadores também são discriminados por viverem visivelmente à margem da sociedade e, como destacado por Medeiros e Macêdo (2006), desempenharem atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam. Contudo, trabalhar em uma cooperativa é forma do catador se distanciar da discriminação porque os cooperados não são vistos como catadores de rua, apresentam outra imagem e assim, vai formando sua identidade como cooperado.

Desse modo, os catadores vão se tornando cooperados, identificando-se com a cooperativa, participando das práticas sociais do grupo em que estão inseridos e também vão aprendendo sobre a gestão da cooperativa e participando de sua autogestão.

Autogestão

Caminhando para o final da conclusão dessa pesquisa, uma questão que foi apresentada no capítulo da metodologia, e que ainda requer apreciação é compreendida por: a aprendizagem organizacional promove o domínio autêntico da autogestão?

Foi revelado neste estudo que os catadores são inseridos em um empreendimento que não idealizaram, mas estão em um constante processo de aprendizagem, participam de sua comunidade de prática e, com o tempo, estão adquirindo domínio em determinadas práticas e em outras, continuam periféricos. A questão da autogestão permeia todo esse estudo porque o conhecimento que os cooperados adquirem ao longo do tempo por meio de suas participações nas práticas sociais da cooperativa possibilitam o caminhar em direção ao domínio das práticas de autogestão. Foi destacado que referente ao cooperativismo, ainda estão periféricos em relação a determinadas práticas, mas estão interpretando juntos a realidade da cooperativa que é experienciada por eles. Assim, estão construindo a autogestão da cooperativa. Pode não ser a autogestão idealizada pela teoria do cooperativismo, mas é a autogestão que estão conseguindo alcançar, de acordo com o ideal deles, resultado das práticas que conhecem, compartilham e dominam.

O conhecimento é importante não só para a execução das práticas do dia a dia e para as decisões mais simples, torna-se importante para os cooperados obterem mais autonomia em relação ao órgão público, que possui poder sobre eles. O conhecimento sobre o cooperativismo, por exemplo, pode proporcionar aos cooperados a possibilidade de se sentirem os donos, verdadeiros cooperados e assim, obterem melhores resultados nas negociações com os compradores de resíduos e até com a prefeitura, na negociação do contrato de prestação de serviços.

O agente público distancia-se e deixa de exercer seu poder sobre a cooperativa conforme os cooperados adquirem o conhecimento das práticas sociais,

o domínio do saber fazer na prática, o conhecimento que lhes proporciona o poder para negociar com o órgão público, o poder para decidir juntos com a prefeitura as questões sobre a coleta seletiva, o poder que lhes permitem negociar o contrato de prestação e serviços com o órgão público. Tal poder está relacionado ao conhecimento que possuem, que adquiriam ao longo do tempo, que foram aprendendo pelo engajamento nas práticas, negociando significados e se identificando com as atividades da cooperativa e assim, construindo juntos, as práticas de gestão do que se pode chamar de um empreendimento solidário.

Por fim, outra questão apresentada no capítulo da metodologia e que necessita de uma resposta, foi: como a autogestão é possível nesse modelo de empreendimento?

Ao apreciar essa questão, considerando teoria social da aprendizagem, a teoria do cooperativismo e as narrativas que subsidiaram esta pesquisa, pode-se afirmar que a autogestão só será possível, em cooperativas de catadores de materiais recicláveis (estimuladas pelo poder público), quando a aprendizagem propiciar aos cooperados sua efetiva participação nas práticas de gestão do empreendimento comum, possibilitando minimizar a atuação do gestor público no processo decisório, por reconhecer que essa atuação interfere na autogestão do empreendimento.

Por fim, vale destacar que, conforme os diversos pesquisadores que contribuíram com o conceito de autogestão e que consideraram a participação, a cooperação, o esforço adicional de cada cooperado, a gestão democrática e transparente do controle sobre a execução das atividades, gestão dos meios de produção, a pressuposição de uma preocupação com os problemas gerais da cooperativa, uma atuação consciente dos indivíduos em direção a um propósito comum, deixaram de mencionar que, para a autogestão, é necessário que o associado se reconheça como um cooperado. Tem que se identificar como cooperado, tem que saber o que é ser um cooperado. Se a pessoa não se reconhecer como um membro cooperado, a autogestão não será possível. Como se evidenciou por nessa pesquisa, a autogestão é o resultado de um processo de aprendizagem constante, que o cooperado deve engajar-se ativamente para que tenha o domínio das práticas para tomar decisões acertadas e isso só é possível por

meio de um processo de aprendizagem. Nessa participação ativa, a emoção é um aspecto relevante para o processo decisório de uma cooperativa de catadores.

Proposições

Como forma de contribuição este estudo, apresentam-se algumas proposições:

- a) As universidades, os órgãos públicos e as ONGs que estão envolvidos com as cooperativas de catadores poderiam se organizar no sentido de concentrar esforços para produzir seminários, palestras, minicursos e até mesmo intercâmbios entre cooperativas, possibilitando aos cooperados o conhecimento necessário para que compreendam o que é ser um cooperado, conhecimento sobre os valores e princípios fundamentais do cooperativismo, conceitos básicos que envolvem a autogestão e as práticas de cooperativas;
- b) Propõe-se aos pesquisadores do cooperativismo repensar o conceito de autogestão, considerando que ela faz parte de um processo contínuo de aprendizagem que tem a necessidade da pessoa se reconhecer como cooperado e se identificar com a organização social da qual faz parte, e deve-se considerar também as emoções que afetam diretamente o processo de tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR – 10000:2004** Classificação de resíduos sólidos. ABNT/Rio de Janeiro. 2ª ed. 2004.
- ALMEIDA, H. M. M. D. Autogestão: da ideia às práticas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 23, n. 1, p. 37-57, 1983.
- ÁLVAREZ, M. I. F. Além da racionalidade: o estudo das emoções. **Mana**, v. 17, n. 1, p. 41-68, 2011.
- ANTONELLO, C. S. O Processo de Aprendizagem Interníveis e o Desenvolvimento de Competências. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, RBGN, São Paulo, v. 9, n. 25, 2007a.
- ANTONELLO, C, S. O processo de aprendizagem entre níveis individual, grupal e organizacional. **Organizações em contexto**, v. 3, n. 5, p. 223-250, 2007b.
- ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. A Encruzilhada da Aprendizagem Organizacional: uma Visão Multiparadigmática/The Crossroads of Organizational Learning: a Multiparadigmatic View. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, 2010.
- ANTONIALLI, L. M. Modelo de gestão e estratégias: o caso de duas cooperativas mistas de leite e café de Minas Gerais. 2000. 163 f. **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Administração - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.
- ARAÚJO, E. A.; SILVA, W. A. C. Sociedades cooperativas e sua importância para o Brasil. **Revista Alcance**, v. 18, n. 1, p. 043-058, 2011.
- ASBAHR, F. S. F. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v. 18, n. 2, p. 265-272, 2014.
- BARBIERI, L.; RUFINO, S. A Gestão da autogestão nas cooperativas. In: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo – ITCP-USP... [et al.] (Org.). **A gestão da autogestão na Economia Solidária: contribuições iniciais**. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007. p.16-24.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. trad. GUERESCHI, P. A. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERTUOL, R; CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 1, n. 2, p. 7-18, 2013.
- BISPO, M. S. Aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Sílvia Gherardi. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 132, 2013.
- BORTOLI, M. A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, 2009, v. 12, n. 1, 2009.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal nº 5.764/1971**. Institui a Política Nacional de Cooperativismo. Diário Oficial da União de 16/12/1971. Brasília, DF, 1971.

BRASIL. **Decreto nº 7.404**, de 23 de dezembro de 2010, Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. Diário Oficial da União de 02/08/2010. Brasília, DF, 2010a.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal n. 12.305/2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União de 02/08/2010. Brasília, DF, 2010b.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal nº 12.690/2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. Brasília, DF, 2012.

BUNCHAFT, A. F.; GONDIM, S. M. G. A cooperativa popular de trabalho: uma contribuição à compreensão do significado de cooperativa para as costureiras do parque São Bartolomeu em Salvador, Bahia. **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. 30, p. 117-127, 2004.

CAMARGO, D.; BULGACOV, Y. L. M. Recuperação histórica do conceito de emoção em vigotski: contribuição para a tese da indissociabilidade da emoção na atividade humana. **International Journal of Developmental and Educational Psychology**. Revista INFAD de Psicologia., v. 01, n.1, 213-220, 2016.

CANÇADO, A. C. Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática. 2004. 134f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de pós-graduação em administração da Universidade Federal da Bahia., 2004.

CANÇADO, A. C. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. *In*: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 29. 2005, Brasília. **Anais...** Brasília, 2005.

CANTÓIA, S. F. Coleta seletiva municipal, educação ambiental e organizações de catadores de materiais recicláveis na vertente paulista da bacia do rio Paranapanema. 2012. 200 f. **Tese** (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2013.

CARMO, M. S., ARRUDA, R. G. L. O trabalho com resíduos—considerações sobre reconhecimento social e identidade profissional de classificadores. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4, n. 1, p. 178-194, 2010.

CORBETTA, P. **Metodologia y Técnicas de Investigacion Social**. Mac Graw Hill. 2007.

CRISTOFOLINI, A. Cooperação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa de transporte de cargas. **Cadernos Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 266, 2014.

CRÚZIO, H. O. Organização e administração de cooperativas. RAP -. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro v. 33, n. 2 mar./abr. 1999.

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**: uma alternativa para o desemprego. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CUNHA, M. R. Eu vivo do lixo: A identidade dos catadores de materiais recicláveis de Goiânia. Grupos de Estudos de Políticas da América Latina (GEPAL) (Org.),

Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, 2010.

DAVEL, E; MACHADO, H. V. A dinâmica entre liderança e identificação: sobre a influência consentida nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração contemporânea**, v. 05 n. 3, Set/Dec. 2001.

DEMO, P. **O charme da exclusão social**. Campinas, Autores associados, 2008.

DEMOUSTIER, D. **Economia social e solidária**: um novo modo de empreendimento associativo. Edições Loyola, São Paulo: 2006.

DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DRUMOND, V. R. S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. **Coletânea** do I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília. 2010.

EISENHARDT, K. M. *Building Theories from Case Study Research*. *Academy of Management Review*. v. 14, n. 4, p. 532-550, Oct. 1989.

FAIRBAIRN, B. **The meaning of Rochdale: The Rochdale pioneers and the co-operative principles**. University of Saskatchewan, Centre for the Study of Co-operatives, 1994.

FARIA, J. H. **Gestão participativa**: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ, D. L. S; CAVEDON, N. R. A exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 6, n. 4, 2008.

FLACH, L. A autogestão ensinando e encenando: um estudo etnográfico em uma organização cultural de Porto Alegre. **Revista de administração da UFSM**, v. 4, n. 3, p. 378-389 set/dez. 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, p. 242-264, jul/dez 2001.

GHERARDI S. Conhecimento situado e ação situada: o que os estudos baseados em prática prometem? In: GHERARDI, S; STRATI. A. (Org.) **Administração e aprendizagem na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GHERARDI S.; NICOLINI D. Aprendizagem em uma constelação de práticas interligadas: cânone ou dissonância? In: GHERARDI, S; STRATI. A. (Org.) **Administração e aprendizagem na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GHERARDI, S; STRATI. A. Introdução. In: GHERARDI, S; STRATI. A. (Org.) **Administração e aprendizagem na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GODOY, T. M. P. **O espaço da economia solidária**: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social. 2009. 235f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2009.

GUDOLLE, L. S., ANTONELLO, C. S., FLACH, L. A aprendizagem situada, participação e legitimidade nas práticas de trabalho. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 1, 2012.

GUTIERREZ, R. F.; ZANIN; M. A relação entre tecnologias sociais e economia solidária: um estudo de caso em uma cooperativa de catadores de resíduos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v.1, n.1, p. 129-148, 2013.

HERNÁNDEZ, S. M. *Los orígenes del cooperativismo moderno y el socialismo premarxista*. **Gizarte Ekonomiaren Euskal Aldizkaria - GEZKI**, Revista Vasca de Economía Social, n. 1, p. 169-188, 2005.

ICA. *International Cooperative Alliance. Co-operative Identity, values & principles*. Disponível em: <<http://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília, 2013;

INSTITUTO ETHOS. **Política nacional de resíduos sólidos: Desafios e oportunidades das empresas**. São Paulo: Ethos, 2012.

IRION, J. E. O. **Cooperativismo e economia social: a prática do cooperativismo como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem**. São Paulo: Editora STS, 1997.

JUNQUEIRA, L. A. P.; TREZ, A. P. Capital Social e a Sobrevivência das Cooperativas de Trabalho. **RAP – Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 39, v. 2, p. 381-400, mar./abr. 2005.

KEROSUO, H.; KAJAMAA, A.; ENGSTRÖM, Y. Building bridges between the past, present and future: Narrative and emotional remembering of organizational change efforts. **The Passion For Learning And Knowing**, p. 11, 2005.

LAVE, J.; WENGER, J. *Situated learning: Legitimate peripheral participation*. **Cambridge university press**, 1991.

LAVE, J.; WENGER, E. **Communities of practice**. Retrieved June, 9., 1998.

LAVE, J.; WENGER, E. Prática, pessoa, mundo social. In: DANIELS, H. (Org.). **Uma introdução a Vygotsky**. São Paulo: Loyola, 2002.

LECHAT, N. M. P; BARCELOS, E. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista katálysis - UFSC**, v. 11, n. 1, p. 96-104, 2008.

LEITÃO, S. P.; FORTUNATO, G.; FREITAS, A. Relacionamentos interpessoais e emoções nas organizações: uma visão biológica. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, p. 883-907, 2006.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

MACHADO, H. V. Abordagem das emoções no âmbito das organizações. **Alcance - Univali**, v. 09, n.1, p. 11-35, Jan/Abr. 2003.

MACHADO, H. V. Expressão emocional no exercício da atividade empreendedora por mulheres. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 38, p. 59-72, 2006.

- MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MAZZEI, B. B.; CRUBELLATE, J.M. Autogestão em empreendimentos econômicos solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá-PR. **Revista Inteligência Organizacional**. vol. 1 – n. 1, p. jul./dez, 2011.
- MEDEIROS, L. F. R., MACÊDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n.2, p. 62-71, 2006.
- MELO, A. B. **Cooperativismo e trabalho autogestionário**: entre o real e o possível. Curitiba: Appris, 2012.
- MELO, N. A. Economia solidária na 10ª região administrativa do estado de São Paulo: possibilidades, limitações e contradições. 2013. 227f. **Tese** (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2013.
- MENDES, L.; URBINA, L. M. S. Análise sobre a produção acadêmica brasileira em comunidades de prática. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n.3, p. 305-327, 2015.
- MENDES, M. M. Relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas. 2010. **Tese** (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2010.
- MISOCZKY, M. C.; OLIVEIRA, R. P.; PASSOS, R. P. Reflexões sobre a autogestão a partir da experiência da cidade das cidades. **Organizações & Sociedade**, v 11, 2004.
- MIURA, P. O., SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n.2, p. 331-341, 2013.
- MOREIRA, M. A. Negociação de significados e aprendizagem significativa. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v.1, n.2, p 2-13, dez, 2008.
- NASCIMENTO, C. Autogestão: economia solidária e utopia. **Otra economia**. v. 2, n. 3, p. 27-40, 2008.
- NICOLINI, D. **Practice theory, work, and organization: An introduction**. Oxford university press, 2013.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Institucional**: forma ideal de organização. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 27 jul. 2016a.
- OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. **Princípios**: sete linhas que orientam o cooperativismo. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 27 jul. 2016b.
- OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. **Identidade**: valores humanos são a essência. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/identidade.asp>>. Acesso em: 27 jul. 2016c.
- OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. R. As tramas políticas emocionais na gênese de processos organizativos em uma organização circense. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, 2015.

OLIVEIRA, J. S. Práticas Organizativas e Emoções: Contribuições para as Pesquisas sobre Organizações Culturais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, 2016.

OLIVEIRA, M. C. S. O.; ZANIN, M. Economia solidária: uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, v.2, n.1, p.181-193, já/jun, 2011.

OZAROW, D.; CROUCHER, R. Workers' self-management, recovered companies and the sociology of work. **Sociology**, v. 48, n. 5, p. 989-1006, 2014.

PRESTES MOTTA, F. C. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. 1980. 220f. **Tese** (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da fundação Getúlio Vargas, 1980.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**: manual do cooperativismo v. 1. São Paulo: CNPq, 1982.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Pulo: Saraiva, 2004.

PIZZIO, A. Embates acerca da ideia de justiça social em relação a conflitos sociais e desigualdades. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 3, p. 355-375, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIESSMAN, C. K. "**Narrative analysis**." *University of Huddersfield*, 2005.

ROCHER, G. (1989). **Sociologia Geral**: a ação social. Lisboa: Presença.

RUGGERI, A. **Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina**. *Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires*, 2009.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 251-273, 2013.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, Cl. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SEBRAE-MS. **Gestão de resíduos sólidos**: Uma oportunidade para o desenvolvimento municipal e para as micro e pequenas empresas. São Paulo: Instituto Envolverde: Ruschel & Associados, 2012.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3 ed. Porto Alegre: Bookman e Artmed, 2009.

SIMIONI, F. J.; SIQUEIRA, E. S.; BINOTO, E.; SPERS, E. E.; ARAÚJO, Z. A. S. Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR**. Piracicaba, SP, vol. 47, n. 3, p. 739-765, jul/set 2009.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. I. **Entrevista**. São Paulo: Outubro, 2016.

SOTO, M. M.T. Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária. 2011. 100f. **Tese** (Doutorado)

– Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

SROUR, R. H. Formas de gestão: o desafio da mudança. **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 4, p. 31-45, 1994.

SROUR, R. H. **Poder cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

STAHL, R. L.; SCHNEIDER, J. O. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 49, n. 2, p. 197-206, mai/ago 2013.

STAKE, R. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TORRES, P. L., ALCANTARA, P. R. , IRALA, E. A. F.. "Grupos de consenso: uma proposta de aprendizagem colaborativa para o processo de ensino-aprendizagem." *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba v. 4, n.13, p. 129-145, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WENGER, E. *Communities of practice: learning, meaning, and identity*. Cambridge: **Cambridge University Press**, 1998.

WENGER, E. *Communities of practice and social learning systems*. *Organization*, v. 7, n. 2, p. 225-246, 2000.

WENGER, E. **Comunidades de prática: aprendizagem, significado e periférica identidade**. Barcelona: Paidós, 2001.

WENGER, E. *Supporting communities of practice. A survey of community-oriented technologies, 2001b*.

WENGER, E. **Communities of practice: a brief introduction**, 2006.

WENGER, E. **Communities of practice: Learning as a social system**. *Systems thinker*, v. 9, n. 5, p. 2-3, 2008.

WENGER, E. *A social theory of learning*. ILLERIS, K. (Org.), In: **Contemporary theories of learning: learning theorists... in their own words**. Routledge, 2009.

WENGER, E. *Communities of practice and social learning systems: the career of a concept*. In: **Social learning systems and communities of practice**. Springer London, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZYLBERSZTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas Agrícolas. **Série Working Papers: Working paper nº02/017**. FEA-USP / PENSA, 2002.